

Desembro de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 A maka dos PPE	7
1.2 Está a aumentar o desemprego em Angola	7
1.3 Angola tem progressos no ensino e no género	8
1.4 Angolanos ficaram mais pobres em 2015 face a 2014	10
1.5 Aumento do custo de vida passou a fasquia dos 10%	10
1.6 Bornito de Sousa quer erradicação da pobreza	11
1.7 PIB em USD regista maior queda da história	12
2. MICROFINANÇAS	14
2.1 Empreendedoras recebem empréstimo	14
2.2 Participação do Estado é considerável	14
2.3 Mais de 200 firmas encerram actividades	15
2.4 Crédito para camponeses chega a cinco municípios	16
2.5 Camponeses beneficiaram de crédito	16
2.6 Crédito chega aos camponeses	17
2.7 Crédito para camponeses chega cinco municípios	18
2.8 Pescadores artesanais recebem novos incentivos	18
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Defendida fiscalização eficiente	20
3.2 Informalidade absorve elevadas somas	20
3.3 Vendedoras devem evitar depositar resíduos no chão	21
3.4 Mercado do Kikolo rende 24 milhões de kwanzas por mês ao governo provincial de Luanda	21
3.5 Mercados informais registam pouca afluência de clientes	22
3.6 O sector informal nas economias	23
3.7 Preços 'disparam' mas vendedores queixam-se de ganhar menos	23
3.8 Vendas na rua preocupam autoridades	24
3.9 Desmantelado complexo comercial chinês	25
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	27
4.1 Quebra do investimento é “preocupante”	27
4.2 O orçamento da repressão	28
4.3 TIC'S facilitam acesso ao OGE	29
4.4 Comissões de especialidade aprovam relatório	30
4.5 Balanço de 2015 e o que poderá ser o futuro	32
4.6 Governo deve ouvir parceiros sociais antes de aprovar o OGE	33
4.7 Oposição defende revisão do OGE antes da aprovação final	36
4.8 Parlamentares aprovam Orçamento Geral do Estado	36
4.9 Orçamento responde às expectativas	37
4.10 Organizações não-governamentais analisam OGE de 2016	38
4.11 Uma vez aprovado que mais se pode dizer sobre o OGE para 2016?	39
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	41

5.1	Atraso de subsídios preocupa autoridades tradicionais	41
5.2	Situação administrativa e social do Kilamba Kiaxi estagnada	41
5.3	Administrador preocupado com a vida dos municípios	43

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 45

6.1	As nossas janelas partidas. Do Nova Vida ao Kilamba	45
6.2	Situação administrativa e social do Kilamba Kiaxi estagnada	45
6.3	Estado quer privados para as infra-estruturas	48
6.4	‘Nova’ Luanda garante 3,8 milhões de novos empregos até 2030	49
6.5	Plano Director Geral apresenta soluções	50
6.6	Dossantos entrega à filha Plano metropolitano de Luanda	51
6.7	As nossas esperanças no Plano Metropolitana para salvar Luanda	52
6.8	Isaías Samakuva faz elogios ao Plano Director de Luanda	53
6.9	Mercado imobiliário diversifica negócios	54
6.10	Entre os novos preços das habitações nas centralidades e a necessidade de uma melhor comunicação	54
6.11	Imogestim baixa preços e altera modalidades de pagamentos	56
6.12	Antigo administrador de cambambe - dono construiu casebres que estão abandonados	57
6.13	Genea Angola reduz preços de imóveis no município de Viana	57
6.14	Moradores do Kilamba ainda não sabem como pagar renda em atraso	58
6.15	Opções estratégicas sobre a problemática da habitação	59
6.16	Primeiras casas são entregues	59
6.17	Milhares de cidadãos recebem habitações	60
6.18	Construção de casas atinge objectivos	61
6.19	Moradores do Kilamba debatem 'carta de protesto' à Imogestim	62
6.20	Desmobilizados recebem casas no Panguila	62
6.21	Centralidade do Dundo recebe moradores	63
6.22	Funcionários recebem casas	64
6.23	Moradores no Bié recebem as casas	64
6.24	Casa fácil	65

7. TERRA 66

7.1	Burla de terras: empreendedores opõem-se a soba do Quizengo	66
7.2	Corno pagar ao banco	66
7.3	Em busca de soluções	67
7.4	As “traquinices” de Rosa Chita	67
7.5	Burla de terrenos põe empreendedores e sobas	68
7.6	«A China está a ocupar terras em África e Angola não é excepção»	70
7.7	«As comunidades estão a perder o património geo-histórico e cultural»	70
7.8	«Porque que os deputados não debatem sobre a governação dos solos no país?»	71
7.9	«Se não há tabela de preços das terras há roubalheira»	73
7.10	«Tribunais banalizam queixas que lhes são apresentadas»	74
7.11	Vítimas de demolição continuam ao relento	75
7.12	Estado quer privados para as infra-estruturas	76
7.13	Arguido responde em Juízo por burla de terreno	77
7.14	Sector agrícola e infra-estruturas com muito espaço livre de minas	78
7.15	Comissão Nacional identifica zonas minadas	79

8. SERVIÇOS BÁSICOS 81

8.1	Elisal	81
8.2	Recolha de lixo com participação dos municípios	81
8.3	Cidade de Luanda: a “caxinha” de ouro	81

8.4	Ambientalistas ensinam a recolher os resíduos sólidos	82
8.5	Baixo nível de água reduz produção de energia	82
8.6	Rede de distribuição de água potável é reforçada	83
8.7	Abastecimento de água potável foi reforçado	84
8.8	Huambo com mais serviços	85
8.9	Águas turvas das torneiras	85
8.10	Huambo com mais água potável	85
8.11	PCA da EPAL	86
8.12	EPAL instala fábrica de contadores	86
8.13	Bairros com água potável	86
8.14	Electricidade e água potável chegam ao Cuito Cuanavale	87
8.15	Abastecimento de água potável reforçado no Bié	88
8.16	Fábrica de contadores pré-pagos da EPAL custará USD 80,8 milhões	89
8.17	Milhares de moradores com água nas torneiras	89
8.18	Empresa de águas registou aumento de consumidores	90
8.19	Melhora a distribuição de água potável	90

9. GÉNERO E VIOLENCIA

91

9.1	Vendedoras devem dar atenção aos filhos	91
9.2	Meliantes atacam vítimas à porta de casa nos Mulenvos de Cima	92
9.3	Assaltos a residências e violações preocupam moradores	93
9.4	Comando de divisão conta apenas com uma patrulha	93
9.5	Casos de violência doméstica diminuem	94
9.6	Marginais criam falso exército para roubar, violar e desestabilizar o país	94
9.7	Marginais tomam de assalto residências como cogumelos na floresta	96
9.8	Criminalidades no Kilamba-Kiayi ameaça moradores	96

10. AMBIENTE

98

10.1	Baixo nível de água reduz produção de energia	98
10.2	Milhares de pessoas infectadas pela seca	99
10.3	Falta de recursos para combater a seca	99
10.4	Plantados milhares de eucaliptos	100
10.5	Cuidado com a chuva	100
10.6	Luanda precisa de sistema de alerta	101
10.7	Cerca 31 por cento da superfície do País está afectado pela seca	102
10.8	Ninguém impede a chuva”	102
10.9	Seca arrasa Cunene	103
10.10	Zonas de risco são mapeadas	104
10.11	Chuva em Luanda destapa os mesmos problemas	104
10.12	Chuva volta a destapar a precariedade das obras realizadas	105
10.13	Grupo de jovens lança campanha de solidariedade	106
10.14	Regresso das chuvas satisfaz a população	106
10.15	Chuva em Malanje fora do normal	107
10.16	O acordo do clima de Paris e a sua eficácia em Angola	108
10.17	Chuvas ameaçam a circulação rodoviária	109
10.18	Chuvas estragam as festas	110
10.19	Cartoon	110

11. MIGRAÇÃO

111

11.1	Autoridades travam entrada de imigrantes	111
11.2	Imigrantes ilegais aguardam repatriamento	111
11.3	Fome no sul atrai menores à Luanda	111

11.4	Repatriados estrangeiros em situação ilegal	112
11.5	Polícia Nacional impede entrada de ilegais	113
11.6	Imigrantes ilegais foram repatriados	113

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA **114**

12.1	Garimpeiros atacam Polícia	114
12.2	Analisados projectos mineiros	115

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A maka dos PPE

Jornal Expansão
4 De Dezembro de 2015

Paira sobre o sistema financeiro angolano uma ameaça "literal". A expressão terá sido usada numa reunião entre o governador do Banco Nacional de Angola, José Pedro de Morais, e alguns dos principais banqueiros do País.

Em causa estão a suspensão das vendas de dólares físicos aos bancos angolanos, por um lado, e o encerramento de contas de correspondentes em USD, por outro.

A questão do fecho das vias de importação de notas USD é a que tem gerado mais mediatismo, mas a maka maior está nos bancos correspondentes. Imagine que o leitor quer fazer uma transferência em dólares da sua conta no banco x para a minha conta no banco y - facto que eu muito apreciaria face à escassez de divisas no mercado.

Ainda que ambas as instituições fossem angolanas, a operação teria de ir aos Estados Unidos, onde passaria pelos bancos correspondentes dos nossos bancos. Isto acontece porque os bancos angolanos não podem ter contas em dólares entre si, o que inviabiliza a compensação de valores como sucede com os kwanzas.

Acontece que os bancos que operam nos EUA não querem ser correspondentes de bancos angolanos - segundo sei, restam apenas dois bancos disponíveis para o efeito e até nem são americanos. Caso os bancos angolanos não tenham correspondentes nos EUA, no limite, isso significa que pura e simplesmente não poderão fazer transferências em dólares.

O problema é que Angola está na lista de países com deficiente aplicação das regras internacionais de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, onde tem a companhia dos africanos Argélia e Uganda, além da Síria, Iraque e Afeganistão, entre outros.

Em caso de problemas com os seus correspondentes angolanos, os bancos que operam nos EUA arriscam pesadas multas.

Um dos problemas que geram maior preocupação nos bancos americanos tem que ver com as pessoas politicamente expostas (PPE), isto é, os clientes dos bancos que exercem ou exerceram cargos políticos e públicos, nomeadamente chefes de Estado e ministros, entre outros, e respectivas famílias. A maka é que a legislação angolana só considera PPE os estrangeiros. Um governante estrangeiro que tenha conta num banco angolano vê a sua vida financeira vasculhada. Já os membros do Executivo angolano e respectivos familiares não são considerados PPE. Não sendo considerados PPE, os bancos não são obrigados a dedicar-lhes qualquer escrutínio especial. O que significa que um banco correspondente de um banco angolano nos EUA pode estar a ser cúmplice numa transferência de dinheiros resultantes da corrupção de um governante angolano sem que o saiba. Se tal acontecer, quem paga é o banco americano, e não o angolano. Depois admiramo-nos porque os bancos americanos fecham as portas aos bancos angolanos.

Uma situação que todos conhecem e reconhecem que prejudica sobremaneira o sistema financeiro angolano mas relativamente à qual ninguém mexe uma palha para alterar .

Porqueserá?

I.2 Está a aumentar o desemprego em Angola

Jornal Grandes Notícias
12 De Dezembro de 2015
Texto: António André

A informação consta do programa eleitoral do MPLA de 2012-2017, em relação a intensificar os esforços no sentido da diversificação da economia nacional, tendo em conta os altos índices de desemprego prevacentes em Angola e a necessidade de eliminar a fome e a pobreza extrema.

Para o economista Andrade Coelho, não é possível em 40 anos de independência o país não tenha dados estatísticos de desemprego e nem tão pouco o número de pessoas despedidas, «porque nos últimos tempos são várias as empresas que estão a diminuir pessoal, mesmo aquelas empresas de governantes que

se beneficiaram de dinheiros públicos, e o Executivo e o próprio MPLA estão só a olhar, sem fazer nada».

O programa de governação do MPLA para o período 2012-2017, esclarece que neste tempo vão assentar as suas acções na elevação e a inserção da juventude na vida activa e apoiar o empresariado nacional. Este partido que se encontra no poder desde 1975, defende que a remoção das assimetrias regionais do país deve ser traduzida no aumento do nível de empregos, e que tal objectivo não pode ser alcançado sem uma forte parceria do Estado com o sector privado, em particular com o estímulo para as micros, pequenas e médias empresas.

Deste modo, o MPLA pretende que a juventude angolana, que constitui a maioria da população, seja economicamente activa e a maior riqueza potencial de Angola.

O programa de governação do partido no poder que está em curso, reconhece que o principal ingrediente para melhorar a qualidade da governação é a transparência e o sentido de missão dos servidores públicos.

Para o militante Aristides de Almeida Simão, faltam dois anos para as próximas eleições e o seu partido não cumpriu um terço com o seu programa eleitoral. Um deles, que é o combate à corrupção, ao desperdício de recursos públicos visando o aumento da produtividade nos serviços e do papel fiscalizador da sociedade através dos mecanismos estabelecidos pela Constituição e pelas leis ordinárias em vigor em Angola, mas isto nunca chegou de acontecer. «O que acontece é que à corrupção aumentou e nenhum deles é responsabilizado, quer dizer que não cumpriram com a promessa eleitoral de 2012. Só na cupla do MPLA ninguém vai assumir isto e a culpa vai morrer solteira e os que votaram neste partido, como sempre' ficarão sem uma explicação».

O programa deste partido em relação ao combate a corrupção diz que irá prosseguir, mas até hoje isto nunca chegou a acontecer. O combate à putrefacção que exige, antes de tudo, uma distinção entre factores de política penal, de investigação criminal e de prevenção. Ainda o militante Aristides de Almeida Simão esclarece que, até hoje, nunca se ouviu nenhum governante preso por acto de corrupção, violando a promessa eleitoral, que é o reforço dos meios afectos ao combate à corrupção, para criar nos serviços públicos, nos diversos níveis da administração central e local e nas empresas públicas, códigos de conduta e medidas de prevenção de riscos, de modo a reduzir as circunstâncias propiciadoras da corrupção.

«Mas o que acontece é que os governantes corruptos, o Tribunal de Contas só manda devolver os valores e não os responsabiliza criminalmente, como aconteceu com o ex-administrador do Kilamba Kiaxi, José Francisco Correia, acusado de desvios de milhares de kwanzas. Por isso é que a corrupção vai de vento em popa», lamentou. O partido dos «camaradas» considera que a estratégia de desenvolvimento de Angola deve basear-se no emprego, mas isto não acontece. Devia-se ter o emprego como a alavanca do crescimento económico, com grande prioridade para a produção agrícola.

I.3 Angola tem progressos no ensino e no género

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2015

Texto: Edna Dala

O relatório nacional sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) 2015, apresentado ontem, em Luanda, indica que Angola registou progressos assinaláveis rumo ao alcance do ensino básico universal, a promoção da igualdade de género e o reforço do poder das mulheres, na garantia da sustentabilidade ambiental e no estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O documento resume as acções realizadas no país em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e descreve os desafios para o cumprimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, documento que substitui os ODM, e contempla 17 objectivos e 169 metas a alcançar nos próximos 15 anos.

Ao discursar na sessão de apresentação do relatório, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou que as prioridades de Angola vão estar centradas nas metas não alcançadas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, como a redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate ao VIH/SIDA, à malária e outras doenças.

Bornito de Sousa indicou que a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 deve ir além da satisfação das necessidades básicas, promovendo assim um desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável nos diferentes níveis, global, regional e local.

O reforço da paz universal, frisou, bem como o alcance de padrões climáticos globais sustentáveis e a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, são os maiores desafios globais e constituem requisitos indispensáveis para desenvolvimento sustentável.

O ministro reiterou o compromisso do Governo de Angola, assumido recentemente na cimeira de Nova Iorque, de incorporar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável nos seus instrumentos de planeamento a todos os níveis e sublinhou que o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT), de carácter transversal, já está alinhado com esses objectivos.

Envolvimento de todos

Bornito de Sousa defendeu o envolvimento dos serviços parlamentares, departamentos governamentais, sociedade civil, sector privado e parceiros de desenvolvimento e destacou a importância dos municípios e cidades.

"Mais do que se substituir aos municípios e cidades em tarefas de vocação municipal, os departamentos centrais devem promover e cooperar na sua capacitação em termos de recursos financeiros, materiais e humanos", disse, para acrescentar que "é ao nível dos municípios e cidades, onde estão os cidadãos, as famílias, as comunidades e as empresas, que devem ser implementadas as políticas de desenvolvimento económico local, de combate à pobreza e de urbanização e ambiente sustentáveis, numa perspectiva de inclusão, apropriação e participação".

Bornito de Sousa reconheceu que o sucesso da realização da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 depende, em grande medida, da capacidade de acompanhamento sistemático e de monitorização da implementação dos indicadores e metas definidas.

Para isso, acrescentou, é preciso intensificar os esforços para reforçar as capacidades estatísticas a todos os níveis, global, regional, nacional e local. Reforçou que a organização dos mecanismos de recolha de dados estatísticos, a partir da base, exige a capacitação, mobilização e envolvimento dos municípios e cidades.

Empenho do país

O ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Job Graça, salientou que oito dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável coincidem com os objectivos da estratégia de longo prazo Angola 2025, que o país passou a integrar nos

quadros de referência para elaboração dos seus investimentos e equipamentos a médio prazo, e as respectivas políticas públicas, além de avaliar periodicamente a sua realização. A estratégia de desenvolvimento, frisou, começou a ser executada através de planos anuais e bienais. A realização dos ODM, segundo Job Graça, foi perseguida através de programas de melhorias do aumento da oferta de serviços sociais básicos, e num segundo momento através dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Job Graça disse que as estratégias de desenvolvimento são aplicadas através do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que contém 209 programas de acção fundamental, transversais e sectoriais para a implementação de 11 políticas nacionais, onde se espera que tenha um impacto no desenvolvimento económico e no alcance das metas dos ODM.

Desenvolvimento Sustentável

A coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Angola, Florbela Fernandes, disse que Angola registou e consolidou posições consideráveis nos últimos anos e que a paz e a segurança são uma realidade e uma premissa sólida para o desenvolvimento do país.

Florbela Fernandes recordou que Angola tem mostrado um rápido crescimento económico resultante da indústria do petróleo e níveis significativos de Investimentos em infra-estruturas e lembrou que o país se prepara para ascender a país de rendimento médio, processo com metas de desenvolvimento abrangentes como diversificação da economia, melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e a manutenção de renda per capita igualou acima dos 1,036 dólares.

Florbela Fernandes lembrou que a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, aprovada em Setembro, contém 17 metas e 169 indicadores que foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODM, de forma a completar o trabalho iniciado e a responder aos novos desafios.

Nova Agenda

A coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Angola sublinhou que a nova agenda é uma visão universal, indivisível e de transformação que tem como princípio orientador a integração entre o crescimento económico, justiça social e protecção do meio ambiente e reafirma, de forma inequívoca, que não há contradição entre o crescer, incluir e proteger.

Florbela Fernandes realçou que a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vai requerer dos países signatários a ampliação do diálogo, o fortalecimento dos canais de participação social e o desenvolvimento de parcerias multisectoriais para a mobilização e troca de conhecimento, tecnologia e recursos onde a colaboração passa a ser a nova forma de competição.

A diplomata considerou fundamental a integração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), na estratégia de diversificação económica do país, na estratégia de graduação para categoria de país de renda média e no Orçamento Geral do Estado.

I.4 Angolanos ficaram mais pobres em 2015 face a 2014

Jornal Expansão
23 De Dezembro de 2015
Texto: Osvaldo Manuel

Abril não terminou da melhor maneira, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a indicar, nas projecções da Primavera, uma revisão em baixa do PIE angolano. Contas feitas, o PIB por habitante recuou cerca de 1.000 USD, de 5.273 USD, em 2014, para 4.227 USD, este ano.

A queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional é a responsável pelo empobrecimento. O preço da matéria-prima, que pesa cerca de 40% na economia angolana, até Maio já tinha descido cerca 42% face aos máximos de Junho de 2014, para cerca de 58 USD, segundo o FMI.

Com a queda do crude, o PIE de Angola a dólares correntes vai cair 17,4 % no período, de 129 mil milhões USD, em 2014, para 106 mil milhões, em 2015. Já a população faz o cominho inverso, aumentando 3%, de 24,4 milhões, no ano passado, para 25,9 milhões em 2015.

Em kwanzas correntes, as quedas do PIB e do PIE per capita são menores, devido à desvalorização da moeda nacional. Segundo o FMI, o PIB recuou 5,4%, de 12,6 biliões Kz, em 2014, para 11,9 biliões Kz, em 2015, e a riqueza por habitantes cai 8,1 %, de 518 mil Kz para 475 mil Kz.

Em dólares, a queda do rendimento por habitante em Angola vai demorar três anos a recuperar.

De acordo com as previsões do FMI, só em 2018 o PIE per capita em dólares voltará a passar a 'fasquia'

dos 5 mil USD, fixando-se nos 5, 253 USD. Apesar da forte quebra, Angola, com os seus 4.227 USD de PIE per capita em 2015, mantém-se como o oitavo país mais rico da África Subsariana, atrás da Namíbia, com 5.691 USD, e à frente de Cabo Verde, com 3.433 USD.

Ambos os países também empobrecem, mas menos.

Malawi é o mais pobre Segundo o FMI, a lista dos mais ricos da África Subsariana é comandada pelas Seicheles, com 14.500 USD de PIE per capita, e fechada pelo Malawi, com apenas 273 USD. Um ranking que não deverá sofrer grandes alterações até 2020. As Seicheles manter-se-ão como o país mais rico da região, com cerca de 18 mil USD, e Angola conservará o 8º posto, com quase 6 mil USD.

A principal mudança no Top 10 é a queda da Guiné Equatorial, que passa de 2.º mais rico, em 2015, com 10.640 USD, para 4º, em 2020, com 9.531 USD. O pequeno país rico em petróleo é ultrapassado pelas Maurícias e pelo Gabão, segundo e terceiro, respectivamente, com 14.645 USD e 12.461 USD. Os dois países ocupavam os terceiros e quartos lugares em 2015, com 9.343 USD e 7.407. O Malawi manter-se-á firme como o mais pobre, com um rendimento per capita de 389 USD em 2020.

Considerando a riqueza gerada anualmente em valor absoluto, isto é, o PIE, Angola é a terceira maior economia da África Subsariana, com os referidos 106 mil milhões USD, em 2015, atrás da Nigéria e da África do Sul. Os três países deverão manter os mesmos lugares no ranking populacional em 2020, com Angola a aproximar-se dos 30 milhões de habitantes, a Nigéria a ultrapassar os 200 milhões' e as Seicheles a superar os 100 mil.

Se, a preços correntes, a economia angolana vai 'emagrecer' 17,4 % em 2015, face a 2014, penalizada pela descida do petróleo, a preços constantes sucede o contrário. Em termos reais, isto é, em volume, o PIB vai crescer 4,5 %, de acordo com as projecções do FMI.

I.5 Aumento do custo de vida passou a fasquia dos 10%

Jornal Expansão
23 De Dezembro de 2015
Texto: Sita Sebastião

A inflação homóloga, que compara os preços do mês de um ano com o mesmo mês do ano anterior, voltou a passar a barreira dos dois dígitos, em Junho. Estava em um dígito desde Agosto de 2012, pela primeira vez desde que há registos, atingiu um mínimo de 6,9% em Junho de 2014 e desde aí não parou de aumentar 'furando' as metas que o Executivo estabeleceu para este ano.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) inicial para 2015 previa um ritmo anual de crescimento dos preços de 7%. O OGE Revisto subiu a meta para 9%. Falando a dirigentes do comité de especialidade dos bancários do MPLA, o governador do BNA, José Pedro Morais Jr., citado pelo Expansão, revelou que "o objectivo revisto [da inflação na] programação macroeconómica é de 10,4% em Dezembro de 2015".

A taxa de inflação homóloga ficou, então, num máximo de 39 meses, sendo necessário recuar a Maio de 2012 para encontrar um aumento de preços anual tão elevado. Na altura, o Expansão lembrou que o ritmo de crescimento de preços estava a registar máximos qualquer que fosse a medida utilizada. Em Julho último, a taxa acumulada, que mede o aumento dos preços nos primeiros sete meses do ano, já vai nos 7%, máximo de 60 meses.

É preciso recuar a Julho de 2007 para encontrar um aumento acumulado de preços nos primeiros sete meses tão elevado.

Em termos mensais, face a Junho, os preços aumentaram 1,35%, máximo de 43 meses. É preciso recuar a Dezembro de 2011 para encontrar um aumento de preços mensal tão elevado.

E a inflação média, que compara o aumento dos preços em 12 meses consecutivos, estava em máximo de 14 meses. Em Junho situou-se nos 8,1 %, sendo necessário recuar até Maio de 2014 para encontrar um aumento de preço médio tão elevado.

Por tipo de bens, os maiores aumentos do custo de vida registaram-se nos bens transaccionáveis, isto é, sujeitos a concorrência internacional, e nos bens não alimentares. Em Junho os primeiros ficaram 10,3% mais caros em termos homólogos, enquanto os não transaccionáveis encareceram apenas 7,7% no mesmo período.

Já os bens não alimentares viram os preços subir 10,2%, contra 8,4% dos alimentares.

As subidas dos bens não alimentares foram lideradas pelas classes vestuário e calçado, mobiliário, equipamento doméstico e manutenção, com aumentos homólogos na casa dos 14%.

A classe produtos alimentares e bebidas não alcoólicas encareceu 'apenas' 8,5%.

Depois de ter passado praticamente incólume às três subidas dos preços dos combustíveis, a taxa de inflação em Luanda não resistiu à escassez de divisas e conseqüente desvalorização do kwanza, segundo o relatório de inflação do I trimestre de 2015 do Banco Nacional de Angola (BNA).

"A recente depreciação cambial que ficou evidente a partir de Junho de 2014 contribuiu para pressionar os preços no sentido ascendente desde então", lê-se no documento. No mercado oficial, o kwanza já tinha desvalorizado quase 20%, enquanto no mercado informal perdeu quase o dobro.

"A escassez de divisas no mercado obrigou as autoridades a procederem à desvalorização da moeda nacional. Naturalmente isso provoca um encarecimento das importações e, logo do consumo", concordou o economista Fiel Constantino.

I.6 Bornito de Sousa quer erradicação da pobreza

Novo Jornal

23 De Novembro de 2015

O REFORÇO DA PAZ universal, o alcance de padrões climáticos globais sustentáveis e a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões são os maiores desafios globais, disse, segunda-feira, em Luanda, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

O governante discursava na cerimónia de encerramento do Workshop de Apresentação do Relatório Nacional sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ADM) até 2015 e da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, tendo sublinhado que e a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, constituem requisitos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável.

Segundo o ministro, a nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 deve ir para além da satisfação das necessidades básicas, promovendo o desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável nos diferentes níveis, global, regional e local.

Segundo esses fóruns, mais de 80% da energia é consumida nas cidades que, por sua vez, geram 2/3 das emissões de gases poluentes. As cidades, especialmente as dos países em desenvolvimento, são

altamente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, mas, ao mesmo tempo, os Municípios e Cidades são o nível de governação mais próximo dos cidadãos.

1.7 PIB em USD regista maior queda da história

Jornal Expansão

23 De Dezembro de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

O valor em dólares dos bens e serviços e serviços finais produzidos em Angola deverá cair 21,1 % em 2015, face a 2014, o equivalente a 27,3 mil milhões USD, a maior queda da história económica de Angola, de acordo com cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

As projecções da instituição para a economia angolana, incluídas nas Perspectivas Económicas Mundiais, divulgadas em Outubro passado, apontam para um produto interno bruto (PIB) nominal de apenas 102,0 mil milhões USD, este ano, que compara com os 129,3 mil milhões USD estimados para o ano passado.

Em valor absoluto, é a maior quebra do produto nominal, em USD, na história económica angolana, o que faz de 2015 um *annus horribilis* para o País. A segunda maior quebra ocorreu em 2009, quando o PIB, em dólares correntes, recuou 8,7 mil milhões USD.

Já em valor relativo, a queda do PIB nominal em USD em 2015 é a quarta mais elevada desde 1980, só superada pelas quebras de 1993, com um recuo 27,4%, 1994 (27,2%), e 1992 (22,2%), anos marcados pelo reinício da guerra civil, na sequência das eleições.

Em resultado da queda do produto nominal em dólares, em 2015, os angolanos vão ficar 1.242,1 USD mais pobres. Com efeito, o PIB angolano por habitante em USD, indicador de riqueza de um país utilizado em comparações internacionais, vai baixar de 5.303,9 USD, em 2014, para 4.061,8 USD, em 2015.

Se, em termos nominais, a economia 'afunda' 21,1 %, em termos reais acontece o contrário, com o PIB a crescer 4% de acordo com o Governo, ou 3,5% segundo o FMI.

A "boa notícia" de Manuel Vicente

Comparando com 2014, quando a economia cresceu 4,8%, segundo concordam o Governo e o FMI, assiste-se a uma desaceleração de 0,8 pontos

percentuais do ritmo de crescimento. Razão pela qual o discurso sobre o Estado da Nação, lido este ano pelo vice-presidente da República, Manuel Vicente, salientou que "a boa notícia é que Angola não registará uma recessão mas apenas uma ligeira desaceleração do crescimento da economia".

Não sendo frequente, a conjunção de uma queda do produto nominal com um crescimento real não encerra em si qualquer contradição. O que vai acontecer em 2015 é que a economia angolana vai produzir maior quantidade de bens e serviços, mas esses bens e serviços valerão menos quando medidos em USD.

A culpa do *annus horribilis* angolano, consubstanciada no maior 'afundamento' do PIB nominal da história, é do petróleo. O 'ouro negro' tem funcionado como o 'combustível' da economia angolana ao longo dos últimos anos, representando quase 50% do PIB, assegurando mais de 95% das exportações e garantindo entre 70% e 80% do dinheiro que financia o Orçamento Geral do Estado (OGE).

Em média anual, o preço do barril do petróleo deverá cair 46,5%, de 99 USD o barril, em 2014, para 53 USD, em 2015.

Ao contrário do que aconteceu em 2008/09, em que a queda do crude se deveu à desaceleração da procura na sequência da crise financeira internacional' agora, a baixa deve-se ao aumento da oferta, nomeadamente a subida da produção de petróleo a partir do xisto nos Estados Unidos da América e de areias betuminosas no Canadá.

O aumento da oferta de petróleo derrubou o preço do barril, penalizando as exportações angolanas. A baixa do crude também afectou as receitas do Estado, obrigando-o a 'cortar' nas despesas, quer correntes, quer de investimento. A consequência da redução das vendas ao exterior e dos gastos públicos foi a queda do PIB (Ver gráficos na página ao lado).

Défices gémeos estão de volta

O 'afundamento' da economia real teve, como não poderia deixar de ser, reflexos na estabilidade macroeconómica, ressuscitando os chamados défices gémeos. A quebra das exportações superior à das importações provocou um 'rombo' nas contas externas, nomeadamente na balança corrente, enquanto a quebra das despesas inferior à das receitas agravou buraco orçamental.

Quando o Estado gasta mais do que recebe, a dívida pública aumenta, como está a suceder em Angola. Quando as importações superam as exportações,

significa que a moeda estrangeira tem mais procura do que a nacional e esta desvaloriza. Precisamente o que se está a passar com o kwanza. Quando a moeda nacional desvaloriza e o país é muito dependente das importações, como é o caso de Angola, a inflação sobe.

Resumindo, para concluir, o 'trambolhão' do petróleo encolheu a economia, ressuscitou os défices gémeos, fez disparar a dívida pública e a inflação e derrubou o kwanza.

O *annus horribilis* da economia angolana foi reconhecido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que, na mensagem de ano novo, admitiu que "o País está a viver um momento difícil, em virtude da diminuição das receitas provocadas pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional".

2. MICROFINANÇAS

2.1 Empreendedoras recebem empréstimo

Jornal de Angola
7 De Dezembro de 2015
Texto: Casimiro José

Um grupo de 30 mulheres empreendedoras dos diversos ramos de actividade beneficiaram sexta-feira, na cidade de Porto Amboim, de empréstimos financeiros avaliados em quatro milhões e 500 mil kwanzas. Cada beneficiária recebeu 150 mil kwanzas, disse a gestora de projectos de desenvolvimento económico da organização não-governamental Visão Mundial, Ilda Chiyo.

Enquadrado 'no projecto de desenvolvimento económico da Visão Mundial, o pacote financeiro visa dar habilidades a empreendedoras para a gestão e a construção de negócios, disse Ilda Chiyo.

O projecto, que tem o suporte financeiro da empresa petrolífera Total, pretende atingir um total de 3,200 mulheres do Porto Amboim.

Desde o início da sua implementação, em 2014, o projecto já criou 23 bancos comunitários que integram 370 mulheres com poupanças no valor de um milhão e 900 mil kwanzas, disse Ilda Chiyo disse que a meta do projecto é criar 40 bancos comunitários para atender 600 mulheres beneficiárias directas organizadas em grupos, com um alcance para mais de 16.000 pessoas beneficiárias, de forma indirecta.

A organização formou 770 mulheres nas componentes de comercialização e habilidades de negócios, 435 em desenhos de planos de negócios simples e 350 em metodologias de bancos comunitários.

A coordenadora dos Bancos Comunitários da região informou que, desde o início da sua implementação, o projecto já mudou a vida de muitas famílias.

Josefa Quiteculo disse que os rendimentos dos bancos comunitários são enormes, Os Bancos Comunitários são um conjunto de dez vendedoras, cujo fundo resulta da poupança solidária.

O chefe adjunto de divisão de conteúdos e desenvolvimento sustentável da Total manifestou a disponibilidade da empresa em continuar a trabalhar

com o Governo na resolução dos problemas que afligem as comunidades, O responsável da companhia petrolífera Total lembrou que a sua empresa tem contribuído para a melhoria da situação social e económica das comunidades, e apontou como acções concretas o financiamento dos projectos ligados às mulheres empreendedoras, as obras do mercado informal, a construção da represa de água na comunidade da Denda, a construção de uma escola primária no bairro da Cavila, a aplicação do tapete asfáltico na zona do parque, entre outras obras.

A representante da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA), em Porto Amboim, Fernanda Azevedo, considerou a iniciativa da Total uma alavanca para O desenvolvimento das comunidades, no âmbito do combate à fome e à pobreza, O administrador municipal adjunto de Porto Amboim para área social, José do Espírito Santo, disse reconhecer a grandeza do projecto, na melhoria das condições sociais e económicas das populações.

"Não há dúvida de que, quando se dão apoios à mulher, o benefício é para as comunidades", concluiu.

2.2 Participação do Estado é considerável

Jornal de Angola
9 De Dezembro de 2015

O Programa "Angola Investe" é suportado em 10 por cento pelo Estado angolano e 08 restantes 30 por cento são financiamentos garantidos pela negociação entre 08 empresários e bancos, disse ontem, em Luanda, o economista Lopes Paulo.

Ao falar no seminário sobre "Agronegócio", promovido pela Associação Industrial de Angola (AIA), em parceria com a Câmara Agrícola Lusófona (CAL) e o Banco Económico, Lopes Paulo disse que Os 70 por cento que o Estado dá como garantia servem para as micro, pequenas e médias empresas darem início às suas actividades.

Lopes Paulo apelou aos empreendedores para procurarem escritórios de consultoria, para a elaboração de projectos de estudo de viabilidade credíveis e passíveis de serem aprovados pelos bancos comerciais.

O economista frisou que o sucesso de qualquer negócio passa pela boa gestão, uma ferramenta que

pode ser potenciada através do Instituto Nacional de Apoio às Micro, pequenas e Médias Empresa e (INAPEM).

"O sucesso não depende apenas da capacidade financeira, mas da capacidade técnica e de uma gestão rigorosa que possa dar continuidade ao projecto", afirmou Lopes Paulo, que acrescentou que o Programa "Angola Investe", vocacionado para financiar projectos dos sectores produtivos (agricultura, pecuária e pesca), tem dado passos lentos, mas espera-se que seja mais proactivo a partir de 20 J 6.

Quanto aos pequenos agricultores, Lopes Paulo frisou que esta classe de produtores deve recorrer ao Crédito Agrícola de Campanha, um programa que financia até o equivalente a cinco mil dólares por cada associado de uma cooperativa e que prevê taxas de juro bonificadas, para Lopes Paulo, o seminário "Agronegócio" serve de catalisador de negócios entre empresas portuguesas e angolanas no domínio do agro-negócio, desde a produção agrícola à agro-indústria.

"O país tem desafios importantes para garantir a auto-sustentação alimentar e não continuar a depender das importações", referiu. Lopes Paulo disse esperar que os empresários angolanos e portugueses assinem parcerias de negócios, que resultem no incremento da produção nacional e na potenciação das exportações, por ser uma via importante para a obtenção de divisas e, deste modo equilibrar a balança de pagamentos.

Passos positivos

Angola está a dar passos positivos no que diz respeito ao Agronegócio, investindo seriamente na produção de carne, leite e agricultura, disse ontem em Luanda o presidente da Câmara Agrícola Lusófona (CAL).

Jorge Correia Santos, que falava no seminário "Agronegócio" promovido pela Associação Industrial de Angola (AJA), disse que o país ainda não atingiu os níveis de auto-suficiência nos vários domínios de produção, como em ovos e na área da hortofrutícola, mas, aconselhou, "um empresário deve ter uma visão de investimento a médio e longo prazos e, acima de tudo, persistência.

O presidente da Câmara Agrícola Lusófona defendeu a triangulação das empresas dos empresários portugueses, espanhóis e brasileiros para investimentos em Angola.

Enquadrado no programa de internacionalização, o seminário teve como objectivo promover a

interacção entre os empresários da lusofonia e criar um ambiente de negócios favorável em Angola.

2.3 Mais de 200 firmas encerram actividades

Jornal Economia e Finanças
11 De Dezembro de 2015

Mais de 200 empresas de pequena e média dimensão, que operavam em diversos sectores, encerraram este ano as suas actividades por falta de capital financeiro, derivada pela actual crise económica, revelou quarta-feira, na província da Huíla o presidente da Associação Agro-pecuária, Comercial e Industrial, Paulo Gaspar.

O anúncio foi feito à imprensa, depois de um encontro que a classe empresarial local manteve com o governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, tendo indicado as empresas de construção civil as mais visadas pelos efeitos da crise.

Paulo Gaspar considerou a situação de "muito preocupante", uma vez que um número considerável de cidadãos foi desempregado, além do encerramento destas empresas e a desaceleração do funcionamento de outras empresas.

A Associação Agro-pecuária, Comercial e Industrial (AAPCIL) foi fundada em 1991 e controla, actualmente, mais de 600 filiados.

Dados da publicação pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Angola em números 2015" afirmam que, entre 2011 e 2014, foram registadas no país 116.894 empresas e que só 34,1 por cento permaneceram em actividade naquele último ano.

O INE declara no anuário que, em 2013, estavam registadas 95.518 empresas (36,7 por cento em actividade), 75.733 estavam registadas em 2012 (41,5) e 68.443 em 2011 (40,9).

Cerca de metade das empresas em actividade em 2014, 45 por cento, operavam no comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, indicam os dados do INE.

2.4 Crédito para camponeses chega a cinco municípios

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2015

Cinco municípios da província da Huíla começaram a beneficiar do crédito agrícola de campanha. A atribuição foi formalizada em Quipungo, localidade que dista 117 quilómetros a Leste da cidade do Lubango.

Numa primeira fase, os camponeses dos municípios de Caconda, Caluquembe, Matala, Chicomba e Quipungo vão receber créditos bonificados no valor de 638 milhões de kwanzas, concedidos pelos bancos de Poupança e Crédito (BPC), de Comércio e Indústria (BCI) e Sol.

Depois de três anos de interrupção, os referidos bancos voltam a conceder crédito agrícola a estes municípios por se tratarem das regiões da Huíla mais produtivas.

Em entrevista à agência Angop, director provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Pecas e Ambiente, Lutero Campos, confirmou que os camponeses vão receber créditos bonificados, com prazos de reembolso de dois anos.

O responsável esclareceu que foi criada uma comissão que deve fazer o acompanhamento dos beneficiários, no sentido de reembolsarem os valores do crédito, pois "na primeira fase, somente 20 por cento dos camponeses honrou o compromisso assumido".

Lutero Campos referiu que até ao ano de 2012 os bancos tinham já disponibilizado mais de 577 milhões de kwanzas, tendo beneficiado 2.289 camponeses enquadrados em 258 associações. Vinte por cento destes reembolsou o empréstimo.

Na semana passada, 125 das 400 associações do município de Caluquembe receberam meios agrícolas, entregues pelo administrador local, José Arão Nataniel, para apoiar a presente campanha que arrancou oficialmente na sexta-feira. Os camponeses vão cultivar 605 mil hectares, com uma previsão de colheita de 428 mil toneladas de produtos diversos. O município de Quipungo tem uma população estimada em 146 mil e 914 habitantes, de acordo com os dados provisórios do Censo 2014.

Feira de Natal

Cerca de 70 agricultores e industriais de 14 municípios da província da Huíla vão expor, de 17 a 22 deste mês, produtos do campo na 4.ª Edição da

Feira de Natal, promovida pela Associação Agro-Pecuária, Industrial e Comercial (AAPCIL).

A informação foi prestada à agência Angop, no Lubango, pelo secretário-geral da AAPCIL, Elísio Lobo. O evento conta com a participação dos maiores produtores da Matala, Humpata, Chibia e Lubango. A AAPCIL é uma agremiação criada para defender os interesses da classe empresarial local e, actualmente, controla mais de 600 filiados.

2.5 Camponeses beneficiaram de crédito

Jornal de Angola
7 De Dezembro de 2015
Arão Martins

Mais de 800 camponeses dos municípios de Caconda, Caluquembe, Chicomba, Matala e Quipungo, na província da Huíla, beneficiam de crédito de campanha para aumentar a produção agrícola, anunciou ontem o director Provincial da Agricultura.

Lutero Campos falava na abertura da campanha agrícola 2015-2016 e informou que numa primeira fase, Os Bancos de Poupança e Crédito (BPC), Sol e Comércio e Indústria estão a operacionalizar o crédito para a produção do milho e, na segunda; entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2016, o feijão. A terceira fase compreende os meses de Abril e Maio, nos quais deve ser processado o crédito para a batata.

O director provincial da Agricultura disse que se trata de um crédito contínuo e que numa primeira fase foram disponibilizados 18 milhões de kwanzas, sublinhando que mais municípios são abrangidos proximamente.

Lutero Campos pediu aos beneficiários para fazerem o reembolso dos valores dentro dos prazos estipulados para permitir que mais pessoas beneficiem dos próximos programas do crédito de campanha agrícola.

Para a presente campanha agrícola, disse, foram preparados 605 mil hectares, mais cinco mil em relação à campanha passada, referindo que 280 mil famílias camponesas estão directamente envolvidas na produção de cereais nos municípios de Caluquembe, Cacula, Caconda, Chibia, Chipindo, Quilengues, Chicomba, Jamba, Cuvango, Lubango, Humpata, Gambos, Matala e Quipungo.

Operacionalidade dos bancos

O responsável do microcrédito do Banco Sol na Huíla, Gesse Jeremias, disse que o Programa de Aquisição de Produtos do Campo (PAPA ORO) também está inserido no processo para auxiliar os camponeses 110 escoamento e venda dos seus produtos, bem como no reembolso dos valores.

"No âmbito do programa, há uma coordenação que envolve os Ministérios da Agricultura, Economia e Comércio", referiu Gesse Jeremias,

Em relação às modalidades do funcionamento do crédito de campanha, disse Jeremias explicou que para obter o empréstimo, o camponês faz listagem dos meios de que precisava para desenvolver a sua actividade e, depois, pede uma factura pró-forma a um fornecedor que é entregue ao banco, que, procede à sua ligação.

Desidério Ndala, técnico de microfinanças do Banco de Poupança e Crédito na Huíla, esclareceu que várias famílias têm vindo a beneficiar de créditos da instituição dentro dos programas pré-estabelecidos, contribuindo de forma significativa na melhoria da sua qualidade de vida. Em 2013, sublinhou o BPC concedeu à província da Huíla créditos na ordem dos 224 milhões de kwanzas para os municípios da Matala, Quipungo, Lubango e Cacula, nos quais foram criadas 50 cooperativas de camponeses e associações, beneficiário 499 famílias

Combate à pobreza

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, disse na abertura da campanha agrícola que o Executivo vai continuar a apoiar a população para intensificar a produção do campo agrícola e combater a pobreza.

João Marcelino Tyipinge sublinhou que milhares de famílias camponesas da Huíla receberam apoio ao governo através do crédito de campanha e apelou aos camponeses a aproveitarem a época chuvosa para produzirem o auto-sustento quer para a comercialização.

"Ao terem feijão, mandioca, milho, massambala, masaango suficiente para comer e vender, as famílias conseguem obter vestuário e material escolar' para os filhos e outros bens de primeira necessidade", sublinhou o governador provincial, notando que os municípios do Quipungo, Matala, Caluquembe, Chipindo, Cuvango, Jamba e Chibia existem condições para produzir alimentos em quantidade para ajudar a combater a pobreza.

Os bancos estão a trabalhar com o Governo para transformar o dinheiro em produtos para ajudar a fortalecer a actividade dos camponeses, concluiu Marcelino Tyipinge.

2.6 Crédito chega aos camponeses

Jornal de Angola

09 De Dezembro de 2015

O Kixi-Credito disponibilizou, Janeiro e Outubro deste ano, 164 milhões de kwanzas a 369 clientes da província do Uíge, no âmbito da acção do combate à fome e à pobreza nas comunidades, disse ontem gestor do Kixi-Credito na província do Uíge. José Simba referiu que o programa está a ser implementado em três dos 16 municípios do Uíge e beneficia mulheres e homens com pequenas iniciativas, a fim de potenciar as suas actividades. Para se ter acesso ao programa, os cidadãos devem formar grupos de entre três a cinco pessoas, mas, que residam na mesma área, explicou José Simba, que informou que o montante do crédito varia de 50 mil a 500 mil kwanzas.

O Kixi-crédito é uma instituição financeira não bancária especializada em microcrédito, licenciada pelo Banco Nacional de Angola em 2008.

Crédito no Bié

Um total de três mil famílias camponesas do município do Cuito, província do Bié, vão beneficiar até ao fim do ano do Crédito Agrícola de Campanha, disse ontem o director da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Marcolino Sandemba, que sublinhou que a intenção é aumentar a produção agrícola e consequentemente acelerar a erradicação da fome no seio das comunidades. Marcolino Rocha Sandemba disse que vão beneficiário crédito os camponeses associados, tanto em associações como em cooperativas, para se garantir o retomo do valor emprestado.

Aposta do BPC

Conforme esclareceu, o crédito será disponibilizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e deve abranger projectos ligados ao cultivo do milho e da batata rena, Marcolino Rocha Sandemba apelou aos camponeses beneficiário e do crédito dos anos anteriores para que procedam ao seu reembolso, visando ampliar a capacidade de assistência financeira a outras áreas.

Perto de dez mil famílias na condição de venerabilidade, localizadas nos municípios de Cuemba, Camacupa, Chitembo, Chinguar e Culto vão beneficiar, no próximo ano, do Cartão Kikuia, informou ontem a directora provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo.

Ludmila Gomes disse que a distribuição do Cartão Kikuia surge da necessidade de se reduzir a pobreza entre as famílias mais vulneráveis e como uma forma de incentivo dessa franja social, visando um acompanhamento contínuo para capacitá-las, para que os mesmos beneficiários possam dar continuidade às suas actividades, com realce para aquelas geradoras de lucro e que garantem sustento.

Inserido no Programa Ajuda pelo Trabalho, o Cartão Kikuia permite que cada beneficiário adquira, gratuitamente, bens alimentares de primeira necessidade no valor de dez mil kwanzas em estabelecimentos comerciais comunitários. A província do Bié tem mais de um milhão de habitantes, maioritariamente camponeses, distribuídos pelos municípios de Camacupa, Catabola, Nharêa, Chitembo, Chinguar, Chitembo, Andulo, Cuinhanga e Cuito.

2.7 Crédito para camponeses chega cinco municípios

Jornal de Angola
14 De Dezembro de 2015

Cinco municípios da província da Huíla começaram a beneficiar do crédito agrícola de campanha. A atribuição foi formalizada em Quipungo, localidade que dista 117 quilómetros a Leste da cidade do Lubango.

Numa primeira fase, os camponeses dos municípios de Caconda, Caluquembe, Matala, Chicomba e Quipungo vão receber créditos bonificados no valor de 638 milhões de kwanzas, concedidos pelos bancos de Poupança e Crédito (BPC), de Comércio e Indústria (BCI) e Sol. Depois de três anos de interrupção, os referidos bancos voltam a conceder crédito agrícola a estes municípios por se tratarem das regiões da Huíla mais produtivas.

Em entrevista à agência Angop, director provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Pecos e Ambiente, Lutero Campos, confirmou que os camponeses vão receber créditos bonificados, com prazos de reembolso de dois anos.

O responsável esclareceu que foi criada uma comissão que deve fazer o acompanhamento dos beneficiários, no sentido de reembolsarem os valores do crédito, pois "na primeira fase, somente 20 por cento dos camponeses honrou o compromisso assumido".

Lutero Campos referiu que até ao ano de 2012 os bancos tinham já disponibilizado mais de 577 milhões de kwanzas, tendo beneficiado 2.289 camponeses enquadrados em 258 associações. Vinte por cento destes reembolsou o empréstimo.

Na semana passada, 125 das 400 associações do município de Caluquembe receberam meios agrícolas, entregues pelo administrador local, José Arão Nataniel, para apoiar a presente campanha, que arrancou oficialmente na sexta-feira. Os camponeses vão cultivar 605 mil hectares, com uma previsão de colheita de 428 mil toneladas de produtos diversos. O município de Quipungo tem uma população estimada em 146 mil e 914 habitantes, de acordo com os dados provisórios do Cens020 14.

Feira de Natal

Cerca de 70 agricultores e industriais de 14 municípios da província da Huíla vão expor, de 17 a 22 deste mês, produtos do campo na 4.ª Edição da Feira de Natal, promovida pela Associação Agro-Pecuária, Industrial e Comercial (AAPCIL).

A informação foi prestada à agência Angop, no Lubango, pelo secretário-geral da AAPCIL, Elísio Lobo. O evento conta com a participação dos maiores produtores da Matala, Humpata, Chibia e Lubango. A AAPCIL é uma agremiação criada para defender os interesses da classe empresarial local e, actualmente, controla mais de 600 filiados.

2.8 Pescadores artesanais recebem novos incentivos

Jornal Economia e Finanças
25 De Dezembro de 2015
Texto: Adérito Veloso

A partir de agora, os pescadores passam a contar com apoio financeiro do programa de crédito agrícola de campanha extensivo ao sector das pescas, cujo acto de lançamento aconteceu, recentemente, na cooperativa "Kilamba Kiayi", município de Cacuaco em Luanda, pela secretária de Estado das Pescas, Maria Antónia Nelumba.

Numa primeira fase, o ambicioso projecto, que tem como principal parceiro o Banco Sol, será implementado em 36 municípios já identificados, com um forte pendor na produção pesqueira.

O projecto prevê beneficiar pescadores agrupados em cooperativas, ou grupo solidário de cinco a seis pescadores que habitam na mesma comunidade. No acto de lançamento um total de 70 pescadores ligados à pesca artesanal marítima beneficiou do kit.

Estratégia

Ao usar da palavra, Maria Antónia Nelumba lembrou que no âmbito das acções a fome e à redução da pobreza nas comunidades piscatórias, o Executivo angolano tem vindo a desenvolvendo um conjunto de medidas para atingir os objectivos de desenvolvimento.

Nesta conformidade, foi introduzido no crédito agrícola de campanha o subsector da pesca artesanal, tendo sido também, redefinido o papel dos comités locais de pilotagem e a concessão de garantias pelo Ministério das Finanças aos bancos" operadores.

Para o efeito, existem duas linhas de financiamento, nomeadamente o crédito agrícola de campanha com montante que vai até 500 mil kwanzas e o crédito de investimento que atinge os 50 milhões.

Segundo informou, o primeiro crédito tem a taxa de juros de 1 por cento e o segundo, cujo montante disponibilizado pelo Executivo angolano é equivalente a 115 milhões de dólares (16,8 mil milhões de kwanzas) será canalizado para os bancos comerciais para financiarem os sectores da agricultura, pecuária e pesca.

Este valor, disse, será repassado aos bancos operadores à taxa de juros de 4,5 por cento com um período de carência de até 48 meses e com maturidade de 180 meses.

"Para se ter acesso ao programa, os pescadores devem ter as suas licenças de pesca em dia e devem estar enquadrados e agrupados numa cooperativa ou num grupo solidário de entre cinco a seis pescadores, que habitam na mesma área ou comunidade piscatória", informou a secretária de Estado das Pescas, Maria Antónia Nelumba.

Produção

No seu pronunciamento, a governante destacou o grande potencial existente a nível do país para a exploração de recursos pesqueiros não só do litoral como também do interior, onde mais de 25 mil

angolanos se dedicam a pesca artesanal marítima e continental.

Com estes números, acrescentou, muito mais pessoas se podem dedicar a aquicultura comunal bem como ao cultivo de peixe, aumentando assim o volume de produção do pescado para o consumo interno e para a exportação.

Actualmente, o nível de capturas da pesca artesanal marítima é de cerca de 1~0 mil toneladas e o da pesca continental está fixado em 36 mil.

"O potencial da pesca artesanal marítima e continental bem como o desenvolvimento da aquicultura comunal podem também contribuir para a diversificação da economia, permitindo a produção para a exportação de produtos semi-processados e peixe salgado seco com vista a arrecadação de divisas que tanta falta fazem neste momento em que se regista a sua diminuição motivada pela brusca queda do preço do petróleo no mercado internacional", salientou,

Ganhos

Convidada a proferir algumas palavras, a vice-governadora de Luanda para Área Política e social, Jovelina Imperial, pediu aos beneficiários que aproveitem no máximo os recursos materiais e financeiros que receberam.

Já o administrador do município Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, frisou que os beneficiários do crédito bancário contraídos para que os outros também possam beneficiar.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Defendida fiscalização eficiente

Jornal de Angola
03 Dezembro de 2015

A Ordem dos Enfermeiros de Angola está preocupada com a proliferação de postos e centros de saúde sem estarem minimamente habilitadas para o exercício da actividade, o que põe em risco a saúde das pessoas, disse ontem o bastonário da Ordem.

Paulo Luvualo, ao falar no terceiro Encontro Nacional de Reflexão de Enfermagem que decorreu em Luanda, pediu às autoridades competentes uma fiscalização mais eficiente.

"Os profissionais de enfermagem que prestam serviços, recordou, devem estar credenciados mediante a carteira/cédula pela Ordem, o que vai garantir a certificação profissional do trabalhador e assegurar ao utente/paciente que não está diante de um impostor e ser atendido com eficácia necessária." Como preocupações, o bastonário apontou o elevado número de pseud profissionais que nos vários pontos do país prestam assistência de enfermagem sem qualquer certificação técnica ou com certificação falsificada.

O bastonário da Ordem dos Enfermeiros de Angola adiantou que este é um momento de suma importância, numa altura que o país celebrou 40 anos de Independência Nacional. "E também um momento para grandes desafios, já que grande parte dos profissionais com que o país conta são fruto desta Angola livre e soberana", disse Paulo Luvualo, que concluiu: "Chegou o momento de reflectirmos profundamente, sobre onde estamos e como fazemos o nosso trabalho, como cumprimos as nossas obrigações, como aplicamos os princípios éticos, deontológicos e as normas de humanização que aprendemos na academia."

O encontro serviu para os participantes reflectirem sobre a enfermagem, que Paulo Luvualo considerou uma ferramenta necessária para uma gestão eficiente dos cuidados a prestar aos pacientes.

Dados disponíveis indicam que em 1975 Angola tinha cerca de 100 profissionais de enfermagem. Desde a Independência foram formados 61.132, dos quais 43.038 estão inscritos na Ordem. Destes, 5.765

possuem carteira profissional, sendo 308 licenciados, 185 bacharéis, 3.249 técnicos e 2.023 auxiliares.

3.2 Informalidade absorve elevadas somas

Jornal de Angola
5 De Dezembro de 2015

O Estado perde 7,336 mil milhões de kwanzas em impostos não arrecadados do mercado informal, que factura uma média anual de 12,227 mil milhões de kwanzas, revelou ontem, em Luanda, o administrador da AGT (Administração Geral Tributária).

Gilberto Luther falava na III palestra conjunta entre o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e a Administração Geral Tributária (AGT), subordinada ao tema "tributação em sede de impostos de consumo para as micro, médias e pequenas empresas". O administrador precisou que o mercado é constituído por nano, micro, médias e pequenas empresas e tem um nível de informalidade de 60 por cento.

"Como podem imaginar, perante esses dados, não podemos ignorar o grande problema da informalidade que é hoje um dos grandes flagelos da nossa economia", disse.

Para Gilberto Luther, existem vários factores com impacto directo no desenvolvimento de uma economia: a dimensão do mercado, o acesso a matérias-primas, a qualidade e quantidade das infra-estruturas, a estabilidade política legal e macroeconómica, entre outros.

Gilberto Luther disse ainda que é possível, através do sistema tributário, combater a informalidade do mercado informal, bastando para isso utilizar as ferramentas certas para o fazer.

A reforma dos códigos tributários, a informação e a sensibilização são as ferramentas a ser utilizadas, "porque não basta os contribuintes estarem informados. E preciso mais do que isso e devem ser sensibilizado permanentemente para a importância de cumprirem, de forma voluntária, com as suas obrigações fiscais", sublinhou. No que diz respeito às micro, médias e pequenas empresas, o legislador deve ter um cuidado particular porque não seria possível tratar de forma igual aquilo que são coisas diferentes na sua natureza. "E aqui nesta distinção que começa a equidade fiscal, tratar igual o que é igual e de forma

diferenciada aquilo que é diferente", finalizou Gilberto Luther, Desde 2010, o Governo promove a reforma tributária visando o alargamento e a diversificação da base tributária da economia.

Mais receitas

De 2011 a meados de 2014, o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) de Angola teve um impacto acumulado de 361,1 mil milhões de kwanzas. Pela primeira vez, a receita fiscal não petrolífera passou a ser expressiva no Orçamento Geral do Estado, tendo como suporte a reforma do Imposto Predial Urbano, reforço dos mecanismos de verificação e cobrança de impostos, assim como alterações ao Imposto sobre a Aplicação de Capitais, de Consumo e pagamento de dívidas aduaneiras.

Em finais de 2013, o Estatuto dos Grandes Contribuintes introduziu mecanismos adicionais para um grupo especial de empresas, que já permitiu a criação de dois regimes especiais: o Regime de Preços e Transferências e o Regime de Tributação de Grupos de Sociedades.

Em Julho de 2013 foi publicada uma autorização legislativa que consagra ao Executivo autorização para a introdução de alterações ao Regulamento do Imposto de Consumo, ao Código de Imposto de Selo e ao Código de Imposto de Aplicação de Capitais.

3.3 Vendedoras devem evitar depositar resíduos no chão

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2015

As vendedoras ambulantes que exercem actividade nas imediações da fábrica de cerveja Cuca devem depositar o lixo produzido diariamente nos contentores, pediu ontem em Luanda o director do gabinete de comunicação e imagem dos Caminhos-de-Ferro de Luanda, Augusto Osório.

O lixo produzido por estas pessoas durante as vendas é deixado ao ar livre junto da linha, criando - constrangimento à circulação do comboio, disse Augusto Osório, que adiantou que o comportamento deve ser outro, porque todo o lixo colocado na zona da Cuca é arrastado até à passagem de nível da CIPAL impossibilitando, deste modo, a circulação do comboio da estação do Bungo até Capalanga ou Baía. O comboio esteve paralisado recentemente "porque as quantidades de lixo existente na zona da Cuca é muito e o comboio não pode funcionar com a linha férrea nestas condições, perigando vidas humanas e

provoca a destruição dos meios de locomoção", explicou Augusto Osório, que explicou que o Caminho-de-Ferro de Luanda tem trabalhado com as administrações municipais e distritais onde passa a linha férrea, uma parceria valiosa que tem resultado na retirada dos aglomerados de lixo no ramal, colocado pelos moradores que residem nas proximidades da linha.

3.4 Mercado do Kikolo rende 24 milhões de kwanzas por mês ao governo provincial de Luanda

Jornal A República
11 De Dezembro de 2015
Texto: Mafuta Malanda

Após o encerramento do mercado Roque Santeiro, os vendedores foram transferidos para o mercado do Panguila, um mercado com melhores condições e serviços, mas que, devido à distância e ao mau estado das vias de acesso, os vendedores preferiram (na altura) instalar-se no mercado do Kikolo.

O mercado em referência é o maior do país (quicá de África), tal como o foi similarmente o antigo Roque Santeiro.

Segundo uma fonte ligada à Administração do mercado, o mesmo tem um número de vendedores estimado em 8 mil, desde os que vendem em bancadas aos ambulantes.

Todos os dias, os vendedores são obrigados a pagar um valor de 100 kzs aos fiscais. Tal como os vendedores, os automobilistas e os moto-taxistas que prestam serviços de táxi do mercado para outros pontos da cidade ou vice-versa, para terem acesso ao parque de embarque e desembarque de passageiros, são obrigados a pagar 500 kzs e 200 kzs, respectivamente.

A nossa fonte adiantou ainda que todos os dias os fiscais recolhem cerca de 800 mil kzs, valor que, no final de cada mês, chega a rondar os 24 milhões de kzs.

Segundo a mesma fonte, antigamente o referido valor era depositado numa conta afecta à Administração Municipal de Cacaco, mas agora é depositado numa conta pertencente ao Governo Provincial de Luanda.

O jornal a República sabe que adquirir um espaço (uma bancada) naquele mercado custa aos bolsos dos vendedores um valor que vai de 50 a 100 mil kzs,

valor que, na quadra festiva, pode chegar aos 150 mil kzs.

Apesar de arrecadar milhões de kwanzas, o referido mercado ainda enfrenta graves problemas de saneamento básico, como é o caso do lixo, visível em tudo quanto é canto do mercado. Outro grande problema que a Administração do mercado não consegue resolver tem a ver com a segurança. Os vendedores lamentam o nível elevado de assaltos de que têm sido vítimas quase todos os dias.

O mercado conta com um posto policial, mas que não consegue dar resposta aos crimes que ocorrem no mesmo.

3.5 Mercados informais registam pouca afluência de clientes

Jornal Machete

18 De Dezembro de 2015

Texto: Moreira Mário

Em véspera da quadra festiva, está sendo cada vez notória, a pouca afluência ou mesmo falta de clientes nos grandes supermercados de Luanda. O mesmo acontece aos mercados informais que, ao contrário dos anos anteriores, nessa altura era habitual muitas famílias optarem em fazer as suas compras nos referidos locais, devido aos preços mais ou menos baixos em relação aos supermercados.

Vendedoras de alguns mercados informais confirmaram o facto a este jornal, as quais acreditam que a situação da crise que o país vive estaria na base, visto que o poder de compra das famílias baixou significativamente.

Por exemplo, Maria Evaristo, vendedora de produtos alimentares no mercado do Kicolo queixa-se pelo facto de nas últimas semanas, o seu negócio estar a vender muito pouco. A vendedora disse que em consequência disso, algumas vezes teve que desistir de vender antes mesmo do meio-dia e voltar para casa, por falta de cliente.

Disse ainda que as suas colegas também estão a passar pela mesma situação. "É a segunda semana que não vendo quase nada", disse a vendedora, argumentando temer que o seu negócio vá abaixo. Outra vendedora que se mostra igualmente preocupada com esta situação é Juliana Pedro, que desde então, o recurso à kixiquila jogando com as suas colegas de praça, sempre foi para si, melhor forma de garantir algum dinheiro e evitar gastos

desnecessário no lucro do negócio. Mas de algum tempo a esta parte que já não vem a participar deste jogo, em virtude do volume do seu negócio ter reduzido bastante.

"Quando chegasse esta altura do ano, todos nós tínhamos a nossa cesta básica garantida porque jogávamos kixiquila.

Mas por falta de dinheiro tive que abandonar o grupo, apenas terei que fazer algumas comprinhas para as crianças em casa, para não passarem em branco o natal", contou a nossa interlocutora. Entretanto, de acordo com analistas, a situação já era previsível desde o final do ano passado devido ao aumento dos preços dos combustíveis, quando o litro da gasolina passou de Kz 75 para Kz 90 e o do gasóleo de Kz 40 para Kz 60.

Muitos operadores económicos avançaram, embora timidamente, com a possibilidade de um acréscimo no valor de alguns produtos básicos, mas, após algumas intervenções do Governo, recuaram na decisão. E quando menos se esperava, no entanto, surgiu o problema da falta de dólar no mercado. Diante da dificuldade na obtenção de divisas em tudo quanto é canto, os agentes económicos deram um "basta" e, sem mais conversas com as autoridades, aumentaram de forma generalizada os preços dos bens de primeira necessidade.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), por via de um relatório, esclareceu que a inflação no país, que anda cotada, segundo dados do BNA, na ordem anual dos 7,48 por cento, aumentou entre Dezembro e Janeiro 0,53 por cento no país. Em Luanda, o aumento foi de 0,72 por cento.

De acordo com o relatório do INE, a classe "Alimentação e Bebidas não Alcoólicas" foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços durante o mês de Janeiro, com 0,15 pontos percentuais, seguida das classes de "Transportes" (0,14 pontos percentuais), "Bens e Serviços Diversos" (0,06 pontos percentuais) e "Vestuário e Calçado" e "Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção" (0,05 pontos percentuais cada). As restantes classes tiveram taxas inferiores a 0,05 pontos percentuais. Nas ruas, no entanto, a sensação é de que os aumentos foram muito maiores.

A praça informal, onde boa parte dos luandenses fazem as compras, é onde mais se está a sentir o aumento. Sem regras nem fiscalização, neste circuito, os preços estão a conhecer oscilações preocupantes para muitas famílias que vêem o seu poder de compra cada vez mais baixo.

3.6 O sector informal nas economias

Jornal Economia e Finanças
18 De Dezembro de 2015

A economia informal é seguramente um dos grandes temas das últimas três décadas, pois é um fenómeno cada vez mais frequente no mundo, principalmente nos países da África Subsaariana.

Muitos Estados africanos, sobretudo o da África Subsaariana, tem criado estratégia com vista à redução da actividade informal na economia.

Mas esta luta não tem sido tarefa fácil em função das dificuldades que estes mesmos Estados enfrentam na sua cadeia de produção de bens, o que leva os Governos a recuarem nas suas medidas contra a proliferação da actividade informal.

Devemos aqui realçar que, nestes países, o sector da economia informal advém em grande parte da má afectação dos recursos económicos e financeiros, tanto nacional como provenientes do estrangeiro (comércio e investimentos), o que, em geral, teve como resultado uma deficiente implementação das estratégias para o desenvolvimento e uma dificuldade acrescida da pretendida modernização do continente africano.

Diz a história económica que o sector informal da economia teve maior relevo em África após o processo de descolonização dos países da África Subsaariana.

Por isso, diz-se que a questão de desenvolvimento do continente africano começou a ser discutida nos anos 60 do século XX, quando a maioria dos Estados se tornou independente.

A partir daí, os Estados africanos apostaram fortemente em modelos económicos que se baseavam em substituição da importação e na intervenção do Estado na economia. Estes modelos trouxeram uma urbanização acelerada e um grande contingente de trabalhadores dos campos para as cidades e tiveram como resultado um "boom" demográfico superior ao crescimento económico.

Alguns especialistas em assuntos africanos advogam que as raízes do problema do sector informal podem ser encontradas no modelo burocrático de desenvolvimento, centrado na promoção, pelo Governo, das empresas de grande escala e de tecnologias avançadas, como sendo elementos essenciais para uma bem sucedida estratégia de desenvolvimento,

No entanto, os observadores dos países africano começaram a notar que, perante a falta de empregos

no sector formal, muitos pobres foram, sobrevivendo através do trabalho para ele próprios ou para familiares. Assim, operando fora das regras e das regulamentações da economia formal, estas actividades foram fornecendo uma vasta gama de produtos e serviço.

Portanto, a incapacidade dos Estados em responder aos desafios fundamentais da população nos domínios do emprego, da saúde e da educação está na origem e expansão do sector informal.

A crise económica que se fez sentir na África Subsaariana, ' durante a década de 80, fez emergir por completo a importância da economia informal. E como escreveu Adelino Torres no seu artigo:

África: desenvolvimento adiado e crise económica, "as dificuldades; do continente africano revelam erros de estratégia que remontam aos primeiros anos de ajustamento estrutural nos anos 80 do século: XX, onde, sob pressão do FMI e do Banco Mundial, as culturas alimentares foram preteridas em função das culturas de exportação".

Perante esta situação, o sector informal da economia surge como alternativa, através da empregabilidade e distribuição de rendimentos e vem assegurar a sobrevivência da esmagadora maioria das populações da África Subsaariana.

Por essa razão, o sector informal tem uma importância muito grande na África Subsaariana, o que levou o BM e o FMI a integrarem-no mais recentemente na sua estratégia de desenvolvimento.

E hoje sabe-se que o sector informal joga um papel fundamental no processo de redução da fome e da pobreza, pois actua como um "amortecedor económico" face à ineficácia dos Governos de resolver os problemas do desemprego de muitas famílias.

3.7 Preços 'disparam' mas vendedores queixam-se de ganhar menos

Jornal Expansão
18 De Dezembro de 2015
Texto: Osvaldo Manuel

Começou há algumas semanas e continua. Os preços de produtos básicos nos principais mercados informais de Luanda sofreram fortes aumentos desde Novembro. Arroz, carne seca, feijão, batata, leite,

azeite de palma, bacalhau, massas, chouriço, presunto, ovos ou fiambre são, segundo os comerciantes, os bens alimentares mais procurados por angolanos de diversas camadas sociais nesta altura do ano.

Imaculada Francisco vende há 15 anos no mercado do Asa Branca, no Cazenga, e admite que são estes os produtos cujos preços "mais aumentaram". E dá exemplos. A lata de leite está a ser vendida a 2.800 Kz, face a 2.500 até há poucas semanas - mais 12%; uma caixa de 24 ovos fica agora por 1.700 Kz, quando estava a 1.300 Kz - um agravamento próximo dos 31%.

Mariana Miguel, que está há 20 anos no mesmo mercado, também reconhece que os preços estão mais altos, mas garante que nem por isso há mais negócio. No passado, "comercializávamos cerca de 60 mil Kz por dia, sobretudo neste período de Natal. Agora vendemos 15 mil Kz".

No Mercado do 30, município de Viana, o discurso é igual: preços em alta. Joana Antonieta, comerciante, diz estar a vender sacos de 25Kg de a IToza 4000 Kz, quando, até Novembro, o fazia por 3.000 Kz. Ou seja, uma subida de 25%.

"Os preços subiram, porque há mais procura para as festas e também devido à carência de divisas, pois quase tudo vem de fora do País", diz, ao Expansão.

Cientes "não se importam de gastar" mais Luzia António, que vende no mercado do Kikolo, município do Cacucaco, afirma que, nesta altura do ano, os clientes "não se importam gastar avultadas somas para comprarem bens alimentares".

Uma caixa de massa alimentar está a ser vendida a 2.000 Kz. Em Outubro e Novembro, ficava por 1.500 Kz - um agravamento de quase 35% que parece compensar o "pouco lucros" que se está a retirar de perecíveis e cereais.

Este ano, as compras de Natal começaram cedo nestes mercados de Luanda. A procura por produtos tradicionais da época bacalhau, peru, frango - 'dispara'. Mas também se compram brinquedos, que estão, igualmente, mais caros.

"Estou a comprar brinquedos para poder oferecer aos meus filhos, netos, afilhados e sobrinhos, antes que acabem ou subam ainda mais de preço", diz Júlio Francisco, no Kikolo.

Graciete dos Santos, cliente do Asa Branca, lamenta que os comerciantes nesta altura do ano "pensem simplesmente em explorar os clientes quando deveriam criar políticas para reduzir os preços".

Mas Maria de Fátima, 'decana' deste mercado, vendedora informal há mais de 30 anos, garante que o volume de vendas face a anos anteriores é menor. Noutro momento, explica, "as nossas mercadorias já teriam acabado e já teríamos reforçado o stock",

"Trabalho no mercado informal há 32 anos, mas não me lembro de ter vendido tão pouco como nos últimos tempos", remata.

3.8 Vendas na rua preocupam autoridades

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2015

Texto: Sónia Maria

O número de vendedores ambulantes tende a aumentar ao longo da Estrada Nacional 230, no município de Caculama, em Malanje, o que preocupa as autoridades locais, disse ontem ao Jornal de Angola a administradora interina, Ânsia Correia.

"Apesar das autoridades locais terem erguido um mercado na sede municipal de Caculama, com 1.600 lugares, os vendedores insistem em vender os seus produtos ao longo das bermas da estrada, o que constitui um perigo para os munícipes, tendo em conta o movimento acentuado de viaturas em direcção ao Leste do país".

As autoridades policiais do município de Caculama, acrescentou a administradora, estão atentas à situação e apelam os munícipes a mudarem de comportamento, acorrendo ao novo mercado, que tem condições propícias para a actividade comercial

O novo mercado municipal foi construído no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, numa área de 16 mil metros quadrados e tem capacidade para acolher 1.600 vendedores.

A administradora municipal interina de Caculama lamenta o facto de os vendedores abandonarem o mercado, optando pela venda na rua, sem condições de higiene, o que constitui um atentado à saúde. Ansia Correia anunciou a tomada de medidas disciplinares, como a apreensão de bens e aplicação de multas, para se inverter o quadro. A administradora interina pediu aos membros do conselho municipal de concertação social e aos sobas no sentido de aconselharem os vendedores ambulantes a deixarem de vender nas ruas, sobretudo os moradores dos bairros Buló, Cagiza e Caloloio, situados ao longo da Estrada Nacional 230. O

regedor Bulo afirmou ter ficado surpreendido com o facto dos habitantes estarem a abandonar o mercado, pois é um espaço feito para se evitar a venda em locais impróprios.

A autoridade tradicional defendeu a necessidade de se regular e disciplinar o exercício da actividade comercial no município de Caculama, para se evitar o pior.

De referir que na região estão em curso diversas acções de impacto social, para melhorar a qualidade de vida da população. Das obras em curso destaque para a reabilitação e construção de centros médicos, postos de saúde e escolas, para melhorar a assistência médica e facilitar a inserção de mais crianças no sistema normal de ensino e aprendizagem.

As estradas também estão a ser reabilitadas, para facilitar as trocas comerciais e o escoamento dos produtos agrícolas.

3.9 Desmantelado complexo comercial chinês

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2015

Texto: Natacha Roberto

Uma operação multisectorial desmantelou ontem, em Luanda, um centro comercial com 38 lojas chinesas que operavam de forma ilegal no município de Viana, junto à via rápida sentido Benfica/Cacuaco.

A operação, que envolveu os Ministérios do Comércio, Saúde, Serviços de Migração e Estrangeiros, Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e outras instituições de fiscalização económica, resultou na detenção de mais de 50 cidadãos chineses, notas falsas, peças de marfim, material farmacêutico com prazo vencido e produtos alimentares conservados em condições, Precárias.

O Inspector-geral do Ministério do Comércio, Lino Antunes, informou que os produtos farmacêuticos têm apenas uma rotulagem em língua chinesa e estavam a ser conservados em condições inapropriadas. "Vamos aprender e fazer a devida destruição de todos os medicamentos encontrados, pelo facto de estarem sem rótulo em língua portuguesa e incumprir com as recomendações de comercialização no mercado angolano", explicou.

Enquadrada no âmbito do asseguramento da quadra festiva, a operação visa combater o comércio de actividades comerciais ilegais e promover boas

práticas entre os operadores económicos. "Esta medida visa ainda combater a entrada de cidadãos estrangeiros em Angola de forma ilegal e comercialização de produtos que não obedecem As normas internacionais de comercialização", referiu.

Uno Antunes informou que muitos estabelecimentos comerciais chineses operavam com alvarás cedidos por angolanos para poderem efectuar a sua actividade económica em Luanda. "Diante das irregularidades encontradas neste local, vamos aferir cada uma das lojas e encontrar os proprietários dos alvarás para proceder ao cancelamento da licença comercial", sublinhou.

O inspector-geral do Ministério do Comércio salientou ainda que a lei reserva a realização de actividades comerciais de pequena dimensão para os cidadãos nacionais. "É nossa missão impedir que estrangeiros entrem no país de forma ilegal e comercializem produtos ilegais ao consumidor angolano", defendeu o responsável.

O complexo comercial com mais de um hectare, possui um pequeno matadouro onde' comercializam carnes abatidas em condições predírias. Lino Antunes esclareceu que a exposição dos produtos alimentares demonstra a falta de condições de conservação adequada dos bens. "A nossa equipa de laboratório vai analisar o nível de precariedade dos produtos", realçou o responsável do Comércio.

O inspector-geral do Ministério da Saúde, Miguel de Oliveira, acrescentou que o complexo possuía um centro médico com pacientes internados em condições precárias e médicos de nacionalidade chinesa sem carteira profissional reconhecida em Angola.

Para Miguel Oliveira, os supostos médicos chineses violaram as normas e práticas de biossegurança, de conservação de resíduos hospitalares, bem como assistência hospitalar.

"Encontrámos pacientes em estado crítica que foram transferidos para um centro médico em Luanda", disse, preocupado com a grande quantidade de medicamentos encontrados expostos no chão com rotulagem em língua chinesa e francesa.

Um local discreto

A escassos metros do hipermercado Kero do Kilamba, no sentido Benfica/Cacuaco, está a loja Soeimora Limitada que comercializa candeeiros de vários tipos e marcas.

O estabelecimento de pequena dimensão esconde o grande complexo comercial denominado Centro de

Produtos Têxteis em Angola (CPTA), como está afixado acima do estabelecimento em letras verdes.

Com uma dimensão de um campo de futebol, o interior do espaço esconde o comércio ilegal e a lavagem de dinheiro operada por vários cidadãos chineses. Mais de cinco estabelecimentos comerciais, farmácia, centro de saúde, uma adega com marcas de bebidas adulteradas, casino e pensão compreendem as actividades realizadas no local.

Os bares, que servem apenas comida chinesa, empregam angolanos nos balcões. Clementina José conta que trabalha há mais de dois meses num dos estabelecimentos comerciais. "Entrar aqui é difícil. Por isso, temos um portão no espaço. Mas os chineses conhecem bem. Eles são os que comem aqui.

Quem chega até aqui vem com a referência do bairro Vila Flor 1 junto ao Kero do Kilamba", contou a trabalhadora.

João Camufua é estivador no maior estabelecimento denominado JNFEI internacional que comercializa produtos alimentares. O funcionário, com mais de quatro meses na empresa, conta que o cerca de 30 angolanos a trabalhar têm acesso restrito à parte superior dos estabelecimentos.

Num pequeno edifício foram encontrados montantes em divisas e em moeda nacional. Ontem, mais de 50 chineses foram levados pelos Serviços de Migração e Estrangeiros para averiguar os vistos concedidos aos cidadãos estrangeiros.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Quebra do investimento é “preocupante”

Jornal Expansão
4 De Dezembro de 2015

A redução do investimento público prevista no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 é "preocupante", e as verbas disponibilizadas para alguns programas de fomento do sector primário são "irrisórias" e "insignificantes alertam o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Na tomada de posição conjuntasobre o OGE2016,asorganizações não governamentais (ONG) assinalam a quebra nas verbas disponibilizadas para o Angola Investe e sublinham que os efeitos da diversificação da economia "tardam em fazer-se sentir, pois as prioridades e os programas não parecem ser os mais adequados (...) nem conformam uma reforma global" .

"No investimento, em termos genéricos, verifica-se uma redução preocupante de quase 28% em relação ao executado em 2015, o que terá implicações não apenas na criação directa de riqueza e de emprego, mas também nas expectativas dos possíveis investidores privados no sector não petrolífero", lê-se no documento, disponível na Web.

Sobre o Angola Investe, a OPSA e a ADRA destacam que a dotação orçamental caiu de 30,5 mil milhões Kz, em 2014, para 18,95 mil milhões Kz, em 2015, recuando para 18,5 mil milhões Kz, em 2016. "Isto pode explicar porque este programa, que representava uma fundamentada esperança no caminho da diversificação, apenas criou até ao momento cerca de 65 mil empregos, dos 300 mil previstos até ao final de 2015", diz o documento.

As ONG reconhecem que para os 131 programas (menos quatro do que em 2015) previstos há um acréscimo de 17,9%, para 6,4 biliões Kz, mas destacam que a maioria será canalizada para infra-estruturas, como estradas, energia e águas.

"Dos 25 maiores programas da proposta do OGE, somente quatro são directamente relacionados com a economia", indicam, sublinhando que não há

"programas directamente associados ao sector primário e secundário, nem ao comércio".

"O Programa de Facilitação ao Crédito, o qual se afigura central para a realização de investimento, terá um valor irrisório de 0,1 mil milhões", dizem a OPSA e a ADRA, que entendem, contudo, ser "de salientar" que, nas dotações orçamentais para as rubricas relativas à categoria 'Assuntos Económicos', as verbas aumentem 571,1 mil milhões Kz, para 631 mil milhões Kz.

As ONG registam haver 12 programas directamente relacionados com o sector primário - Programa de Construção e Reabilitação de Perímetros Irrigados (8,9 mil milhões Kz, 0,14% do OGE), Programa de Fomento Agrícola (7,9 mil milhões, 0,12%) e Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (0,12% do OGE), mas lamentam que as verbas seja "irrisórias".

"Apesar do aumento de 18,7% previsto para 2016, as verbas para a agricultura são praticamente metade do nível de 2013", quando o OGE destinou 67 mil milhões Kz a este sector, indica o documento da OPSA e da ADRA.

Falta "coerência"

"Estes números não são coerentes com as reiteradas declarações de membros do Executivo que afirmam que a agricultura é uma prioridade, pelo seu potencial em criar empregos e, conseqüentemente, no combate à pobreza", afirmam. "Não se vislumbram acções significativas a nível de projectos estruturantes, como a investigação, a assistência técnica ou a mecanização, por exemplo", prosseguem.

O documento defende ainda ser "inadequado" o argumento do Governo, que alega que "não se pode analisar as verbas destinadas à agricultura exclusivamente pela lente das despesas por função, pois existem as destinadas aos assuntos económicos, como a reabilitação e construção de estradas secundárias e terciárias, que beneficiam indirectamente o sector".

"Este parece um argumento inadequado, pois não se pode considerar o que não é urbano como sendo agricultura", defendem.

O documento destaca o "desinvestimento no sector das pescas", que, de 7,4 mil milhões, em 2015, passará para 5,8 mil milhões em 2016", menos 21,5%. Deforma" a Impulsionar a diversificação da economia."

"Aumentar as verbas destinadas à assistência técnica aos agricultores e criadores de gado e à investigação

agrária, de modo a permitir o aumento progressivo da produtividade e competitividade."

As organizações tomam nota do aumento de 16,7 mil milhões Kz, para 31,2 mil milhões, das verbas para o sector industrial (mais 85%), mas lamentam que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Transformadora tenha uma dotação limitada a 1,9 mil milhões Kz, que o Programa de Fomento da Actividade Produtiva da Indústria Transformadora tenha apenas 0,5 mil milhões Kz e que o Programa de Fomento da Indústria Rural beneficie de uma verba "insignificante".

"O OGE 2016 não traduz uma aposta vincada na diversificação da economia, pois não estão previstas acções que possam contribuir significativamente para um aumento da contribuição da agricultura e da indústria para o PIE (pouco mais de 2% cada um), sendo o que se passa com o programa Angola Investe um exemplo elucidativo", alertam. OPSA e ADRA registam a "excepção" que se verifica na reabilitação de estradas "com recurso à linha de financiamento da China, o que não se oferece lisonjeiro para o processo de diversificação da economia se tivermos em conta outros exemplos como o da construção de centralidades".

A análise ao OGE 2016 - que vai a votação final global dia 11 de Dezembro na Assembleia Nacional inclui, como habitualmente, um conjunto de recomendações (ver caixa acima).

4.2 O orçamento da repressão

Jornal Folha8

5 De Dezembro de 2015

Desenganam-se os que pensam que o Orçamento Geral de Estado é um documento técnico feito por uns sábios economistas, que reflecte necessidades técnicas. Não é.

Um Orçamento Geral de Estado é um documento político que traduz em números as opções políticas do poder executivo. É, aliás, o documento político mais importante em cada ano.

Nessa medida, o que traduz politicamente o OGE de Angola para 2016? Uma simples palavra: repressão.

A opção política do OGE de 2016 é simples e está vertida nos respectivos números. A política do OGE de 2016 é a política da repressão. Só isso explica que a fatia dedicada à defesa, segurança e ordem aumente

8,996, enquanto a parte respeitante a despesas sociais diminui cerca de 2%.

A verdade é que, quando o povo sofre uma intensa crise económica, o Governo não se preocupa com os apoios sociais: preocupa-se com a repressão. Apenas assim é possível justificar que os ministérios com a maior dotação orçamental sejam a Defesa e o Interior, com 500 mil milhões de Kz e 366 mil Kz, respectivamente, e só depois surja a Saúde. E, mesmo depois de a princesa filha Isabel dos Santos dar a sua entrevista à BBC e dizer que o principal desafio com que se depara Angola é a educação, o orçamento da Educação desce em termos relativos, na distribuição de recursos pelos vários sectores, subindo apenas 1% em relação ao ano transacto.

Em resumo, não há qualquer investimento real na educação. Simultaneamente, as despesas com a Justiça também sofrem um decréscimo, nesse caso através de um corte efectivo. Não há democracia se a justiça não funcionar. Não há liberdade se a justiça não funcionar.

Olhando para os números, vê-se claramente o que pensa o Governo: o principal objectivo é manter o poder à força, o povo é irrelevante e a justiça deve ser acantonada e depauperada, para não ter qualquer veicidade.

É impressionante o modo como uns números aparentemente inócuos traduzem, na verdade, uma política assente na repressão.

E, no entanto, até mesmo estas dotações são enganadoras. Veja-se o caso da Defesa: um soldado das F AA ganha 22 000 Kz, menos de 100 dólares ao câmbio actual. Como é que tal é compaginável com o imenso orçamento da Defesa? Alguma explicação terá de existir para que os soldados ganhem menos do que os seguranças privados que guardam os bancos e do que as empregadas domésticas dos altos oficiais do exército. Ora, a estabilidade que um generoso orçamento para a Defesa sugere é enganadora. Este pagamento miserável aos soldados, que os coloca quase ao nível de escravos, não assegura qualquer modernização ou avanço das Forças Armadas.

E tem de colocar-se a seguinte questão: o governo, que tem medo de tudo, não tem medo de que estes soldados, sem logística adequada ou equipamento, sejam um foco de rebelião? É que a divisão nas F AA acentua-se numa perspectiva classista: os generais têm tudo; os soldados não têm nada.

A redução orçamental na Justiça coloca grandes perplexidades. Este decréscimo revela o quê sobre os magistrados? Ultimamente, o ministro da Justiça, Rui

Mangueira, tem desempenhado o papel de ministro das Relações Exteriores, defendendo, nas suas viagens ao exterior, a política torcionária do regime, ao invés de zelar pelo interesse da Justiça. Os magistrados parecem contentar-se com privilégios pessoais, como automóveis e casas, remetendo-se a um silêncio tumular acerca das condições de trabalho a que estão sujeitos. Será por isso que se escolhem juízes com fraca preparação técnica, quando há muitos e competentes juízes em Angola, que, no entanto, preferem manter-se à parte? O posto de magistrado depende mais da lealdade ao regime do que da competência? É evidente que a diminuição das condições financeiras para o exercício da Justiça tem duas consequências óbvias: só os piores vão escolher esta área, rapidamente perdendo qualquer independência, porque esta começa sempre nas condições financeiras. Em termos técnicos, há outras questões levantadas por este orçamento: a sua formulação e execução continuam a ser muito opacas, e o peso das verbas atribuídas às diferentes entidades e os subsídios previstos fazem adivinhar que prosseguirão, mais ou menos descaradamente, os fenómenos de tunneling, i.e., de fazer sair dinheiro do sector público para o privado.

Ao nível das receitas previstas, há uma projecção de aumento das receitas fiscais não petrolíferas na ordem dos 28,2%. Este número é fantasioso. É verdade que a Administração Geral Tributária tem um presidente considerado muito competente e que adoptou um modelo de organização inovador, dotando-se de poderes mais flexíveis do que por exemplo, a sua congénere portuguesa. Mas daí a aumentar as receitas fiscais em quase 30% vai um longo caminho. Aliás, nem se compreende como é que, numa situação de abrandamento económico, os rendimentos provenientes de impostos aumentam. Portanto, ao nível das receitas, o orçamento não é credível. Mais uma vez, tudo dependerá do comportamento do preço do petróleo. Se este subir, poderemos assistir a uma execução orçamental tranquila; contudo, se este se mantiver ao nível presente, será o caos. Não haverá dinheiro, na realidade.

Em suma, estamos perante um orçamento politicamente repressivo e economicamente fictício.

4.3 TIC`S facilitam acesso ao OGE

Jornal A Capital

05 De Dezembro de 2015

Texto: Domingos Júnior

Esta tese consta da posição dessas organizações sobre o OGE 2016, que está a ser discutido na especialidade, depois de ter merecido a confiança dos deputados em plenária. O objectivo é facilitar o entendimento das opções do mesmo orçamento pelos cidadãos comuns e apresentar argumentos para análise crítica do mesmo.

Na opinião da ADRA e do OPSA, tão logo apreciada pelo Conselho de Ministros, a proposta do OGE deve ser pública e acessível para permitir que os diferentes interessados a possam consultar, discutir e propor contribuições juntos dos diferentes grupos parlamentares. Tomaram uma posição conjunta sobre? OGE que avança, também, que para facilitar sua a análise recomenda-se a sua disponibilização numa folha de cálculo.

Depois de estudar, detalhadamente, o orçamento para 2016, as duas organizações concluíram existirem assinaláveis esforços para a diversificação da economia, nomeadamente relativos ao aumento das verbas para a agricultura, o aumento relativo a receita não petrolífera e a diminuição do montante do Programa de Investimento Público (PIP) para Luanda, o que sugere, em termos quantitativos, uma distribuição menos assimétrica das verbas para as províncias.

Como já o fizeram nas ocasiões anteriores, a ADRA e o OPSA defendem que o OGE seja um documento mais consensual que reflecta as preocupações do conjunto da sociedade. Só que, de momento não tem sido o caso, conforme referiram. Para não ficarem só nas críticas, recomendam que a Assembleia Nacional, através da s^a Comissão, deve assumir um papel mais activo na preparação do orçamento de cada ano, iniciando um processo de discussão das grandes suas linhas orientadoras, com a participação da sociedade civil a todos os níveis do território, em tempo que permita recomendações ao Executivo antes de iniciar a elaboração das propostas para aprovação do seu titular.

Estas duas organizações e outras com créditos firmados em diferentes domínios sentem-se obrigadas a promover debates sobre o OGE que deviam ser calendarizados para o 1.º semestre de 2016 para o caso deles resultarem propostas de acções que possam ser realizadas no 2.º semestre e que, eventualmente, venham a contribuir para o OGE de 2017 ou para uma eventual revisão do OGE de 2016.

Reconhecem, por isso, o papel desenvolvido pelo Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA), a par da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese do Lubango, que foram pioneiras da monitoria social do Orçamento Geral do Estado, e que, por causa disso, deviam servir de exemplo para outras organizações da sociedade civil.

O que o Executivo deve fazer?

Se já o fez, a ADRA e o OPSA acham que o Executivo deve fazer, uma vez mais, uma profunda reflexão no sentido de reorientar os futuros OGE, priorizando o bem-estar das populações, o combate contra as assimetrias regionais e a pobreza extrema.

Outra reflexão tem de ser feita à volta do incremento das despesas em educação, saúde, justiça, agricultura e combate a pobreza a par de medidas para aumentar a capacidade destes sectores para executarem os recursos à sua disposição, como meio de inversão das assimetrias.

"Deve fazer um estudo sobre o estabelecimento de um sistema de transferências monetárias para as pessoas sem possibilidades de trabalhar e ter rendimentos, a exemplo de outros países", recomendam.

Outra questão a ter em conta pelo Executivo, é a fundamentação das opções feitas e das dotações atribuídas à cada rubrica na proposta do OGE, reduzindo os valores destinados às "despesas ou serviços não especificados". Ainda assim a ADRA e o OPSA considera compreensível que cada sector tenha uma percentagem para acomodar "imprevistos", mas essa percentagem não deveria ultrapassar os cinco por cento do orçamento do sector. "Em particular, a informação sobre a aquisição de bens e serviços continua a carecer de maior transparência", referem.

Sobre o assunto, o Executivo, na pessoa do Secretário de Estado das Finanças, Alcides Safeca, esclareceu que a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado 2016 garante transparência, apesar de haver rubricas não especificadas, tendo informado às 5.ª, 7.ª e 8.ª comissões especializadas do Parlamento

que esses outros projectos contidos na proposta têm numeração própria conhecida.

Segundo governante, as verbas contidas nessas rubricas têm a ver com infra-estruturas dos órgãos de defesa e segurança nacional, e que o facto de o OGE ser publicado levou a essa estratégica omissão. "Achou-se bem não divulgar onde estão a ser construídas as bases militares. Por isso é que todas as situações dessas aparecem no relatório como outros projectos", clarificou.

Na óptica dessa organizações, é desejável as que os partidos políticos tomem posição pública sobre o OGE clarificando a sua posição pública face às opções contidas no orçamento. Essa sugestão baseia-se na lógica de que o hábito de desenvolver este tipo de posicionamento, desde que assente na análise do orçamento, contribuirá para melhorar o nível de debate político no país. Assim, recomendam que durante o processo de preparação do orçamento se proceda a uma consulta alargada com os parceiros sociais, sindicatos, associações patronais, igrejas e outras organizações de cidadãos.

4.4 Comissões de especialidade aprovam relatório

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2015

Texto: Adelina Inácio

Os deputados das Comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional aprovaram ontem o relatório parecer conjunto final da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2016 e a respectiva proposta de Lei que o aprova. Os documentos foram aprovados com 23 votos a favor, três contra e nenhuma abstenção.

A Proposta de Lei comporta receitas estimadas em 6,4 triliões de kwanzas e despesas fixadas em igual montante. Nos documentos aprovados, os deputados constatarem que as políticas do Executivo, constantes da proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2016, retratam a vida real do país e dos cidadãos.

Na área da Defesa Nacional, os parlamentares indicaram a revisão da legislação fundamental sobre Defesa e Forças Armadas, visando a actualização e modernização do enquadramento legal e regulamentar das duas instituições. No domínio da Protecção e Interior, os deputados manifestaram a

sua satisfação pelo facto de Executivo ter priorizado neste sector a garantia da segurança pública e da integridade e controlo das fronteiras nacionais, bem como o combate à criminalidade, visando garantir a segurança e a ordem interna.

Para o sector da Saúde a dotação orçamental está fixada em 107,8 mil milhões de kwanzas, representando um acréscimo de 38,47 por cento em relação ao Orçamento revistopara2015. Da análise feita a este sector, os deputados constataram que os programas do sector da saúde registam um incremento de 62 por cento em comparação ao Orçamento Geral do Estado revisto de 2015. No relatório, apresentado pelo deputado Salomão Xirimimbi, da quinta comissão, os deputados constataram que no sector da Justiça há carência de procuradores para fazer face à procura processual. Reconheceram igualmente a morosidade na instrução processual bem como a falta de celeridade no julgamento dos processos nos tribunais. Já as verbas para o sector da Educação registaram um crescimento significativo em relação ao Orçamento Geral do Estado revisto de 2015, mas que no ensino superior sofreu uma redução em 29,68 por cento comparativamente ao OGE do ano passado.

O Orçamento Geral do Estado e prevê-se um crescimento do Produto Interno Bruto real de 3,3 por cento. O crescimento do PIB é sustentado pelo crescimento de 4,8 por cento previsto para a produção petrolífera, que no próximo ano regista uma aceleração para 1,89 milhões de barris por dia, contra os 1,80 milhões deste ano

Votação final

O presidente da Comissão de Economias e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, sublinhou no final da reunião que com a aprovação do documento na especialidade, os deputados cumpriram um amplo calendário de debates e foi aprovado o parecer conjunto final que vai ser submetida à reunião plenária de sexta-feira. De acordo com o Regimento interno da Assembleia Nacional, é da competência da primeira e quinta comissão a aprovação do Relatório-Parecer conjunto final.

"Esta reunião foi muito importante porque não pode haver uma plenária sem um documento de base das duas comissões que são elas que, em razão da matéria e pela sua especialidade, são relevantes para tratar do assunto", disse o deputado da quinta comissão. Manuel Nunes Júnior referiu que foram feitas recomendações em várias áreas da vida económica, política e social do país. Mas, adiantou que a recomendação mais importante ressaltada por todas

as comissões especializadas foi a necessidade de continuar a dar passos concretos no sentido da aceleração da diversificação da economia.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças disse que o país pretende um crescimento sustentado e sustentável, por isso deve apostar na produção nacional para substituir as importações e fazer com que haja menos pressão sobre as divisas e que "a procura das mesmas seja feita mais para fim de desenvolvimento e questões estratégicas", disse e citando como exemplo a importação de equipamentos sofisticados, envio de estudantes para as melhores universidades e fazer com que a produção nacional seja suficiente e se reduzam as importações.

Participaram no encontro deputados e os membros do Executivo chefiados pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa.

N a apresentação do documento, o Presidente da República garantiu, através de uma mensagem enviada aos deputados, que a economia angolana vai continuar a crescer o próximo ano, só que a taxas mais moderadas, descartando um cenário de recessão económica.

Na mensagem lida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, o Chefe de Estado garante também o aumento do crédito disponível para financiar o desenvolvimento da economia nacional. Aos deputados, foi garantida ainda a continuação da política de transformação e diversificação da economia, dando prioridade ao desenvolvimento do sector agrícola e dos "clusters".

O Executivo vai dar continuidade à política de prioridade ao sector social, assegurando a concretização de outros programas de valorização da família e das suas condições de vida, dos recursos humanos e da promoção e igualdade de género e da protecção do idoso e da criança. O Presidente da República salientou que os objectivos fundamentais da política macroeconómica permanecem, tendo em vista a criação de condições susceptíveis de crescimento geral não inflacionista, o aumento do emprego sem défices e dívidas excessivas, contando com a participação crescente do sistema financeiro.

4.5 Balanço de 2015 e o que poderá ser o futuro

Jornal Expansão

11 De Dezembro de 2015

Conforme referi no artigo anterior, 2015 foi um ano económico cheio de dificuldades. Os factos mais visíveis desta crise - sentida de forma directa pela grande maioria da população são a elevada taxa de inflação (claro que, quando comparada com a que se verificou em 1994 e 1995, é um 'oásis') e a expressiva desvalorização da moeda nacional face à norte-americana (de cuja cor e formato começamos a esquecer-nos, devido ao seu desaparecimento das transacções internas). Este ano ficará marcado como o do regresso à inflação de dois dígitos.

As receitas fiscais do Estado, desde 2013 estão em queda. Segundo 9 Relatório de Fundamentação do OGE 2016, o comportamento foi o seguinte: 4.848,6 mil milhões Kz em 2013, 4.402,6 mil milhões Kz em 2014 e 3.240,7 mil milhões Kz em 2015. Menos 1.607,9 mil milhões Kz.

O ajustamento na despesa pública foi de apenas 1.040,2 mil milhões Kz.

A criação de dívida pública tem sido o caminho para se cobrirem os sucessivos défices orçamentais. Em 2014 foi de 3,1 mil milhões USO, prevendo-se para 2015 um valor de 4,3 mil milhões USO (Relatório de Fundamentação OGE 2016).

Ainda que o Fundo Monetário Internacional considere a dívida pública do País sustentável (rácio médio da dívida de 45%), não deve perder-se de vista que a colocação dos respectivos títulos no mercado financeiro internacional tem sido conseguida a taxas de juro elevadas.

Por exemplo, a recente subscrição de eurobonds (1,5 mil milhões USO) a 10 anos só foi possível a uma taxa de juro de 9,5% ao ano.

Sobre o stock das reservas internacionais, o choque externo tem sido igualmente significativo. Em 2013, as reservas atingiram o montante de 31,2 mil milhões USO, e em 2014 baixaram para 27,3 mil milhões USO, uma quebra de quase 4 mil milhões USO.

A expectativa para 2015 aponta para uma diminuição ainda maior, atendendo ao preço médio do barril de petróleo, que deverá ser, no final do ano, de 49 USO (78 USO em 2014). Até Outubro, o montante global era de 23,4 mil milhões USO.

A taxa de inflação - devido aos ajustamentos nos preços dos combustíveis e à desvalorização cambial -

também saiu dos parâmetros desejados pelo Governo. No Relatório de Fundamentação do OGE 2016 aponta-se para uma taxa de inflação de 13,8% no final de 2015. Outras projecções são mais pessimistas (CEIC/UCAN), colocando-a na vizinhança de 15%. Há um estudo do Ministério das Finanças no qual se defende que o ajustamento no preço dos combustíveis, por redução dos subsídios, terá pouca influência no IPC. O principal argumento é que o aumento do preço dos derivados de petróleo pode levar à substituição dos produtos mais caros pelos mais baratos do consumo das famílias, por insuficiência de rendimento. Porém, o problema coloca-se em saber se esta deslocação das preferências dos consumidores não engendra um aumento da procura com efeitos sobre a subida dos preços desses produtos. É uma questão de elasticidade e dos ponderadores do IPC.

As implicações sociais desta interferência externa dos mercados são significativas.

Em termos do PIB por habitante - uma aproximação grosseira ao poder de compra nominal da economia, depois de um incremento pífio em 2014 (1,1%), as estimativas apontam para uma redução de 23,4% em 2015 e de 6% em 2016, não cabendo a cada cidadão - se a distribuição do rendimento seguisse um padrão mais de acordo com a justiça social - senão 4.343 USO correntes (1,2 USO diários; em Portugal, o salário mínimo nacional equivale a 11 USO, e na Alemanha a 60 USO). A quebra no valor nominal do PIB por habitante é importante e estimada em 1.413 USO.

Como consequência de um menor crescimento económico, a criação de emprego vai ser muito mais restritiva - são conhecidos variadíssimos casos de encerramento de fábricas e de outras actividades, de redução temporária da produção (um dos casos mais emblemáticos é o da Cuca-BGI-Castle) - e, conseqüentemente, a taxa de desemprego, no mínimo, não vai diminuir, podendo mesmo aumentar. As estimativas do CEIC para a taxa de desemprego no sector formal da economia situam-na num intervalo entre 20% e 25% da população economicamente activa (também como consequência da aplicação da nova Lei do Trabalho, mais liberal e permissiva do despedimento). E sabe-se que a força de trabalho é o mais importante factor de produção de uma economia e o emprego a única modalidade de rendimento dos trabalhadores. É natural também que, pela conjugação aumento do desemprego/diminuição dos ritmos de crescimento económico/aplicação das novas disposições regulamentares do mercado de trabalho, o salário médio tenda a diminuir.

Em 2012, de acordo com as Contas Nacionais, o salário médio nacional foi de apenas 37 mil Kz.

Os níveis de pobreza já estão a ser reacomodados em baixa. Rigidez no ajustamento dos salários em consonância com a perda do seu valor real (inflação anual em 2015 de 15%) está a consequenciar uma deterioração nos padrões de vida da população mais carenciada (60% do total). Conforme sublinhei acima, a taxa de crescimento do PIB nominal per capita foi de 1,1% em 2014 - insuficiente para se distribuir melhor - e previsivelmente de 0,2% em 2015. Para 2016, esta cadência vai manter-se. Por isso, e atendendo à muito assimétrica repartição do rendimento nacional (elasticidade rendimento/pobreza de 0,85), a taxa de pobreza pode situar-se em 42% em 2015.

As perspectivas para o futuro não são nada animadoras, não sendo vislumbráveis alterações significativas até 2020. Na verdade, a dinâmica de crescimento vai continuar a ser lenta, não ultrapassando um valor médio anual de 4,2%, em claro contraste com a 'mini-idade de ouro' de crescimento económico do País (2003-2008), com uma taxa média anual de 13,5%. Em termos de PIB por habitante, a taxa média anual de incremento vai ser de tão-somente 1,3%.

Ou seja, um aumento em termos absolutos de 320 USO por cada cidadão (64 USO por ano). São, na verdade, cifras chocantes e atentatórias da dignidade dos cidadãos angolanos, num país que ainda continua a ter riquezas, mas que acabou por desperdiçar a oportunidade do petróleo, em nome da acumulação primitiva privada do capital de uma classe política muito restrita e que hoje se apresenta com um poder financeiro significativo, mas aviltante para a população que tenta sobreviver com menos de dois dólares por dia.

A taxa de crescimento do PIB petrolífero será de 0% depois de 2016, porque o País vai atingir o máximo de produção de 1.850.000 barris por dia (creio que a quota máxima acordada com a OPEP). Aceitando-se que o preço médio do barril de petróleo ideal para garantir os equilíbrios macroeconómicos nas finanças do Estado e da economia é de 90 USO, então o défice financeiro acumulado entre 2015 e 2020 pode atingir a cifra de 320 mil milhões USO.

Assim sendo, os anos vindouros não poderão não ser muito diferentes de 2015. Mesmo que alguns processos de reajustamento económico estejam em andamento, it will take time até que apareçam resultados concretos, em especial sobre as condições de vida da população. É verdade que "Roma e Pavia não se fizeram num dia", mas muitas fortunas da

aristocracia político-empresarial angolana aconteceram da noite para o dia.

4.6 Governo deve ouvir parceiros sociais antes de aprovar o OGE

Jornal Expansão

11 De Dezembro de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

A Assembleia Nacional (AN) deverá aprovar hoje o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, que motivou 97 recomendações dirigidas ao Presidente da República e emergiram do debate do documento na especialidade, de acordo com uma proposta de resolução a que o Expansão teve acesso.

Esta resolução faz parte do processo de aprovação do OGE e é emitida anualmente com base nas constatações referenciadas no 'Relatório Parecer Conjunto' das comissões especializadas da AN que sai do debate na especialidade da proposta orçamental, no caso, a referente ao exercício económico de 2016

Apesar dos "constrangimentos" da situação económica e financeira geral que o País atravessa, a AN regista com "satisfação" que o Executivo continua a dar "passos significativos" no sentido de dar cumprimento às principais recomendações da 'Casa das Leis', nomeadamente as constantes da Resolução n.º 6/15, de 10 de Abril, sobre o OGE Revisto para 2015, lê-se na proposta de resolução.

Ainda assim, os deputados consideram que é cada vez mais necessário que "a AN e o Executivo reforcem, articulem e adoptem um procedimento formal de acompanhamento da execução do OGE, visando proporcionar um efeito útil aos contributos que se levantem em torno da discussão do referido documento".

As 97 recomendações referentes ao OGE 2016 estão divididas em sete áreas, que vão da direcção da economia, com 15 recomendações, até às relações sociais, com 6, passando pela economia real (11), social (38), administração do território (17), defesa nacional (2) e protecção interior (8). Por sua vez, as áreas da direcção da economia, economia real e social são subdivididas em sectores em número de 2, 4 e 10, respectivamente

Confira 50 das 97 recomendações da AN ao titular do poder executivo organizadas pelo Expansão por

cinco temas: transparência, eficiência, diversificação da economia, educação e saúde.

Transparência

AAN recomenda ao PR que:

No âmbito da preparação e elaboração dos próximos orçamentos, se encontrem os mecanismos necessário para que os parceiros sociais sejam auscultados antes da sua aprovação pelo Executivo. Visando aumentar o rigor na realização da despesa pública, devem ser melhorados os mecanismos de controlo e observação do disposto na Lei da Contratação Pública.

Se continue a responsabilizar, nos termos da lei, os gestores incumpridores e violadores das disposições da Lei do Orçamento.

Seja garantida através dos órgãos internos de controlo a efectiva fiscalização e disciplina na execução de projectos de investimento público e na gestão do OGE aos vários níveis.

Sejam concluídas, no exercício económico de 2016, as medidas de controlo dos efectivos da Função Pública, das Forças Armadas e da Polícia Nacional, bem como a sua identificação obrigatória através de dados biométricos.

Sejam tomadas medidas destinadas a responsabilizar aqueles professores que auferem salários e se furtam a desempenhar as suas funções nas localidades em que foram colocados.

Sejam instadas as empresas públicas, no interesse da transparência e da boa governação corporativa, a prestar regularmente contas das suas actividades, incluindo a organização da sua contabilidade.

Se criem os mecanismos de fiscalização e controlo para combater o fenómeno da proliferação das autoridades tradicionais.

Seja extinta a prática recorrente de duplicação das despesas ao nível dos ministérios e governos provinciais.

Seja assegurada maior transparência nas adjudicações de obras por via da realização dos concursos públicos pelos governos provinciais.

Seja reforçada a fiscalização das obras de construção e reabilitação de estradas nacionais, visando assegurar a sua qualidade.

Se reforce a fiscalização às empresas de construção civil que operam em todo o território nacional.

Se criem os mecanismos de fiscalização e controlo para combater o fenómeno da proliferação das autoridades tradicionais.

Seja extinta a prática recorrente de duplicação das despesas ao nível dos ministérios e governos provinciais.

Seja assegurada maior transparência nas adjudicações de obras por via da realização dos concursos públicos pelos governos provinciais.

Seja evitada a cobrança do consumo de água por estimativa' devendo ser privilegiada a instalação de contadores no interesse da equidade no pagamento pelos consumidores.

Eficiência

AAN recomenda ao PR que:

Na elaboração dos próximos orçamentos, se apliquem os princípios da diferenciação orçamental na atribuição de verbas aos municípios e províncias, tendo em atenção as especificidades de cada um, bem como os resultados do Censo populacional e habitacional de 2014.

Sejam criadas parecerias público-privadas para a gestão e manutenção das principais estradas nacionais.

Sejam definidos e adoptados planos exequíveis de requalificação e desenvolvimento urbano das principais cidades, vilas e aldeias a toda extensão do País, evitando-se, assim, o seu crescimento desordenado.

Sejam afinados os mecanismos necessários, com vista a que os programas de combate a fome e pobreza sejam cada mais eficaz.

Sejam reforçadas verbas para garantir a manutenção do saneamento básico, do fornecimento da água potável e energia eléctrica, bem como o estudo de atracção de outras fontes de energia.

As verbas destinadas ao saneamento básico e a limpeza urbana não podem ser utilizadas para outros fins pelos gestores orçamentais dos municípios e das províncias.

Se adopte mecanismos de melhoria dos sistemas integrados de saneamento básico.

Se encontrem formas mais expeditas e sustentáveis para solucionar o problema do saneamento básico e agrave situação do lixo que periga a vida da população, danifica o ambiente e condiciona todos os indicadores de saúde.

Sejam adoptados mecanismos de fiscalização, em particular na província de Luanda, para acompanhar a gestão e a recolha dos resíduos sólidos, dado que os recursos financeiros despendidos não se reflectem na qualidade do serviço prestado.

Sejam feitos estudos no sentido da institucionalização de uma contribuição municipal para assegurar o saneamento básico e a transitabilidade das vias internas urbanas.

Se adoptem mecanismos de melhoria dos sistemas integrados de saneamento básico.

Diversificação da economia AAN recomenda ao PR que:

Se reveja o excessivo recurso à assessoria e consultoria estrangeira em detrimento da nacional.

Sejam previstas, nos próximos OGE, verbas para investigação científica nos subsectores da agricultura, pecuária, silvicultura e florestas, mormente para a análise de solos, espécies animais e de plantas adaptadas as condições edafo-climáticas do País para assegurar uma elevada rentabilidade e qualidade da produção nacional.

Sejam canalizados os apoios necessários e prestadas garantias do Estado aos empreendedores angolanos de pequena, média e grande dimensão que desenvolvem ou tenham projectos viáveis, no âmbito da diversificação da economia nacional.

Seja acelerada a conclusão das obras em curso de reabilitação de estradas secundárias e terciárias, de modo a possibilitar a inscrição nos próximos orçamentos de verbas para beneficiar outras estradas.

Seja dada particular atenção ao pagamento das dívidas públicas, em especial às pequenas e médias empresas, medida que visa contribuir para o reforço do empresarial nacional.

Os grandes consumidores institucionais, nomeadamente a administração central e local, sector empresarial público, órgãos da defesa, segurança e ordem pública, escolas, hospitais de referencia, sejam obrigados a adquirir preferencialmente os insumos e produtos de produção nacional

Educação

AAN recomenda ao PR que:

Logo que possível, se proceda ao aumento de verbas para a educação, através da canalização de parte substancial da poupança resultante da redução dos subsídios aos combustíveis.

Logo que possível, se proceda ao aumento de verbas para o ensino superior, ciência e tecnologia, através da canalização de parte substancial da poupança resultante da redução dos subsídios aos combustíveis.

Se dê uma maior atenção ao Programa da Governação Electrónica e da Construção das Mediatecas, visto que ambos visam melhorar os serviços prestados à população, com ênfase para o desempenho e aproveitamento escolar dos estudantes.

Sejam criadas condições para a massificação de computadores escolas e expandir o acesso à Internet.

As propinas das escolas e universidades sejam enquadradas no regime de preços vigiados

Seja publicada, periodicamente, a lista de instituições de ensino superior legais, para que sejam conhecidas as instituições de ensino superior reconhecidas oficialmente.

Seja dado um tratamento especial aos quadros angolanos, formados e distinguidos no exterior, em universidades de renome, para que possam dar o seu contributo no desenvolvimento do País.

Sejam bem planificados e integrados na Função Pública os quadros que beneficiaram de bolsas de estudo do Estado para que haja o retorno do investimento feito pelos órgãos competentes do Estado.

Seja priorizado o investimento nas instituições de ensino superior já existentes, no que tange a construção e reabilitação de infra-estruturas.

Nos próximos orçamentos, sejam previstas verbas para a construção de mais escolas do segundo ciclo em todas as províncias do País.

Os concursos públicos de ingresso sejam realizados em simultâneo em todo o País, para se evitarem os frequentes constrangimentos que se registam no momento da sua concretização.

Se estenda o 'Programa da Merenda Escolar' a todo o País e se priorizam os produtos locais, observando as condições sanitárias e as necessidades nutricionais exigidas.

Saúde

AAN recomenda ao PR que:

Se proceda a uma melhor gestão dos recursos humanos e um maior aproveitamento e recrutamento de quadros para o sector da saúde.

Seja estudados os mecanismos de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos para doenças crónicas, tendo em conta a mudança do perfil epidemiológica dos doentes angolanos que deixam de ter como principais factores as doenças infecto-contagiosas e passam a ter, devido a mudança de hábitos alimentares de vida, doenças crónicas a hipertensão arterial, diabetes, insuficiências renais e cancros.

Logo que possível, se processa ao aumento das verbas para a saúde através da canalização de parte substancial da poupança resultante da redução dos subsídios aos combustíveis.

Se proceda a melhoria da rede assistencial do Serviço Nacional de Saúde, tendo em conta questões como a evolução demográfica, a melhoria das vias de acesso, a especialização dos hospitais e requalificação das unidades sanitárias.

Seja implementado um processo de certificação de qualidade para as unidades sanitárias.

4.7 Oposição defende revisão do OGE antes da aprovação final

Jornal O PAÍS
11 De Dezembro de 2015
Texto: Norberto Sateco

Depois de acesos debates em torno deste documento que rege a vida política, económica e social do país, por via da despesa e gestão da coisa pública, os parlamentares à Assembleia Nacional, maioritariamente dominada pelo partido que governa, o MPLA, darão por terminado o processo que contou com a revisão, aprovação na generalidade e na especialidade do Orçamento Geral do Estado (OGE). Porém, os deputados da Oposição insistem que as críticas levantadas sejam consideradas. Segundo o líder da bancada da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, a Lei que aprova relatórios de emendas é bem clara. O deputado disse que, por essa razão, a sua bancada escreveu à Assembleia muito recentemente propondo que as suas críticas e sugestões fossem consideradas. Ele lamentou a possibilidade de o documento vir a ser aprovado nos moldes em que está.

No mesmo diapasão alinha a UNITA. Adalberto da Costa Júnior, ainda como vice da bancada do galo negro, disse que tem sido recorrente o Executivo não aceitar as opiniões e sugestões dos parlamentares da Oposição.

Entretanto, a Oposição aventou mesmo a possibilidade de optar pela estratégia da "cadeira vazia" no dia da votação final. O documento poderá ir à aprovação final hoje, tendo como pressuposto a fixação do preço médio do barril de petróleo em 48 dólares, num orçamento avaliado acima dos 6 trilhões de Kwanzas.

4.8 Parlamentares aprovam Orçamento Geral do Estado

Jornal Economia e Finanças
11 De Dezembro de 2015

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 vai, hoje, à votação final, pelos parlamentares da Assembleia Nacional (AN), depois de o mesmo ter sido amplamente discutido nas diferentes comissões de especialidade.

Com receitas e despesas avaliadas em seis triliões, 429 mil milhões, 287 milões e 407 mil kwanzas, a proposta que chegou em Outubro à Casa das Leis, submetido pelo Chefe do Executivo, estipula em 45 dólares norte-americanos o preço de referência do barril de petróleo no mercado internacional.

Prioridades do OGE

Na anterior Sessão em que foi apreciado o OGEI2016, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, que leu a mensagem do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, sobre as linhas gerais da proposta, referiu que o Executivo vai continuar a dar prioridade à política do sector social, assegurar a concretização de outros programas de valorização da família e das suas condições de vida, dos recursos humanos e da promoção e igualdade de género e a protecção do idoso e da criança.

Nesta ocasião e segundo ainda Edeltrudes Costa, o cenário macroeconómico para 2016 prevê que a economia nacional cresça a um ritmo mais moderado, com estagnação do sector público administrativo.

"Esse OGE prevê um aumento do PIB real de 3,3 por cento, 0,69 abaixo do crescimento estimado para 2015, cujas estimativas apontam para um crescimento de 4 por cento, em termos acumulados", disse.

Lembrou, igualmente, que o crescimento do PIB será sustentado pelo crescimento de 4,8 por cento previstos para a produção petrolífera, que registará uma subida para 1,89 milhões de barris/dia, contra 1,80 milhões registados como meta de 2015.

Sector não petrolífero

O OGE para 2016 prevê que o sector não petrolífero registre um reforço moderado, ao estimar um crescimento de 2,7, quando comparado com o de 2,4 por cento projectado para este ano. Para este período, afirmou, o quadro da política macroeconómica tem como objectivo assegurar a criação de condições estáveis para que a economia nacional atinja a meta de inflação de 11 por cento.

Já as estimativas para os fluxos globais do OGE 2016 indicam, tendo, como base um preço médio do barril do petróleo confortável, para receitas fiscais projectadas em cerca de três mil milhões e 515 milhões de kwanzas e para as despesas fiscais fixadas em cerca de quatro mil milhões 296 milhões de kwanzas, o que corresponde a 24,7 e 30,2 por cento do PIB, prevendo-se um défice global de 781 mil milhões de kwanzas, correspondendo a cerca de 5,5.

Aplicação de recursos

Na nota do Presidente da República, lida por Edeltrudes Costa, nos fluxos de origem e aplicação dos recursos, o orçamento do próximo ano apresenta um montante total de 429,29 mil milhões de kwanzas, com projecções a indicarem um incremento do stock da dívida total do Governo, na ordem dos 8,1 milhões de dólares, equivalente a 8,2 por cento do PIB.- Já o stock de dívida governamental esperado é de aproximadamente 49,7 por cento.

Riscos eminentes

Segundo o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, a execução do OGE comporta riscos, a que se deve estar muito atento, para se introduzir, em tempo oportuno, os ajustamentos que sejam necessários, onde os riscos podem advir das flutuações do preço do petróleo, do volume da produção nacional de petróleo, da evolução da taxa de câmbio ou da colocação da emissão de Títulos do Tesouro em mercados financeiros internacionais. "O que vai exigir de todos nós maior contenção de gastos e racionalização na gestão dos recursos alocados aos diferentes sectores do Estado e das empresas públicas para se alcançar os objectivos contidos no OGE 2016 ", alertou.

Quotas por sectores

No presente OGE, o sector social representa 43,2 por cento das despesas totais, seguindo-se os serviços públicos gerais, com 22,9. As funções de defesa, segurança e ordem pública e o sector económico ocupam 20,2 e 13,7, respectivamente, o peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços

público de saúde, educação e assistência social às crianças e idosos.

Em comparação ao ano transacto, as despesas com o sector social deverão crescer em 12 por cento este ano.

No tocante à despesa para 2016, está centrada maioritariamente na província de Luanda, estando de seguida as províncias de Benguela, Malanje e Huambo.

As despesas em províncias como Uíge, Cuanza Norte e Huíla ganham cada vez mais importância, o que espelha a dinâmica do Executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias. A texto, apreciado é aprovado durante a primeira reunião plenária ordinária da 4ª sessão legislativa da 111ª Legislatura, segue agora para as comissões de especialidade, devendo ser aprovado, em definitivo, até 15 de Dezembro.

Despesas

Uma das garantias avançadas é a de que o aumento da despesa, no presente OGE, venha a servir para confortar as contas públicas e permitir um moderado crescimento da economia em 2016.

Já o "stock" total da dívida será de 8,2 por cento do PIB, enquanto o "stock" total de dívida governamental revisto deve ser de 49,7 por cento do PIB, As projecções apontam que este ano a taxa de crescimento do PIB real será de quatro por cento, com o sector petrolífero a crescer 7,8 em consequência do aumento da produção e o não petrolífero 2,4, reflectindo os níveis de crescimento da agricultura (2,5 por cento), da indústria transformadora (2,6) e dos serviços mercantis (2,2).

Já o sector de energia deverá crescer 12, o da construção civil e obras públicas 3,5, enquanto o dos diamantes (2,2).

4.9 Orçamento responde às expectativas

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2015

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, garantiu que o orçamento destinado ao sector vai aumentar a

possibilidade de responder melhor às expectativas dos cidadãos relativamente à saúde no país. A dotação orçamental do sector da saúde está fixada em cento e sete mil milhões, trinta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e novecentos e onze kwanzas.

José Van-Dúnem, que falava à imprensa, depois da aprovação do Orçamento Geral do Estado, reconheceu que apesar dos esforços do Executivo, a situação de saúde no país ainda não é das melhores. O ministro da Saúde afirmou que uma das preocupações do sector da saúde está ligada à formação de quadros. "Estamos a formar uma série de profissionais, criamos várias faculdades de Medicina e voltamos a abrir, em todas cidades do país, escolas técnicas de Enfermagem para absorvermos um grande número de profissionais para o sector", disse.

José Van-Dúnem garantiu que o sector presta particular atenção à saúde pública, adiantando que a maior parte das doenças no país podem ser evitadas com o saneamento do meio e adopção de hábitos e estilos de vida que favorecem a saúde. Alertou que doenças como o HIV, diabetes e cancro começam a ter um peso cada vez maior e os custos acabam por reflectir no Orçamento Geral do Estado.

O OGE foi aprovado na sexta-feira, pela Assembleia Nacional, e comporta receitas estimadas em 6,4 triliões de kwanzas e despesas fixadas em igual montante e começa a ser executado já no dia 1 de Janeiro. Entre as mais de noventa recomendações feitas pelos deputados destaque para os sectores da Saúde, Educação, Segurança Social, Justiça e da Família. Os sectores da Saúde e Educação beneficiaram de um acréscimo das verbas para o exercício de 2016.

O sector da Saúde beneficiou de um acréscimo de 38,47 por cento comparado com o Orçamento revisto de 2015. Já as verbas destinadas à educação foram duplicadas em relação ao montante anterior.

O ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, garantiu que o Executivo vai trabalhar para desenvolver o sector e resolver os problemas básicos da população como alimentação e os rendimentos familiares. Ao afirmar que os projectos e programas do sector estão dirigidos para o meio rural, sustentou que o Executivo quer aumentar a produção nacional e diversificar a economia nos sectores da agricultura, indústria e agro-indústria com vista a aumentar também os investimentos no sector privado.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, também falou à imprensa no final da aprovação do

Orçamento, garantindo que a economia do país no próximo ano vai crescer na ordem dos 3.3 por cento, com défice moderado, apesar do ambiente apertado de mobilização de recursos. Armando Manuel defendeu a diversificação da economia e uma postura mais racional dos agentes económicos na utilização dos recursos disponíveis. Para o ministro das Finanças, Angola tem grande potencial, por isso, o Executivo está a investir nas infra-estruturas básicas para criar um ambiente fértil para os investimentos.

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, garantiu que o país vai alavancar a sua economia com o sector não petrolífero. Rosa Pacavira garantiu estarem criadas todas as condições para o reforço dos produtos para a quadra festiva.

4.10 Organizações não-governamentais analisam OGE de 2016

Semanário Angolense

18 De Dezembro de 2015

Texto: Nauwick Tchilau

O evento visou recolher diversas contribuições sobre a temática no seio dos actores da sociedade civil e organizar contribuições que sirvam de propostas para o executivo da província, face à aplicação directa nos projectos direccionados para a sociedade.

A actividade serviu também para que os participantes experimentassem os mecanismos que permitem exercer o direito, dever e o controlo do OGE, principalmente no âmbito da estratégia da diversificação da economia nacional, sobretudo na província de Benguela.

Durante o debate público, os participantes concluíram que existe uma discrepância nos orçamentos para cada município, visto que Benguela fica com mais de 52% do OGE, em relação ao município do Lobito, que recebe perto de 9%, seguindo-se o município da Catumbela com 8%.

Como solução, os participantes apontam a necessidade de haver um maior investimento na educação, principalmente no ensino básico, saúde e agricultura, assim como a descentralização efectiva do governo e uma maior transparência das contas públicas.

Outra solução apontada foi a diversificação da economia no seu todo, pondo de lado a independência do petróleo, apostar na indústria para

que se crie mais empregos, sobretudo na camada mais jovem, assim como, nos próximos orçamentos, haja uma maior participação da sociedade civil em todos os níveis do território.

Falando em exclusivo ao Semanário Angolense (SA), a directora da ADRA em Benguela, Maria Victória, disse que o objectivo do debate do OGE, visa esclarecer os cidadãos da província, como beneficiários do mesmo, para que haja maior participação dos cidadãos no que se refere à execução da coisa pública e a sua monitorização.

«Existem alguns aspectos que podiam ser melhorados no OGE, há áreas que mereciam mais investimentos como a agricultura, sobretudo a agricultura familiar; é necessário investimento, porque gera mais emprego e consequentemente produz mais», frisou a directora.

Maria Victória, referiu que a ADRA fez um pré balanço das suas acções realizadas no decurso deste ano, com um balanço positivo, visto que foram concretizadas mais de 90% das actividades instituídas, principalmente aquelas que contam com financiamentos externos que acabaram por cobrir todos os projetos estruturados.

«A ADRA desenvolveu diversas actividades informativas como debates, palestras, seminários e workshops, com temas sobre a lei de terras e o ambiente», disse, tendo avançado que também trabalharam com o Ministério da Justiça no que toca ao registo dos camponeses nas áreas rurais e com programas de combate ao HIV/Sida, no âmbito da reintegração das pessoas com esta patologia à sociedade civil.

Perante a abordagem da temática, o estudante do quarto ano da faculdade de direito da UKB, Francisco Muteca, defendeu que não tem visto grande diversificação na economia e também não vê desenvolvimento das instituições públicas, por falta da cultura de prestação de contas.

Jorge Samuel, estudante do mesmo curso de direito da referida faculdade, considera haver falta de produtividade nas instituições, coisa que pode ser superada com maior eficiência e cobrança de impostos de forma justa.

Em conferência de imprensa, palestrante Belarmino Jelembi disse que para a ADRA, é importante que o executivo opte cada vez mais pela transparência das contas públicas, até porque a mesma é parceira do Estado em várias esferas da sociedade civil, e defende um maior investimento para a agricultura e educação, rematou.

Para ele, a aplicação prática do orçamento destinado à província, nos projectos feitos, devem merecer a participação das comunidades, visto serem os maiores beneficiários e conhecerem melhor os problemas e assuntos que constituem necessidades a serem solucionados. Em sua opinião, o maior gasto na província vai para as despesas não justificadas, o que não ajuda na transparência que se pretende alcançar, deixando sempre um nevoeiro.

Participaram do debate público organizações da sociedade civil, instituições públicas, Bancos, partidos políticos, entidades religiosas e docentes da faculdade UKB.

4.11 Uma vez aprovado que mais se pode dizer sobre o OGE para 2016?

Novo Jornal

23 De Dezembro de 2015

O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO é um importante documento, no qual aparecem espelhadas as previsões do executivo em relação às receitas a arrecadar e às despesas a serem efectuadas durante todo o ano.

A aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2016 no passado dia 11 de Dezembro, foi apenas uma etapa do ciclo orçamental. Não é a única e nem sequer é, do meu ponto de vista, aquela que maior desafio encerra no contexto angolano.

Por mais acaloradas que possam ser as discussões para a sua aprovação na Assembleia Nacional, elas nunca deveriam desviar a nossa atenção em relação aos desafios ligados à eficácia e eficiência na implementação de tudo quanto tem vindo a ser aprovado no nosso país.

Embora o OGE para 2016 já tenha sido aprovado, sinto que todos e cada um de nós deveríamos prestar maior atenção em relação a três questões:

A primeira prende-se com o facto de que as diferentes instituições do Estado Angola- no tendem a fornecer ao público em geral, o mínimo de informações sobre o Orçamento Geral do Estado, sobre a forma como ele está a ser utilizado e sobre os documentos fundamentais para que possamos perceber e acompanhar o orçamento desde a identificação das prioridades, passando pela aprovação, execução, seguimento e avaliação.

Não precisamos de fazer uma pesquisa exaustiva para perceber por exemplo que a vasta maioria das Administrações Municipais e outras Unidades Orçamentais, dão informações insuficientes à sociedade civil e ao público em geral, havendo casos em que mostram até alguma resistência em disponibilizar informações às pessoas interessadas, mesmo quando solicitadas.

Apelos no sentido de que os cidadãos confiem nas instituições do Estado e dêem a sua contribuição, não fazem muito sentido, lá onde as dificuldades 'de acesso às informações nos impedem de compreender algo tão importante como são os orçamentos, os balanços de execução, os relatórios de auditoria das instituições responsáveis por prestarem os serviços públicos de que tanto necessitamos.

Quando se pretende abordar a questão da transparência em Angola, muitas pessoas temem que o debate vá descambar na habitual troca de acusações, no apontar do dedo às pessoas que consideramos terem enriquecido de forma ilícita, etc.

Mas a transparência quer dizer muito mais do que isto. Quer dizer também que temos de aumentar a abrangência das informações sobre o orçamento. Por exemplo, informações mais detalhadas colocadas à disposição dos cidadãos interessados de forma acessível, atempada e consistente, pode ser um grande passo no caminho dessa mesma transparência.

Provavelmente todos sairíamos a ganhar, caso os relatórios periódicos de balanço da execução, a conta geral do estado e os relatórios de auditoria feitos pelo Tribunal de Contas estivessem disponíveis para todos e em prazos aceitáveis.

A segunda questão prende-se com o facto de que os poderes Executivos, Legislativo e Judicial (Tribunal de Contas) proporcionam ao público interessado poucas oportunidades de participação ao longo de todo o processo orçamental.

Angola deve garantir que a sociedade em geral e o público interessado sejam informados sobre a finalidade e os compromissos que o executivo procura atender através do Orçamento Geral do Estado, permitindo desta forma a participação efectiva da sociedade ao longo do ciclo orçamental.

À semelhança do que acontece com o poder Legislativo, que de algum tempo a esta parte convida os parceiros sociais para um -encontro de auscultação, por ocasião da aprovação do Orçamento Geral do Estado na Assembleia Nacional, o Tribunal de Contas e o Executivo também poderiam fazê-lo

em diferentes fases da sua participação no ciclo orçamental.

Nada obstaculiza que o Tribunal de Contas promova audiências públicas para abordar a questão dos relatórios de auditoria às contas apresentadas pelo poder Executivo, ou que o poder Executivo melhore os mecanismos de participação da sociedade civil durante a fase de execução do orçamento.

Muitos dirão que, de certa forma e em maior ou menor grau, algumas instituições do Estado assim procedem quando convocam actores da sociedade civil para participarem nos diferentes espaços de auscultação e concertação social. Eu diria que se isto é um facto tão evidente, porque razão nem sempre se publicam as actas contendo as conclusões destes encontros?

Num momento menos bom da nossa economia, medidas que visam aumentar a participação pública nos processos de identificação das prioridades, aprovação, gestão e controlo dos orçamentos devem ser encorajadas.

A terceira grande questão prende-se com a questão do controlo orçamental. Embora nem todas as pessoas aceitem o argumento como sendo um dado adquirido, a realidade tem vindo a demonstrar que o poder Legislativo e o Tribunal de Contas exercem um fraco controlo sobre o Orçamento Geral do Estado. Muitos projectos e programas não recebem a devida fiscalização sem falar da fraca cultura de avaliação externa credível. Com estes níveis de controlo de certeza que não chegamos lá!

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Atraso de subsídios preocupa autoridades tradicionais

Jornal de Angola
11 De Dezembro de 2015

AS AUTORIDADES tradicionais de várias províncias do País estão aflitas por causa do atraso no pagamento dos subsídios atribuídos mensalmente pelo Executivo angolano.

Segundo uma carta a que Novo Jornal teve acesso, os subsídios atribuídos às autoridades tradicionais nas províncias estão atrasados há mais de três meses.

"Não obstante a crise, esperamos que o Executivo resolva o nosso problema", lê-se na carta.

O Novo Jornal apurou ainda que os subsídios atribuídos às autoridades tradicionais e o modo como são pagos em algumas localidades preocupa o Executivo. Daí a intenção do Ministério da Administração do Território em pretender que os governos provinciais procedem à abertura de contas bancárias para todos os beneficiários.

Segundo dados oficiais, até em 1998 eram pagos "subsídios" a mais de 30 mil "autoridades", mais do que o dobro das existentes em 1975.

A situação agravou-se, na medida em que só na província do Uíge se pagam "subsídios" actualmente a cerca de 7500 autoridades tradicionais.

Segundo dados do Ministério da Administração do Território, a República de Angola conta actualmente com 40.332 autoridades tradicionais.

5.2 Situação administrativa e social do Kilamba Kiaxi estagnada

Semanário Angolense
11 De Dezembro de 2015
Texto: Gaspar Faustino

Com a nomeação de João Domingos Lourenço, por sinal o décimo administrador que passa pelo Kilamba Kiaxi, a população da circunscrição a chava que ele o «salvador» tão almejado, mas enganou-se, pois o actual administrador está a cometer os mesmos erros que o anterior gestor cometeu, tal como o nepotismo.

O anterior administrador, quando assumiu o cargo em 2008, trouxe consigo muitos familiares que colocou em lugares-chave da instituição.

João Domingos imitou José Correia e trouxe consigo, segundo as nossas fontes, cerca de 50 parentes seus que estavam desempregados e colocou-os em lugares estratégicos, afastando os que lá se encontravam. João Domingos está a ser contestado pelos munícipes, porque alguns dos indivíduos que trouxe carecem de experiência de trabalho administrativo e têm cometido inúmeras falhas no atendimento aos munícipes.

Outro erro que João Domingos cometeu, foi nomear para os cargos de administradores dos bairros do Golfe e do Palanca, Filomena Freitas e Pascoal Fortunato Paulo, respectivamente, para director da Unidade Técnica do Kilamba Kiaxi, António Casal e para chefe dos serviços Comunitários do Kilamba Kiaxi, a senhora Francisca da Costa, que na gestão anterior deram provas de pouco dinamismo e não contribuíram na resolução dos problemas das populações.

Começando pela actual administradora do bairro Golfe, Filomena Freitas, que na opinião de muitos munícipes já deveria estar reformada atendendo à sua idade avançada e pelos cargos que exerce em acumulação no distrito, nomeadamente directora de

uma escola primária e primeira secretária da Organização da Mulher Angolana (OMA), que a impossibilita de estar permanentemente no seu posto de trabalho a nível do distrito.

Filomena Freitas é muito contestada, já que não consegue dar resposta às dificuldades por que passam os munícipes do bairro que administra, consubstanciados na ausência de redes de água potável e energia eléctrica em algumas zonas, para além de outros problemas candentes como o saneamento básico, delinquência, entre outros.

O director da Unidade Técnica do Kilamba Kiaxi, António Casal, no entender dos munícipes, é um indivíduo sem perfil para o cargo que ocupa. O mesmo desempenha o cargo pelo facto de ser primo do administrador, gere mal (ou em proveito próprio) os meios técnicos postos à disposição do distrito, ou seja, aluga a terceiros os tractores, camiões basculantes, charruas, entre outros. Estes meios foram comprados para apoiar os munícipes, mas não é o que se constata.

Quanto à chefe de secção dos serviços comunitários, Francisca da Costa, é tida como incompetente e oportunista. Com alguns meios técnicos ao seu dispor, nomeadamente camiões cisternas e camiões de sucção, a mesma cobra preços exorbitantes no aluguer desses meios e, segundo informações de algumas fontes da administração do distrito, as verbas arrecadadas não vão para os cofres da administração. O aluguer da cisterna de água custa 15 mil Kwanzas, enquanto pelo camião de sucção paga-se 30 mil Kwanzas. Sendo assim, os munícipes perguntam: «Esses meios foram adquiridos pelo Estado para servirem à população ou para engordar as contas bancárias de alguns?»

Um grave erro que João Domingos cometeu neste seu mandato, foi nomear Pascoal Fortunato Paulo como administrador do bairro Palanca. Pascoal Fortunato foi administrador do bairro «Havemos de Volta» durante cinco anos e apesar de ser uma localidade pequena nada fez de realce.

Pascoal Fortunato é um indivíduo que tem fama de «rei das maratonas», pela apetência que demonstra em promover maratonas, com o propósito de arrecadar dinheiro das feirantes para proveito próprio; o homem tem duas esposas. No bairro Palanca promoveu, neste ano, várias, em saudação ao 11 de Novembro.

Pascoal Fortunato, administra o bairro de forma empírica, pois não possui capacidade para tal e muito menos conhecimentos científicos de administração de

populações. Segundo as nossas fontes, o mesmo está a aplicar no Pai anca a «lei da gasosa», ou seja, quem quiser ver os seus problemas resolvidos tem que desembolsar, alegando não receber verbas do administrador distrital para ajudar na aquisição material gastável de consumo diário como resmas de papel, tinteiros para impressoras, etc, etc.

Recentemente, quando as equipas técnicas estavam a nivelar as ruas daquele bairro, o administrador Fortunato exigiu que a população dessas áreas contribuíssem com uma verba para pagar a compra do gasóleo dos tractores.

Com esta medida, os tractoristas aproveitaram-se para extorquirem dinheiro aos cidadãos, a pretexto de estarem há vários meses sem salário, com o beneplácito quer do administrador Fortunato como do director da Unidade Técnica, António Casal.

Uma fonte que não se identificou garantiu ao Semanário Angolense que o tractorista Franque exigiu que lhe pagassem 20 mil Kwanzas pelo trabalho efectuado numa das ruas do Palanca, sem que o seu chefe, António Casal, o chamasse à razão.

Trabalho sem qualidade nas ruas terciárias

Em relação ao trabalho efectuado nas ruas terciárias do distrito, os mesmos foram considerados de má qualidade ou, como os miúdos nos bairros dizem, foi um «trabalho de se coçar». Bastou cair uns pingos de água do céu e as ruas ficaram totalmente alagadas, sem possibilidade das pessoas e viaturas transitarem.

Essas obras deveriam ser feitas com mais profundidade. A intervenção deveria ser feita com aplicação de brita e outros inertes e seria nivelado com um cilindro, que por sinal a administração possui, com valetas laterais para drenagem das águas. Isto é que seria trabalho de terraplanagem no seu verdadeiro sentido. Tornaria a rua mais compacta, principalmente no Palanca, cujo terreno é argiloso.

A desculpa é velha. Todos sabemos. A «eterna» falta de verbas. Mas onde vai o dinheiro que diariamente a administração do distrito arrecada nos mercados existentes na circunscrição, assim como o dos diversos impostos cobrados aos cidadãos? Segundo se sabe, uma parte vai para os cofres do Estado e a outra metade para onde é canalizada? Esse dinheiro não serviria para comprar brita e outros inertes de que se necessita para esses trabalhos, ou até o gasóleo para as máquinas?

A propósito, as ruas das «Violetas», Miguel Ângelo Lupi e Cidade de Beja, nas imediações da Feira Popular, ao bairro Popular (Neves Bendinha), precisam de intervenção já. As citadas vias estão

totalmente esburacadas e apresentam-se constantemente cheias de água. Presume-se que seja água dos esgotos das residências ou uma ruptura na canalização da EP AL. Essas vias são indispensáveis pela importância que desempenham na circunscrição, pois servem de alternativa para o tráfego no interior do distrito. O mesmo se pode dizer da chamada «rua zero», entre o Palanca e o Neves Bendinha e culmina no largo Avó Kumbi ao Golfe, e que a administração distrital tentou recuperar mas não conseguiu.

Bastião dos estrangeiros e igrejas ilegais

O bairro do Palanca é considerado o bastião dos estrangeiros ilegais, principalmente os que são provenientes da República Democrática do Congo. É neste bairro onde muitos desses cidadãos se acoitam. Muitos dizem que os mesmos ficam impunes por serem adeptos do Kabuscorp do general Kangamba, mas a verdade é que as consequências, caso não se ponha um limite a isso, serão pagas no futuro, pois muitos deles conseguem a nacionalidade angolana de forma arbitrária e com toda a facilidade.

O mais estranho é que as autoridades não tomam a sério esta situação, que preocupa o cidadão nacional coerente, já que esses indivíduos não respeitam as normas da sã convivência entre os homens, não respeitam as nossas leis e o próprio angolano. Nos seus botequins espalhados pelo bairro, tocam música muito alta, fazem tráfego de drogas e lavagem de dinheiro, enquanto as mulheres sobrevivem da prostituição e vão espalhando doenças venéreas.

Em relação às igrejas no distrito, segundo uma estatística local, existem mais de quatrocentas congregações, a maior parte delas localizadas no bairro Palanca. Nessa localidade, em cada rua pode-se contar entre quatro a cinco igrejas que funcionam à margem da lei.

A maior parte dessas igrejas trabalham todos os dias e em locais impróprios, nomeadamente em quintais, estabelecimentos comerciais e provocam uma poluição sonora incrível, apesar de proibida por lei. Os cultos são efectuados geralmente em lingala (língua nacional do Congo), enquanto um outro indivíduo traduz para português. Segundo relatos que chegaram ao SA, muitos pastores envolvem-se sexualmente com as crentes e as engravidam, enquanto outros cultivam o hábito de acusarem as crianças de feiticeiras, sob o silêncio tumular quer das famílias, como das autoridades locais e a Polícia Nacional. Não existe fiscalização contra essas congregações ditas religiosas e, a continuar assim, essas instituições ilegais vão crescer ainda mais.

Delinquência sempre a subir

Enquanto isso, a delinquência está a subir no distrito. Assaltos à mão armada, violações sexuais e assassinatos são relatados quase diariamente. A Polícia Nacional no distrito não tem pernas para caminhar. Dizem que carecem de efectivos e meios rolantes para garantir a segurança dos munícipes. Há muito que os polícias deixaram de fazer giros apeados ou com viaturas, uma ausência a que os delinquentes «batem palmas».

Sobre o saneamento básico no distrito, de tanto que já se falou e escreveu, só confirma que as autoridades locais e não só, apenas querem títulos e encher os bolsos, o resto não interessa, até porque a situação é geral em toda a província e quiçá no país, mas importa realçar que a situação continua na mesma. Não há locais designados para a população depositar o lixo, não existem contentores e deposita-se o lixo nas ruas, até nas estradas, impedindo assim a normal circulação de transeuntes e viaturas.

Aproveitando esta situação, surgiram indivíduos com motorizadas de três rodas, que procedem à recolha de lixo em algumas ruas do Palanca a troco de 100 Kwanzas por cada saco.

Assim sendo, o Kilamba Kiaxi continua a viver sérios problemas que deixarão de existir um dia quando deixar de se impor nas administrações indivíduos estranhos, desonestos e corruptos.

5.3 Administrador preocupado com a vida dos munícipes

Jornal Grandes Notícias

19 De Dezembro de 2015

Texto: Simão Neto

Chefe máximo do Kilamba Kiaxi, realizou uma visita de constatação as famílias sinistradas e centro dos deficientes físicos vítimas de guerra.

Em 2015, ano prestes a terminar Kilamba Kiaxi realizou quatro conselhos de auscultação e concertação social, uma ordinário que visou tratar de assuntos internos do Distrito e outras extraordinários com objectivo de colher ideias ou opiniões para escolhe do nome do futuro município a surgir dentro de dias respectivamente.

De acordo com informações recolhidas no local, o Administrador Domingos João Lourenço, está a trabalhar bem.

De recordar, muitos antigos inquilinos do Kilamba Kiaxi, caso José Correia a vida era gastar a «massa»

toda no vinho e nas farras, mas hoje com este administrador e seus adjuntos, Domingos da Silva e Ênio dos Santos, áreas técnicas e infraestruturas e política e social, respectivamente já demonstraram serem homem com capacidade e ideias para o crescimento da urbe.

As obras de terraplenagem feitas ao princípio do corrente mês em parte do troço rodoviário Congolenses/ Avô Cumby, no município do Kilamba-Kiaxi, em Luanda, revelarem-se eficientes diante da chuva que caio sobre a capital nos últimos dias.

Mas não o suficiente deve fazer mais ainda para melhorar a vida dos munícipes em geral e a circulação dos automobilistas em particular.

Segundo apurou o Grandes Notícias no local, depois das enxurradas que caíram naquela circunscrição romperam o tapete terraplenado, criando pequenos charcos de água, não só no centro da via como também nas extremidades da estrada. Esta obra não é da responsabilidade do administrador distrito é do nosso Governo Central.

Fruto da terraplanagem feita no local os engarrafamentos diminuíram, é uma via que liga a delegação municipal de saúde do Kilamba-Kiaxi, da administração comunal do bairro Havemos de Voltar e na ponte da rua Machado Saldanha.

De acordo com alguns automobilistas e peões, a iniciativa de se terraplanar a via foi louvável, uma vez que minimizou as dificuldades de acesso ao Golf e ao bairro Neves Bendinha, minimizou outras situações.

O cidadão Segunda Pedro Mbembe afirma que a chuva para além de danificarem o pavimento, também o deixam amolecido, criando poças de lama, onde as viaturas ficam entaladas. Mas com este trabalho de tapa buracos está a fazer circular.

Maria da Silva salienta que mais obras devem ser feitas para que os automobilistas e peões possam usufruir de boa circulação, não só no centro da cidade capital, mas também nas suas artérias.

A estrada que dá cesso ao hospital Sanatório também se encontrava-se em condições deploráveis, mas agora circula-se bem devido os trabalhos feito pelo governo central em 2010, ao longo do troço.

No seu trabalho de campo realizado em Novembro durante a primeira chuva constatou a situação das famílias que vivem no centro de acolhimento da Ex. Maná cristã.

Domingos Lourenço fez uma actividade de realce em 2015, em menos de 9 meses do consolado, ao reverter o actual quadro da venda ambulante na via pública, nos bairros golfe 1 e 2 até Calemba 2. Administração do Kilamba Kiaxi, realizou uma outra obra de realce sobretudo no bairro Aníbal Rocha vulgo Sapú, as ruas estão minimamente transitáveis através de trabalhos realizados naquela circunscrição do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi.

O trabalho vai continuar em 2016 á garantia é do administrador

As autoridades do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi (Luanda) prevêm, nos próximos dias de 2016, realizar mais uma outra campanha de melhoramento das vias secundárias e terciárias da circunscrição, degradadas durante o período de chuvas, no âmbito de um projecto denominado "Plano Pós-Chuva".

Segundo garantiu o Administrador Adjunto para a área técnica infraestruturas e serviços comunitários, Ênio dos Santos, o projecto visa a limpeza e terraplanagem das ruas dos bairros Golfe 1, Palanca e Neves Bendinha, processo de tapa buracos e limpeza de valas de drenagem.

O responsável condicionou a realização dos trabalhos à atribuição de uma verba financeira por parte das autoridades provincial, para aquisição de inertes, nomeadamente terra, britada, rocha, tuvenal, e também para reparação de alguns equipamentos que necessitam de ser reabilitados.

Enio dos Santos reconheceu que no período de cacimbo permitirá executar esse tipo de projectos. "Reconheço que o tempo é curto, pois são somente três meses de cacimbo e se não implementarmos esse projecto as populações ficarão penalizadas no próximo período de chuvas", admitiu.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 As nossas janelas partidas. Do Nova Vida ao Kilamba

Jornal O PAÍS
4 De Dezembro de 2015

Em psicologia social existe um teorema que relaciona a criminalidade e a ordem urbana. É a chamada teoria das janelas partidas - alguns chamam' os vidros partidos ou se preferirmos "broken windows theory". Trata-se de um modelo norte-americano de política de segurança pública, muito utilizada durante o mandato de Giuliani, que tem a ver com o combate ao crime.

Inspirados nesta teoria, há alguns anos, a Universidade de Stanford (EUA), realizou uma interessante experiência. Deixaram dois carros idênticos, da mesma marca, modelo e cor, abandonados na rua. Um no Bronx, zona pobre e conflituosa de Nova Yorkeo outro em Palo Alto, zona rica e tranquila da Califórnia. O objectivo era apenas o de analisar o comportamento das pessoas e vejamos o que se assistiu:

O carro abandonado no Bronx foi vandalizado em poucas horas. As rodas foram roubadas' depois o motor, os espelhos, o rádio, etc. Levaram tudo o que fosse aproveitável. Pelo contrário, o carro abandonado em Palo Alto manteve-se intacto.

Quando o carro abandonado no Bronx estava já desfeito e o de Palo Alto estava há uma semana impecável, os pesquisadores quebraram um vidro do automóvel de Palo Alto. Resultado: desencadeou-se o mesmo processo ocorrido no Bronx. Roubo, violência e vandalismo reduziram o segundo veículo à mesma situação daquele deixado no bairro pobre. E a questão dos investigadores era a de perceber por que o vidro quebrado na viatura abandonada num bairro supostamente seguro foi capaz de desencadear todo um processo delituoso? Evidentemente, não foi devido à pobreza. Trata-se de algo que tem a ver com a psicologia humana e com as relações sociais.

Um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de deterioração, de desinteresse, de despreocupação.

Faz quebrar os códigos de convivência, faz supor que a lei encontra-se ausente, que naquele lugar não existem normas ou regras. Um vidro quebrado induz ao "tout est permis". Cada novo ataque depredador

reafirma e multiplica essa ideia, até que a escalada de actos cada vez piores torna-se incontrolável, desembocando numa violência irracional.

Baseada nessa experiência e em outras análogas, foi desenvolvida a "Teoria das Janelas Quebradas". Sua conclusão é que o delito é maior nas zonas onde o descuido, a sujeira, a desordem e o maltrato são maiores. Se, por alguma razão, quebra-se o vidro de uma janela de um edifício e ninguém o repara, muito rapidamente estarão quebrados todos os demais. Se uma comunidade exhibe sinais de deterioração, e esse facto parece não importar a ninguém, isso fatalmente será factor de geração de conflitos com a norma.

Ao perceber esta teoria também compreendo melhor e fico bastante intrigado com o que se assiste nas novas centralidades. Cidades novas com gente velha. Cidades novas com velhos problemas. Cidades novas com o mesmo desleixo da administração e dos seus habitantes. É inaceitável. É assustador porque os exemplos não estão longe. Estão muito próximos. Daí que estejamos assustados com a onda de criminalidade que se assiste também hoje no projecto Nova Vida. Os Kilambas para lá caminham, porque faltam-nos gestores da estirpe de Rudolph Giuliani que recebeu uma cidade em chamas e deixou só Nova York com o estatuto de uma das cidades mais seguras do mundo. Adoptou uma política de tolerância zero ao crime, tendo como fundamentos a "Teoria das Janelas Quebradas".

As autoridades entendiam que, por exemplo, se os parques e outros espaços públicos deteriorados forem progressivamente abandonados pela administração pública e pela maioria dos habitantes, esses mesmos espaços serão progressivamente ocupados por delinquentes, expulsando os jovens e verdadeiros usuários.

6.2 Situação administrativa e social do Kilamba Kixi estagnada

Semanário Angolense
11 De Dezembro de 2015
Texto: Gaspar Faustino

Com a nomeação de João Domingos Lourenço, por sinal o décimo administrador que passa pelo Kilamba Kixi, a população da circunscrição a chava que ele o «salvador» tão almejado, mas enganou-se, pois o actual administrador está a cometer os mesmos erros que o anterior gestor cometeu, tal como o nepotismo.

O anterior administrador, quando assumiu o cargo em 2008, trouxe consigo muitos familiares que colocou em lugares-chave da instituição.

João Domingos imitou José Correia e trouxe consigo, segundo as nossas fontes, cerca de 50 parentes seus que estavam desempregados e colocou-os em lugares estratégicos, afastando os que lá se encontravam. João Domingos está a ser contestado pelos munícipes, porque alguns dos indivíduos que trouxe carecem de experiência de trabalho administrativo e têm cometido inúmeras falhas no atendimento aos munícipes.

Outro erro que João Domingos cometeu, foi nomear para os cargos de administradores dos bairros do Golfe e do Palanca, Filomena Freitas e Pascoal Fortunato Paulo, respectivamente, para director da Unidade Técnica do Kilamba Kiaxi, António Casal e para chefe dos serviços Comunitários do Kilamba Kiaxi, a senhora Francisca da Costa, que na gestão anterior deram provas de pouco dinamismo e não contribuíram na resolução dos problemas das populações.

Começando pela actual administradora do bairro Golfe, Filomena Freitas, que na opinião de muitos munícipes já deveria estar reformada atendendo à sua idade avançada e pelos cargos que exerce em acumulação no distrito, nomeadamente directora de uma escola primária e primeira secretária da Organização da Mulher Angolana (OMA), que a impossibilita de estar permanentemente no seu posto de trabalho a nível do distrito.

Filomena Freitas é muito contestada, já que não consegue dar resposta às dificuldades por que passam os munícipes do bairro que administra, consubstanciados na ausência de redes de água potável e energia eléctrica em algumas zonas, para além de outros problemas candentes como o saneamento básico, delinquência, entre outros.

O director da Unidade Técnica do Kilamba Kiaxi, António Casal, no entender dos munícipes, é um indivíduo sem perfil para o cargo que ocupa. O mesmo desempenha o cargo pelo facto de ser primo do administrador, gere mal (ou em proveito próprio) os meios técnicos postos à disposição do distrito, ou seja, aluga a terceiros os tractores, camiões basculantes, charruas, entre outros. Estes meios foram comprados para apoiar os munícipes, mas não é o que se constata.

Quanto à chefe de secção dos serviços comunitários, Francisca da Costa, é tida como incompetente e oportunista. Com alguns meios técnicos ao seu dispor, nomeadamente camiões cisternas e camiões

de sucção, a mesma cobra preços exorbitantes no aluguer desses meios e, segundo informações de algumas fontes da administração do distrito, as verbas arrecadadas não vão para os cofres da administração. O aluguer da cisterna de água custa 15 mil Kwanzas, enquanto pelo camião de sucção paga-se 30 mil Kwanzas. Sendo assim, os munícipes perguntam: «Esses meios foram adquiridos pelo Estado para servirem à população ou para engordar as contas bancárias de alguns?»

Um grave erro que João Domingos cometeu neste seu mandato, foi nomear Pascoal Fortunato Paulo como administrador do bairro Palanca. Pascoal Fortunato foi administrador do bairro «Havemos de Voltar» durante cinco anos e apesar de ser uma localidade pequena nada fez de realce.

Pascoal Fortunato é um indivíduo que tem fama de «rei das maratonas», pela apetência que demonstra em promover maratonas, com o propósito de arrecadar dinheiro das feirantes para proveito próprio; o homem tem duas esposas. No bairro Palanca promoveu, neste ano, várias, em saudação ao 11 de Novembro.

Pascoal Fortunato, administra o bairro de forma empírica, pois não possui capacidade para tal e muito menos conhecimentos científicos de administração de populações. Segundo as nossas fontes, o mesmo está a aplicar no Palanca a «lei da gasosa», ou seja, quem quiser ver os seus problemas resolvidos tem que desembolsar, alegando não receber verbas do administrador distrital para ajudar na aquisição material gastável de consumo diário como resmas de papel, tinteiros para impressoras, etc, etc.

Recentemente, quando as equipas técnicas estavam a nivelar as ruas daquele bairro, o administrador Fortunato exigiu que a população dessas áreas contribuíssem com uma verba para pagar a compra do gasóleo dos tractores.

Com esta medida, os tractoristas aproveitaram-se para extorquirem dinheiro aos cidadãos, a pretexto de estarem há vários meses sem salário, com o beneplácito quer do administrador Fortunato como do director da Unidade Técnica, António Casal.

Uma fonte que não se identificou garantiu ao Semanário Angolense que o tractorista Franque exigiu que lhe pagassem 20 mil Kwanzas pelo trabalho efectuado numa das ruas do Palanca, sem que o seu chefe, António Casal, o chamasse à razão.

Trabalho sem qualidade nas ruas terciárias

Em relação ao trabalho efectuado nas ruas terciárias do distrito, os mesmos foram considerados de má

qualidade ou, como os miúdos nos bairros dizem, foi um «trabalho de se coçar». Bastou cair uns pingos de água do céu e as ruas ficaram totalmente alagadas, sem possibilidade das pessoas e viaturas transitarem.

Essas obras deveriam ser feitas com mais profundidade. A intervenção deveria ser feita com aplicação de brita e outros inertes e seria nivelado com um cilindro, que por sinal a administração possui, com valetas laterais para drenagem das águas. Isto é que seria trabalho de terraplanagem no seu verdadeiro sentido. Tornaria a rua mais compacta, principalmente no Palanca, cujo terreno é argiloso.

A desculpa é velha. Todos sabemos. A «eterna» falta de verbas. Mas onde vai o dinheiro que diariamente a administração do distrito arrecada nos mercados existentes na circunscrição, assim como o dos diversos impostos cobrados aos cidadãos? Segundo se sabe, uma parte vai para os cofres do Estado e a outra metade para onde é canalizada? Esse dinheiro não serviria para comprar brita e outros inertes de que se necessita para esses trabalhos, ou até o gásóleo para as máquinas?

A propósito, as ruas das «Violetas», Miguel Ângelo Lupi e Cidade de Beja, nas imediações da Feira Popular, ao bairro Popular (Neves Bendinha), precisam de intervenção já. As citadas vias estão totalmente esburacadas e apresentam-se constantemente cheias de água. Presume-se que seja água dos esgotos das residências ou uma ruptura na canalização da EP AL. Essas vias são indispensáveis pela importância que desempenham na circunscrição, pois servem de alternativa para o tráfego no interior do distrito. O mesmo se pode dizer da chamada «rua zero», entre o Palanca e o Neves Bendinha e culmina no largo Avó Kumbi ao Golfe, e que a administração distrital tentou recuperar mas não conseguiu.

Bastião dos estrangeiros e igrejas ilegais

O bairro do Palanca é considerado o bastião dos estrangeiros ilegais, principalmente os que são provenientes da República Democrática do Congo. É neste bairro onde muitos desses cidadãos se acoitam. Muitos dizem que os mesmos ficam impunes por serem adeptos do Kabuscorp do general Kangamba, mas a verdade é que as consequências, caso não se ponha um limite a isso, serão pagas no futuro, pois muitos deles conseguem a nacionalidade angolana de forma arbitrária e com toda a facilidade.

O mais estranho é que as autoridades não tomam a sério esta situação, que preocupa o cidadão nacional coerente, já que esses indivíduos não respeitam as normas da sã convivência entre os homens, não respeitam as nossas leis e o próprio angolano.

Nos seus botequins espalhados pelo bairro, tocam música muito alta, fazem tráfego de drogas e lavagem de dinheiro, enquanto as mulheres sobrevivem da prostituição e vão espalhando doenças venéreas.

Em relação às igrejas no distrito, segundo uma estatística local, existem mais de quatrocentas congregações, a maior parte delas localizadas no bairro Palanca. Nessa localidade, em cada rua pode-se contar entre quatro a cinco igrejas que funcionam à margem da lei.

A maior parte dessas igrejas trabalham todos os dias e em locais impróprios, nomeadamente em quintais, estabelecimentos comerciais e provocam uma poluição sonora incrível, apesar de proibida por lei. Os cultos são efectuados geralmente em lingala (língua nacional do Congo), enquanto um outro indivíduo traduz para português. Segundo relatos que chegaram ao SA, muitos pastores envolvem-se sexualmente com as crentes e as engravidam, enquanto outros cultivam o hábito de acusarem as crianças de feiticeiras, sob o silêncio tumular quer das famílias, como das autoridades locais e a Polícia Nacional. Não existe fiscalização contra essas congregações ditas religiosas e, a continuar assim, essas instituições ilegais vão crescer ainda mais.

Delinquência sempre a subir

Enquanto isso, a delinquência está a subir no distrito. Assaltos à mão armada, violações sexuais e assassinatos são relatados quase diariamente. A Polícia Nacional no distrito não tem pernas para caminhar. Dizem que carecem de efectivos e meios rolantes para garantir a segurança dos munícipes. Há muito que os polícias deixaram de fazer giros apeados ou com viaturas, uma ausência a que os delinquentes «batem palmas».

Sobre o saneamento básico no distrito, de tanto que já se falou e escreveu, só confirma que as autoridades locais e não só, apenas querem títulos e encher os bolsos, o resto não interessa, até porque a situação é geral em toda a província e quicá no país, mas importa realçar que a situação continua na mesma. Não há locais designados para a população depositar o lixo, não existem contentores e deposita-se o lixo nas ruas, até nas estradas, impedindo assim a normal circulação de transeuntes e viaturas.

Aproveitando esta situação, surgiram indivíduos com motorizadas de três rodas, que procedem à recolha de lixo em algumas ruas do Palanca a troco de 100 Kwanzas por cada saco.

Assim sendo, o Kilamba Kixi continua a viver sérios problemas que deixarão de existir um dia quando

deixar de se impor nas administrações indivíduos estranhos, desonestos e corruptos.

6.3 Estado quer privados para as infra-estruturas

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2015

Texto: Nilza Massango

O ministro e Urbanismo e Habitação, apelou ontem, em Luanda, a participação activa do sector privado na infra-estrutura das reservas fundiários existentes e a constituir no país.

"Os eixos estratégicos de crescimento do país apontam as infra-estruturas como pilares do desenvolvimento económico", disse José António e Silva na abertura do Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O ministro destacou a importância das infra-estruturas para a continuação das actividades do sector, em relação ao programa dos 200 fogos habitacionais por município, programa de autoconstrução dirigida e no complemento das 25 novas centralidades em construção no país.

José António e Silva garantiu que Governo vai continuar a incentivar a auto-construção de habitações, através de políticas de concessão de terrenos urbanos, programa de apoio técnico assistencial na execução de projectos tipo de habitações rurais, com a incorporação de materiais locais e introdução de novas regras e melhoria da qualidade das edificações rurais tradicionais.

Com a aplicação do subprograma de construção de centralidades, no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o país vai ter, em 2016, cerca de 120 mil Casa construídas. O director nacional da Habitação, Adriano da Silva, que interveio ontem no conselho, disse que, no processo iniciado em 2011, a Imogestim tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a empresa KoraAngola 44 mil.

As empresas surgiram no âmbito da estratégia de implementação de parcerias privadas. Um relatório síntese do subprograma "200 fogos por municípios", apresentado ontem durante o conselho indica que, das 26 mil casas previstas para a construção até final deste ano, em todo o país, cerca de 9.887 esmo concluídas.

Referindo-se ao desenvolvimento urbano, o ministro José António e Silva disse que a política fundiária orienta que a gestão deve passar por um processo de valorização das reservas, dotando-as de infra-estruturas para que se tornem num bem real e com expressão no mercado, de forma a servir de oportunidades de intervenção do Estado e das parcerias público-privadas. José António e Silva apontou que, do ponto de vista económico, a construção de habitação nos países em desenvolvimento, além de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), cria emprego e a legalização da situação cadastral da população que permite ao Estado obter uma nova fonte de receitas e conseguir volume capital para o desenvolvimento dos diferentes núcleos urbanos.

O ministro apelou para uma maior articulação entre os governos provinciais e os órgãos locais do Instituto Nacional de Habitação, no processo de arrecadação de receitas. Em representação do governador da província de Luanda, Graciano Domingos, a vice-governadora para a área Técnica e Infra-estrutura, Njila de Carvalho, declarou que as infra-estruturas urbanas aparecem como um desafio a ser avaliado no processo de ordenamento do território para que se transformem num bem para todos.

O conselho consultivo, que decorreu sob o lema "Investimento em infra-estruturas urbanas no processo de diversificação da economia", serviu também para fazer o balanço das acções do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Foi destacado ainda no âmbito do pacote legislativo do sector, a aprovação da Lei do Arrendamento Urbano e outros regimes jurídicos, que constituem uma ferramenta fundamental no acesso do cidadão à habitação.

A reunião do conselho consultivo foi ainda marcada pela realização de uma exposição fotográfica com planos de urbanização e infra-estruturas em curso nos vários municípios do país e que constituem peças fundamentais no processo de ordenamento territorial.

6.4 `Nova` Luanda garante 3,8 milhões de novos empregos até 2030

18 De Dezembro de 2015

Jornal Expansão

Texto: Telma Van-Dúnem

Se tudo correr como o previsto no PDGML, apresentado segunda-feira, a província terá, até 2030, 3,8 milhões de novos empregos e uma população de 12,9 milhões de pessoas. O projecto envolve intervenções em toda província, numa área de 526.100 hectares.

Na Luanda de hoje, 16,7% do território são preenchidos por zona urbana, 15,8% por área agrícola e 67,5% ainda são área natural. Em 2030, estas áreas serão de 29,7%, 24% e 46,3% natural, respectivamente.

Dentro da zona urbana, o Plano prevê um crescimento dos agregados familiares de 1,1 milhões para 2,5 milhões, e serão construídas 1,4 milhões de casas para alojar a população.

Para o dimensionamento dos equipamentos comunitários, o documento prevê 1.966 hectares para novos cemitérios, 145 novos gabinetes de apoio e 28 novos centros culturais e cívicos.

Nos próximos 15 anos, serão construídas 791 novas escolas primárias, secundárias e terciárias, bem como 65 novos quartéis de bombeiros.

O sistema de saúde será dotado de 428 novas clínicas, centros de saúde e hospitais, e serão edificadas 130 novas esquadras de polícia local e municipal, ficando 9.850 hectares reservados para espaços públicos abertos.

Hoje, a 58% da produção de energia eléctrica é assegurada por geração térmica e 42% hídrica. Em 2030, prevê-se a diminuição da geração térmica para 32% e a capacidade hídrica para 68%.

O PDGML garante ainda que, daqui a 15 anos, 95% da população terá acesso a água potável, face aos 42% actuais. No saneamento, por seu turno, o Plano prevê que 80% da área de Luanda possua sistemas de esgotos, que comparam com os 35% actuais.

Para minimizar o trânsito e criar uma conectividade rápida e segura, o Plano prevê edificação de 500 Km de estradas primárias, 1.050 Km de estradas secundárias e 1.210 Km estradas terciárias.

Para a rede provincial de transporte público, pretende-se criar um de comboio pendular com 207 Km de extensão e linhas ferroviárias de alta velocidade (44 Km), entre outras.

Capital vai valer 86% do PIB

PDGML apresenta a cidade capital como o principal 'motor' da economia de Angola, contribuindo para cerca de 86% do PIB Nacional em 2030, mencionou o representante da Deloitte, Pedro Vicente, durante a apresentação.

Segundo o responsável, a economia de Luanda deverá continuar a crescer a uma média anual de 6,5%, sendo que este crescimento será acompanhado por aumentos significativos do nível de emprego, que deverá triplicar, quando os sectores não petrolíferos estiverem operacionais.

Em 2012, lembrou, 52% do PIB da província tinham origem petrolífera e 48% provinham de áreas fora do petróleo. Em 2030, o petróleo valerá apenas 27% do PIB, e a área não petrolífera pesará 73%.

O PDGML, explicou, "assenta no princípio do utilizador - pagador, que permite que a maioria dos investimentos seja auto-sustentada".

"Este plano é uma nova regra de condução"

"Luanda cresceu rápido e vai crescer muito mais. Planear é prever, e prever esse crescimento é fundamental para termos uma cidade que funciona de forma eficaz", explicou Isabel dos Santos, directora da Urbinveste, a empresa responsável pelo projecto.

"O desafio é enorme, mas em toda as crises há uma oportunidade. Uma oportunidade de investimento, de desenvolvimento moderno. Podemos construir uma cidade inclusiva e integrada", adiantou.

A líder da empresa que coordena o PDGML considerou que este plano é "uma nova regra de condução" e acrescentou que "a mudança reside em todos e seremos todos nós a construir o Plano que começa hoje, aqui e agora".

O Plano, explicou Isabel dos Santos, assenta em três pilares:

"Luanda habitável, bonita e internacional, com um papel em África e no mundo".

"O investimento é grande, não temos um número concreto, porque vai depender das condições económicas, mas trará grande retorno para nós e para as gerações futuras", salientou.

Dar respostas

O Plano quer "dar resposta às preocupações fundamentais em termos de crescimento, estruturação urbana, demográfica, ambiental" e aposta na "promoção cultural e patrimonial da cidade capital", acrescentou Isabel dos Santos.

A directora da Urbinveste referiu que o projecto vai "estabelecer as prioridades de investimento público, bem como orientar e motivar o investimento privado. É um plano interdisciplinar, cobre todos os sectores de desenvolvimento da província de Luanda", destacou.

A equipa técnica é composta por seis empresas distintas. À Urbinveste cabe a coordenação geral do projecto, a Broadway Malyan lidera a equipa de consultores de planeamento urbanístico, à Deloitte terá a responsabilidade da equipa estratégia económica, a Aurecon coordena a equipa de engenharia e infra-estruturas, a Mobility In Chein coordena a equipa de estratégia de transportes e a Universidade Nova de Lisboa será responsável pelo ambiente social e património. O plano conta com o apoio da Casa Civil da Presidência da República e do Governo Provincial de Luanda.

6.5 Plano Director Geral apresenta soluções

Jornal Economia e Finanças

18 De Dezembro de 2015

Texto: Aderito Veloso

Plano Director Geral de Luanda está alinhado com as políticas públicas do Executivo angolano, que visam garantir aos cidadãos acesso à habitação, saneamento básico, infra-estruturas urbanas, serviços públicos, trabalho e lazer.

Segundo o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, que discursava, em Luanda, no acto que marcou a apresentação pública do Plano Director Geral de Luanda, o projecto prevê metas de desenvolvimento ambiciosas.

"A implementação do Plano Director Geral de Luanda; levará a província a cumprir a sua função social, colocando os seus bens e equipamentos ao alcance e usufruto de toda a população", disse.

Para ele, o projecto visa também transformar a cidade, num espaço "mais atraente e apetecível" ao promover uma visão para o território da província de

Luanda fundamentada no diagnóstico prospectivo e numa gestão de médio e longo prazo.

Edeltrudes Costa revelou que os objectivos do Plano Director Geral de Luanda são claros, e visam "melhorar o aproveitamento dos recursos da província, naturais, humanos, históricos, ecológicos e culturais".

Para o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República o plano traz uma abordagem integrada dos principais problemas da província e procurou auscultar os agentes sociais e económicos, que identificaram os caminhos rumo ao desenvolvimento de Luanda.

Realçou que o projecto visa igualmente reforçar as condições de atracção e recepção de iniciativas de investimento, criar e qualificar o emprego e recursos humanos.

"O fortalecimento da economia da província passa necessariamente pelo ordenamento das actividades económicas existentes, e pela busca de alternativas para o seu pleno desenvolvimento", destacou.

Visão integrada

Na ocasião, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse que a iniciativa apresenta uma "visão integrada" do desenvolvimento da província, tendo como epicentro o sector habitacional na sua relação directa com o crescimento económico bem como na forma de se estruturar face ao crescimento demográfico e dos seus agregados familiares.

Segundo atestou, o Plano Director Geral de Luanda vai definir como devem ser realizadas as operações de emparceiramento, edificação e ocupação do solo.

O ministro assegurou que em harmonia com o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, o Plano Director Geral de Luanda "realça igualmente o papel fundamental da auto-construção dirigida, no estímulo a criação da economia local associada aos processos de urbanização".

Recorrendo às estatísticas, o ministro do Urbanismo e Habitação recordou que, um terço da população do país vive na província de Luanda, pressionando de forma "abrupta" os núcleos urbanos por in fluência da população proveniente dos meios suburbanos.

Por seu turno, o governador de Luanda, Graciano Domingos, frisou que o plano envolve programas que dizem respeito à gestão do solo e ao progresso dos planos de urbanização, tendo como objectivo a definição do modelo de desenvolvimento da província.

Projecto

O Plano Director Geral de Luanda foi elaborado em 18 meses, pela empresa Urbinvest, e será revisto a cada cinco anos, de forma a adequá-lo à novas realidades, que possam surgir. O plano prevê para o período 2015/2030 que a população da província atinja os 12,9 milhões de habitantes. Só no município de Viana, deverá atingir, dentro de 15 anos, cerca de 3,1 milhões de habitantes.

Até 2030 está planeada a construção de 1,4 milhões de casas, além de 13 novos hospitais, 160 centros de saúde e 1.500 escolas.

A iniciativa prevê a criação de um centro económico, industrial, agro-industrial e de uma praça financeira junto aos rios Kwanza e Bengo.

Um dos vectores importantes no plano está centrado na mobilidade da rede rodoviária, onde o projecto dá prioridade à intervenção nas estradas primárias e secundárias, assim como a construção de um comboio suburbano com 210 quilómetros (km) e um corredor de 142 km de uso exclusivo para o transporte público.

Quanto ao segmento do fornecimento de energia eléctrica, o Plano Director Geral de Luanda planeia a construção de novas centrais hidroeléctricas e térmicas, de forma a garantir um aumento da potência dos actuais 1.700 megawatts para 5.600.

O plano engloba custos já previstos e planeados nas instituições, estimando-se um investimento, agregando fundos públicos e privados, na ordem de mil milhões de kwanzas, por ano, durante 15 anos.

6.6 Dossantos entrega à filha Plano metropolitano de Luanda

Jornal Folha8

19 De Dezembro de 2015

A antiga nomenclatura angolana do tempo do PT, partido único, detentora de todas as rédeas do poder político e de todos os outros que este controlava, reapareceu em grande à tona d'água no passado dia 14.12 nas suas vestes de 1992, de único partido a exercer o poder em Angola, MPLA, isto é, metamorfoseada em establishment de fachada democrática à moda ocidental, mas controlando, com os seus apparatchiks disfarçados em empresários, tudo quanto é ferramenta de um poder absoluto, abrangendo tudo, desde a liderança política, passando

pelos media, finanças, comércio, indústria, e instituições, sejam de que origem forem.

O objectivo da referida aparição em público era tirar mais um coelho da cartola do "governo" e apresentar ao povo de Angola o novo Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) por intermédio do apparatchik ministro de Estado e chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, ladeado pela princesa Isabel dos Santos, filha de papai e dona da empresa Urbinveste, a qual, como que por acaso, ganhou o concurso público para abocanhar esta monumental empreitada, de muitos biliões de dólares, que se vai prolongar ao longo de 15 anos, portanto até ao ano de 2030.

Segundo consta oficialmente, "o PDGML é um projecto que começou em 2009, com um concurso público realizado pelo Governo Provincial de Luanda, na tentativa de criar para a capital uma proposta com soluções de desenvolvimento e de crescimento integrado (...) e fundamenta-se em três pilares, designadamente, "cidade habitável", "nossa cidade bonita" e "cidade internacional", revelou a Angola e ao mundo a directora-geral da Urbinveste, empresa de Isabel dos Santos, filha de papai.

Biliões outra vez em mão presidencial

Mais uma vez o que vemos é uma Isabel dos Santos, agora, na Urbinvest a aparecer à frente de um plano de desenvolvimento de 15 anos de Luanda, para abocanhar mais biliões de dólares do Estado, com base no tráfico de influência, como se fosse a única a ter direito a figurar, sem concurso, na linha da frente de todos os concursos. Na justificativa de isenção e transparência, que nunca existiu, a bilionária do papai, José Eduardo dos Santos, Presidente da República, que faz do Estado propriedade privada, a filha Isabel dos Santos, diz ter feito mais de 2 mil reuniões com vários extractos da sociedade e em consultas com grande número de técnicos, assim como com muitas associações de profissionais de engenharia e arquitectura. Disse mas tem noção que muitas destas reuniões foram uma autêntica mentira e farsa.

O problema que se apresenta neste ponto importante da empreitada é que se constata que muitos profissionais já vieram desmentir isso mesmo e dizer que eles nem sequer foram ouvidos e que os que foram chamados para consulta profissional foram os peritos estrangeiros contratados para a empreitada futura. Perante este cenário desolador para o empresariado angolano, algumas perguntas delicadas e sem resposta se levantam; primeiro, como é que o MPLA e JES ousam fazer um plano de 15 anos sem falar com os outros partidos? Têm a certeza de que vão ganhar as próximas três eleições?

Têm confiança absoluta na sua máquina de fraude?

Dos Santos tinha necessidade de humilhar desta forma o povo dizendo que nos projectos bilionários é a sua família quem mais ordena?

Isabel tinha necessidade disso, com os biliões que já tem?

Não lhe chegam o que arrecadou com base no tráfico de influências?

E depois desta pouca vergonha de adjudicação de obra, com vencedor consagrado antes do concurso, foi confrangedor ver todo um "governo", os apparatchicks ajoelhados aos pés da princesa Isabel e todos no beija-mão.

6.7 As nossas esperanças no Plano Metropolitana para salvar Luanda

Jornal O PAÍS

24 De Dezembro de 2015

O nível de degradação da cidade de Luanda atingiu um ponto vergonhoso: engarrafamento em todas as artérias transitáveis, lixo em todas as esquinas, falta de sincronia entre as novas centralidades e a cidade velha, insuficiência no nível de distribuição de energia eléctrica e água potável, saneamento deplorável com águas nauseabundas por todo o lado e buracos em cada 10 metros de estrada; escava-se sem ordem por tudo e por nada e ao bel-prazer de qualquer um. Face ao nosso muito propalado crescimento económico, é inaceitável que a cidade cartaz de Angola tenha uma tão má imagem nesta altura. Como alertara Pepetela há alguns anos, Luanda virou musseque. A não ser assim, que diferença existe entre o prédio hotel Katekero, em pleno largo Serpa Pinto e o prédio do livro no São Paulo? Entre a Maianga e o Bairro Popular? Entre Via na e o Cazenga. É tudo um vendaval.

Um cenário destes, catastrófico, obriga a um conjunto de medidas urgentes. E é neste contexto que encaramos com optimismo a recente apresentação pública do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Cidade de Luanda. Para os cidadãos, este é o assunto do momento, exasperados que nos encontramos com as 6 horas diárias que passamos no engarrafamento, o cheiro nauseabundo e as moscas e mosquitos por toda a parte, com consequências directas nos nossos níveis de Malária e outras enfermidades que apoquentam as populações e que talvez sejam inaceitáveis, nos

tempos que correm em qualquer outra latitude com os nossos níveis de crescimento.

Há muito deixamos de ter qualidade de vida e ficamos ainda mais pasmados porque aqui em África algumas capitais, com muito menos dinheiro nos seus orçamentos, apresentam-se em muito melhor estado: Kigali é a nova coqueluche; Windoeck que há muito deixou Michael Jackson, Angelina Jolie e Lula da Silva de boca porque apresentavam um nível de organização e higiene inigualável em África, Cape Town, Acra, Abidjan ou ainda Rabat.

A cidade capital, musa de inspiração para muitos dos nossos renomados compositores e poetas, novelistas e romancistas derramam as suas lágrimas pela falta de espaços verdes disponíveis, pelo comércio que se alastrou ilimitadamente por todos os cantos, pela falta de civilidade instalada entre os habitantes da nossa grande cidade.

O plano peca por ser tardio. Luanda deveria ter este instrumento há pelo menos 5-10 anos. Porque desde esta altura que temos vindo a assistir a degradação da cidade ante a passividade das instâncias do governo provincial. Mas ainda bem que chegou o Plano Metropolitano e agora devemos colocar mãos à obra. Ele, pelo que nos foi dado a ver está estruturado em várias fases e parece estar competentemente concebido.

Preocupa-me, por isso, a nossa capacidade de o implementar. Com as instituições actuais, com as pessoas que se encontram em funções tenho dúvidas que consigamos lograr a sua execução exitosa nos níveis a que se propõe o projecto. Eu sempre acreditei que a governação de Luanda não deveria estar ao nível político, mas técnico e com o suporte político.

Existem domínios e competências que não se esbarram nas questões políticas. Alguém me dirá que os políticos poderiam servir desde que bem acompanhados por técnicos. Mas este é o modelo actual e como vemos não tem vindo a lograr os resultados esperados.

Nós que sempre nos recusamos a aceitar os comentários depreciativos de estrangeiros sobre a cidade, somos agora forçados a aceitar a realidade. Luanda está um nojo. Não foi esta a cidade que conhecemos na nossa meninice, onde o betão anulou o verde dos parques, largos e jardins. Uma cidade com um contraste assustador entre as suas gentes. Os do Jeep e os que não têm nada, empurrados para a mendicidade por culpa do êxodo rural e a falência das nossas políticas sociais - se é que as temos - ou de distribuição da renda nacional. Uma cidade onde a população, por culpa da sua gritante incultura, falta

de preparação para a vida urbana, urina em qualquer lado, deita as garrafas mesmo na porta do vizinho, bastando que haja uma cerveja e vinho para nos assustarmos com o barulho da música dos carros de gente.

Por fim, apesar da ingente necessidade do Plano Metropolitano, fica claro para todos os cidadãos que a Lei da Probidade Pública ficou lançado para as calendas gregas em nome do pragmatismo para promovermos uma mudança do rosto da cidade. Luanda tem de mudar. Precisamos todos de poder levar as nossas crianças num qualquer parque como meu pai me levou um dia à zona verde ou as professoras da creche levarem os nossos filhos ao parque heróis de chaves onde tínhamos aulas de botânica. Precisamos de levar os nossos adolescentes ao zoológico da Ilha ou noutra recanto, sem termos de precisar viajar para este efeito. E não como vemos hoje onde os endinheirados acham que essas coisas não importantes na vida de uma nação e dedicam-se apenas a construção de condomínios e salões de festas.

No fundo, o que esperamos é que o Plano venha a requalificar o Marçal e o Rangel como fizeram com o Martires de Kifangondo e o Cassenda. Que acabe definitivamente com os cortes de luz em pleno século XXI. Que o plano nos ajude a dispor de um sistema de transportes integrado com metro, comboios, autocarros e taxis.

Que torne Luanda uma cidade clean e arejada aproveitando a circunstância de ser ribeirinha e foz do rio Kwanza. Que o plano considere inaceitável haver falta de água em Viana quando o Kikuxi se encontra ao lado. Que haja um aproveitamento da parte histórica e torne inaceitável a destruição do nosso património como tentaram fazer agora com a Fortaleza em cuja ribanceira nasceu um shopping com o músculo do betão. Plano Metropolitano, depositamos em ti as nossas esperanças. Que este seja o nosso presente de natal. Boas festas aos luandenses, nascidos e residentes.

6.8 Isaiás Samakuva faz elogios ao Plano Director de Luanda

Jornal de Angola
24 De Dezembro de 2015

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, considerou ontem que o Plano Director de Luanda apresentado este mês, apesar de ter chegado tarde e em "má hora", é bem-vindo. Isaiás Samakuva

justificou que o Plano chegou tarde porque a ausência do mesmo "provocou muitos erros, custou ao país a perda evitável de vidas humanas e de centenas de milhões de dólares".

Numa mensagem sobre o balanço de 2015 e as perspectivas para 2016, o líder da UNITA considera que o Plano chegou em "má hora, porque agora o país não tem dinheiro para a sua implementação".

Isaiás Samakuva entende igualmente que o Plano Director de Luanda só era bem sucedido com planos directores para as demais províncias e a definição de programas para a harmonização nacional em linha com a matriz de desenvolvimento industrial, económico e cultural.

"Saudamos o Plano. Mas temos de criticar a forma pouco ética como ele terá envolvido, ou priorizado, interesses privados em detrimento do interesse público", referiu o líder do maior partido da oposição, questionando se os arquitectos, engenheiros, ambientalistas, demógrafos, economistas e demais quadros da Administração Pública, que conhecem o país e se têm batido há anos para que Luanda tivesse um Plano Director, não têm capacidade de o produzir. Isaiás Samakuva frisou que 2016 é um ano tanto de incertezas como de esperança. O líder da UNITA apontou incertezas quanto ao preço do petróleo e quanto a capacidade do Estado de realizar as receitas que orçamentou. Samakuva, que foi recentemente eleito para um terceiro mandato à frente da UNITA, também mostrou-se expectante quanto aos resultados do próximo Congresso Ordinário do MPLA, que ditará o próximo candidato do partido maioritário às eleições de 2017.

Partido agora é pacífico

Samakuva referiu-se ainda ao passado da UNITA, no que diz respeito à responsabilidade nas guerras que destruíram grande parte das infra-estruturas económicas, mataram e mutilaram milhares de angolanos. O dirigente do agora maior partido da oposição garantiu que "a UNITA mudou" e "já não é um exército de libertação nacional. Não tem armas e não faz guerra". Samakuva disse que "a UNITA agora é um partido político pacífico, amante da paz, da liberdade e da democracia", sublinhou.

6.9 Mercado imobiliário diversifica negócios

Jornal Economia e Finanças
4 De Dezembro de 2015

O director da imobiliária Proprime, Francisco Barros revelou esta semana à imprensa portuguesa que a importância do mercado angolano mantém-se para a empresa que dirige, no qual pretendem, entre outras metas, contribuir para a profissionalização.

Com efeito, a actual situação feita para diversificar. Assim, frisa que, "obviamente", este abrandamento da actividade económica teve impacto no sector imobiliário, com uma redução na procura de imóveis quer habitacionais quer de escritórios e consequente reflexo nos valores praticados no mercado. "Contudo, também trouxe oportunidades, com os pequenos investidores a económica de Angola tem afectado algumas empresas como é a Proprime. Assim, questionado, Francisco Barros, confirma que a diminuição do preço do petróleo nos mercados internacionais tem afectado negativamente o comportamento da economia angolana, que está ainda fortemente concentrada neste sector, apesar dos esforços que têm vindo a ser olhados para o imobiliário como uma alternativa de aplicação de capital face à presente instabilidade cambial. Evidentemente dependendo também da reacção ao choque do petróleo e da evolução da economia, não creio que esta fase do mercado imobiliário se vá prolongar por muito tempo", esclarece.

Da parte da Proprime, explica, este ano tem vindo a ajustar-se às necessidades do mercado, mas mantendo sempre o caminho da qualidade dos serviços prestados à sua carteira de clientes e a investidores, os quais tendem a diversificar os seus investimentos e apoiar-se em instituições profissionais e reconhecidas pelo mercado.

"Mesmo com este abrandamento, é um mercado onde em termos de investimento na construção/promoção ainda continua haver muitas necessidades por preencher, embora o ritmo e tipo de procura não seja o mesmo que anteriormente, quando o mercado sofreu um verdadeiro boom",

Já a imobiliária GeneaAngola, que está há dez anos no mercado, mantém a sua aposta em projectos de construção e comercialização de moradias e escritórios na zona de Viana, para a classe média, fundamentalmente os mais jovens, apesar da situação económica do país.

Assim, além do sector imobiliário e construção civil, a empresa vai lançar no próximo ano novos projectos

nas áreas da agricultura, hotelaria, serviços e bens de consumo.

Para o director-geral da Genea Angola, Leandro Ang, estes projectos serão lançados com o objectivo de diversificar a actividade da empresa, como forma de garantir sustentabilidade e contribuir para o desenvolvimento do mercado interno. "As dificuldades porque passamos em Angola mostraram-nos que não podemos estar expostos em apenas um tipo de indústria, por isso decidimos expandir o nosso negócio com uma nova estratégia' em 2016", afirma o director-geral Leandro Ang.

6.10 Entre os novos preços das habitações nas centralidades e a necessidade de uma melhor comunicação

Jornal A Capital
5 De Dezembro de 2015

Há um antigo ditado popular que diz "em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão"... É uma frase feita! Mas, às vezes, as frases feitas dão jeito. Já estão feitas, podemos usá-las e pensar noutras coisas.

Em termos mais técnicos e de âmbito económico, optariamos por dizer quanto há muito mais procura que oferta e não havendo uma prestação de informação cuidada, estudada e feita no sentido do serviço público ao cidadão gera-se uma grande confusão. Que pode ser intencional ou não.

Mas, que em nada contribui para que os indivíduos interessados num determinado produto, possam fazer reflexões ponderadas sobre as suas decisões económicas.

Falamos especificamente da questão da habitação. Em zoom in e mais especificamente, referimo-nos ao caso concreto da Cidade do Kilamba.

Chegou-nos a informação de que sábado passado, 29 de Novembro, aconteceu no Kilamba um encontro que, por iniciativa da administração da cidade, reuniu, para além do corpo administrativo, os mais de 20 quarteirões que compõem a cidade em perto de 700 edifícios. Convidada pela administração, fez-se representar a nova entidade encarregue de gerir estes projectos: a Imogestim.

Serviu este convite para que a nova entidade gestora destes projectos habitacionais em causa, pudesse

apresentar a sua proposta de trabalho por forma a que esta chegasse sem ruído aos moradores, os principais interessados nas alterações propostas. Um encontro a nosso ver fundamental em função da necessidade de se darem a conhecer os preços e modalidades de pagamentos propostos, por comparação aos que ainda vigoram, contratualmente, neste momento.

A tradição oral é uma forte marca da nossa maneira de estar e, naturalmente, procurámos falar com quem esteve directamente envolvido no encontro.

Conversa puxa conversa porque o funge vai conforme o molho e depois o tempo de conversar continua porque precisamos sempre de mais um bocadinho de funge para acabar o molho... e pomos ainda mais um bocadinho de molho para acabar o funge. É um exercício que a nossa tradição oral torna muito agradável e onde o volume de informação que se obtém é grande. Tecnicamente esta forma de agir, poderia resultar naquilo a que os jornalistas chamam "cruzar fontes". Só que tinha que existir um mas sendo esta uma forma incontornável de obter informação e de a obter com o indispensável contraditório, também é verdade que... quem conta um conto, aumenta um ponto e, às tantas, é tanto e tão diversificada a conversa, que já nos parece que cada um dos interlocutores pode ter percebido uma coisa diferente.

É, indispensável cruzar fontes diferentes, diversificadas e ir às fontes oficiais. E foi assim que tivemos acesso ao documento apresentado na referida reunião, documento que continha também a informação referente ao Sequele.

Ora bem... ia-nos caindo o queixo de espanto ao tomarmos contacto com os números apresentados e reforçou-se a já indelével ideia de que fazer informação implica uma grande responsabilidade. É um serviço público.

Ora vejamos, de acordo com o documento a que tivemos acesso, as novas modalidades contratuais que a Imogestin propõe implicam e vamos citar para não inventar:

- "1. Redução significativa do valor da prestação;
2. Não indexação do valor da prestação à taxa de câmbio do dia do pagamento;
3. Não pagamento da taxa de 3% por cada transacção, referente a serviços administrativos;
4. Possibilidade de pagamento da prestação de 2015 de forma fraccionada;

5. Possibilidade em alterar a periodicidade de pagamento da prestação prevista no contrato (anualidade para mensalidade ou outra periodicidade a acordar com os promitentes compradores)."

Quantificando esta informação apenas a título de exemplo, poderíamos dizer que as propostas feitas pela Imogestin aos moradores do Kilamba e do Sequele, ficam perto de 50% mais baixas do que as constantes nos actuais contratos.

Ou seja, ou somos absolutamente analfabetos em aritmética simples... ou há aqui, realmente, vantagens e das grandes que, tendo sido apresentadas aos moradores presentes no encontro, não chegaram, pelo menos com a intensidade necessária, ao conhecimento do grande público.

Ora, se esta informação não é passada com rigor, em momento de crise económica da ceia, o pão- nosso de cada dia difícil de manter na mesa e o Natal à porta... a confusão e descontentamento gerais agravam-se. E já bem basta, parece-nos, que esta insatisfação seja grande quando os motivos são reais, verdadeiros e muitos... porque dificuldades é o' que não nos falta.

Sendo leigos na matéria - e que nos desculpem os profissionais - parece-nos que se, jornalisticamente, forem estudadas, lidas e ouvidas, todas as fontes com a responsabilidade que um serviço público impõe; se forem contactadas todas as partes envolvidas e interessadas; se estudados os documentos com profundidade e se contactadas também as fontes oficiais,... nós, cidadãos, ficaríamos melhor servidos e em posse de informação que nos permitiria avaliar com mais ponderação as opções postas à nossa disposição.

Afinal não seria isso prestar um melhor serviço ao cidadão?

Claro que isto não nos impediria de continuar a trabalhar com a mesma atenção e, caso a entidade que agora se compromete com números e propostas que nos parecem vantajosas, mais tarde falhasse, teríamos matéria suficiente e consistente Rara dizer "os senhores prometeram assim, não fizeram,' os cidadãos querem saber porquê"... Depois se as promessas não fossem cumpridas.

Enfim, em tempos de construção de uma economia de mercado com traços ferozes e à qual não estávamos - a maior parte de nós - habituados. Em tempos de forte crise económica, ter "pequeninos descuidados" pode ser um lançar "achas na fogueira" o que, acreditamos é o que não nos faz mesmo falta nenhuma!... Quer em termos individuais (porque

andamos todos cansados, "desaturados"), quer em termos de país num momento em que as tantas conquistas que se foram conseguindo não só se nos afiguram como muito pequenas, como ainda parecem fugir-nos entre os dedos como areia fina. E areia da quente, muito quente, a queimar-nos as mãos e a paciência.

Por outro lado, parece-nos também que é chegada a hora de a culpa não continuar a morrer solteira. Cabe à Imogestim um árduo, intenso, aturado, persistente - e mais o que pudermos acrescentar em termos de comprometimento -, trabalho de informação esmiuçada sobre aquilo que está a propor como novas propostas para quem quer casa nos projectos habitacionais que passou a gerir.

A eterna culpabilização dos jornalistas ou de "forças ocultas" contra o país não servem, mesmo que também possam existir. "Quem de direito" tem o dever de prestar informação esmiuçada, tantas vezes quantas forem necessárias.

Talvez assim se reparte melhor o pão, por pouco que seja, enquanto se asseguram condições para produzir maiores quantidades deste.

Mas, por favor, sem bilos evitáveis! Ou, em linguagem mais económica, talvez assim se consiga maior compreensão para o período mais longo que é necessário para construir e ir assegurando o crescimento da oferta habitacional pois a procura, essa é ansiosa, quase nervosa.

Uma coisa nos parece certa na qualidade de moradores destes projectos precisamos estar muito atentos à informação que se produz e analisá-la de cabeça fria.

Faltaria apenas desejar que, à imagem do que aconteceu no Kilamba, a Imogestim multiplicasse o acto de informação pelos projectos que passou a ter em mãos.

6.11 Imogestim baixa preços e altera modalidades de pagamentos

Jornal A Capital
5 De Dezembro de 2015

Há exactamente uma semana, já a anterior edição do Semanário A Capital estava nas ruas, realizava-se na cidade do Kilamba, por iniciativa da administração local, o habitual encontro que, por esta altura do ano, procede ao balanço das actividades realizadas.

Para além do balanço tradicional de fim de ano, no decurso da reunião a administração da cidade do Kilamba colocou assento tónico em duas questões, nomeadamente a da segurança interna e a da manutenção de uma cidade limpa, prometendo um combate cerrado ao lixo com responsabilidades partilhadas entre a administração e os moradores.

Nota de destaque e a marcar a diferença num encontro já rotineiro, foi o facto de o administrador do Kilamba, Joaquim Irasel, que se fazia acompanhar de toda a sua equipa de direcção, ter tomado a iniciativa de convidar para o encontro a Imogestim, na qualidade de nova entidade responsável pela gestão dos projectos de habitação do Estado.

A Imogestim aceitou o convite e fez-se representar pelo seu director Comercial, Gilberto Monteiro que, com a sua equipa, fez intervenções que acabaram por constituir o momento alto de suspenso do encontro: a apresentação das propostas, sobre preços e modalidades de pagamentos.

Ao todo estiveram presentes cerca de 50 pessoas que se tornaram porta-vozes junto dos moradores da cidade.

Contactados, entretanto, alguns moradores e, entre sinais de prudência de quem quer "ver para crer", constatou-se um claro sinal de satisfação geral em relação aos números apresentados.

Na reunião foram, também, apresentadas propostas de modalidades de pagamento, as alternativas para se realizar esse mesmo pagamento nomeadamente com recurso ao uso do Multicaixa - tendo se afastado a ideia de indexação dos valores a pagar à variabilidade do câmbio do Kwana.

No entanto, foi na questão dos preços que se centraram as atenções e as expectativas de quem tem que pagar a sua casa própria. Estas questões, todavia, deixaram de constituir ponto de discórdia entre os moradores da centralidade e a Imogestim, em função das propostas agora apresentadas.

De acordo com um documento a que o semanário A Capital teve acesso, a Imogestim avança, agora, com uma proposta que constitui, mesmo em tempo de crise, uma significativa redução em relação aos valores constantes nos contratos em vigor.

Assim sendo e no que aos mais baixos preços de apartamentos do Kilamba diz respeito, quem optou por um pagamento anual durante 20 anos, passará a pagar menos 405.440 Kwanzas, o equivalente percentual a menos 49%.

Quem tenha feito a opção de pagar em 15 anos terá uma prestação anual de menos 50%, o equivalente a menos 430.920 Kwanzas.

No que aos apartamentos de valores mais elevados diz respeito, a percentagem de quem optou por pagar em 15 anos é ainda maior: 54%. Ou seja, uma prestação anual de 1.339.300 Kzs.

Os compradores das habitações de preço mais elevado que optaram por pagar em 20 anos, passarão a pagar, anualmente, 1.004.400 Kwanzas, o que constitui uma diferença percentual de 49%.

Ainda no caso do Kilamba, os preços para os apartamentos intermédios, reduziram na ordem dos 49 e 55% em função do período de pagamento optado pelo comprador.

6.12 Antigo administrador de cambambe - dono construiu casebres que estão abandonados

Jornal A República

11 De Dezembro de 2015

Texto: João Diala

Mais de vinte casas foram mandadas construir pelo antigo Administrador de Cambambe, Mateus da Costa "Godó", no Município de Cambambe - Dondo.

Tudo remonta do ano 2003, quando Mateus da Costa "Godó", na altura Administrador do Município de Cambambe - Dondo, terá mandado executar obras de habitações na Comuna de Cassoalala, Município de Cambambe - Dondo, a uma empresa que foi contratada ainda na sua Administração, sem a conclusão da referida obra, desaparecendo até os dias de hoje. Não se conhece publicamente quem são, de facto, os proprietários da referida empresa nem se a mesma tem ligações com o antigo Administrador, apenas sabe-se que as obras não foram concluídas até a data da publicação desta matéria.

De salientar que, passados mais de dez anos, os referidos casebres encontram-se abandonados, facto facilmente visível para qualquer indivíduo que circule em direcção ao Município de Cambambe - Dondo, arredores do mercado à beira da estrada da Comuna de Cassoalala.

A nossa equipa de reportagem deslocou-se ao local e constatou que, realmente, os casebres não reúnem condições mínimas de habitabilidade para o ser

humano, sem energia eléctrica, sem água potável bem como dificílimas condições de acesso, com vegetação à volta dos mesmos, transmitindo a impressão de o local ser habitado por répteis e demais animais selvagens.

O Jornal A REPÚBLICA manteve contacto com o antigo Administrador, que se mostrou bastante enfurecido, ameaçando inclusive "levar o jornal à Tribunal, caso publicasse qualquer matéria referente ao assunto".

Aproveitamos esta ocasião para informar ao Senhor ex-Administrador do Município de Cambambe - Dondo, que o Jornal A REPÚBLICA não se intimida com quaisquer ameaças, e espera que as suas palavras não sejam unicamente falaciosas, que de facto tenha coragem de levar o caso à Tribunal, de modo a que se conheça a empresa que abandonou as referidas obras bem como as motivações que a levaram a tomar tal atitude.

Prometemos aos nossos leitores que investigaremos e noticiaremos toda e qualquer informação referente à obra em causa, sendo que traremos, com toda a certeza, outros dados sobre a matéria em causa, desde o valor total da obra, facturas, pagamentos e o envio de todo o processo para a Procuradoria-Geral da República, para a devida investigação.

6.13 Genea Angola reduz preços de imóveis no município de Viana

Jornal Economia e Finanças

11 De Dezembro de 2015

A Genea Angola, empresa ligada ao sector da construção e imobiliário, anunciou recentemente, uma campanha para reduzir o valor dos seus imóveis na zona de Viana, para contornar a crise económica.

A campanha vigente até ao dia 15 de Dezembro oferece aos clientes um desconto de 20%, com o objectivo de facilitar o público jovem, bem como ajustar-se à nova realidade económica do país.

Para Leandro Ang, director geral da Genea Angola, citado numa nota da empresa, em tempos de crise económica, é preciso pensar na reestruturação das empresas e na aplicação de capitais.

"Esta campanha facilita a compra dos imóveis e demonstra que o melhor porto seguro em tempos de crise económica é o investimento imobiliário. Com a desdolarização do país e as dificuldades de envio de remessas para o estrangeiro, pensar numa alternativa local é uma realidade", sustenta responsável.

Serão 50 imóveis residenciais e 30 escritórios que entrarão nesta campanha. Os imóveis oscilam entre os USD 172 mil e os 255 mil, sendo os descontos bastante atractivos, em alguns casos a ultrapassar os 50 mil.

6.14 Moradores do Kilamba ainda não sabem como pagar renda em atraso

Jornal Expansão

11 De Dezembro de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

Quase dois meses após a Imogestim ter anunciado que as rendas em atraso de 2015 começariam a ser pagas a partir de Novembro, com duas prestações por mês, os moradores da central idade do Kilamba continuam sem receber as cartas da gestora do empreendimento com os dados necessários para poderem efectuar os pagamentos, no Multicaixa ou aos balcões do banco, revela ao Expansão o presidente da comissão de moradores.

"Ainda não recebemos nenhuma carta proveniente da imobiliária desde que foi anunciada [a modalidade de pagamentos em atraso], em conferência de imprensa [a 15 de Outubro], pela administradora da Imogestim Branca do Espírito Santo", referiu Manuel Vitoriano.

"Não sabemos quanto e onde pagar, de acordo com as tipologias dos apartamentos de cada um", acrescentou. "A lei prevê que os preços sejam anunciados por tipologias, e esperamos que sejam os mesmos que constam dos contratos em vigor", disse.

Para o responsável, "o silêncio perpetuado pelos dirigentes da Imogestim significa, claramente, o 'abandono' da decisão de que temos de pagar duas prestações num único mês". Manuel Vitoriano revelou que a comissão de moradores enviou entretanto uma carta à empresa "mostrando a nossa indignação", mas não obteve qualquer resposta da Imogestim

Confrontado com alegada redução do preço dos apartamentos até cerca de 40%, em função da tipologia, anunciada num site da Internet na semana passada, Victoriano afirmou ser "falso".

Preços não foram reduzidos

"Os preços das residências não foram reduzidos em nenhum momento. Enquanto representantes dos

moradores, não fomos contactados por ninguém ligado à Imogestim", garantiu.

O dirigente, com quem o Expansão falou sábado passado, disse que a comissão teve um encontro "há menos de uma semana com um indivíduo identificado como Gilberto, alegando ser representante da Imogestim" que reiterou que os inquilinos iriam receber "uma carta com as informações sobre o pagamento das mensalidades referentes ao ano de 2015", mas tal não ocorreu.

Ao Expansão, Joaquina Alberto, moradora na centralidade, afirmou acreditar no "bom senso" das autoridades. "Não estamos preparados financeira e psicologicamente para pagar duas prestações, estamos a viver um período difícil e, para além de liquidar a renda de casa, temos outras despesas com a família", disse.

Outros moradores denunciam terem sido "quase obrigados" a optar por apartamentos de tipologia T5, quando se tinham candidatado a um T3. "Se já é complicado pagar dois meses numa única prestação para quem tem um T3, imagine para nós", alertou um dos visados.

"Não podemos dizer que os moradores não querem pagar, porque até ao momento não sabemos onde e quanto vamos pagar", acrescenta João Ventura, também morador do Kilamba.

Pedro Rosário, residente no Kilamba há mais de dois anos, afirmou ser "quase impensável" liquidar duas prestações.

Moradores dizem estar a ser "prejudicados"

Por sua vez, Aldair Alfredo, também morador, disse que a demora na entrega das cartas pode "prejudicar claramente" os moradores que tencionavam liquidar as suas dívidas no prazo de 20 anos como estava previsto.

Na conferência de imprensa de Outubro, recorde-se, a administradora da Imogestim disse que as prestações da compra das habitações nas centralidades de Luanda deixariam de ser indexados ao dólar, passando a ser actualizadas trimestralmente com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado regularmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

"Os moradores terão de pagar dois meses em cada prestação, ou seja, em Novembro, por exemplo, deverão ser pagos os meses de Janeiro e Fevereiro.

Caso se opte pelo pagamento anual, via Multicaixa, o valor da prestação deve ser pago até 15 de Dezembro

de 2015", realçou, acrescentando que as prestações serão depositadas ou transferidas para contas do Fundo Activo para o Desenvolvimento Habitação abertas no Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Angolano de Investimentos (BAI) e o Banco Internacional de Crédito (BIC).

O Expansão questionou a Imogestín sobre a taxa de câmbio que servirá de base à fixação dos valores das prestações em kwanzas, mas não obteve resposta da gestora imobiliária até ao fecho desta edição.

6.15 Opções estratégicas sobre a problemática da habitação

Novo Jornal

11 De Dezembro de 2015

"A HABITAÇÃO é a única tipologia arquitectónica em relação à qual um cidadão está disposto a investir do seu bolso! O único sector onde o estado pode contar com a vontade e generosidade dos cidadãos para participar na resolução dos problemas das cidades".

Ao falarmos de espaço, a habitação é, indiscutivelmente, a tipologia fundamental do espaço construídos. Consignado na maioria das constituições dos países é um direito/manifesto proclamado na carta dos direitos humanos.

Sendo uma prioridade social a forma mais eficaz da governação a satisfazer curiosamente, pode ser indirecta:

A principal função de um governo de um estado social é a de garantir a gestão da vida pública e colectiva. E dela destacamos toda a infra-estrutura sanitária que assegura a saúde pública e o equilíbrio social e cultural garantido pelas escolas, hospitais e, já eventualmente, equipamentos de alimento cultural onde a cidadania se consolida.

E tudo isto exige já um enorme investimento e rigor do investimento público em qualquer país. Hoje tudo isto começa também a ser feito em parcerias público-privadas (PPP) que ajudem os estados a assegurar este enorme encargo. No âmbito das PPP estão também todas as actividades que geram dinâmica económica e com ela o trio de ouro do equilíbrio da vida: educação, saúde e trabalho. Se o Estado investir os seus recursos públicos em infra-estrutura sanitária urbana, na saúde e a criação de emprego, estão criadas as condições para resolver o problema habitacional. Se a população tiver trabalho, o que gera por si integração social,

estará certamente disposta a investir recursos próprios das suas economias para encontrar soluções autónomas e participadas na habitação própria. A habitação é a única, tipologia arquitectónica em relação à qual um cidadão está disposto a investir do seu bolso! O único sector onde o estado pode contar com a vontade e generosidade dos cidadãos para participar na resolução dos problemas das cidades. Porque se o estado investir os seus recursos em habitação não está a resolver o problema da pobreza. Um cidadão que tenha uma habitação e não tenha trabalho ou emprego, não poderá assegurar o pão à mesa, não pode pagar a água e a luz e não está socialmente integrado. E dessa forma se mantém o ciclo da pobreza. Só o trabalho, a escola e a saúde podem inverter este ciclo dramático. A auto-construção não é um erro em si desde que as populações sejam orientadas tecnicamente e balizadas com rigor nos parâmetros da sua execução. Com livros de restrições e instruções que permitam uma liberdade relativa dentro de regras rigorosas que estabeleçam parâmetros de execução simples, eficazes e seguros e deixem margem à criatividade e necessidades individuais. E com experiência comprovada vos digo que é não só possível como mais fácil do que nos querem vender! Naturalmente que não é a única hipótese para a solução habitacional para maiorias habitacionais de baixos recursos. Outras classes sociais com outros recursos têm muito mais defesas para encontrar soluções e daí dinamizar mercados imobiliários. Mas se os sectores mais desfavorecidos não contribuem para a especulação imobiliária, podem contribuir grandemente para o desenvolvimento dos sectores de produção nacional de materiais, via industrialização. São em si, um motor económico de grande importância para um país. Opções estratégicas deixam um campo enorme à diversidade de soluções, à criatividade e ao mercado, sem o limitarem, embora orientando-o e criando-lhe balizas para um desenvolvimento sustentado.

6.16 Primeiras casas são entregues

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2015

Texto: Victor Pedro

As primeiras seis casas das 90 concluídas do Programa Nacional de Habitação de 200 fogos habitacionais para o município do Ebo, no Cuanza Sul, foram formalmente entregues ontem pelo governador provincial, Eusébio de Brito Teixeira,

para minimizar a carência de habitação da população, sobretudo entre a Juventude.

Depois da assinatura de entrega pela Cefek Construções, a empresa responsável pela empreitada, e a direcção do Urbanismo e Construção, o governador provincial fez a entrega simbólica das casas e, deste modo, deu-se início a um processo que vai ocorrer em todos os municípios do Cuanza Sul, onde estão a ser desenvolvidos programas idênticos.

Eusébio de Brito Teixeira advertiu os responsáveis pela recepção dos processos de candidaturas às residências para serem rigorosos, relativamente às modalidades, obedecendo a algumas regras, como por exemplo, ser funcionário público ou privado e obter salário bancarizado para se evitar constrangimentos por altura do pagamento.

Aos jovens beneficiários, Eusébio de Brito, pediu a conservação dos imóveis para que no futuro "sirvam para os filhos" e anunciou, para breve, a entrega de mais casas em três municípios.

Na primeira fase foram erguidas 90 casas, das 200 habitações previstas para o município do Ebo. As casas possuem três quartos, uma Sala, cozinha, um quarto de banho e um espaço de 200 metros quadrados para os proprietários poderem construir outros compartimentos.

O responsável da Cefek construções, Edgar Setas explicou que as casas obedecem aos padrões da habitação social de média e baixa renda, facilitando ao cidadão o respectivo pagamento por via do seu ordenado.

Adelina Novas Pedro, uma beneficiária, mostrou-se satisfeita por conseguir concretizar o "sonho de casa própria" e destacou o alcance do programa dos 200 fogos habitacionais criado pelo Executivo. "A casa própria é sonho de qualquer jovem, por isso sinto-me realizada e espero ter saúde para honrar com as obrigações contratuais", sublinhou. Entretanto, A chuva que se abateu sábado e domingo sobre a cidade do Sumi inundou por completo o Hospital Pediátrico, o que obrigou à transferência dos pacientes internados naquela unidade, disse ontem supervisor da unidade sanitária João Lucamba disse ao *Jornal de Angola* que foi possível evacuar os 105 pacientes para outras unidades, como no Hospital Província 17 de Setembro, Maternidade de Cuanza Sul e para o Centro de Saúde do bairro de Chingo.

João Lucamba tranquilizou as famílias dos pacientes, pois não houve mortes a lamentar. No terreno, homens e máquinas trabalham na limpeza das valas.

6.17 Milhares de cidadãos recebem habitações

Jornal de Angola
17 De Dezembro de 2015

Um total de três mil cidadãos que compraram residências na Urbanização KK 5000, em Luanda, já receberam as suas casas, informou na terça-feira o presidente do conselho de administração da Imogestim.

Rui Cruz disse que neste período foram registados cerca de mil processos que actualmente estão em análise, ao apresentar informações sobre a situação das urbanizações sob gestão da Imogestim, no 5.º Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, realizado na terça-feira.

Segundo Rui Cruz, o processo de reclamações, registo, entrega e acomodação das pessoas que tinham pago as suas habitações sem as receber decorre a bom ritmo.

A empresa está a trabalhar com as autoridades para repor a legalidade da ocupação de 1.154 apartamentos na Urbanização do Kilamba e de 789 na Urbanização do Sequele (Cacuaco).

Além das dívidas aos empreiteiros desde 2014, Rui Cruz apontou a falta de escolas, hospitais, estações de tratamento de água potável e energia eléctrica, esgotos, valas de drenagem e outros equipamentos sociais, como principais problemas de algumas urbanizações.

Durante o conselho consultivo, orientado pelo ministro do pelouro, José Silva, foram abordadas questões ligadas ao desenvolvimento urbano de Angola, apresentado o balanço das actividades desenvolvidas durante 2015, assim como o ponto de situação dos planos urbanísticos elaborados e em execução a nível nacional. Os participantes analisaram também a agenda de trabalho e o balanço do sub-programa dos 200 fogos por município.

Mais residências

Cerca de 45 mil habitações de diversos tipos foram construídas, de 2011 a 2015,

no âmbito de uma iniciativa do Ministério do Urbanismo e Habitação, afirmou o director nacional da Habitação, Adriano dos Santos. Disse que está prevista a construção de 120 mil habitações em todas as centralidades do país até 2016. A Imogestim tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a Kora Angola vai edificar 44 mil fogos habitacionais.

O número de residências construídas resultou de uma parceria entre o Ministério do Urbanismo e Habitação e da Imogestim, que ergueu 40 mil casas, e a Kora Angola, que tem 5.008 habitações nas províncias de Luanda, Huambo, Uíge, Bié, Cuanza Sul e Moxico.

Quanto ao subprograma dos 200 fogos habitacionais por município, Adriano dos Santos afirmou que 10.500 já foram erguidos.

O encontro contou com a participação de técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação, vice-governadores e directores provinciais, e teve como tema o "Investimento em Infra-Estruturas Urbanas no Processo de Diversificação da Economia".

6.18 Construção de casas atinge objectivos

Jornal Economia e Finanças
18 De Dezembro de 2015

Um total de 45 mil casas de diversas tipologias foram construídas, de 2011 à 2015, no quadro da estratégia de implementação do subprograma de construção das centralidades, tutelado pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, afirmou na passada terça-feira, em Luanda, o director nacional da Habitação, Adriano dos Santos.

O responsável que falava à imprensa, à margem do V Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, que decorreu sob o lema "Investimento em infra-estruturas urbanas no processo de diversificação da economia", disse que a meta será atingir cerca de 120 mil habitações, em todas as centralidades do país até 2016, sendo que a Imogestim tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a Kora Angola vai edificar 44 mil fogos habitacionais.

Esclareceu que o número de residências construídas resultou da parceria existente entre o Ministério do Urbanismo e Habitação e as empresas construtoras privadas da Imogestim, que construiu 40 mil casas, e a Kora Angola, que tem cinco mil e oito habitações construídas, em seis centralidades das províncias de Luanda, Huambo, Uíge, Bié, Cuanza Sul e Moxico.

Reafirmou que as modalidades de acesso das residências estão sob responsabilidade das duas empresas construtoras gestoras das habitações, que no momento oportuno irão fornecer as respectivas informações.

Concessão de terrenos

Quanto ao subprograma dos 200 fogos por município, Adriano dos Santos afirmou que das 26 mil casas projectadas para construir até finais de 2015, somente cerca de 10.500 habitações foram erguidas por razões económicas e financeiras provocados pela queda do preço do petróleo, aliada a desaceleração económica que o país enfrenta.

Por sua vez, o director nacional do Urbanismo, Fernando Sebastião Francisco, referiu que das residências construídas, relacionadas com a parte interna das centralidades, falta a conclusão da parte externa das infra-estruturas como a construção de escolas, hospitais, estações de abastecimento de água potável e energia eléctrica, rede de esgotos e outros equipamentos sociais, projecto iniciado em Junho deste ano e com a previsão de término em Fevereiro de 2017.

Entrega das habitações

Pelo menos 3 mil cidadãos que tinham pago residências já receberam as suas casas na Centralidade KK 5 mil, em Luanda, informou, à margem do V Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, o presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz.

Segundo Rui Cruz, o processo de reclamações, cadastramento, entrega e acomodação das pessoas que tinham pago as suas habitações sem recebê-las decorre a bom ritmo.

Afirmou, por outro lado, que a sua instituição está a trabalhar com as autoridades competentes para repor a legalidade da ocupação de mil 154 apartamentos na Centralidade do Kilamba e 789 na do Sequele (Cacuaco), ocupados sem o consentimento da Imogestim.

Contribuição no PIB

Falando durante o acto de abertura do V Conselho Consultivo, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse que a construção de habitação além de aumentar o produto interno bruto (PIB), também apresenta vantagens imediatas centradas na criação de empregos.

O governante considerou que o desenvolvimento económico e social passa pela solução do problema habitacional do país.

Afirmou que na prossecução do desenvolvimento urbano, a política fundiária orienta que a gestão deverá passar pelo processo de valorização das reservas, dotando-as de infra-estruturas para que estas se tornem num bem real com expressão no mercado de forma a servir de oportunidade de intervenção do Estado, das parcerias público-privadas.

"Os eixos estratégicos do país apontam para as infra-estruturas como pilares do desenvolvimento económico", reforçou.

6.19 Moradores do Kilamba debatem 'carta de protesto' à Imogestin

Jornal Expansão

18 De Dezembro de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

A Comissão de Moradores do Kilamba convocou os coordenadores de prédios e quarteirões para uma reunião, amanhã, na centralidade. O objectivo do encontro é debater a subscrição e envio de uma 'carta de protesto' à Imogestin, exigindo respeito pelos contratos assinados, de forma a 'travar' o pagamento de duas prestações para recuperar os atrasados deste ano, como pretende a gestora do projecto.

Ao que o Expansão apurou, os moradores deverão exigir que apenas em 2016 se inicie o pagamento das prestações das suas casas, e que aquilo que ficou por pagar - o ano de 2015 - só seja liquidado no final dos contratos que, assim, deverão ser prolongados por mais um ano.

Esta solução, recorde-se, foi a adoptada para a liquidação das prestações atrasadas de 2014. Os contratos tinham uma duração de 20 anos, que se estendeu para 21. Agora, a ideia é que passem para 22.

Ao Expansão, o presidente da Comissão de Moradores, Manuel Victoriano, diz que os moradores também estão contra a indexação dos preços das prestações ao Índice de Preços ao Consumidor CIPC), em cada ano, como pretende a Imogestin.

"As pessoas não recebem dois salários por mês", sublinha o responsável, que garante que os moradores "nesta altura não têm capacidade financeira para suportar os encargos" exigidos pela Imogestin. Os moradores adiantam, estão a avaliar, junto de juristas as exigências da Imogestin e,

entretanto, darão conta à empresa das suas reivindicações, por carta.

Diálogo é necessário

Manuel Victoriano defende que a resolução deste impasse deve passar "pelo diálogo entre as partes" e lembra que o atraso nos pagamentos das prestações das casas não se deveu a "falta de vontade dos inquilinos", mas sim a "alguma desordem da empresa, que é responsável pela cobrança".

Entretanto, o Expansão apurou que a Imogestin terá já começado a enviar a moradores as cartas anunciadas a 15 de Outubro, em conferência de imprensa, dando conta da forma de pagamento das duas prestações por mês. já em kwanzas. As prestações, recorde-se, foram inicialmente estabelecidas em dólares, mas, na conferência de imprensa, a empresa anunciou que seriam convertidas na moeda nacional, sem, contudo, indicar a taxa de conversão aplicável.

"Os moradores terão de pagar dois meses em cada prestação, ou seja, em Novembro [de 2015], por exemplo, deverão ser pagos os meses de Janeiro e Fevereiro [de 2015]", explicou então a Imogestin.

O Expansão voltou a contactar a Imogestin para pedir esclarecimentos sobre os temas em cima da mesa, mas não obteve respostas até ao fecho desta edição.

6.20 Desmobilizados recebem casas no Panguila

Jornal de Angola

26 De Dezembro de 2015

Texto: Mazarino Cunha

A Associação de Apoio aos Combatentes das ex-FAPLA (ASCOFA) edificou este ano um condomínio com 132 fogos habitacionais, destinados aos seus associados, localizado na zona do Panguila, 111 formou o seu presidente.

Em declarações à imprensa, o brigadeiro Fernando António Samora sublinhou que as primeiras residências são entregues na primeira quinzena de Janeiro. A acção é fruto da parceria estratégica com o Consórcio BPC-ABC, que permitiu também a instalação da cooperativa de táxis, Coopetaxi, que oferece serviços personalizados, permitindo a criação de cerca de trezentos empregos directos entre ex-militares, órfãos de guerra, viúvas e respectivas famílias.

O brigadeiro António Samora disse que 100 viaturas estão prontas para entrar em acção e outras 100 encontram-se em fase de desalfandegamento no Porto de Luanda, num projecto que se estende pelas 18 províncias. Este ano, a ASCOFA concebeu vários projectos sociais com destaque para a criação de brigadas dos ex-militares das FAPLA, para a Intervenção na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, em Luanda. O projecto contribui para a efectivação de três mil empregos directos, desde motoristas, técnicos especializados de recolha de lixo, supervisores, pessoal administrativo é responsáveis. O brigadeiro António Samora ralou ainda da pretensão de participar no projecto integrado de Desenvolvimento agrícola da Quiminha, desenvolvido pelo Executivo, com vista a contribuir para o aumento da diversificação da produção agropecuária e pesqueira de forma sustentável.

Ainda no domínio das cooperativas agrícolas dos ex-militares¹ das 108 existentes no país, cerca de 45 estão em funcionamento com uma produção diversificada de cerca de 1.620 toneladas de produtos agrícolas por ano. O presidente da Associação de Apoio aos Combatentes das ex-FAPLA referiu que foi com esta dinâmica que estabeleceu um convénio com o Ministério do Comércio, para venda de produtos do campo, através do PAPAGRO.

6.21 Centralidade do Dundo recebe moradores

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2015
Texto: Isidoro Samatula

O processo de venda dos cinco mil apartamento da centralidade do Dundo começou ontem com a entrega das chaves aos primeiros moradores que cumpriram com os pressupostos Administrativos da empresa Imogestim, gestora dos projectos.

A centralidade do Dundo, concebida pelo Executivo em 2008, com o objectivo de solucionar o problema do défice habitacional, é o ponto de partida do processo de urbanização da capital da Lunda Norte.

A primeira fase da nova urbe comporta 5.004 apartamentos e foi construída numa área de 116 hectares, dispondo de 419 prédios de cinco, nove, 11 e 18 andares do tipo T3, T4 e T5. Quanto a equipamentos sociais estão concluídos o Hospital Geral com 95 camas, uma creche para 900 crianças e uma escola primária com 50 salas de aulas.

O projecto urbanístico contempla centros comerciais, bombas de combustível, unidade polícias, parques de estacionamento, sistemas de tratamento e abastecimento de água sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais, assim como 26 quilómetros de rede viária.

Na cerimónia, o secretário do Estado da Habitação. Joaquim Silvestre, disse que o início da comercialização dos apartamentos e lojas constitui um marco importante para a província da Lunda Norte na resolução do problema habitacional, já que são milhares de famílias beneficiadas.

Joaquim Silvestre realçou o esforço do Executivo no âmbito da implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação na perspectiva de atenuar a carência de casas com condições dignas de habitabilidade, recordando que "nos últimos anos o Executivo tem desenvolvido um conjunto de iniciativas de desenvolvimento do parque habitacional do país e definido diversos programas e planos de habitação". O arquitecto lembrou que os trabalhadores da função pública beneficiam do regime de aquisição de habitação sob a forma de venda resolúvel desde que não tenham antes adquirido uma casa ao Estado, enquanto os trabalhadores das empresas públicas, institutos públicos e empresas privadas são incluídos em quotas de atribuição, devendo a aquisição ser apoiada pela entidade empregadora e pelos bancos comerciais.

Joaquim Silvestre garantiu que a Imogestim tem criadas as condições técnicas e humanas para que diariamente possa ser atendido um número considerável de cidadãos interessados em adquirir os apartamentos na centralidade do Dundo, mas explicou que na venda ao público podem também candidatar-se o trabalhadores não abrangidos pelo regime de venda da função pública.

Geado Inclusiva

"Noutras paragens as cidades são referências pelo facto de a gestão ser inclusiva e participativa. Por este facto, lanço um desafio aos futuros habitantes, no sentido de preservarem esta centralidade que constituirá uma referência e um modelo de centralidade harmoniosa, participativa e sustentável", disse o secretário de Estado da Habitação. O vice-governador provincial para as infra-estruturas e serviço técnicos. Lino dos Santos, disse que o momento é de "oportunidade para que os jovens e famílias, de acordo com as suas possibilidades, possam comprar um apartamento nas diversas modalidades oferecidas. e viver de forma digna".

Judite Gizela Pereira, funcionária da Direcção Provincial da Juventude e Desportos. a primeira cidadã a receber as chaves do Apartamento 201 da centralidade do Dundo, de tipologia T-3, manifestou a sua satisfação por conseguir uma casa própria e elogiou o trabalho do Executivo no desenvolvimento do programa habitacional que vai mudar a vida de muitos angolanos. O professor Jonasse Curissoho, que beneficiou também de um Apartamento T-3, disse que há muito que esperava uma oportunidade de ter uma casa condigna.

A primeira fase de construção da centralidade do Dundo começou em 2009 numa área de 1.500.000 metros quadrados. A área construída é de 1.150.000 metros quadrados. A PAN-CHINA, empresa construtora, envolveu três mil trabalhadores chineses e seis mil angolanos.

6.22 Funcionários recebem casas

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2015

Pelo menos 25 casas sociais, com dois quartos, sala, quarto de banho e cozinha, foram entregues na semana finda, no bairro 4 de Março, município do Namibe, aos funcionários da Educação, Administração Municipal e população.

Os beneficiários, numa mensagem lida, agradeceram o gesto do Governo pelos esforços empreendidos, que vão melhorar as condições de habitabilidade, principalmente daqueles funcionários que viviam longe da comunidade, como os professores, que eram obrigados a percorrer longas distâncias para desempenharem as suas funções laborais.

"Hoje proporcionaram-nos um espaço digno para o exercício das nossas funções junto da comunidade, sem que para tal nos preocupemos com o factor distância, que em algumas vezes era percorrida por moto-táxis, com riscos de vida, ou a pé."

Os beneficiários assumiram o compromisso de conservar o património colocado à sua disposição.

O governador da província do Namibe, Rui Falcão, disse que a melhor prenda no Dia da Família é um lar e foi com este espírito que a Administração Municipal e o Governo Provincial do Namibe trabalharam, concluindo aquilo que havia por se fazer neste espaço e entregar as residências aos quadros das várias instituições do Estado.

"É um trabalho que devemos continuar. Ainda há muito por fazer no quadro da melhoria da qualidade de vida das nossas populações e dos nossos quadros. Vamos continuar a trabalhar e espero que os jovens possam ser os possíveis beneficiários", disse o governador.

6.23 Moradores no Bié recebem as casas

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2015

As Centralidades do Cuito e Andulo têm já concluído mais de mil apartamentos que começam a ser habitados no próximo ano, anunciou ontem o governador da província, Boavida Neto.

Andulo tem concluído 200 apartamentos, dos mil previstos, ao passo que o Cuito, a capital provincial, tem concluído mil apartamentos, dos seis mil previstos. O projecto engloba postos de saúde, parques de estacionamento, creches, lojas, escolas, igrejas, postos policiais, entre outros estabelecimentos,

A província do Bié, no quadro do programa habitacional, vai ganhar sete mil apartamentos, nos municípios do Andulo e Culto, sendo que, nos municípios do Cuemba, Chinguar, Cunhinga, Nharêa, Catabola, Chitembo e Camacupa, decorre a construção de 200 fogos cada.

Na segunda-feira, Q secretário de Estado da Habitação assistiu ao início do processo de venda dos cinco mil apartamentos da Centralidade do Dundo que começou com a entrega das chaves aos primeiros moradores que cumpriram os pressupostos administrativos da empresa Imogestim, gestora dos projectos.

A primeira fase da Centralidade comporta 5.004 apartamentos e foi construída numa área de 116 hectares, dispendo de 419 prédios de cinco, nove, 11 e 18 andares do tipo T3, T4 e T5. Nesta fase está concluído o Hospital Geral, com 95 camas, uma creche para acolher 900 crianças e uma escola primária com 50 salas de aulas. Centros comerciais, bombas de combustível, unidades policiais, parques de estacionamento e sistemas de tratamento de água.

6.24 Casa fácil

*Jornal O PAÍS,
24 De Dezembro de 2015*



CASA FÁCIL
fomento habitacional

INTERMEDIÁRIA PARA O ACESSO AO FINANCIAMENTO DA CONDIÇÃO - CASAS FÁCEIS - MOZA
Rua da Liberdade 303, Luanda - Angola

NA CRISE, DESCOBRIR GRANDES OPORTUNIDADES. INVISTA EM ANGOLA E ADQUIRA IMÓVEIS COM MAIS FACILIDADES!!
Inscreva-se à membro do Projeto "Casa Fácil" e aproveite entre os vários privilégios:

CRÉDITO HABITACIONAL ATÉ 70%



RENTA RESOLÚVEL A PARTIR DE KZ. 6.615.00/MÊS:
Contactos:
Tel. 241342390; Móvel. 932 640710
Email: casafacil@outlook.com



LUANDA - MOZA - Email: casafacil@outlook.com Tel: 241342390; Móvel: 932 640710

7. TERRA

7.1 Burla de terras: empreendedores opõem-se a soba do Quizengo

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2015

Texto: Macani Daniel

PEDRO FRANCISCO SEBASTIÃO, jovem empreendedor que beneficiou de um financiamento do banco Sol, no âmbito do programa Angola Investe, diz-se injustiçado, pelo facto das entidades tradicionais e estatais terem favorecido a sua opositora identificada por Justina.

Petra, como é chamado por parentes e amigos, contou ter adquirido a sua parcela de terra no ano de 2012, com o conhecimento do administrador comunal, Francisco Enoque que, por sinal, teria sido ele que havia indicado o Soba Paulo Manuel da localidade do Gazela para testemunhar o negócio com a família proprietária do terreno.

António Albano, de 26 anos, um dos co-proprietários, garantiu à nossa reportagem ter a sua família recebido três motorizadas junto do Administrador comunal, avaliadas em 73 mil kwanzas cada, no ano de 2012, sendo que uma delas terá sido entregue ao Soba Manuel.

"Nós conhecemos o senhor Petra e seu sócio António, que nos tinham sido indicados pelo Administrador Enoque, de quem recebemos três motos", recordou António Albano, para mais adiante, revelar que "infelizmente", os responsáveis da sua família ter-se-iam insurgido contra o soba, pelo facto de o mesmo fazer o negócio sem o devido consentimento dos chefes da família.

António Albano adiantou que o facto de a família ter recebido a moto ao Soba justifica-se pelo facto de o mesmo ter passado o terreno à D. Justina, através do secretário da CASA-CE, identificado apenas por Amador. Até porque ainda não tinha feito a Declaração de Cedência da parcela em questão.

Indagado sobre as razões que o levariam a passar o mesmo espaço a duas pessoas, o Soba defendeu-se dizendo que andou abandonado por muito tempo, mas que afinal, era propriedade do senhor Amador.

A autoridade tradicional admitiu ter recebido cerca de 600 mil kwanzas, e que o referido montante teria sido repartido com os seus confrades que coordenam a

região do Quizenga, tendo ficado apenas com 200 mil kwanzas.

"Tenho outra parcela de terra que posso entregar aos senhores e deixar este para a senhora D. Justina, porque eu não sabia que o mesmo espaço que concedi ao senhor Petra já tinha um dono", propôs, cabisbaixo, devido à pressão imposta pela família, o que o levou a refugiar-se na casa do regedor comunal.

Entretanto, fontes junto da administração comunal confirmaram à nossa reportagem a pretensão do senhor Amador em adquirir uma parcela na mesma zona, mas que até à saída do então administrador o processo tinha sido indeferido, não havendo nada que prove a legitimidade da parcela da qual seria detentor e o facto de a ter repassado à D. Justina.

"O senhor Amador é natural do Golungo Alto, de onde teria sido expulso por alegado envolvimento em venda de terras", afirmou, ao recordar que o caso da legalização do referido terreno teria ganho contornos políticos e judiciais que aguardam por uma resolução entre o Sr. Amador e o então administrador.

Segundo o membro da família, Justina teria oferecido uma proposta em dinheiro para que estes declarassem a favor dela, mas estes juram a pés juntos não aceitarem a corrupção e exigem a reentrega da parcela ao senhor Petra.

"Nós não queremos receber dinheiro de duas pessoas pelo mesmo espaço, até porque na zona em questão jazem os restos mortais dos nossos ancestrais. E se colocar lá os seus haveres à força, nós vamos usar a força oculta", prometeram, ao revelarem-se dispostos a depor em tribunal.

7.2 Corno pagar ao banco

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2015

PARA AGUDIZAR a situação, Petra Lamenta o facto de o banco não visitar o projecto até ao exacto momento, mesmo depois de o mesmo ter dirigido uma carta à instituição em Julho último.

"O financiamento previsto no projecto é de 54 milhões de kwanzas, mas o banco apenas concedeu 10 milhões e meio. E como o valor não cobria sequer um terço da metade, tive que o aplicar na agricultura, para depois evoluir para o avião",

justificou, ao sublinhar que aguarda pela visita do Banco.

7.3 Em busca de soluções

Novo Jornal

04 De Dezembro de 2015

NO PASSADO dia 25 de Outubro, a família e os senhores Petra e António reuniram-se na residência do Regedor do Quizengo, que se identificou por Yoyo e que é igualmente o primeiro secretário do MPLA na comuna.

O regedor disse dominar a questão e reconheceu tratar-se de um caso de burla, mas que devia ser resolvido localmente, atribuindo uma outra parcela ao senhor. Petra, tendo recordado um conflito de terras que terá sido ultrapassado por essa via.

"Já tivemos um caso idêntico em que tivemos de atribuir outra parcela a um dos contendores, para que o caso não transitasse para os órgãos judiciais", assegurou, deplorando a atitude do senhor Petra que não vem aceitando a resolução por esta via, alegando prejuízos avultados.

O empreendedor avançou que seu projecto engloba a construção de um aviário que prevê produzir mais de 10 mil ovos por dia, mas que, devido às dificuldades encontradas na concessão do crédito, teve que aplicar os poucos recursos disponibilizados pelo Banco Sol, no cultivo de hortícolas e tubérculos.

Para ele, a parcela que lhe pretendem atribuir devia ser entregue à D. Justina que ainda não começou a produzir. Ou então, a mesma teria que arcar com as despesas feitas no local, antes de se transferir para a outra parcela que lhe pretendem entregar.

"Tenho mais de uma centena de Laranjeiras plantadas, igual número de mangueiras, sem contar os produtos sazonais, como repolho, tomates, cenoura, cebola e mandioqueiras, numa área de dois hectares, para além das aves", lamentou.

Pedro Sebastião disse que assenta as suas ideias na orientação segundo a qual "A vida faz-se nos Municípios", mas que segundo ele tem encontrado imensas barreiras para se instalar na comuna, tendo, por um lado, sido detido por oito dias, acusado de uso e porte de arma, facto que não foi provado junto da polícia local.

Por outro, o mesmo afirma ser detentor de uma arma de caça, mas que não a usa pelo facto de a mesma

carecer de legalização junto das autoridades. E que tem servido de trunfo aos seus opositores para o incriminarem, tudo porque segundo disse, é um daqueles que pretendia dar vida à comuna.

"Eu tenho a carta cartográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico de Angola (IGCA) sobre o espaço de 200 hectares, que não revela a existência de outra parcela ocupada nesta zona ou melhor, próximo deste", Lamentou, tendo recordado que o administrador Enoque esteve presente no Local a quando do mapeamento com os técnicos da administração municipal", queixou-se.

Ambas as partes já constituíram advogados e a qualquer altura o processo pode chegar a tribunal.

Para um melhor esclarecimento, falámos por telemóvel com o administrador comunal Francisco Enoque, tendo-nos sido respondido que se encontrava numa reunião e tendo convidado a nossa reportagem a deslocar-se ao terreno.

Por sua vez, contactada a outra implicada no caso, Justina disse não estar disposta a conversar com o senhor Petra e que contactássemos a administração comunal, que daria o devido tratamento do caso. Mastudo indica que "muita água há-de correr debaixo da ponte", porque ninguém quer perder o espaço.

7.4 As “traquinices” de Rosa Chita

Jornal Folha 8

5 De Dezembro de 2015

Segundo o cidadão, vítima da suposta invasora de terras, tem enfrentado varias dificuldades na recuperação do seu terreno, por parte dos funcionários dos serviços de fiscalização e do gabinete técnico-jurídico adstrito ao município de Cacuaco. António Betatela Ngumbe, sanitário e antigo combatente, atesta ser proprietário da parcela de terra com 3.990 metros quadrado, como se lê no registo Provisória de Terreno n°290-0812012, localizada no bairro da Nova Urbanização, município de Cacuaco, para fins de construção de um centro médico, porém invadido e comercializado pela Rosa Chita, influente membro da OMA, na circunscrição. "Eu tenho a referida parcela há mais de 10 anos, foi então que em Dezembro, apareceu uma senhora intitulada Rosa Paulo Chita, que ocupou o mesmo espaço e vendeu a duas pessoas", disse António Ngumbe.

O mesmo diz ainda, que na ocasião da ocupação a representante da OMA e suposta usurpadora, com

suporte dos funcionários da fiscalização de Cacuaco, Tomé de Sousa, Chilala, Tadeu, Pinda e Caunda, demoliram sua residência de carácter definido de 4 compartimento, sem a respectiva autorização. Face a este mistifório, a ex-administradora da circunscrição, Rosa João Janota Dias dos Santos, orientou por despacho municipal o embargo extrajudicial, assim como a demolição com efeito imediato das obras feitas no local, a fim de se devolver o espaço a quem de direito. Mas, os colaboradores de Rosa Chita, tudo fizeram para impedir a execução da mesma orientação.

Por outro lado, neste processo -ocupação ilegal de terra - estão envolvidos directores e chefes de gabinetes, bem como técnicos da R.O.T.U.A, ambos funcionários de Cacuaco. Porém, para melhor esclarecimento voltaremos nas próximas edições.

Reincidência dos invasores Durante a reportagem, o Folha teve acesso a vários processos de litígio, que envolve um grupo liderado pela Rosa Chita e constatou que vários camponeses e cidadãos de diversas localidades, no município de Cacuaco, enfrentam problemas com a ocupação ilegal das suas áreas de cultivo.

Entretanto, em declarações ao Folha 8, uma fonte da administração, que prefere anonimato, desmitifica a quadrilha e avanço que muito deles "ocupantes" aparecem em nome do Governo, para apropriarem-se dos espaços agrícolas dos camponeses isto é, com ajuda de alta dirigentes da administração.

7.5 Burla de terrenos põe empreendedores e sobas

Jornal O Crime

5 De Dezembro de 2015

Texto: Pedro Daniel

Segundo Pedro Francisco Sebasião, Jovem empreendedor que teria beneficiado de um financiamento do Banco Sol, no âmbito do programa 'Angola Investe', diz-se injustiçado pelo facto de as entidades quer tradicionais como estatais, favorecerem a sua opositora identificada por Justina.

Petra, como é carinhosamente chamada pelos parentes e amigos, disse ter adquirido a parcela de terra no ano de 2012, com o devido conhecimento do administrador comunal, que, por sinal, terá sido ele que havia indicado o soba Paulo Manuel da localidade do Gazela, que concedeu o espaço. E,

como testemunha, conta com um dos membros de sua família.

António Albano, o jovem da família, de 26 anos, garantiu a nossa reportagem terem recebido três motorizadas junto do administrador comunal, avaliadas em 73 mil kwanzas cada, no ano de 2012, e que uma das quais teria sido entregue ao soba Manuel.

"Nós conhecemos o senhor Petra e António, que nos haviam sido indicados pelo administrador Enoque, de quem recebemos três motos", recordou, para mais adiante sublinhar que, infelizmente, os responsáveis da sua família ter-se-iam insurgido contra o soba, pelo facto de o mesmo fazer o negócio sem o devido consentimento dos chefes da família.

Albano aventou que o facto de a família ter recebido a moto ao soba estaria na base do mesmo ter passado o solo a senhora Justina, através do secretário da CASA-CE, identificado apenas por Amador, até porque ainda não tinha feito a Declaração de Cedência da parcela em questão.

Indagado sobre as razões que o levariam a passar o espaço a duas personalidades, o soba defendeu-se dizendo que o referido espaço andou abandonado por muito tempo, mas que, afinal, era propriedade do senhor Amador.

A autoridade tradicional admitiu ter recebido cerca de 600 mil kwanzas e que o referido montante teria sido repartido com os seus confrades, que coordenam a região do Kizenga, tendo ficado apenas com 200 mil kwanzas.

"Tenho outra parcela de terra que posso entregar aos senhores e deixarem este para a senhora Justina, porque eu não sabia se o mesmo espaço que concedi ao senhor Petra já tinha um dono", propôs, cabisbaixo, devido à pressão imposta pela família, obrigando-o a refugiar-se na casa do regedor comunal.

Entretanto, fontes junto da administração comunal, confirmaram a nossa reportagem a pretensão de o senhor Amador em adquirir uma parcela na mesma zona, mas que até aquando da saída do então administrador o processo tinha sido indeferido, não havendo nada que prove a legitimidade da parcela do qual seria detentor e ter repassado a senhora Justina.

"O senhor Amador é natural do Golungo Alto onde teria sido expulso por alegado envolvimento em venda de terras", difamou, ao recordar que o caso da legalização do referido terreno, teria ganho contornos políticos e judiciais que, hoje por hoje, esperam por

resoluções entre o senhor Amador e o então administrador.

Segundo a família, a senhora Justina teria oferecido uma proposta em dinheiro para que estes declarassem a favor dela, mas estes juram de pés juntos não aceitarem corrupção e exigem a "reposição" da parcela a senhora Petra.

"Nós não queremos receber dinheiro de duas pessoas pelo mesmo espaço, até porque na zona em questão jazem os restos mortais dos nossos ancestrais. E, se colocar lá os seus haveres a força, nós vamos usar a força oculta", prometeram, ao revelarem-se dispostos a depor em tribunal.

Em busca de soluções

No passado dia 25 de Outubro, a família e os senhores Petra e António reuniram-se com a família na residência do regedor do Kizengo, que se identificou por Yoyo, que é igualmente o primeiro secretário do MPLA na comuna.

O regedor disse dominar a questão e reconheceu tratar-se de um caso de burla, mas que devia ser resolvido localmente, atribuindo uma outra parcela a senhora Petra, tendo recordado um conflito de terras que opunha o senhor Cabeto e que terá sido ultrapassado por essa via.

"Já tivemos um caso idêntico em que tivemos de atribuir outra parcela ao senhor para que o caso não transitasse aos órgãos judiciais", assegurou, deplorando a atitude do senhor Petra que não tem aceitado a resolução por esta via, alegando prejuízos avultados.

O empreendedor avançou que o seu projecto engloba a construção de um aviário que prevê produzir mais de 10 mil ovos por dia, mas que devido a quebra e as dificuldades encontradas na concessão do crédito, teve que aplicar os poucos recursos disponibilizados pelo Banco Sol, no cultivo de hortícolas e tubérculos. Para ele, a parcela que se lhe pretende atribuir devia ser entregue a senhora Justina, que ainda não começou a produzir, ou a mesma teria que arcar com as despesas feitas, no local, antes de se transferir para a outra parcela que pretendem atribuir.

"Tenho mais de uma centena de laranjeiras plantadas e o igual número de mangueiras, sem contar os produtos sazonais, como o repolho, tomates, cenoura, cebola e a mandioqueira numa área de dois hectares, para além de aves", lamentou de olhos carregados.

Pedro Sebastião disse que assenta as suas ideias na orientação do Presidente da República, segundo a

qual "a vida faz-se nos Municípios", mas que, segundo ele, tem encontrado imensas barreiras em se instalar na comuna, tendo sido preso por oito dias, acusado de uso e porte de arma, facto que não foi provado junto da polícia local, por um lado.

Por outro lado, o mesmo afirma ser detentor de uma arma de caça, mas que não a usa pelo facto de a mesma carecer de legalização junto das autoridades. E que tem servido de trunfo dos seus opositores para lhe incriminarem, tudo porque, segundo disse, é um daqueles que pretendia dar vida à comuna.

"Eu tenho a carta cartográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico de Angola (IGCA) sobre o espaço de 200 hectares e que não revela a existência de outra parcela ocupada nesta zona, ou melhor, próximo deste", lamentou, tendo recordado que o administrador Enoque esteve presente no local aquando do mapeamento com os técnicos da administração municipal", queixou-se.

Para mais e melhor esclarecimento falamos por telemóvel com o administrador comunal, Francisco Enoque, este, por seu turno, respondeu que se encontrava numa reunião, tendo convidado a nossa reportagem a se deslocar ao terreno.

Por sua vez, contactada a outra implicada no caso, a senhora Justina, disse não estar disposta a conversar com a senhora Petra e que contactássemos a Administração Comunal, que daria o devido tratamento do caso. Mas, ao tudo indicar, muita água há-de correr de baixo da ponte, porque ninguém quer perder o espaço.

Como pagar o Banco

Para agudizar a situação e como o azar nunca vem só, Petra lamenta o facto de o Banco não visitar o projecto, até ao exacto momento, mesmo depois de se ter dirigido uma carta à instituição desde Julho último, com o propósito de desbloquearem a outra parte do financiamento.

"O financiamento previsto no projecto é de 54 milhões de kwanzas, mas o Banco apenas concedeu 10 milhões e meio. E, como o valor não cobria sequer um terço da metade, tive que aplicá-lo na agricultura, para depois evoluir para o aviário", justificou, ao sublinhar que aguarda pela visita do Banco.

É de recordar que ambas as partes já constituíram advogados e a qualquer altura o processo pode chegar em tribunal.

Este jornal contactou Leonel Gomes, secretário-geral da CASA-CE, que disse desconhecer o senhor Paulo,

que se faz passar por secretário daquele partido naquela região, pelo que apelou, caso seja verdade, a quem de direito a tomar a peito da situação.

7.6 «A China está a ocupar terras em África e Angola não é excepção»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - A questão de terras vendidas a outros países ou a grandes corporações já está constatada. Angola passa por esse problema? Tem terras vendidas a outros países?

BC - Angola passa, sim. Salvo erro, em 2007, houve algum protocolo entre o Estado angolano e o Estado cabo-verdiano. Esse protocolo envolve o negócio da terra.

SA - No sentido do Estado cabo-verdiano ocupar parte das nossas terras? Para que fim? E nós ganhamos o quê com isso?

BC - Exactamente. Para que fim, isso não sei.

Porque, geralmente, os detalhes desses protocolos não vêm ao público. E esse problema não é só de Angola. Isso é um problema internacional. Os negócios de terra geralmente são marcados por uma espécie de «intransparência». Nós não sabemos as extensões das terras que Cabo Verde ocupou em Angola, para quanto tempo - em termos de exploração do direito de superfície. Ninguém sabe. A lei diz que até 60 anos, se for direito de superfície. Nós não sabemos de nada.

SA - Mas, se estamos a falar de Cabo Verde, que é um país pequeno

BC - Não é só Cabo Verde. Cabo verde é o exemplo de um caso que nós tivemos o cuidado, na altura, de comentar. Mas existem outros que eu desconheço. O caso da China não é só no Egipto e noutras partes de África. A China é um gigante que está a ocupar muitas parcelas de terras em África. E Angola não é uma excepção. Mas o grande problema é que esses protocolos são marcados por uma falta de transparência. Nós não sabemos quais as reais extensões, por quanto tempo e o dinheiro que envolve. Mas a grande verdade é que há países, como a China e não só, que estão a ocupar as terras de África. E de Angola. Só para ter uma percepção, dizem assim as estimativas de uma organização, através de uma revista especializada em agricultura que se chama Esporo (2014), que 57 milhões de hectares do continente africano foram objecto de ocupação por países e corpo rações internacionais.

SA - O direito angolano sobre as terras permite esse tipo de transacções?

BC - Permite. Permite mas não nesses termos, ne! O Estado pode conceder terras a outros Estados. Mas o grande problema que estamos a colocar é aferir o grau de violação decorrente dessas concessões. Até que ponto é que essas concessões põem em perigo. Nós estamos a sair de uma realidade em que as nossas terras já foram descaracterizadas profundamente durante o período da colonização. Não só descaracterizadas, foram reduzidas, diminuídas. Será que essas concessões não poderão pôr em causa a sustentabilidade. Não haverá conflitos de terras por causa disso? Você está a dar a alguém, será que o que você tem é suficiente para ti e para os netos daqui a 60 anos? Essa concessão não põe em perigo outros direitos, porque, por exemplo, se for uma concessão que recaia no domínio consuetudinário, desde logo sabemos já que vai ter de se desalojar essas populações. Vai ferir os direitos económicos e culturais. E o problema da transparência, ne. Porque afinal é um bem público.

7.7 «As comunidades estão a perder o património geo-histórico e cultural»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - Se o Estado não tem que vender essas terras consuetudinárias, o que se passa na prática, pelo que ouvimos dizer promovido por elementos ligados aos órgãos do Estado, é totalmente diferente.

BC - O que se passa na prática é que o Estado, às vezes, entra pra lá, com elementos de má fé. Há mesmo administradores comunais, que o soba quando reclama, dizem «isso é do Estado». Isso é ilegal. Há terras que são do domínio privado do Estado, há terras que são do domínio público do Estado, há terras que são do domínio consuetudinário: aos quais não se dá o título de concessão, mas o título de reconhecimento. Porque esse direito já pré-existe.

SA - E esse título de reconhecimento tem sido dado às comunidades?

BC - Cada comunidade tem direito a um título de reconhecimento. Quem recebe é o soba, mas não é do soba. Os sobas não estão a receber esses títulos. O órgão técnico de gestão de terras em Angola é o IGCA (Instituto Geográfica Cadastral de Angola),

que não desencadeou o processo de delimitação das terras rurais em Angola; não tem recursos técnicos nem financeiros suficientes para fazer esse trabalho. E as comunidades não estão a ser tituladas. Pessoas A, B e C se estão a valer disso e estão a ocupar terras que, por lei, não deviam ocupar. Aquelas terras são protegidas pelo costume até nos termos da nossa Constituição. Mas as pessoas estão desprotegidas, não têm esses títulos.

SA - Estão desprotegidas e parece que inocentes não é? Porque não parece que sejam educadas para conhecimento desse direito.

SC - Claro! Uma das recomendações do «Seminário Nacional sobre Ocupações Ilegais de Terras» é a sensibilização das populações porque as pessoas não são capacitadas em matéria de legislação fundiária. Há muita gente em Angola que não sabe como, e o que deve fazer, quando as suas terras estão a ser esbulhadas.

SA - É aí, nesse vácuo, onde se enquadra o trabalho da vossa instituição.

BC - Nós, Rede Terra, temos estado a capacitar as pessoas. Produzimos muito material, até em línguas nacionais. Nós trabalhamos com as comunidades, sabemos quais são os problemas, quais são os conflitos que existem nesse país. E que violações existem nessa matéria. Por isso submetemos uma carta, em 2012, a Assembleia Nacional e também ao secretário-geral do MPLA, como partido governante. Engavetaram os nossos documentos para depois, hoje, aparecerem aí com isso e dizer que a iniciativa é deles. Tudo que está aí, como recomendações e conclusões, nós já havíamos chamado atenção para esses problemas. As comunidades estão em risco.

SA - Tem exemplos mais precisos de comunidades que vivem esses problemas?

BC - Eu lhe dou um exemplo. A Aldeia Nova, no Waku Kungo, na Cela (Kwanza Sul). Falamos de Waku Kungo, como falamos da Kibala. Até há bairros cercados. Não estamos a falar só da terra enquanto espaço físico. A terra para aquelas comunidades é um património geo-histórico e cultural. Estão em causa não direitos económicos, mas direitos culturais.

Porque é na terra onde está a memória colectiva daquelas pessoas. Isso tudo está a ser ocupado, está a ser descaracterizado tal como [aí no tempo colonial. Aldeia Nova é uma empresa. Entrou como um projecto de interesse público. Agora é uma sociedade anónima.

Portanto, o fim é lucrativo, o benefício é privado. São

terras que estão dentro das terras rurais comunitárias. O colono entrou para aquelas comunidades, desalojou-as, transformou aquilo em aldeamentos. Estão lá os marcos coloniais. Depois da independência as pessoas voltaram as suas terras de origem. Mas agora, de novo, são obrigados a trabalhar as suas lavras nas encostas das montanhas, porque grandes empresas voltaram a ocupar as terras que já eram suas antes do tempo colonial. E isso dói. Há casos de que nós temos fotografias de destruição de lavras, sem primeiro informar e sem indemnização.

SA - Tem uma ideia da porção de população que tem perdido ou já perdeu ou vem perdendo progressivamente os seus espaços dessa forma?

BC - Muitas comunidades. Na comuna de Kissanga Kungo nem se fala. Os conflitos de terra existem um pouco por todo o país. Nós temos esses casos em Cabinda. Temos no Uíge. É um problema generalizado. E nós estamos a produzir uma base de dados para compreendermos, mais ou menos, o grau de violação das terras rurais comunitárias em cada província porque é esse o nosso forte. Nós vamos lançar um documentário sobre os conflitos de terra no Kwanza Sul, e são muitas' comunidades.

SA - Os ocupantes desses espaços que acabam gerando conflitos será que são conhecedores da lei, ou não?

BC - Digamos assim que fruto de alguns estudos observacionais, nós não gostamos de ler a lei. Já vimos que administradores, governadores, não sabem o quê que a lei de terras diz. Não conhecem a legislação fundiária. Isso é uma verdade. Alguns têm noções básicas sobre isso, outros não sabem mesmo. As vezes não contratam as pessoas especializadas nessas áreas.

7.8 «Porque que os deputados não debatem sobre a governação dos solos no país?»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - o que se pretende com a carta aberta enviada ao parlamento sobre os solos?

BC - Desde que nós existimos, como Estado angolano, ainda não conhecemos políticas concretas sobre os solos no país. A governação dos solos em Angola, praticamente, não existe. E isso nos

preocupa. Em termos gerais, não se sabe de que forma é que a ocupação, uso e fruição de uma determinada área comprometerão ou não a sua capacidade de regeneração. Ninguém monitoriza a aplicação das normas dispersas de protecção dos solos.

SA - Em suma, quais são os grandes problemas dos nossos solos?

BC - A primeira coisa que precisamos saber é que as terras se poluem por força da natureza ou por força do próprio homem. O grande problema que nós temos é o facto de termos solos predominantemente ferralíticos. Portanto, não são bons solos, precisam de um certo equilíbrio, de certo cuidado. Depois nós temos problemas da erosão, e o resultado são as ravinas. Temos esses problemas de movimentos de massa, como deslizamentos de terras, temos problemas de inundações, temos problema de seca, temos problema de desertificação.

Portanto, são todos esses problemas que acabam por empobrecer e pôr em risco, não só a vida das famílias, mas também os meios de que essas pessoas vivem, sobretudo, da agricultura. Então é preciso que se chame atenção para esses aspectos. Temos de passar a mensagem aos agricultores e não só sobre a necessidade de práticas que não ponham em causa a sustentabilidade dos solos. E isso, decorre do princípio da sustentabilidade e solidariedade intergeracional que a legislação fundiária prevê.

SA - Quem é que, na Assembleia Nacional, se ocupa dessa temática?

BC - Bem, a iniciativa é de todos os grupos parlamentares para que se produza uma política em matéria dos solos. Mas em matéria de legislação e regulamentação é a Primeira Comissão. Mas no âmbito dos Direitos Humanos diríamos que é a 6ª Comissão a quem nós devemos recorrer para ter esses direitos salvaguardados.

SA - E já houve da vossa parte sugestões de regulamentação dessa matéria, enviadas ao Parlamento?

BC - Em 2012, fruto de uma audiência que tivemos com o presidente da Assembleia, que na altura era o senhor Paulo Kassoma, submetemos à Assembleia Nacional uma proposta sobre a resolução de conflitos de terras. A terra é uma matéria mais abrangente, solo é apenas componente da terra. Fomos bem recebidos. E o presidente encaminhou isso para a 6ª Comissão com quem nós tivemos os primeiros contactos. Mas infelizmente depois acabou por não ter o tratamento. Nós não começamos agora.

Existimos já desde 2003. Depois dessa proposta, tivemos alguns encontros com a 6ª Comissão, na altura sob a presidência do deputado Higinio Carneiro, mas nós trabalhamos mais com o deputado Adriano Mendes de Carvalho. Mas depois dali tudo «morreu».

SA - Agora vocês «ressuscitam» o assunto, então?

BC - Nós voltamos através dessa carta que endereçamos aos grupos parlamentares da Assembleia Nacional como uma espécie de juízo negativo. Uma menção de censura pelo facto de o órgão legislador do país não prestar atenção a uma matéria que é muito essencial. O porquê que os deputados não levantam nenhum debate a volta da governação dos solos no país. Não existe nenhum sistema de monitoramento dos riscos associado aos solos, não há nenhum instrumento quer políticos. Num país onde não há ordenamento do território, nem planeamento, Significa que não há disciplina em matéria de ocupação dos solos. Ou seja, há solos que deveriam ser para habitação, mas são utilizados para agricultura.

E vice-versa. Portanto, os solos não são classificados. Por isso é que as pessoas vão trabalhar em determinado solo, o solo é improdutivo, há ravinas, há desabamentos de terras, como aquele caso que tivemos no Lobito. Luanda, aqui então, não se fala. Falta a disciplina no uso dos solos. As pessoas vão para determinadas áreas, não sabem se são áreas de risco ou não.

SA - Para uma solução desses problemas sobre os quais conversa-mos, que caminhos indica hoje a serem traçados?

BC - A primeira coisa é o seguinte: temos de criar um sistema de informação integrado para que as pessoas realmente estejam devidamente informadas sobre os direitos fundiários e outros direitos mais. O país tem de criar um sistema de monitoramento dos riscos associados aos solos.

Vamos esperar que o processo de planeamento e ordenamento do território (do Ministério de Administração do Território) termine para que se produzam os tais planos directores municipais.

SA - E em termos de legislação?

BC - Que se produza essa tabela de preços da terra e mais outros instrumentos que estão na lei, que não foram também produzidos. Tem de existir mais diálogo. Muitos conflitos de terras que vemos pelo país decorrem um pouco da falta de diálogo e da arrogância de algumas pessoas com responsabilidades públicas. Muitos Sobas são humilhados e ameaçados

quando procuram defender o seu património geo-histórico. Isso, não é justo nem é legal. Tanto as reservas fundiárias do Estado quanto outras ocupações de interesse nacional deverão sujeitar-se a lei. A terra é critério de cidadania. Recebemos essas terras, queremos deixar essas terras também em bom estado para os nossos filhos e os nossos netos. Não podemos permitir determinados monopólios ou latifundiários, a semelhança do Brasil, para depois termos aqui os nossos filhos como os sem-terra. Nós não queremos isso.

SA - Mas nós já não corremos esse risco que o Brasil hoje enfrenta?

BC - Corremos. Porque nós já temos pessoas que ocupam grandes extensões de terras que não acreditamos. E isso é escandaloso. O mais grave é que está a conflitar com outros interesses locais. Estamos a falar de responsáveis importantes desse país. Os sobas estão a chorar. Nós temos esses registos. Mas é isso o que está acontecer.

SA - Então já vivemos essa realidade latifundiária semelhante à brasileira. Os protestos é que não existem.

BC - Os protestos é que não existem. Por isso é nós, Rede Terras, estamos aqui levantando a questão para defender as comunidades. Mas somos pouco ouvidos. Não temos muitos espaços. Então esse é o grande problema. As mesmas pessoas que têm grandes extensões de terras aqui na província do Kwanza Sul, são as mesmas pessoas que têm grandes extensões no Cuando Cubango. São as mesmas pessoas que têm grandes extensões em Cabinda. Grandes extensões aqui na Huíla. As mesmas pessoas.

7.9 « Se não há tabela de preços das terras há roubalheira»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

Em torno da reflexão devida ao Dia Mundial do Solo, assinalado em 5 de Dezembro, e no âmbito deste ano dedicado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional dos Solos, o *Semanário Angolense* conversou com um especialista sobre a matéria e colheu muito mais. Bernardo Castro, natural de Waku Kungo, Kwanza Sul, é mestre em Adaptação às Alterações Climáticas pela Universidade Aberta de Lisboa, e também director da «Rede Terra», uma instituição da sociedade civil, iniciativa de um conjunto de organizações nacionais e internacionais,

que trabalha, em Angola, no quadro da defesa dos direitos dos cidadãos, na perspectiva do direito à terra e do desenvolvimento rural.

Autoridade no conhecimento sobre as questões que envolvem a terra no contexto da realidade angolana, o profissional defendeu a atribuição da titularidades das terras pertencentes a comunidades rurais, falou da especulação dos preços das terras e do abuso de poder de políticos e empresários nesse campo, fez alusão a banalização por parte dos tribunais das queixas sobre conflitos de terras apresentadas por cidadãos menos abastados, e teceu algumas considerações sobre a ocupação de terras africanas - inclusive angolanas pela China e outras potências e corporações internacionais. Ademais apontou alguns caminhos a seguir para a resolução dos conflitos de terra e dos problemas dos solos, entre outros.

Semanário Angolense (SA) - O que nos diz sobre o comércio de terras no país, na vossa constatação?

Bernardo Casto (BC) - Está-se a vender a terra sem nenhuma tabela de preços. E quando falo de uma tabela de preços, estamos a falar de um instrumento idóneo do ponto de vista jurídico-legal, aprovado por um órgão para o efeito competente. Isso não existe. O que existe é a especulação do preço da terra. A propósito dessa matéria nós fizemos um documento que encaminhamos à Provedoria da Justiça da República de Angola, para que a Provedoria fosse aos Ministérios competentes para a produção do decreto ministerial conjunto, que diga que para cada área «X por X», o preço da terra é «esse». Porque é a Provedoria da Justiça que tem que pressionar os órgãos do Estado, os Ministérios, para fazer valer a lei.

SA - Há quanto tempo fizeram isso? Qual é a resposta que obtiveram?

BC - Foi neste ano ainda. E não temos nenhuma resposta. Mesmo também antes desse «Seminário Nacional sobre Ocupações Ilegais de Terras» (realizado em Dezembro de 2014) nós já tínhamos dito isso. Desde 2012 nós já chamávamos atenção para esses pormenores.

SA - Mas a questão de preços não tem a ver com a lei de oferta e procura estabelecida pelo próprio mercado?

BC - Sim. O princípio que norteia o negócio da terra é o princípio da onerosidade. Mas, há excepções. Em função da localização desse espaço, há licitação. Há aquelas terras urbanas que vão a quem dá mais. Mas temos de partir de uma base legal. Que não existe. Há terras que, em função das suas

dimensões, o preço já está estipulado. E há terras que se submetem há um concurso. Há terras que também o Estado pode oferecer, por exemplo, aquelas instituições que são de utilidade pública sem que cobre coisa nenhuma. Mas isso não existe. Os órgãos das administrações municipais, que são órgãos concedentes - e mais outros órgãos - acabam por inventar os preços.

SA - O efeito mais imediato dessa invenção acaba por ser o quê?

BC - A fonte de receita do Estado tem de ser uma fonte legal. Portanto, estamos numa ilegalidade, pra já. Quando há especulação você acaba por marginalizar determinadas pessoas. Não há transparência no negócio da terra em Angola. Porque ninguém sabe qual é o preço. Você vai a uma administração municipal vão te dizer «olha, você ocupou 12x20, são 12 mil dólares». E não vais conseguir. Se não há uma tabela de preços, há uma roubalheira. Cada um vai inventar o preço dele porque «eu quero comprar o meu carro, que custa 15 mil dólares», então, «[á que o senhor ocupou aquele terreno, vou te dar o preço de 15 mil dólares».

SA - E isso é uma combustão para o processo de corrupção.

BC - Isso é óbvio! Quando nós falamos que a fonte de receita do dinheiro tem que ser legal, quer dizer que o meu irmão vai encontrar já o preço ali. «X por X é X».

O senhor vê antes de comprar. Já sabe que tipo de terreno e qual é a área. Como isso não existe, nós nos sujeitamos a tudo aquilo que a administração municipal nos disser.

Começam a inventar tabelas de preços que não são legais. Porque a tabela de preços, tem de ser legal.

SA - Quem estabelece essa tabela?

BC - É o Ministério do Urbanismo, o Ambiente. São esses ministérios que deveriam produzir esse documento ministerial conjunto. E o Ministério das Finanças.

SA - O facto de no nosso país a terra ser propriedade do Estado não aumenta a especulação de preços por parte das administrações municipais e outros órgãos concedentes?

BC - Eu acho que não aumenta.

Mas temos de dizer que não houve evolução. O Estado colonial foi o «proprietário originário da terra». Depois da independência, o Estado angolano

continua a ser o «proprietário originário da terra». Contrariamente, portanto, ao que sempre foi: a terra pertenceu as comunidades, as famílias, etc. O problema que se coloca não é em matéria de titularidade. A questão que se coloca é a governação. Isto é quê fundamental. Pelo facto de a terra ser propriedade originária do Estado, então as pessoas pensam que já não existem mais outros direitos que o Estado deve respeitar. Ninguém mais pode reclamar nada. Há pessoas que entram no domínio consuetudinário - um domínio que é passível de reconhecimento, e não de concessão de terra. O Estado reconhece simplesmente através de um «título de reconhecimento», porque essas terras existem antes de o Estado existir. Por isso é que o Estado só vai reconhecer esse direito, que é colectivo. São terras que são das famílias rurais comunitárias sob a gestão dos so

7.10 «Tribunais banalizam queixas que lhes são apresentadas»

Semanário Angolense

11 De Dezembro de 2015

SA - A Rede Terra presta também apoio jurídico às comunidades. Efectivamente como se traduz esse trabalho?

BC - Eles devem saber quais os seus direitos e como' devem ou não agir, nos termos da lei. E também convidados as administrações para se envolverem nisso.

Também há casos encaminhamos para a Procuradoria-Geral da República, ou à 6ª Comissão da Assembleia Nacional, ou a Provedoria da República, ou constituímos advogados para defender algumas comunidades de alguns sobas que foram ameaçados. Constituímos advogados e pagamos para ajudar comunidades ou famílias que são vítimas de esbulho.

SA - Apesar da existência das instituições judiciais as pessoas não têm onde se queixar. Pelo menos é isso o que parece.

BC - Esse é um défice. As vezes as pessoas não são bem informadas. Mas noutros casos os tribunais banalizam também as queixas que lhes são apresentadas. E isso é também uma constatação que decorreu desse «Seminário Nacional sobre Ocupações Ilegais de Terras».

SA - Pode citar casos concretos dessa falha dos tribunais?

BC - As comunidades apresentam as queixas e eles (os tribunais) banalizam e vão defender pessoas mais bem posicionadas. Temos esses casos também. As pessoas têm medo também de apresentar queixa, quando sabem que é um grande homem que está envolvido nisso. Porque as pessoas são intimidadas também. Os sobas são ameaçados. Nós temos prova disso. Então, já imaginou, se os sobas são ameaçados, uma família X vai aos tribunais queixar um «governador»?!

SA - Falou que, em alguns casos, costumam constituir advogados para defender determinados casos. Com que fonte de renda a Rede Terra arca com os honorários desses advogados?

BC - Nós somos uma instituição filantrópica. Mas o pouco dinheiro que nós recebemos de doações nacionais ou internacionais, como a União Europeia - a União Europeia dá dinheiro as ONGs e dá dinheiro ao Estado angolano - com esse dinheiro tiramos um bocado para arrendar esse escritório e tiramos um bocado também para o advogado, para defender as comunidades.

SA - E já ganharam muitas causas?

BC - Muitas causas, não. Mas, por exemplo, o caso mais recente [oi com uma administração comunal. O administrador agiu com arrogância. As pessoas diziam que «não pode nos tirar das nossas lavras». Ele pegou no mais «agitador» e levou ao tribunal. O cidadão para ser julgado sem advogado. A partir do momento que nós constituímos advogado retirou a queixa. Portanto «eles» também têm medo. «Eles» se valem da fragilidade e do desconhecimento da lei por parte das populações. Entram com a ideia de que é interesse público, quando é para fins privados.

SA - Por isso perguntei se a especulação aumentava pelo facto da terra ser propriedade do Estado. Porque esse facto tende a aparecer sempre como desculpa encobrindo fins privados.

BC - Muitos quando pretendem ocupar as terras rurais comunitárias alegam o princípio do aproveitamento útil e efectivo da terra. Na verdade, é um simples pretexto ou ignorância da lei. Ninguém deverá exigir às famílias que ocupam e usam as terras integradas no domínio consuetudinário o aproveitamento útil e efectivo como se estivesse em sede das terras passíveis de concessão. As terras que integram o domínio útil consuetudinário deverão ser utilmente aproveitadas de acordo com o costume local.

SA - E naqueles casos em que o Estado realmente precisa fazer alguma intervenção nessas terras contemplada em planos territoriais?

BC - Constatamos que muitas comunidades rurais foram postas de lado no processo de elaboração de planos territoriais quando têm direito à participação e informação tanto do conteúdo como das alterações dos planos na fase de elaboração, com garantia à divulgação prévia dos projectos destinados à aprovação, como após a sua publicação. E podem consultar o obter cópias e certidões de peças documentais dos planos. Isso de acordo com a Lei (artigo 53º. da Lei nº 3/04).

SA - É caso para se perguntar como é que os instrumentos de ordenamento e planeamento poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades quando são afastadas dos processos de formação e tomada de decisão?

BC - As populações não podem ser surpreendidas com cercos, desalojamentos compulsivos ou destruição dos seus bens como se verifica em alguns municípios e províncias. É uma clara violação dos direitos económicos e culturais das famílias. O que aconteceu na Cela é, de todo, condenável e passível de impugnação. O país tem leis que devem ser respeitadas. É, por exemplo, de lei que quando determinada administração presume que certa área venha a ser abrangida por um plano urbanístico, ordenamento rural ou projecto de empreendimento público ou outro sejam desencadeadas medidas preventivas que vão desde a proibição, suspensão ou sujeição à prévia autorização, exactamente, para prevenir ou moderar eventuais conflitos.

7.11 Vítimas de demolição continuam ao relento

Semanário Folha8

12 De Dezembro de 2015

Texto: Antunes Zongo

Cerca de 400 cidadãos nacionais, residentes no bairro Tande, município de Viana, que viram as suas residências a ser demolidas pelo martelo da Administração da Centralidade de Cacucaco, a 16 de Outubro de 2015, continuam a viver ao relento, mesmo tendo interpelado a intervenção dos deputados da Assembleia Nacional, numa exposição endereçada há mais de dois meses, solicitando uma interpretação de acordo com a Constituição da República

Mas, são pobres e essa condição, não parece mobilizar os deputados, logo, nada mais lhes resta do que senão, ingressar no grande exército dos "sem abrigos" do regime, que os colocou no "olho da rua" sem pré-aviso formal e material. E, como sempre, no cometimento de qualquer violação a Constituição e a lei, os prevaricadores oficiais, contam com a abnegada contribuição da Polícia Nacional, que tem um apego especial na protecção dos ricos e governantes.

Os munícipes em causa residiam na circunscrição de forma ordeira e pacífica desde 1982, logo, à luz do Código Civil, com direitos adquiridos, que deveriam ter sido levados em conta.

"Para mim, o administrador e o comandante da Polícia da centralidade de Sequele, são insensíveis, e por isso mesmo, sem pejo nenhum, demoliram as nossas residências, colocando crianças, velhos, jovens e mulheres gestantes ao relento", denunciou António dos Santos.

"Contrariamente ao que pensamos sobre o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o comandante Jojó, da Centralidade de Cacucaco, disse-nos alto e bom som, que o MPLA e o Presidente da República foram as entidades que ordenaram a demolição das residências, e que poderíamos nos queixar onde quiséssemos, que ninguém nos poderia ajudar", lembrou. O silêncio do Governo provincial de Luanda e do órgão legislativo (Assembleia Nacional), ante a queixa de 329 famílias, são disso exemplo fulminante de os mais pobres não terem, nem poderem contar com apoio dos principais órgãos do regime. Na sequência das demolições, muitos velhos e crianças foram espancadas, outros presos e só restituídos a liberdade, após o pagamento de uma caução no valor de 60 mil Kz, mas sem qualquer recebido.

7.12 Estado quer privados para as infra-estruturas

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2015
Texto: Nilza Massango

O ministro de Urbanismo e Habitação, apelou ontem, em Luanda, a participação activa do sector privado na infra-estrutura das reservas fundiários existentes e a constituir no país.

"Os eixos estratégicos de crescimento do país apontam as infra-estruturas como pilares do

desenvolvimento económico", disse José António e Silva na abertura do Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O ministro destacou a importância das infra-estruturas para a continuação das actividades do sector, em relação ao programa dos 200 fogos habitacionais por município, programa de autoconstrução dirigida e no complemento das 25 novas centralidades em construção no país.

José António e Silva garantiu que Governo vai continuar a incentivar a auto-construção de habitações, através de políticas de concessão de terrenos urbanos, programa de apoio técnico assistencial na execução de projectos tipo de habitações rurais, com a incorporação de materiais locais e introdução de novas regras e melhoria da qualidade das edificações rurais tradicionais.

Com a aplicação do subprograma de construção de centralidades, no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o país vai ter, em 2016, cerca de 120 mil Casa construídas. O director nacional da Habitação, Adriano da Silva, que interveio ontem no conselho, disse que, no processo iniciado em 2011, a Imogestim tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a empresa KoraAngola 44 mil.

As empresas surgiram no âmbito da estratégia de implementação de parcerias privadas. Um relatório síntese do subprograma "200 fogos por municípios", apresentado ontem durante o conselho indica que, das 26 mil casas previstas para a construção até final deste ano, em todo o país, cerca de 9.887 esmo concluídas.

Referindo-se ao desenvolvimento urbano, o ministro José António e Silva disse que a política fundiária orienta que a gestão deve passar por um processo de valorização das reservas, dotando-as de infra-estruturas para que se tornem num bem real e com expressão no mercado, de forma a servir de oportunidades de intervenção do Estado e das parcerias público-privadas. José António e Silva apontou que, do ponto de vista económico, a construção de habitação nos países em desenvolvimento, além de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), cria emprego e a legalização da situação cadastral da população que permite ao Estado obter uma nova fonte de receitas e conseguir volume capital para o desenvolvimento dos diferentes núcleos urbanos.

O ministro apelou para uma maior articulação entre os governos provinciais e os órgãos locais do Instituto Nacional de Habitação, no processo de

arrecadação de receitas. Em representação do governador da província de Luanda, Graciano Domingos, a vice-governadora para a área Técnica e Infra-estrutura, Njila de Carvalho, declarou que as infra-estruturas urbanas aparecem como um desafio a ser avaliado no processo de ordenamento do território para que se transformem num bem para todos.

O conselho consultivo, que decorreu sob o lema "Investimento em infra-estruturas urbanas no processo de diversificação da economia", serviu também para fazer o balanço das acções do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Foi destacado ainda no âmbito do pacote legislativo do sector, a aprovação da Lei do Arrendamento Urbano e outros regimes jurídicos, que constituem uma ferramenta fundamental no acesso do cidadão à habitação.

A reunião do conselho consultivo foi ainda marcada pela realização de uma exposição fotográfica com planos de urbanização e infra-estruturas em curso nos vários municípios do país e que constituem peças fundamentais no processo de ordenamento territorial.

7.13 Arguido responde em Juízo por burla de terreno

Jornal O Crime

19 De Dezembro de 2015

Texto: Olga da Silva

Consta da acusação do Ministério Público que, a 11 de Janeiro de 2013, o réu Manuel João vendeu um terreno, situado no município de Cacuaco, bairro Belo Monte, ao senhor Bernardo Manuel Navicola, no valor de 350 mil kwanzas. Passado algum tempo, quando o comprador pretendia levantar a obra, apareceu uma senhora, identificada apenas por Emília, que se auto-intitulava esposa do réu, Manuel João, e que dizia que o tal terreno era dele, que lhe foi dado como oferta ao suposto marido.

Foram discussões atrás de discussões entre a suposta esposa do devedor e o comprador, que este último acabou desistindo da luta, mas cobrando os seus valores monetários que até a presente data não foram devolvidos.

Em interrogação pela juíza da causa, Hita Faria, e posteriormente pelo Ministério Público, o réu disse que adquiriu o terreno junto da Comissão de Moradores do bairro Belo Monte, em 2012, mediante

pagamento de seis mil kwanzas. Confessou que, realmente, vendeu o tal terreno, mas não ao senhor Bernardo, alegando este era seu intermediário, e sim a um outro senhor cujo nome se desconhece.

Declarou ainda que, na qualidade de seu intermediário, Bernardo Navicola, que aparece como ofendido nos autos, foi quem fez a devolução do dinheiro ao comprador e que prometeu fazer a devida devolução. O réu contou também que o espaço não era de Emília e que esta não era sua esposa, mas uma "amiguinha", ou seja, namorada.

Segundo o réu, até aos dias que correm, o referido terreno encontra-se sob tutela da suposta mulher, Emília, onde esta fez a construção de um bate-chapa. Questionado porquê ele, por si, não fez a devolução dos 350 mil kwanzas, respondeu que não se encontrava na cidade de Luanda, mas na província do Uíge. Disse ainda que, embora seu então intermediário o fizesse pressão para o pagamento do seu dinheiro, tão logo estivesse em Luanda, foi surpreendido pela presença da Polícia em sua casa que o deteve.

Manuel João, o réu, humilde condição financeira, apresenta-se disposto a pagar o dinheiro de Bernardo Navicola o mais rápido possível, pelo que só não o fez até ao momento porque está detido e sem condições de trabalhar. Porém, a juíza da causa retorquiu dizendo que não tem confiança se o réu vai cumprir com a promessa que está a fazer em tribunal, porque numa oportunidade falhou. "Não tenho como confiar no senhor, porque nós arbitramos uma caução para o senhor, mas não pagou. Nós arbitramos o preço aproximado ao que o senhor deve, justamente para nos oferecer essa confiança, mas não foi capaz. Lamentavelmente, terá de ficar detido, se até à próxima audiência não pagar".

A audiência foi adiada para o dia 05 de Janeiro de 2016, para a audiência do ofendido, Bernardo Navicola, e da suposta mulher do réu, Emília, na 5.ª Secção dos crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, Palácio Dona Ana Joaquina.

"Pode-se falar de um caso de âmbito do Direito Civil" Consultado pelo jornal 'O Crime', advogado Enes Bango, isento do processo, disse que se na acusação do

Ministério Público ou na pronúncia não constar algum outro tipo de crime, o réu poderá ser absolvido, porque para o crime de que é acusado, burla por defraudação, punível pela conjugação dos artigos 451. O n.º 5 e 421. O n.º 4 do Código Penal, o réu contou ao tribunal que o terreno era seu, verificando-se, desse jeito, a ausência de fraude, título

ou nome falso, que são requisitos próprios para identificação do crime citado. "O réu só pode ter sido acusado por esse crime porque o Ministério Público concebeu que o terreno nem era do réu, que talvez tenha tomado fraudulentamente", disse o advogado.

Perguntado de que crime se poderá falar, caso se prove que o terreno era, realmente, propriedade do réu, aquele advogado respondeu que, mesmo que isso implicasse a absolvição do réu, porque não se pode fazer a convalidação de crimes que não foram citados no processo, estaríamos diante de um processo ligado ao Direito Civil, porque não se trataria de um crime, mas de uma dívida que ele contraiu com o seu in hereditário.

"A burla por defraudação ocorre quase nas mesmas circunstâncias do crime de abuso de confiança, mas com mais intensidade. Verifica-se o abuso de confiança quando, por exemplo, nos é entregue algum valor monetário para obtenção de um bem, e nós desviámos tal dinheiro em benefício próprio, dissipando-o. Para a burla por defraudação, os artificios fraudulentos são essenciais. Agora, podemos ainda verificar a questão da dívida, que não é questão do âmbito penal, mas civil. A dívida pressupõe a faculdade de algum valor que o devedor não dispõe no momento pelo credor, onde, mediante a estipulação de um prazo, o devedor deve cumprir. Trata-se de uma questão de cumprimento ou incumprimento", explicou Enês Bango.

7.14 Sector agrícola e infra-estruturas com muito espaço livre de minas

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2015

Os agricultores, camponeses e infra-estruturas sociais do Huambo estão a ganhar espaço para o seu crescimento, com o avanço do processo de desminagem em curso na província.

Na província do Huambo, apesar de algumas dificuldades que o próprio país atravessa, e a inacessibilidade de algumas áreas afectadas pelas minas, o processo de desminagem decorre de forma satisfatória.

As autoridades locais calculam que aproximadamente 40 milhões de metros quadrados de áreas de cultivo, mais de 312 quilómetros de caminho-de-ferro, cerca de 1.364 quilómetros de estradas e 1.167 quilómetros de linhas de fibra óptica foram desminados no Huambo desde 2002.

A situação está a criar mais confiança à população principalmente aos trabalhadores do campo, que viam restringida a sua actividade pelas minas. A satisfação é expressa também pela classe empresarial que vê com esperança a realização com êxito da sua actividade e o aumento dos seus negócios.

Para além da ampliação de campos de cultivo, o processo de desminagem permite o surgimento de novos assentamentos populacionais, a abertura de novas estradas e a livre circulação de pessoas e de bens.

O processo de desminagem estimula o crescimento económico e social em todas as vertentes, da produção à investigação passando pela construção.

O Governo Provincial mostra também satisfação por aos poucos conseguir implementar as políticas de desenvolvimento traçadas para a província.

O vice-governador da província para o Sector Político e coordenador da Acção Provincial Contra as Minas, Guilherme Tuluca, numa sessão desta organização com o objectivo de avaliar com os parceiros o andamento processo de desminagem no Huambo, mostrou-se regozijado com o avanço contínuo desta "batalha" e informou que, como resultado desta acção, milhares de famílias beneficiam hoje de muitos quilómetros quadrados de áreas laboráveis e contam com espaços para a construção das suas residências.

Quilómetros desminados

Dados recentes indicam que durante o período, foram desminados 212 quilómetros de linhas de transmissão de energia, removidos e destruídas 16.036 minas antipessoal, 686 minas anti-tanque, 71.502 engenhos explosivos, assim como 71.027 munições de diversos calibres.

Desde 2002 um total 2.674 pessoas foram vítimas mortais de acidentes com minas e engenhos explosivos na província do Huambo. O coordenador da Acção Provincial Contra as Minas salientou que ainda no mesmo período 164.681 vítimas não mortais beneficiaram de ajuda e assistência médica e medicamentosa contínua, reabilitação física, psíquica e reinserção social.

Após o alcance da paz que este processo ganhou a dinâmica que hoje apresenta e que está a possibilitar a realização de investimentos no país em geral e na província em particular, informou Guilherme Tuluca, que sublinhou que o Governo fez um forte investimento, reforçando a capacidade operacional das equipas, sempre apoiadas também pelo sector privado, com objectivo de acelerar o processo.

Reunião plenária

Na Reunião Plenária Provincial da organização Acção contra Minas em que participaram parceiros sociais do Governo, directores provinciais, representantes das brigadas de desminagem das Forças Armadas, do Instituto Nacional de Desminagem, autoridades tradicionais, administradores municipais e convidados ficou estabelecido que o processo de desminagem deve continuar e que, não obstante a difícil situação económica e financeira do país, a desminagem continua a ser muito importante do ponto de vista social e de garantia de segurança para as populações, principalmente as que residem nas zonas rurais.

Vários parceiros actuam no processo de desminagem na província do Huambo, em áreas consideradas de alto risco, por serem as mais afectadas durante a guerra.

No município do Bailundo destaca-se a localidade de Caliqui e a comuna do Bimbe, que apresentam um elevado índice de minas.

O administrador do município do Bailundo, Erineu Cândido, destaca, entre os múltiplos benefícios do processo de desminagem, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a facilidade de escoamento dos produtos para os mercados, assim como a livre circulação de pessoas e suas mercadorias e a ampliação da actividade agrícola.

A representante provincial do Instituto Nacional de Desminagem no Huambo, Rita de Jesus, disse que esta organização está a trabalhar em conformidade com as orientações baixadas no quadro da nova Angola e garantiu que esta organização tem assegurado um orçamento geral que garante a continuação das actividades no país.

O esforço do Governo conta com o apoio de organizações humanitárias nacionais e internacionais que, em conjunto, actuam em três pilares da acção contra minas, nomeadamente a desminagem, educação sobre o risco de minas e assistência às vítimas destas mesmas minas, disse Rita de Jesus. A província do Huambo possui a primeira oficina de manutenção e conservação de meios e equipamentos especiais para desminagem, localizada em Essaue, município da Chicala Cholohanga, antiga Vila Nova.

A nova infra-estrutura serve também de escola de formação para quadros afectos ao Instituto Nacional de Desminagem, para servir de suporte à reparação de todos os meios destruídos no país.

O Instituto Nacional de Desminagem conta actualmente com mais de quatro mil pessoas entre sapadores, supervisores, mecânicos e pessoal de

apoio ao processo, e reporta informações ao Ministério da Reinserção Social, órgão coordenador do processo de desminagem no país.

Fruto do processo de desminagem, segundo dados do Ministério da Reinserção Social, Angola está ligada com a fibra óptica nos cerca de 164 municípios e 18 províncias, permitindo a comunicação entre todo o país e com o estrangeiro.

7.15 Comissão Nacional identifica zonas minadas

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2015

A Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH) no Cuando Cubango tem como prioridades para 2016 o levantamento técnico das localidades da Macueva e Cueleí, no município de Menongue, ao redor da sede de Mavinga, a desminagem das áreas de reassentamento das localidades do Muhica, do projecto Agro-pecuário do IRSEM ao longo do Perímetro Irrigado da Missombo e do projecto de reassentamento na área do Caluli.

Segundo Isabel Massela, oficial de ligação e Informação da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), está igualmente prevista a realização da plenária provincial de acção contra minas, monitorização e controlo da qualidade das actividades em curso e concluídas, refrescamento do manuseamento do sistema de mapeamento e base de dados que é dirigido aos técnicos da sala operativa,

A CNIDAH enviou como proposta aos respectivos órgãos o reforço das brigadas do INAD e da Engenharia Militar com recursos humanos, meios de transporte e equipamentos avançados, para que o processo de desminagem possa abranger mais zonas. Isabel Massela informou que em 2015 ficaram livres de engenhos explosivos 2.762 milhões metros quadrado de terra, em operações de desminagem realizadas nos municípios de Menongue, Cuangar, Culto Cuanavale, Rivungo e Cuchi, foram removidos e destruídos 22,996 munições diversas, 3,239 mina anti-pessoal e 1,035 antitanque, 2.398 engenhos explosivos abandonados ao ar livre.

As operações de desminagem estiveram a cargo do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), da Engenharia Militar das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia de Guarda Fronteira (PGFA), Sedita e da britânica "The HALO Trust", bem como da MGM Alemã.

Isabel Massela explicou que em Menongue as zonas desminadas circunscrevem as reservas fundiárias do Cuenha e Missombo, a zona agro-pecuária do Cuatir e Monteiro, a linha de comunicação da fibra óptica e a área habitacional da Jamba Cueio,

No Cuito Cuanavale, as operadoras de desminagem actuaram essencialmente ao redor do bairro Samaria, Dumba, Tchameia Domingos e no perímetro agro-pecuario situado na periferia da sede municipal, ao passo que no Rivungo as acções de remoção de engenho explosivos abrangeu o troço rodoviário da lamba ao Licua e zonas de cultivo da população. As actividades de desminagem estenderam-se aos municípios do Cuangar e Cuchi, nos quais foi dada prioridade às zonas de cultivo, construção de habitação social e antigas picadas de acesso comuna do Cutato, Tchinguanja e Savate.

A sala operativa provincial de desminagem tem li tarefa de acompanhar as actividades de acção contra minas, relativamente desminagem, assistência às vítimas e educação sobre os riscos que elas representam, disse a responsável. Isabel Massela acrescentou que as operações de desminagem têm sido possíveis graças ao apoio da população que denunciam algumas áreas com minas.

No mesmo período, a sala operativa de desminagem registou três acidentes com minas, dois no município de Menongue, tendo resultado no ferimento de duas pessoas, e um em Mavinga, que vitimou uma cabeça de gado.

A oficial de ligação e Informação da CNIDAH realçou que neste período 7,214 pessoas foram sensibilizadas sobre o perigo de minas pelas operadoras INAD e HALO TRUST, nas comunidades próximas das zonas onde operam.

O Instituto de Reintegração Social dos ex-Militares (IRSEM) apoiou 11 vítimas de minas com gado bovino, charruas e Quites de recauchutagem, para que possam montar a seu próprio negócio e gerar renda para o sustento das suas famílias.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Elisal

Semanário Angolense
11 De Dezembro de 2015

O acumulado de lixo em todos os cantos da cidade capital, foram arrastados para as ruas e sobretudo para a linha férrea pelas últimas enxurradas, o que está a impossibilitar a circulação do comboio no troço Bungo/Capalanga até à estação de Catete, provocando sérios embaraços na vida dos cidadãos que usam aquele meio de transporte para se dirigirem aos seus locais de trabalho e vice-versa. Como agora já parece que o lixo faz parte da paisagem natural de Luanda, foi estranho ver pessoal da Elisal afoito em limpar o caminho-de-ferro para possibilitar a circulação do comboio. Então, em vez de estarem sempre a atirar «galhardetes» aos outros, porque não realizam o trabalho para que estão vocacionados?

8.2 Recolha de lixo com participação dos munícipes

Jornal de Angola
21 De Dezembro de 2015

Centenas de metros cúbicos: lixo foram recolhidos ontem bairros Kapango, Vilinga, Bandeira, Samacau, Cacilhas e Nzaji, arredores da cidade do Huambo, durante a campanha de limpeza comunitária promovida pela Administração do município sede.

A campanha registou a adesão maciça de munícipes, englobando estudantes e escuteiros, num de 2.500 pessoas, que trabalha na recolha de lixo concentrado rua da cidade.

No final da recolha, o chefe DO Centro de Documentação e Imagem, da administração Municipal, António Kahiti, mostrou-se satisfeito com os resultados alcançados pois vai permitir que os cidadãos passem uma quadra festiva saudável.

O município do Huambo e crescer e aumenta também a produção de lixo, o que exige muito: cursos por parte do Governo provincial para manter a cidade limpa. António Kahiti apelou ao Cidadãos a pautarem por uma conduta ordeira, ao invés de vandaliza contentores.

A ambientalista e professor do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente Dácia Vaz Pereira, informou que os professores, estuda e trabalhadores da instituição participaram também na campanha.

8.3 Cidade de Luanda: a “caxinha” de ouro

Jornal Terra Angolana
18 De Dezembro de 2015
Texto: Belchior Resende

Com vários serviços adjudicados à cidade, que trabalha de forma autónoma dos outros municípios que formam o grosso de Luanda, existe aspectos que chamam a atenção aos trabalhadores e que são autênticas minas de ouro para os "chefões" ou pelo menos para aqueles que gravitam à volta de José Tavares.

Se a recolha de viaturas deixou de ser um dos 'negócios' que mais rendia aos cofres particulares dos responsáveis da área, a Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), passou a ser a "caixinha de ouro".

Ligar os esgotos dos edificios novos nas redes públicas e exercer dois cargos "está na moda", denunciam.

Os trabalhadores da Unidade Técnica, segundo dizem, o chefe da administração e finanças do gabinete técnico da cidade de Luanda, que é também director do gabinete técnico da vice-presidente do município de Luanda e director do gabinete técnico do administrador da Ingombota, assume todos os cargos e é apontado pelos trabalhadores como factor de inviabilidade por estar sempre ausente quando é preciso na direcção da Unidade Técnica.

"Ele não foi exonerado, mas está a exercer outros cargos sem deixar o cargo de finanças do gabinete técnico e estamos a ter muitas dificuldades, porque há documentos que ele ignora", acusam.

"Já nem falamos da carga horária. Somos obrigados a trabalhar quase todos os dias. Sempre que há uma situação pontual, estamos no terreno. Não há fim-de-semana, e infelizmente não recebemos nada por isso. Não temos papel para imprimir documentos, trabalhamos com as máquinas fotográficas pessoais, tudo porque o chefe das finanças está ausente das reais funções no gabinete técnico", lamentam os trabalhadores que preferiram o anonimato.

"Ele recebe muito dinheiro para manusear em nome do gabinete e infelizmente não recebemos nada", reclama um dos denunciantes.

Segundo os trabalhadores, o caso de nomeações sem exonerações não fica apenas pelo chefe das finanças da Unidade Técnica.

Nos corredores da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, o administrador do Kilamba Kiaxi, Domingos João Lourenço, é visto como "o menino bonito de José Tavares". "Estamos desde o primeiro dia a trabalhar na UT, com promessas que nunca são cumpridas. O secretário-geral da cidade administrativa de Luanda, Domingos Lourenço, quando subiu para administrador não foi exonerado, são todos nomeados e a ganhar nos cargos antigos", denunciam.

"Era suposto termos subsídios de comunicação, de transporte e de alimentação, mas ficamos apenas pela promessa. É possível que eles agora podem dizer que não vão pagar por causa da crise, mas o problema é antigo, muito antes da crise", recordaram, tendo acrescentado que por ser o suposto responsável pela aquisição de máquinas, viaturas e todos os meios usados na Cidade Administrativa, os técnicos dizem que todas as operações da cidade de Luanda dependem do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi. Contactado pela nossa equipa de reportagem, o director do gabinete do administrador da Ingombota, disse não ser sua competência responder sobre os cargos que responde, "existe um director na UT que deve se pronunciar pelo cargo que exerço".

Em resposta, a este jornal, o director da Unidade Técnica da cidade de Luanda, Humberto Mendes, admitiu que o senhor Mendes, director do gabinete do administrador da Ingombota, é funcionário da Unidade Técnica de Luanda. "Estamos em fase de reestruturação e organização. Estamos a arrumar a casa", concluiu.

Criada pelo Presidente da República, em Março de 2010, cujo programa executivo previa intervenções em termos de Macrodrenagem e Microdrenagem, nos limites da cidade capital.

A UTGSL teve como primeiro director Afonso Antas Miguel, que até à data da sua exoneração, acumulava com as tarefas de director da Elisal.

8.4 Ambientalistas ensinam a recolher os resíduos sólidos

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2015

Os frequentadores da área do embarcadouro do Mussulo, província de Luanda, começaram na sexta-feira, no âmbito de uma campanha nacional da Agência Nacional de Resíduos, a ser alertados para a importância de tratarem o lixo de forma correcta.

A iniciativa, que se prolonga por toda a quadra festiva, durante a qual se regista aumento significativo de lixo, e é extensiva à península do Mussulo, que atrai neste período maior número de frequentadores, tem por lema "Deposição Segura, Melhor Futuro".

A campanha, que conta com a colaboração de associações ambientais e empresas petrolíferas, consiste na distribuição de sacos de plástico para o lixo de 35 e 50 litros e de prospectos com informações sobre os efeitos da má gestão dos resíduos sólidos.

O presidente do Conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos, Sabino Ferraz, reuniu-se na semana passada com representantes das principais operadoras de recolha de lixo da província de Luanda a quem pediu "maior sentido de responsabilidade e apoio às campanhas de limpeza" durante a quadra festiva.

8.5 Baixo nível de água reduz produção de energia

Jornal de Angola

03 De Dezembro de 2015

Texto: Antonica Nepa

A actual capacidade de produção de energia eléctrica destinada às cidades do Huambo e do Cuito está longe de satisfazer a demanda dos consumidores, devido aos baixos níveis de água na albufeira da barragem, disse ontem o director provincial da Energia e Águas do Huambo.

Simão Canda, disse ao Jornal de Angola que a província tem um défice de produção de 40 por cento em relação à capacidade necessária para cobrir a procura.

Com capacidade instalada de 70 megawatts, a província do Huambo tem apenas disponíveis cerca de 37 megawatts, devido à baixa do nível de água na albufeira da barragem do Ngove, causada pelas fracas chuvas nos últimos dias.

Simão Canda referiu que, apesar de cárem com frequência, as chuvas ainda não são intensas neste período, o que não permite às bacias acumularem água suficiente para passarem ao Ngove. "A principal matéria para se produzir energia numa barragem hidroeléctrica é a água e em caso da falta desta fica difícil produzir níveis desejados de energia eléctrica, para a nossa província", afirmou.

O director provincial da Energia e Águas explicou que da energia produzida na barragem hidroeléctrica do Ngove, inaugurada em 2012, dos 24 megawatts que a cidade do Huambo e arredores recebem cinco destinam-se à cidade do Cuíto, capital do Bié, e quatro são para a cidade da Caála. A barragem gasta cerca de três centímetros de água por dia na albufeira e tem, na sua exploração, um nível máximo de 1.588 metros e um mínimo de 1.573 metros, estando hoje com 1.578, que permitem fornecer apenas 24 megawatts da capacidade de 60 instalados na barragem.

Para se manter este nível de exploração tem de se ter água disponível na albufeira, mas como a chuva não cai com a intensidade desejada o Governo Provincial do Huambo tem feito o necessário para manter o fornecimento de energia dentro destas limitações. Enquanto persistir a situação, o director da Energia funciona com capacidade de nove megawatts, devido à falta de peças sobressalentes, o que leva ao recurso a outras províncias, onde também existem centrais térmicas.

O abastecimento de energia tem sido também prejudicado por perturbações na rede, causada por indivíduos de má fé, que, para conseguirem energia, recorrem às chamadas "puxadas".

"Quando há perturbações na rede a central térmica dispara, sai do serviço e as vezes quando isso acontece tem de se esperar muito tempo, porque não é a mesma coisa quando nós desligamos conscientemente", esclareceu o director provincial de Energia e Águas.

e Águas disse que o Governo adquiriu uma central térmica, localizada no bairro Benfica, para conciliar com a barragem do Ngove e cobrir o défice da produção.

A referida central tem uma capacidade instalada de 15 megawatts, que somados aos 24 produzidos

actualmente na barragem do Gove dão aproximadamente 39 megawatts.

Simão Canda explicou que esta capacidade instalada não é a real e, por isso, considera que a central produz aproximadamente 13.2 megawatts, mas também nem sempre estão disponíveis, devido a avarias técnicas, serviços de manutenção e outras operações inerentes à exploração. Há um mês que a central da província conta com 135 postos de transformação de energia eléctrica, dos quais 45 privados, que são também responsáveis pela perturbação no fornecimento de energia; já que nem sempre cumprem com requisitos técnicos necessários para a instalação destes postos.

"Ao fazerem as suas instalações ou manutenções eles puxam um cabo de um lado ao outro e isto cria uma perturbação na rede, porque as fontes de alimentação são linhas que vêm do Ngove ou da central térmica e acabam por criar transformações em toda a rede", sublinhou director de Energia e Águas.

Os gestores de postos de transformação privados não pagam impostos, mas Simão Canda explicou que o Governo vai tomar rapidamente "medidas duras" para punir os que insistem em não licenciar as instalações eléctricas, incluindo grupos geradores, estando já em estudo o respectivo projecto.

Simão Canda explicou que, depois de licenciados, os donos dos postos de transformação terão também a licença de exploração.

O Governo tem também o projecto de massificar, nos próximos tempos, o sistema pré-pago de energia, para rentabilizar melhor estes serviços e Criar ao mesmo tempo uma cultura de consumo regrado de energia. O sistema pré-pago vai ser convencional e será adoptado por todos os cidadãos. A rede de média tensão da província encontra-se em mau estado e está em curso o processo da sua requalificação.

8.6 Rede de distribuição de água potável é reforçada

Jornal de Angola

04 De Dezembro de 2015

Texto: Isidoro Samutula

Mais de 140 mil habitantes da cidade do Dundo, na província da Lunda Norte, vão beneficiar de água potável, nos próximos anos, no quadro dos projectos de desenvolvimento institucional do sector das águas (PDISA), que prevê maior incidência no alargamento da rede de distribuição às zonas periféricas da cidade,

anunciou ontem a responsável da área do ambiente da Direcção Nacional das Águas.

Alexandrina Pires falava durante um encontro que reuniu os membros do Governo Provincial, autoridades tradicionais e eclesiásticas, estudantes e organizações comunitárias, para discutir a consistência do projecto a nível das comunidades, identificar e prever os possíveis impactos ambientais e sociais, de forma a melhorar substancialmente o abastecimento de água aos principais bairros da periferia da cidade do Dundo.

A responsável da área de ambiente da Direcção Nacional de Águas esclareceu que o projecto é co-financiado pelo Banco Mundial e Governo Angolano, através do Ministério de Energia e Aguas.

O plano director de abastecimento de água e saneamento da cidade do Dundo, elaborado recentemente, demonstrou a baixa cobertura que se verifica actualmente e por isso o Ministério de Energia e Águas solicitou ao Banco Mundial um reforço de financiamento para o alargamento da rede de abastecimento de água à cidade. O projecto começa a ser implementado a partir do segundo semestre de 2016, disse Alexandrina Pires, avançando que se deve tomar todas as medidas relacionadas com o saneamento básico para assegurar a durabilidade do projecto, que considerou ser de grande impacto social para as populações.

As cidades do Dundo e do Namibe fazem parte do projecto PDISA-2, para além das cidades abrangidas no PDISA-1, como Ndalatando, Uíge, Malanje, Cuito, Huambo, Lubango e Luena, que teve início em 2010, com a construção de 643 quilómetros de rede, 132 mil ligações domiciliárias e uma abrangência de 924 mil pessoas.

Para a segunda fase do projecto, vão ser executados 1.220 quilómetros de rede, com 192 mil ligações domiciliárias e uma abrangência de 1.344.000 pessoas.

O Banco Mundial só financia projectos que sejam social e ambientalmente sustentáveis, o que significa que, antes de haver um acordo de financiamento, exige ao Governo documentos sobre o quadro de gestão ambiental e social e de políticas de reassentamento, como condições para o arranque das obras.

No quadro de gestão ambiental e social, a responsável explicou que consiste na identificação do projecto e das políticas operacionais a serem accionadas, a identificação dos impactos ambientais e sociais associados às actividades do projecto, bem como as medidas de mitigação.

Outras exigências para a viabilização dos projectos financiados pelo Banco Mundial dizem respeito ao seu enquadramento na legislação ambiental e laboral angolana, as metodologias de monitorização durante a fase de implementação do projecto e a atribuição de responsabilidades de monitorização e definição de um organograma de comunicações e responsabilidades. Em relação às políticas de reassentamento, estabelece a metodologia de compensações sobre as áreas atingidas e a monitorização das compensações sobre bens e serviços afectados.

A cidade Dundo beneficiou em 2011 da primeira fase do projecto de alargamento e expansão da rede de distribuição de água potável em zonas de maior aglomeração populacional.

As obras de reparação e aumento da capacidade abrangeram os sistemas de abastecimento de água do Mussungue, com capacidade para 7.200 metros cúbicos por dia, Cazunda, com 2.800 metros cúbicos por dia, Cabemba, com 500 metros cúbicos por dia, e Cassamba, com 320 metros cúbicos por dia, para um universo de mais de 20 mil famílias.

A segunda fase de melhoria do abastecimento de água começou este ano e consiste na concretização de acções a nível das redes de distribuição, principalmente na instalação de mil ligações domiciliárias na cidade do Dundo e arredores.

Está igualmente concluída a estação de captação de água do Luachimo, que vai abastecer a nova cidade do Dundo. A infra-estrutura tem 185 metros de altura, com um sistema de bombagem de 300 metros cúbicos por hora e uma capacidade de produção diária de 20 mil metros cúbicos de água.

8.7 Abastecimento de água potável foi reforçado

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2015

Texto: João Upale

A população do Tiambo, na comuna do Bentiaba, município do Namibe, conta, desde sexta-feira, com mais chafarizes e um sistema aberto de fornecimento de água para a irrigação dos campos agrícolas e abastecimento à população e ao gado, disse ontem o administrador da localidade.

Os pontos de água foram inaugurados pelo vice-governador provincial do Namibe para a Área das

Infra-estruturas, António Correia, que pediu à população para aproveitar melhor os novos equipamentos, aumentando a produção agrícola, para evitar a dependência da pesca e da criação de gado.

António Correia reconheceu que a comunidade do Tiambo tem estado a destacar-se na produção agrícola e destacou o empenho dos "desbravadores de terra" nas zonas de fomento agrícola criados pelo Governo Provincial do Namibe.

"A abertura destes pontos de água é a prova do compromisso que o governo da província tem para que esse programa continue", sublinhou.

Os camponeses pediram a abertura de mais furos de água para aumentar a rega nos novos campos, devido à irregularidade das chuvas, bem como o melhoramento das vias de acesso, o que pode acontecer proximamente, segundo garantias do vice-governador. Além do Namibe, a produção do Tiambo é escoada para os mercados das províncias de Benguela e Luanda.

8.8 Huambo com mais serviços

Jornal de Angola
8 De Dezembro de 2015
Texto: Justino Vitorino

Cerca de 85 por cento da população rural do Huambo consome água potável, na sequência da construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição, no âmbito do Programa "Água para Todos", revelou ontem, ao Jornal de Angola, o director da Energia e Águas, Simão Canda. Simão Canda indicou que a construção dos novos sistemas permitiu a disponibilidade de mais água tratada e diminuição substancial das doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

"A implementação destes projectos tem como objectivo colocar os serviços essenciais básicos mais próximos das populações".

8.9 Águas turvas das torneiras

Jornal A República
11 De Dezembro de 2015

Temos, frequente mente, constatado quantidades de águas que jorram pelas torneiras com pouca qualidade, principalmente no que diz respeito a sua

limpeza, visto que se vê quantidade enorme de micróbios que, de sertã forma, percalços nos organismos dos seres humanos. O facto não é recente, já que as instituições encarregadas de dar uma solução a este problema não estão alhais a este dificuldade social e básica e, no entanto, percebem-se do clamor de sertãs comunidades que têm vindo a se arrastar aqui acolá. Quais são os métodos que devem ser aplicados face a este problema que tem uma implicância na vida.

8.10 Huambo com mais água potável

Jornal de Angola
12 De Dezembro de 2015
Texto: Justino Vitorino

Mais de 80 por cento da população rural da província do Huambo consome água potável, com a construção de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição, informou ontem o director provincial da Energia e Águas.

Simão Canda disse que o Programa Nacional "Água para Todos" em curso no país permitiu assegurar o fornecimento de água tratada e canalizada, e garantir saúde permanente às populações.

Com a materialização do programa "Água para Todos", o Executivo pretende colocar os serviços essenciais básicos às populações e evitar o surgimento de doenças causadas pela água retirada dos rios e outras fontes não apropriadas, salientou Simão Canda, que acrescentou: "Pretendemos acelerar o plano de melhoramento de abastecimento de água potável às populações. Estamos no bom caminho e vamos continuar a desenvolver o nosso trabalho". Sem adiantar números, o director de Energia e Águas garantiu estarem em fase de conclusão em algumas comunas da província muitos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

A província do Huambo conta actualmente com 167 pequenos sistemas que funcionam com painéis solares, 63 captações montadas em rios e nascentes, 379 chafarizes, 428 cacimbas equipadas e 565 furos distribuídos pelos 11 municípios.

8.11 PCA da EPAL

Jornal Grandes Notícias
12 De Dezembro de 2015

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está cada vez pior, em relação ao quadro anterior. Desde que Leonildo Ceita, pessoa próxima à Presidência da República, assumiu o cargo, faz e desfaz nesta empresa pública, como se um património pessoal se tratasse. É que a sua direcção tem mentido a todos os munícipes da cidade capital, que tem distribuído água potável em Luanda em todos os bairros, mas isto não é verdade.

O que acontece é que há bairros em que as torneiras secaram e o negócio são as cisternas de que o senhor Ceita também é proprietário.

O exemplo são os bairros, Popular ou seja Neves Bendinha, Golfe-1 e 2, bairro Malanjino, Palanca 1 e 2, Terra Nova, Rangel, Cazenga e tantos outros.

8.12 EPAL instala fábrica de contadores

Jornal O PAÍS
18 De Dezembro de 2015

O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Energia e Águas no final da reunião Ordinária Conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

João Baptista Borges disse que para a concretização deste objectivo, o Governo irá instalar a fábrica, que será uma oportunidade de investimento que decorrerá da execução deste programa, com duração de 4 anos. O projecto será implementado em 2016 e deverá arrastar-se até 2020.

Perto de 800 mil contadores serão colocados à disposição dos munícipes de Luanda logo no princípio do ano.

Quanto a melhorias, o responsável garantiu que irá permitir registar melhoria no processo de arrecadação das receitas comerciais da EPAL, por via do aumento das cobranças e da redução das suas perdas comerciais, que actualmente são de cerca de 44 por cento.

Estas perdas comprometem em grande medida a sustentabilidade da própria empresa.

Para o ministro, aos clientes da EPAL, este método será bastante benéfico, pelo facto de estes poderem pagar as suas contas de água em função do que realmente consomem, dispensando, desta forma, as facturas emitidas mensalmente e outros constrangimentos.

"O projecto vem articulado a outras iniciativas, nomeadamente a de investimento no aumento do abastecimento de água, e a projectos em curso que concorrerem para o aumento da capacidade de oferta do produto a Luanda".

8.13 Bairros com água potável

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2015

Os moradores dos bairros dos Pescadores, Barra do Bengo e Vidrul, no município de Cacuaco, dispõem, desde ontem, de água potável domiciliar, no âmbito de um projecto que vai beneficiar um terço da população local, estimada em 800.823 habitantes, informou Quelson Domingos, funcionário da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL).

Quelson Domingos reconheceu que a água domiciliar vai melhorar a qualidade de vida dos moradores, aos quais pediu o uso racional e que paguem regularmente o consumo. O funcionário da empresa pública informou que, actualmente, o projecto é desenvolvido na Barra do Bengo e Boca do Rio, onde já foram feitas algumas ligações, e já chegou à zona da Mulemba e Kicolo, áreas em que vão ser feitas 51.940 ligações. A Empresa Pública de Água de Luanda desenvolve três tipos de ligações, domiciliar, colocação de torneiras em quintais e fontanários.

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Cavuquilha, anunciou para o próximo ano a materialização de um projecto do género nos bairros Boa Esperança 3 e Paraíso, localizados na comuna do Kicolo, onde vão ser feitas ligações domiciliárias e construídos 20 fontanários. Ainda no próximo ano, no bairro Belo Monte, é construído um Centro de Distribuição de Água (CDA), disse Carlos Cavuquilha, sublinhando que o bairro Zeca Velha vai continuar a ser abastecido por camiões-cisternas.

8.14 Electricidade e água potável chegam ao Cuito Cuanavale

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2015

Texto: Lourenço Manuel e Nicolau

Vasco Lourenço Bule

Vinte e sete anos depois da célebre batalha que opôs as Forças Armadas Populares de libertação de Angola (FAPLA) ao exército do regime de apartheid da África do Sul, a 23 de Março de 1988, a vila do Cuito Cuanavale voltou a fazer história na última sexta-feira, com a inauguração de uma central termoeléctrica e outra de captação, tratamento e distribuição de água.

A vila parou num dia que seria de trabalho. Para a administradora do município, Sara Mateus, foi o melhor presente de Natal que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ofereceu às populações da região, que muito sofreram com a guerra.

Sara Mateus referiu à reportagem do Jornal de Angola que o Executivo sempre se preocupou em colocar estes serviços no Cuito Cuanavale, foram várias as tentativas, mas a energia e água potável nunca chegaram, devido à intensidade da guerra, durante a qual os clarões das bombas dos sul-africanos iluminavam as noites da vila.

É caso para dizer que depois da tempestade, vem a bonança, as novas realizações, como as casas sociais, a ponte sobre o rio Cuíto, as obras do hospital municipal e do aeroporto 23 de Março, que devem ser inaugurados em 2016, encham de orgulho os moradores, sublinhou Sara Mateus.

Entre as estruturas ergui das no município, destacam-se o Memorial dos Heróis do Cuito Cuanavale, o parque temático do Tumpo, no bairro Samaria, além das ruas asfaltadas, loja dos registos, bancos, unidades hoteleiras, bombas de combustíveis, estabelecimentos comerciais e cantinas.

Sara Mateus adiantou que, em 2016, os programas municipais vão ser direccionados para as comunas de Baixo Longa, Lupiri e Longa, onde as populações vivem sérios problemas por falta de estradas, e ao mesmo tempo potenciar outros sectores, como a educação, saúde, energia, fornecimento de água potável, agricultura, pecuária e comércio.

Central eléctrica

A central eléctrica está equipada com cinco grupos geradores de 1.5 megawatts cada que, juntos, vão gerar 7.5 megawatts para fornecer energia eléctrica a 23 mil pessoas.

No local, foi instalado um tanque de gasóleo de mil metros cúbicos para alimentar as máquinas, duas oficinas, armazéns, um sistema de retenção de incêndios e outro de controlo e automação.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, que inaugurou a central termoeléctrica, disse à reportagem do Jornal de Angola que foram feitas 3.700 ligações domiciliárias e 30 mil pessoas passam a ter energia eléctrica. As residências estão equipadas com contadores do sistema pré-pago para evitar excessos tanto no consumo como nas cobranças.

O projecto, orçado em 40,6 milhões de dólares, contempla a instalação de cinco postos de transformação (PT) de 15 KVA, 250 KVA e 630 KVA e um dispositivo de protecção contra descargas eléctricas, a montagem de uma linha de transporte e distribuição de média e baixa tensão de 20 quilómetros e a instalação de 200 postos de iluminação pública.

O ministro da Energia e Águas, sem mencionar prazos, anunciou que o seu pelouro vai construir uma segunda central térmica eléctrica na cidade de Menongue, porque a actual de 11,5 megawatts, inaugurada em 2013, deixou de corresponder ao crescimento da capital do Cuando Cubango.

João Baptista Borges destacou a importância dos contadores do sistema pré-pago, que trazem múltiplas vantagens, tanto para os consumidores como para o fornecedor. O cliente, sempre que necessitar, vai a uma loja da ENDE, compra uma recarga, raspa o código e depois de inseri-lo a energia é restabelecida de forma automática.

O sistema pré-pago funciona há algum tempo no Cuangar, Calai e Dirico, para os quais o Ministério estabeleceu um contrato com a Nan Power da Namíbia, que fornece energia à população ao longo da orla fronteiriça.

Água potável

João Baptista Borges percorreu a pé a principal artéria da vila do Cuito Cuanavale, em direcção ao rio Cuíto, onde foi instalada a nova central de captação e tratamento de água, que custou aos cofres do Estado cerca de 23 milhões de dólares.

A nova central de água tem capacidade para bombear 300 metros cúbicos por hora, possui dois reservatórios de um milhão de litros cada e uma torre

de 300 metros cúbicos, capaz de levar água potável a um raio de sete quilómetros.

O sistema de tratamento está dotado de um tanque de floculação, sedimentação, filtros de areia, leito de secagem e um gerador de 500 KVA alternativo, para garantir o funcionamento dos equipamentos em caso de falha da energia da rede geral.

Até à data da inauguração, foram efectuadas 2.700 ligações domiciliárias, correspondentes acerca de 23 mil pessoas consumidoras, e construídos 31 chafarizes na zona urbana e na periferia da vila.

João Baptista Borges, que esteve acompanhado do governador provincial do Cuando-Cubango, Higino Carneiro, disse que os projectos inaugurados resultam do plano nacional do Ministério da Energia e Aguas, que prevê a construção destes sistemas em 132 sedes municipais do país até 2020.

Depois do Cuito Cuanavale e do município do Calai, os restantes municípios do Cuando Cubango vão ser contemplados no programa do Ministério, concluiu João Baptista Borges.

Central do Calai

Depois do Cuito Cuanavale, o ministro da Energia e Aguas rumou para a sede municipal do Calai, onde, pela primeira vez, a população consome água potável, fornecida a partir de uma central de captação, tratamento e distribuição projectada para bombear cinco milhões de litros por dia.

A infra-estrutura está equipada com dois reservatórios de estrutura metálica para armazenar 1,6 mil litros cada, ligados a uma rede de distribuição composta por 44 fontanários e 139 ligações domiciliárias, que levam água potável a mais de 12 mil pessoas.

No local, foi construído um tanque de betão armado de 145 metros de comprimento e 29 de largura, para armazenar 8,4 mil metros cúbicos de água bruta captada do rio Cubango e uma torre de pressão de 120 metros cúbicos para levar a água a um perímetro de cinco quilómetros.

Antes de chegar ao consumidor, a água passa por uma sequência de filtração, realizada através do pré-oxidação, filtração, coagulação e desinfestação, constituída por 20 pré-filtros de malha de limpeza, e custou aos cofres do Estado 20 milhões de dólares.

8.15 Abastecimento de água potável reforçado no Bié

Jornal de Angola

18 De Dezembro de 2015

Texto: Delfina Vitorino

Mais de seis mil ligações domiciliárias em bairros periféricos da cidade do Cuito foram efectuados este ano, disse ontem ao Jornal de Angola o director provincial do Bié de Energia e Águas.

Abel Guerra Paulo referiu que a falta de água em alguns bairros periféricos da cidade do Cuito é ultrapassada nos próximos tempos, na sequência dos trabalhos que estão a ser feitos no âmbito do Programa “Água para Todos”.

A Direcção Nacional das Águas está a elaborar o segundo programa de desenvolvimento do sistema de abastecimento, com o financiamento do Banco Mundial, informou Abel Guerra, que acrescentou que as províncias do Namibe, Huila, Bié, Malanje e Uíge são as primeiras a serem contempladas pelo segundo programa de desenvolvimento do sistema de abastecimento de água potável.

O Director provincial de Energia e Águas assegurou que, no início de 2016, os habitantes do Bié vão sentir o resultado do programa de melhoria de abastecimento de água potável nas suas residências. Quatro mil ligações estão previstas para as novas zonas urbanizadas, incluído as Centralidades dentro do projecto Kuquema.

8.16 Fábrica de contadores pré-pagos da EPAL custará USD 80,8 milhões

Jornal Grandes Notícias
19 De Dezembro de 2015

Um projecto do Ministério da Energia e Águas prevê a instalação de 850 mil contadores pré-pagos em Luanda. Um projecto do Ministério da Energia e Águas, avaliado em Kz 11 mil milhões (cerca de USD 80,8 milhões), prevê a instalação nos próximos quatro anos de 850 mil contadores pré-pagos em Luanda.

O projecto para o estabelecimento de uma fábrica de contadores pré-pagos da EPAL, analisado ontem pela Comissão Económica e pela Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, deverá arrancar em Janeiro de 2016.

Em declarações à imprensa, no final da reunião, o ministro da Energia e Águas de Angola, João Baptista Borges, disse que a EPAL tem já autorização para negociar com a banca nacional o financiamento para o referido projecto.

Segundo o ministro, será negociado sobretudo o financiamento para o primeiro ano de execução do programa.

"Após a negociação com a banca, vamos solicitar ao Ministério das Finanças a emissão de uma garantia soberana sobre esse financiamento, a fim de podermos garantir o financiamento em condições bonificadas, com juros mais baixos do que os juros que são normalmente negociados pelos bancos", referiu o ministro.

João Baptista Borges adiantou ainda que, com base na emissão dessa garantia do Estado será assinado o contrato com os fornecedores dos contadores, dando-se início ao processo.

"Portanto, provavelmente serão consumidos ainda aí uns três, quatro meses, na preparação, não será em Janeiro certamente. Quer dizer, o objectivo no fundo principal é na realidade o de implementação de um programa de instalação de cerca de 850 mil contadores pré-pagos de água em Luanda. Sendo que a fábrica será uma oportunidade de investimento que decorrerá da execução desse programa" frisou. Na reunião de ontem, foi igualmente analisada a proposta de autorização prévia para a negociação dos contratos de assistência técnica, supervisão e fiscalização da empreitada de construção do aproveitamento hidroeléctrico de Caculo Cabaça, na província de Malanje. Documentos da comissão de coordenação de políticas fiscal, monetária e cambial,

o relatório de balanço da regularização da dívida interna em 2015, a estratégia de regularização para o ano 2016 e o documento do Banco Nacional de Angola relacionado à proposta de aviso sobre a classificação dos subsistemas do sistema de pagamento de Angola foram também analisados no encontro.

8.17 Milhares de moradores com água nas torneiras

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2015

Cerca de 3.478 residências do bairro da Ilha do Cabo, no distrito urbano da Ingombota, em Luanda, beneficiam desde ontem de água canalizada, no quadro do programa de distribuição e ligações domiciliárias Já Empresa Pública EPAL- EP.

Nos sectores da Salga, Lelo, Pescador e Ponta estão a beneficiar dois mil e 984 casas. As outras 494 são da Chicala-I.

Em declarações à imprensa, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas, Leonídio Ceitas, disse que estão em execução 700 mil ligações em todos os municípios de Luanda e que o projecto vai melhorar, significativamente, a vida dos populares, "que passarão a receber água com regularidade e qualidade nas suas residências".

O responsável disse que com a iniciativa pretende-se servir cada vez mais as pessoas e dar-lhes melhores condições de vida.

"Esta é uma das formas de diminuir as dificuldades da população que vive nestas localidades", salientou. Adiantou que a partir do momento em que a canalização das residências esteja conectada à rede da EP AL os consumidores passam a pagar o preço estabelecido para o consumo de água.

Esclareceu que no acto da ligação as pessoas pagam uma taxa equivalente a 15 mil kwanzas, valor inicial estabelecido, mas depois passam a pagar o normal (entre mil e 2.000 kwanzas) em função do consumo de cada um. "Os beneficiários devem ajudar a EPAL, pagando o que consomem, porque é um projecto importante que vai modificar a vida da população em Luanda. Vamos continuar a trabalhar para que as 700 mil ligações sejam concluídas", afirmou.

Referiu que muitas residências ainda não beneficiam de água, por se situarem em áreas onde as construções inviabilizam a circulação normal da água.

Garantiu que no município de Luanda o trabalho está a ser feito para superar as dificuldades e atingir os bairros periféricos dos diversos distritos.

O responsável apelou à participação dos clientes na fiscalização e preservação dos equipamentos por forma a assegurar a manutenção das melhorias agora alcançadas e que permitem aos moradores um outro nível de vida. O programa de ligações domiciliárias de água em Luanda vai prosseguir, na próxima semana, nos bairros do Prenda e Maianga. O projecto das 700 mil ligações domiciliárias de água é uma iniciativa do Executivo angolano, cujo propósito é aumentar a distribuição de água potável, com a construção de novas redes.

Estão a ser realizados, actualmente, três programas de distribuição de água: um para as capitais provinciais, outro destinado a 132 sedes municipais, e o terceiro - Água para todos - dirigido às comunidades rurais.

8.18 Empresa de águas registou aumento de consumidores

Jornal de Angola
24 De Dezembro de 2015

A empresa de águas da província do Huambo registou, este ano, um aumento de 90 por cento de clientes, passando de oito mil, em 2014, para 14.500, disse à Angop o presidente do Conselho da Administração da firma,

Adolfo Elias explicou que tal aumento significativo é fruto da reestruturação do sector e informou que, na base da reforma, ainda em curso, procedeu-se a melhoria do sistema de abastecimento de água, controlo e recadramento de consumidores.

O alargamento da rede de distribuição e das ligações domiciliárias, nas zonas mais distantes, assim como o aumento do horário de abastecimento, que passou de 10 para 18 horas diárias, também permitiram aumentar o número de clientes. "Este ano a empresa de águas, na província do Huambo, deu um salto significativo, graças a implementação de projectos reestruturantes, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas, do qual resultou a criação do Conselho de Administração", disse.

Adolfo Elias também deu a conhecer que, actualmente, a empresa tem capacidade de distribuição de um milhão e 360 mil litros, por dia. Este ano arrecadou 14 milhões e 690 mil kwanzas.

No âmbito do programa do Executivo "Água para todos", estão a ser reabilitados e construídos vários sistemas de captação.

8.19 Melhora a distribuição de água potável

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2015
Texto: Leonor Mabiala

A cidade de Cabinda e os bairros periféricos registaram, nos últimos tempos, melhorias no sistema de distribuição de água potável, na sequência de várias medidas que foram tomadas pela recém criada Empresa Provincial de Águas (EPAC), dando uma outra dinâmica ao sector, afirmou ontem o coordenador da comissão Instaladora.

Como primeira medida, de acordo com Filipe Barros, que falou ao Jornal de Angola, a EPAC começou por cadastrar os consumidores de toda a província, um processo que já permitiu registar 5.657 utentes.

Dos números registados, informou Filipe Barros, 5.009 são clientes do município de Cabinda, 347 de Cacongó e 301 do Buco-Zau, o processo de cadastramento não abrangeu o município de Belie, pelo facto de a localidade possuir apenas um sistema de abastecimento que produz três metros cúbicos de água por hora.

Outra tarefa que a Empresa Provincial de Águas está a levar a cabo para o melhoramento do abastecimento, segundo a mesma fonte, é a sensibilização de consumidores sobre a necessidade de pagamento do produto consumido.

A falta de pagamento de água constitui, nas palavras do coordenador da EPAC, uma das maiores dificuldades que a empresa vive neste momento e daí a necessidade da campanha de sensibilização, cujos resultados são já visíveis, com o registo semanal de cerca de 80 consumidores na cidade de Cabinda e 30 na vila de Lândana (Cacongó).

Sobre os requisitos para novas ligações domiciliárias, Filipe Barros esclareceu que o interessado deve apenas dirigir-se à direcção da

EPAC e apresentar uma fotocópia do Bilhete de Identidade, uma declaração da coordenação do bairro

para a celebração do contrato e o pagamento de 13.390 kwanzas, sendo 4.400 para os serviços administrativos e 8.890 para a compra do material. Para as populações residentes em zonas de difícil acesso a EPAC garante levar água potável com um camião cisterna, com capacidade de 17 mil litros, que em breve vai assegurar o abastecimento nas localidades.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Vendedoras devem dar atenção aos filhos

Jornal de Angola

04 De Dezembro de 2015

Texto: Walter António

As vendedoras do mercado do Quilómetro 30, em Luanda, foram convidadas ontem a denunciar aos órgãos competentes os actos que desarticulem a paz, a solidariedade, a harmonia e o equilíbrio nos lares.

O convite-apelo foi feito pelo sindicalista Almeida Pinto numa palestra sobre "Violência contra as mulheres", promovida pelo Comité Provincial da Mulher Sindicalizada da União dos Sindicatos de Luanda (USL). O orador disse que o consumo excessivo de álcool é um dos principais problemas que levam à violência física, psicológica ou verbal no seio dos casais.

"A palestra, que visou esclarecer as mulheres sobre a violência doméstica, insere-se na Jornada dos 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género, que teve início no dia 25 de Novembro. O evento contou com a participação activa de mais de 400 mulheres.

Almeida Pinto aconselhou as mulheres com maior poder financeiro no lar a apoiarem e a estarem sempre unidas com o esposo, para um futuro melhor dos filhos.

A coordenadora do Comité da Mulher Sindicalizada da USL, Teresa Cassombe, explicou que a violência doméstica não é apenas bater em alguém, é mais do que isso.

"Quando o marido não quer fazer sexo com a parceira ou vice-versa é também violência doméstica, assim como bater na criança e deixar a criança a ser cuidada por uma criança, enquanto a mãe foi trabalhar", disse, exortando as mulheres a prestarem mais atenção aos maridos. A vendedora de peixe Anita Mateus, 40 anos, aplaudiu a realização da palestra no mercado, a ganhar. "A palestra foi educativa. Parecia ser uma aula para manter um lar feliz. Aprendi como é importante prestar mais atenção ao parceiro e como a mulher deve dar carinho ao homem e ser compreensível."

"Aprendi muito, como por exemplo a existência de uma Lei contra violência doméstica e como denunciar junto a Polícia actos de violência." A

vendedora não se importou com o tempo dedicado a ouvir a palestra e disse que ficou.

9.2 Meliantes atacam vítimas à porta de casa nos Mulenvos de Cima

Novo Jornal

04 De Dezembro de 2015

Texto: António Paulo

AS VÍTIMAS são abordadas ao chegar a casa, na maior parte das vezes no período nocturno. Recentemente, um jovem foi baleado à porta de sua residência, por volta das 21 horas, quando regressava da Igreja.

Entregou os seus pertences e ainda assim foi ferido, relataram moradores do Mulenvos de Cima que dizem estar assustados com a nova actuação dos marginais.

A noite cai e o receio de permanecer na rua ou de circular pelo bairro aumenta. O fraco policiamento, associado à falta de luz que "fustiga" os luandenses com maior incidência na periferia, são apontados como o combustível para as acções dos marginais, que nos últimos dias mudaram o seu "modus operandi" na calada da noite no município de Viana

"Na semana passada, um vizinho foi assaltado dentro de casa, por volta das 23 horas. Ele chegou com o carro e, na hora de abrir o portão, foi atacado pelos meliantes que entraram consigo para dentro de casa.

Bateram na mulher e nos filhos e ameaçaram matar todos, caso não "colaborassem", contaram moradores da rua Ana Paula, junto ao Colégio Silva e Águas.

De acordo com o relato das nossas fontes, que preferiram o anonimato, a mulher do vizinho foi obrigada a acompanhar os assaltantes, carregando consigo o seu televisor plasma à cabeça. "Ela regressou minutos depois. Por pouco não a violaram. Foi muita sorte. Talvez porque a família não tenha resistido. Entregaram dinheiro, o televisor e outros bens aos bandidos. Foi muita sorte a dela", contaram os munícipes.

Sorte igual não teve Nelson, um jovem professor que foi baleado à porta de casa, mesmo depois de entregar os seus haveres aos meliantes, segundo relataram os seus pais, e que recupera actualmente num dos hospitais públicos de Luanda. O assalto aconteceu por volta das 21 horas, quando o filho, testemunha de Jeová, regressava de uma das suas reuniões. Os assaltantes abordaram Nelson

quando este abria o portão de sua casa, sita na zona da Miamop.

"Os bandidos pediram-lhe dinheiro, que lhes foi entregue, sem hesitar. Reclamaram que o valor era baixo, então o Nelson disse que já não tinha e que podiam levar o seu carro. Já não sabemos dizer o que se passou. A realidade é que o Nelson levou um tiro na barriga e encontra-se hospitalizado", resumiram os progenitores do Nelson à nossa reportagem.

A mãe suspeita que se terá tratado de uma situação "encomendada", mas "o Nelson não tem problemas com ninguém. O que me espanta é que os bandidos não levaram o carro, apenas queriam tirar a vida do meu filho que nunca fez mal a ninguém", lamentou dona Esperança.

Uma fonte de uma das comissões de moradores dos Mulenvos de Cima confirmou à nossa reportagem o aumento da criminalidade na zona. A reestruturação de alguns membros da Polícia local é apontada pelo responsável como um dos motivos para o aumento da actividade dos marginais. "É verdade que a situação não está boa. Aqui houve uma mudança dos operativos policiais que circulavam à paisana e que já tinham mais ou menos os dossiers. De repente, mudaram todos os operativos. Agora, os bandidos da área, os "Mana Bela" e os seus "mini" sentem-se mais livres. Os novos efectivos policiais não estão a dar conta do recado", reclamou um interlocutor, que solicitou igualmente o anonimato.

A fonte informou ainda que, recentemente, as comissões de moradores da zona, a administração municipal de Viana e o comando de Polícia local reuniram-se numa das escolas do bairro para abordar os diversos problemas da comunidade, sendo a criminalidade um dos assuntos mais candentes. "Mas, até aqui nada estamos a ver por parte da Polícia", reclamou o interlocutor.

PASTOR AGRADECE A DEUS

A onda de criminalidade na zona está a deixar preocupados os moradores que pedem mais presença policial. No domingo passado, o pastor de uma igreja local tirou alguns minutos da sua pregação para falar da criminalidade. O sacerdote, também residente do bairro, nas imediações da praça nova, contou aos fiéis que a madrugada daquele domingo foi aterrorizadora. "Os "Mana Bela" começaram a bater com pedras, ferros e catanas nas nossas portas e janelas. Já não conseguimos dormir. Amanhecemos assustados, mas Deus é grande e naquele dia nada nos aconteceu", relataram membros da igreja presentes no culto, citando o seu pastor.

Um outro acontecimento que marcou os moradores dos Mulenvos foi o cadáver de um jovem encontrado esta terça-feira, 1, às primeiras horas da manhã, numa das lixeiras da rua da Miamop. O corpo, meio nu, apresentava sinais de espancamento, seguido de enforcamento.

Uma corda atravessava a boca e as mãos da vítima, até então desconhecido por muitos dos presentes naquela manhã. "Não sabemos dizer de quem se trata. Mas a realidade é que a situação aqui não está boa", denunciaram populares.

Para além de assaltos à porta de casa, no período nocturno, os populares também são confrontados com assaltos na via pública em plena luz do dia, roubos de motorizada e lutas de grupos rivais que, muitas vezes, têm culminado com mortes. Recentemente, um adolescente foi assassinado por um grupo de meliantes a escassos metros de casa. A Polícia considerou a morte do menor de 15 anos como consequência de uma retaliação praticada por um grupo rival, ao passo que a família do malgrado negou o envolvimento do menor em ajuntamentos dos ditos "bolões".

O Novo Jornal procurou ouvir o comandante de divisão de Viana, mas sem sucesso. Pretendíamos saber do comandante Francisco Notícias informações mais detalhadas sobre a situação operativa na sua jurisdição, bem como confrontá-lo com as denúncias dos munícipes, porém sem êxito. No entanto, vale lembrar que Viana é um dos municípios de Luanda, em que as ocorrências de crimes praticados com armas de fogo, entre eles, assaltos a residências e na via pública, roubos de motorizadas e viaturas, violações e mortes têm estado a aumentar diariamente, de acordo com relatos dos munícipes que diariamente se socorrem dos meios de comunicação social para denunciar tais ocorrências.

9.3 Assaltos a residências e violações preocupam moradores

Jornal O Crime

5 De Dezembro de 2015

Ao contrário do que se vive em Cassoneca, os assaltos a residências concorridos de violações têm sido uma situação que tira o sono aos moradores do bairro Cambango, comuna de Cassoneca, município de Icolo-e-Bengo

Identificada apenas por dona Emília, moradora e comerciante no bairro, já foi vítima dos marginais, que iludiram, ao cair da noite, o seu estabelecimento

comercial, que fica à margem da estrada 230. "São jovens que vêm da cidade. Nesse dia, vi uma viatura parada a alguns metros do local onde vendo bebidas, eram média de quatro jovens. Ficaram ai até anoitecer. Mas, como é normal, não desconfiamos de nada. Ao cair da noite, como a zona é isolada, eles aproximaram, evadiram o estabelecimento, exigiram o dinheiro e me violaram", desabafou a senhora.

Dona Emília afirmou ainda que, após o sucedido, ainda foi alvo de uma tentativa de assalto em sua residência.

"Foi a poucos dias que alguns indivíduos tentaram evadir a minha casa. Já era de madrugada, quando comecei a ouvir batimentos na porta. Assustada, apenas disse às crianças para não fazerem barulho. Depois, penso que se cansaram e foram-se embora".

A falta de policiamento na zona é apontada, pelos moradores, como a causa do surgimento destes actos a nível do bairro Cambango.

9.4 Comando de divisão conta apenas com uma patrulha

Jornal O Crime

05 De Dezembro de 2015

Texto: António Neto

Para se ter uma ideia da real situação, o Comando de Divisão de Icolo-e-Bengo conta apenas com uma única patrulha para atender às cinco comunas, isto é, Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cambango e Catete, com uma média de distância de 19 quilómetros a 80 quilómetros para a comuna mais distante.

O ínfimo número de agentes e meios não correspondem à densidade populacional e nem territorial do mais novo município de Luanda. Em muitos casos, a intervenção policial em várias situações exige dos comandantes de esquadras um exercício titânico para fazer-se a ocorrência, pois deixa desguarnecida o posto.

A nossa equipa de reportagem apurou no local a falta de efectivos e a ausência de meios técnicos, como viaturas de patrulhas e motos, que têm obstruído, em muitos casos, o trabalho da Polícia na averiguação de vários crimes, tornando-se, assim, o principal problema que a Polícia enfrenta em Icolo-e-Bengo.

Esquadra de Cassoneca

A 19 quilómetro da sede do municipal de Icolo-e-Bengo, Cassoneca é uma das comunas mais extensas

do município, com 38 povoações distanciadas entre 10 e 80 quilómetros.

A esquadra conta apenas com 13 efectivos, insuficientes para o grosso de trabalho na comunidade. Para piorar ainda mais a situação, a esquadra não tem viatura de patrulha, o que condiciona a reacção atempada do pouco efectivo existente.

Esquadras de Catete e Bom Jesus

A primeira conta apenas com 26 efectivos para 9 bairros, que se distanciam entre 1 e 26 quilómetros.

A par de Cassoneca, Catete também passa pela mesma situação e, com adiconante, o território conta com algumas dependências bancárias.

Na segunda, por sua vez, o patrulhamento em toda a extensão do território é realizado apenas com uma única moto, situação que deixa os moradores do bairro apreensivo quanto à situação, pelo que os efectivos passam, sendo que contam apenas com 9 elementos da Polícia para manter a ordem e a segurança do bairro.

Segundo os moradores do bairro Bom Jesus, o número de efectivo não corresponde à necessidade que o bairro tem, pois muitos casos acabam por não ser resolvidos.

9.5 Casos de violência doméstica diminuem

Jornal de Angola
28 De Dezembro de 2015

Um total de 750 casos de violência doméstica, menos 346 em relação a Igual período do ano passado, foram registados de Janeiro a Dezembro deste ano, na província de Benguela, pela Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, informou ontem a directora do sector.

Maria do Céu afirmou que dos casos de violência registados destacam-se 113 agressões físicas, 406 de âmbito económico, 193 psicológicos, oito de abuso sexual e dois laboral.

A redução de casos de violência doméstica, disse, deve-se às acções tendentes ao aumento da consciência das famílias, relativamente ao resgate dos valores morais e cívicos, competências familiares,

bem como as temáticas que visam a realização do papel da mulher na família, na sociedade e na perspectiva da igualdade do género.

Apontou ainda a realização de várias actividades como programas de valorização e aumento de competências às famílias, cuidados e protecção à criança e mulheres grávidas, a educação nas famílias para a sua moralização, assim como campanhas de sensibilização, palestras, fóruns e seminários que abordaram sobre o resgate dos valores morais e cívicos, planeamento familiar, o VIH/Sida, entre outros.

A directora Provincial da Família e Promoção da Mulher salientou que os programas têm como objectivo consciencializar as famílias a pautarem por uma vida saudável, adopção de comportamentos positivos que contribuam para a redução da mortalidade materno-infantil, cuidados e protecção das crianças e mulheres, reduzir a mortalidade materna e infantil através de mensagens chave para mudança de comportamento da sociedade.

Maria do Céu considerou a prostituição e os casos de gravidez precoce como as maiores preocupações do sector, visto que podem contribuir na desigualdade de género e afecta a educação e a instrução, tem influência na desistência dos estudos e até em mortes provocadas por este tipo de problema.

Para desencorajar tais práticas, a responsável exortou a população a denunciar a violência ou abusos de que sejam vítimas, não temendo a represálias, uma vez que a direcção da Família e Promoção da Mulher conta com o Departamento de aconselhamento jurídico, cujo atendimento é feito por um pessoal capacitado, que orienta os visados na solução dos conflitos.

A directora espera em 2016 continuar com os programas em carteira, de maneira a que se tenha uma sociedade sã e se diminuam as assimetrias na igualdade de género.

9.6 Marginais criam falso exército para roubar, violar e desestabilizar o país

Jornal Grandes Notícias
05 De Dezembro de 2015
Texto: António André

É para dizer que os marginais em Luanda criam exércitos «sombra», não reconhecidos pelas

autoridades competentes, assim como fazem uso de patentes criadas por eles, embora, na maior parte das vezes, também usam a farda da polícia nacional, inclusive distintivos e pistolas que os homens da farda azul utilizam mas desconhece-se os fornecedores. Isto tem criado insegurança e pânico nas zonas urbanas, sem que os órgãos de investigação criminal se preocupem em acabar, ou mesmo diminuir, os altos índices de criminalidade na capital, até parece que as coisas tendem em piorar.

Mas muitos destes marginais, quando vão parar às esquadras policiais, são soltos pelos magistrados do Ministério Público, suspeita-se que a troca de «gasosa» para saírem em paz e continuarem a praticar as mesmas acções, porque sabem que são sempre protegidos e soltos.

O Jornal Grandes Noticias apurou de uma fonte ligada ao Comando Provincial da Polícia Nacional de Luanda que, recentemente, quando a Região Militar Luanda efectuava combate à criminalidade na capital, através de um mandado de captura, detiveram no bairro Quilómetro 14, no município de Viana, alguns falsos generais pertencentes à suposta organização militar intitulada FASEDA, mas que alguns deles já se encontram soltos.

Este jornal apurou que os responsáveis da quadrilha, composta por Martinho Ngola Yeto, André Jaime Teka, Faustino Satula Waculila, Manuel Tchimuco Tchindumba e Fernando Sapondo, estiveram nas cadeias do Ministério do Interior e já se encontram soltos e em parte incerta na capital.

A detenção destes elementos, realizada pela Polícia Militar, teve um saldo de vários documentos falsificados, falsa qualidade de pessoas e burlas que se cometiam diariamente, resultante de recrutamentos de cidadãos e cobrança de mais de 60 mil kwanzas por pessoa para ingresso na FASEDA. Para além destes marginais pedirem dinheiro para que se entre para a sua organização, quem quiser entrar nas Forças Armadas Angolanas deveria também pagar 90 mil kwanzas, para poder ingressar naquela organização castrense. E para além de Viana, o seu local de concentração é em Cacuaco, tudo porque existe um fraco ou mesmo inexistente patrulhamento das forças da ordem pública, que ao invés de cumprir o seu dever, comportam -se como simples funcionários públicos e marimbam -se para a ordem e tranquilidade.

A fonte afecta à Polícia Nacional esclarece ainda que, no município de Cacuaco, no bairro Belo Monte, dois cidadãos identificados por Adilson Mateus Pascoal e Luz Ovando António Ferraz, afectos à FASEDA, ambos supostos 'capitães, que continuam a

desenvolver campanha de mobilização de cidadãos para o ingresso na mesma organização clandestina e posteriormente na Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas em troca de valores monetários estimados em 2.500 USD para o grau de capitão e 2700 USD para o grau de major.

Segundo a fonte, estes contam com o auxílio de um grupo de militares no activo, identificados por Victor José Alberto, 10 cabo, colocado no Regimento de Engenharia do Comando do Exército, exercendo a função de motorista auto, incumbido de convencer os efectivos da sua unidade.

António Kindanda, subtenente, colocado no 40 batalhão do Centro de Acolhimento dos Deficientes Físicos, enquanto na FASEDA ostenta a patente de coronel. Lufuto Rafael, 10 sargento, afecto Ao mesmo centro, exerce a função de chefe do pessoal e quadros, enquanto na FASEDA conta com o grau de tenente coronel. Quintas, capitão, colocado na repartição de pessoal e quadros da 10 1 a brigada, sito no ponto três/ Funda, está na FASEDA com o grau de coronel, tendo este recrutado o sargento Angelino.

Emiliano, major, que na FASEDA ostenta o grau militar de tenente - coronel é o responsável do registo de todos os elementos recrutados pelo capitão Quintas. Um outro cidadão, identificado pela fonte, é o Simão Kimbango de 75 anos de idade, desenvolve a actividade similar junto do secretariado municipal da UNITA, em Cacuaco, recrutando membros daquele partido para ingresso na FASEDA, sob a promessa de que vão poder entrar na Caixa Social das FAA.

A fonte esclareceu ainda que os elementos recrutados para o pseudo «exército» paralelo, continuam a fazer as suas formaturas na área da «Burgalheira» em Cacuaco, num espaço de seis hectares, sito no quintal de um general das Forças Armadas Angolanas, onde ocuparam uma casa pintada com as cores do MPLA a mando do capitão, que tem intimidado os membros da comissão de moradores do referido bairro.

Para obtermos mais dados, fomos à Região Militar Luanda, para ouvir o tenente-general Simão Carlitos Wala, e fornecer-nos mais esclarecimentos, mas os nossos esforços foram em vão. Eles não falam sem autorização do Chefe do Estado-Maior General das FAA.

9.7 Marginais tomam de assalto residências como cogumelos na floresta

Jornal O Crime

5 De Dezembro de 2015

Texto: Nelson Garcia

Em menos de duas semanas, Garcia Saulo viu as suas propriedades, neste caso a residência e o estabelecimento comercial, a serem assaltados.

"Na primeira vez, quando assaltaram a minha cantina, eles exigiram que tinha de lhes dar dinheiro. Caso contrário, iriam colocar o meu filho na arca que funciona no estabelecimento", frisou e, diante desta situação, não viu outra forma se não 'dançar a música deles'.

"Entreguei 224 mil kwanzas", garantiu.

Aquele morador afirmou ainda que, depois de uma semana, voltou a sofrer um outro assalto mas, desta vez, em sua casa.

"Eram por volta das duas horas da madrugada, quando começamos a sentir estrondos no portão e de repente os meliantes já estavam no quintal. Começaram a bater à minha porta e ameaçavam que, se não abrisse, iriam matar toda a família", salientou Garcia E, depois de notar a pressão, teve então de satisfazer a vontade dos 'amigos do alheio'. No interior da casa, foi-lhe exigido todo o dinheiro.

A nossa fonte destacou ainda que estes 'homens do alheio' já perderam o medo das autoridades polícias, em função dos constantes assaltos que fazem numa normalidade.

Constantino Adriano é outro morador que, na mesma semana, a sua residência foi também vítima de um assalto.

Ele aponta a falta de energia eléctrica e o mau estado da via de acesso ao bairro como estando na base dos constantes assaltos,

"Nós pedimos à Administração Municipal do Cazenga para melhorar as estradas do bairro, porque o seu mau estado tem dificultado o trabalho de patrulhamento da Polícia Outra situação que concorre a favor ao aumento do crime na zona é a falta de iluminação que o bairro atravessa", concluiu.

É de salientar que o bairro Kalawenda dista a poucos quilómetros do município de Viana, por isso os moradores acreditam na possibilidade de muitos desses marginais surgirem daquela circunscrição de Luanda.

9.8 Criminalidades no Kilamba-Kiaxi ameaça moradores

Semanário Folha8

12 De Dezembro de 2015

O Kilamba Kiaxi é um distrito do Município de Belas, constituído por vários bairros como Palanca, Zona Verde, 28 de Agosto, Golfe 2, urbanização Nova vida, Vila Estoril, entre outros.

Há um bom tempo que este distrito vem se tomando o palco da criminalidade em Luanda. Os crimes vão desde o roubo à mão armada a assassinatos. E não são somente os moradores ou munícipes a praticarem os crimes, vêm indivíduos de outras zonas.

F8 fez uma ronda em vários bairros deste distrito a fim de saber qual deles é o mais perigoso e como tem sido o dia-a-dia dos moradores do mesmo, começando pela urbanização Nova Vida, localizada no Golf 2, onde há relatos de violência, agressões físicas, assaltos à mão armada, entre outras.

Na zona da Lixeira, as queixas vêm de todo o lado, pois o bairro é considerado o mais perigoso, segundo o morador Agrinaldo Ferreira, que se sente inseguro por viver nesta área face os crimes praticados, tanto no período diurno como nocturno, sendo o alvo principal dos bandidos as cantinas.

"Em dois meses, fui assaltado várias vezes e levaram-me dinheiro, saldo, para além de destruírem tudo", desabafou Joani Mohamed, proprietário de uma das cantinas que se encontra no bairro 28 de Agosto, rua 13.

Os crimes não ficam por aí; ao anoitecer, os bandidos assaltam casas e levam consigo botijas de gás, plasmas, dinheiro e telemóveis, como confirma Feliciano Barão da rua da Lixeira, assaltada duas vezes, "eles estavam armados e disseram que só queriam a botija de gás e dinheiro", disse.

Qualquer reacção contrária das vítimas pode levar os meliantes a acções mais violentas, como violações ou assassinatos. "Na semana passada uma menina de 12 anos foi violada às 22:00h perto da Lixeira e os violadores puseram-se em fuga", confirmou Baptista Mendonça, morador da rua Rasta.

Facto curioso é a existência, na rua acima referida de uma esquadra móvel que tem sido de pouca serventia.

"É como se a esquadra não existisse, aqui acontece todo o tipo de crime", frisou o morador.

A insegurança leva alguns moradores a abandonarem as suas casas. Preocupados, com a situação muitos moradores e, maridos, em particular, organizaram-se em grupos de vigilância, começando com rondas, numa espécie de patrulhas ao redor do bairro no período nocturno, face ao descaso das forças policiais.

10. AMBIENTE

10.1 Baixo nível de água reduz produção de energia

Jornal de Angola

03 De Dezembro de 2015

Texto: Antonica Nepa

A actual capacidade de produção de energia eléctrica destinada às cidades do Huambo e do Cuito está longe de satisfazer a demanda dos consumidores, devido aos baixos níveis de água na albufeira da barragem, disse ontem o director provincial da Energia e Águas do Huambo.

Simão Canda, disse ao Jornal de Angola que a província tem um défice de produção de 40 por cento em relação à capacidade necessária para cobrir a procura.

Com capacidade instalada de 70 megawatts, a província do Huambo tem apenas disponíveis cerca de 37 megawatts, devido à baixa do nível de água na albufeira da barragem do Ngove, causada pelas fracas chuvas nos últimos dias.

Simão Canda referiu que, apesar de caírem com frequência, as chuvas ainda não são intensas neste período, o que não permite às bacias acumularem água suficiente para passarem ao Ngove. "A principal matéria para se produzir energia numa barragem hidroeléctrica é a água e em caso da falta desta fica difícil produzir níveis desejados de energia eléctrica, para a nossa província", afirmou.

O director provincial da Energia e Águas explicou que da energia produzida na barragem hidroeléctrica do Ngove, inaugurada em 2012, dos 24 megawatts que a cidade do Huambo e arredores recebem cinco destinam-se à cidade do Cuito, capital do Bié, e quatro são para a cidade da Caála. A barragem gasta cerca de três centímetros de água por dia na albufeira e tem, na sua exploração, um nível máximo de 1.588 metros e um mínimo de 1.573 metros, estando hoje com 1.578, que permitem fornecer apenas 24 megawatts da capacidade de 60 instalados na barragem.

Para se manter este nível de exploração tem de se ter água disponível na albufeira, mas como a chuva não cai com a intensidade desejada o Governo Provincial do Huambo tem feito o necessário para manter o fornecimento de energia dentro destas limitações. Enquanto persistir a situação, o director da Energia funciona com capacidade de nove megawatts, devido

à falta de peças sobressalentes, o que leva ao recurso a outras províncias, onde também existem centrais térmicas.

O abastecimento de energia tem sido também prejudicado por perturbações na rede, causada por indivíduos de má fé, que, para conseguirem energia, recorrem às chamadas "puxadas".

"Quando há perturbações na rede a central térmica dispara, sai do serviço e as vezes quando isso acontece tem de se esperar muito tempo, porque não é a mesma coisa quando nós desligamos conscientemente", esclareceu o director provincial de Energia e Águas.

e Águas disse que o Governo adquiriu uma central térmica, localizada no bairro Benfica, para conciliar com a barragem do Ngove e cobrir o défice da produção.

A referida central tem uma capacidade instalada de 15 megawatts, que somados aos 24 produzidos actualmente na barragem do Gove dão aproximadamente 39 megawatts.

Simão Canda explicou que esta capacidade instalada não é a real e, por isso, considera que a central produz aproximadamente 13.2 megawatts, mas também nem sempre estão disponíveis, devido a avarias técnicas, serviços de manutenção e outras operações inerentes à exploração. Há um mês que a central da província conta com 135 postos de transformação de energia eléctrica, dos quais 45 privados, que são também responsáveis pela perturbação no fornecimento de energia; já que nem sempre cumprem com requisitos técnicos necessários para a instalação destes postos.

"Ao fazerem as suas instalações ou manutenções eles puxam um cabo de um lado ao outro e isto cria uma perturbação na rede, porque as fontes de alimentação são linhas que vêm do Ngove ou da central térmica e acabam por criar transformações em toda a rede", sublinhou director de Energia e Águas.

Os gestores de postos de transformação privados não pagam impostos, mas Simão Canda explicou que o Governo vai tomar rapidamente "medidas duras" para punir os que insistirem em não licenciar as instalações eléctricas, incluindo grupos geradores, estando já em estudo o respectivo projecto.

Simão Canda explicou que, depois de licenciados, os donos dos postos de transformação terão também a licença de exploração.

O Governo tem também o projecto de massificar, nos próximos tempos, o sistema pré-pago de energia,

para rentabilizar melhor estes serviços e Criar ao mesmo tempo uma cultura de consumo regrado de energia. O sistema pré-pago vai ser convencional e será adoptado por todos os cidadãos. A rede de média tensão da província encontra-se em mau estado e está em curso o processo da sua requalificação.

10.2 Milhares de pessoas infectadas pela seca

Jornal de Angola
5 De Dezembro de 2015
Texto: Dionísio David

Mais de 700mil pessoas, além de 500 mil bovinos, são afectadas no Cunene pela seca que atinge aquela província há já três anos, revelam dados dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros divulgados ontem.

Os mesmos números mostraram que os municípios do Cuanhama e Namacunde e partes de Ombadja e Curoca são as zonas mais afectadas.

O vice-governador provincial para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas reafirmou ao Jornal de Angola que a seca afecta a agricultura e gado, "os principais sustentáculos da economia da região".

Cristino Ndeitunga referiu que o Governo Provincial continua empenhado em encontrar soluções para os problemas do Cunene agravados pela crise económica.

10.3 Falta de recursos para combater a seca

Jornal de Angola
8 De Dezembro de 2015

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, afirmou ontem, em Paris, que Angola é atingida de forma cíclica por alterações climáticas e apontou os recursos financeiros como o elemento fundamental para o combate e mitigação dos efeitos desse fenómeno.

Ao intervir na 21 a Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas (COP21), que encerra sexta-feira, a ministra referiu que, como consequência das alterações climáticas, Angola enfrenta períodos de seca prolongada em certas zonas a Leste e Sul do país, além das enchentes e queimadas das florestas.

Tais ocorrências, de acordo com a ministra do Ambiente de Angola, têm afectado "gravemente" a produção agrícola, provocam a indisponibilidade de água, e a danificação da biodiversidade marinha e terrestre.

"Há sectores da economia com maior índice de vulnerabilidade aos impactos resultantes das alterações climáticas, provocando riscos directos para a saúde, além de afectar a segurança alimentar, um potencial económico nacional", disse a ministra.

Durante a sua intervenção, Fátima Jardim endereçou uma mensagem de incentivo e solidariedade do Presidente José Eduardo Santos aos 49 Países Menos Desenvolvidos (PMD), que têm uma ambição colectiva para garantir um acordo climático robusto e vinculativo que limite a temperatura global abaixo de 2°C.

De acordo com Fátima Jardim, a maioria dos países menos desenvolvidos já apresentaram as suas contribuições nacionais, enquanto os países em desenvolvimento têm feito grandes avanços no sentido de melhorar as suas infra-estruturas sociais e económicas, tomando-as mais fortes aos efeitos das alterações climáticas. "Nos dias de hoje, a ideia de que os impactos do clima afectam a alimentação, saúde, água e a educação é cada vez mais real. O teor da contribuição Nacional de Angola expressa bem isso", sublinhou.

A ministra lamentou o facto de se registar uma fraca reacção financeira de apoio aos países mais afectados pelas alterações climáticas.

"Os projectos de mitigação nos países de renda média podem, certamente, ter melhor apreciação por parte de entidades públicas e privadas, tendo em consideração que os Países Menos Desenvolvidos têm necessidades urgentes de acesso aos fundos públicos", acrescentou Fátima Jardim. A ministra augurou que os líderes mundiais reunidos em Paris adoptem, até sexta-feira, um acordo vinculativo para os países, com responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Na última semana, os doadores anunciaram uma contribuição de 248 milhões de dólares para os Países Menos Desenvolvidos para apoio à adaptação às alterações climáticas. Estes valores constam de uma declaração conjunta dos governos dos Estados Unidos da América, do Canadá, da Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Suécia, Suíça e do Reino Unido. "Hoje em Paris, anunciamos contribuições que totalizam 248 milhões de dólares para um Fundo para os Países Menos Desenvolvidos, que faz parte do Fundo Mundial para o Ambiente

(GEF). "O LDCF desempenha um papel crucial na resolução das necessidades urgentes e imediatas de adaptação dos países menos desenvolvidos, incidindo na redução da vulnerabilidade de sectores e recursos que são fundamentais para o desenvolvimento nacional e humano, como a água, a agricultura e a segurança alimentar e as infra-estruturas, como identificado e priorizado nos seus Programas de Acção Nacionais de Adaptação", explicam os doadores no seu comunicado, citado pela Angop.

10.4 Plantados milhares de eucaliptos

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2015

Texto: Justino Vitorino

Mais de mil eucaliptos foram plantados ontem no perímetro florestal do Sacahala, arredores da cidade do Huambo, pelos militantes da Organização de Pioneiros Agostinho Neto (OPA), informou o primeiro-secretário provincial da OPA.

José Albano Manuel disse que a província está a registar, nos últimos meses, um aumento considerável do abate indiscriminado de árvores e garantiu que o Governo Provincial vai inverter a situação em breve.

Sem adiantar as medidas concretas que vão ser tomadas para a alteração do quadro actual, José Albano adiantou que é urgente pôr cobro à situação. "Por esta razão o Governo local começou já a fazer diligências para conter o corte indiscriminado de árvores e proteger os polígonos florestais da província."

O primeiro-secretário da OPA no Huambo referiu que o abate anárquico de árvores está a criar sérios problemas ambientais na província, tais como a desflorestação, a erosão dos solos, o surgimento de ravinas, a seca, a diminuição da produtividade agrícola, a alteração do ciclo hidrológico, a diminuição da fertilidade dos solos e a contaminação das águas.

"Esse é um assunto que a Organização de Pioneiros Angolanos abordou com as autoridades locais do Instituto de Desenvolvimento

Florestal, mas fomos informados de que os fiscais não têm meios materiais. Anteriormente andavam armados e podiam fazer frente aos prevaricadores no período nocturno. Mas o desarmamento dos fiscais complicou o seu trabalho, levando-os inclusive a correr risco de vida", salientou.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Huambo, Andrade Baú, informou que o secretário de Estado para os Recursos Florestais, Francisco André Moda, esteve recentemente na província para fazer uma avaliação do sector e inteirar-se das preocupações do instituto, nomeadamente o estado do polígono florestal do Cuima, na Caála, o abate indiscriminado de árvores e as queimadas.

10.5 Cuidado com a chuva

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2015

Estamos em época de chuva e, atendendo aos efeitos do aquecimento global em todo o mundo, todos os cuidados para minimizarmos os danos decorrentes das quedas pluviométricas são poucos. As alterações climáticas estão a ter um efeito pernicioso no funcionamento das leis que regem no equilíbrio térmico do planeta, razão pela qual a imprevisibilidade das chuvas e dos seus efeitos estão a vista de todos. Não podemos pensar que somos excepção quando se trata dos eventuais efeitos graves que resultam das chuvas.

Chegam-no todo os dias informações sobre cheias, chuvas torrenciais ou outras calamidades decorrentes das alterações climáticas. Não precisamos de esperar pelos efeitos das chuvas e independentemente da realidade que temos, as chuvas representam sempre uma espécie de faca de dois gumes. Se por um lado constituem uma bênção para o mundo agrícola, num país eminentemente agrícola, por outro lado acarretam também consequências por causa da desordem ainda verificada nos processos de ocupação dos solos.

Há alguns meses testemunhámos em Luanda e Benguela, apenas para mencionar estas províncias, chuvas que resultaram em mortes e danos materiais avultados. Noutras localidades, fenómenos naturais como ravinas também ameaçam a permanência de famílias, mas não há dúvidas de que as enxurradas constituem o principal mal cujos efeitos devem ser amplamente mitigados.

Não podemos lamentar os efeitos perversos da chuva quando inversamente não observamos às normas na construção civil, no depósito de lixo, entre outras práticas. Não é correcto imputar responsabilidades às instituições do Estado sobre os efeitos danosos das chuvas quando resulta claramente de comportamentos humanos irresponsáveis. Para minimizarmos muitos dos estragos provocado pelas chuvas precisamos de fazer a apologia prática dos

bons comportamentos em sociedade, seja nas zonas urbanas seja nas zonas rurais. Precisamos de ter cuidado com as chuvas, sobretudo quando comparamos o potencial destruidor das enxurradas e a estrutura desordenada dos bairros e das habitações.

Ao redor da sedes das capitais provinciais, numerosos bairros cresceram desordenadamente, embora num contexto bastante conhecido, que precisa de ser invertido sob penas das consequências prevalecerem. A carência habitacional continua ainda como m desafio, mas numerosos passos têm sido feitos não apenas para minimizar a falta de habitações mas sobretudo para evitar que mais famílias continuem a viver em áreas de risco. O processo de requalificação por que passam numerosos bairros da cidade capital, realidade vivida noutras províncias do país, constituem uma das saldas para a redução dos efectos danosos das chuvas.

Deve continuar a ser encorajada a requalificação dos bairros com vista a redução a zero das mortes nas comunidades e uma diminuição significativa dos danos materiais.

Terminada a fase de emergência com que muitas famílias eram confrontados na busca de um abrigo, hoje nada justifica que as atenções para se alojar estejam em zonas de alto risco em épocas de chuva. Vivemos em paz e numa altura em que o Executivo se empenha para que cada família tenha possibilidades de acesso a uma residência condigna, devemos fazer todo o esforço para que essas expectativas se efectivem.

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) tem efectuado um amplo trabalho de sensibilização junto das populações sobre os Cuidados em época chuvosa e de intervenção em casos de sinistro em todo o país. Acreditamos que a representações provinciais dos SNPCB, particularmente nas localidades de maior densidade pluviométricas, viram as suas responsabilidades acrescidas. Precisamos de redobrar os cuidados e procurar minimizar os efeitos das chuvas, com procedimentos pequenos e práticos. Certificarmo-nos que a segurança da telha de casa, do muro e parede que cobrem a casa e o quintal, entre outra medida, podem ser vitais. Ouvimos todos os dias dizer que a "chuva é obra da natureza", facto elementar que nos indicam claramente que não fazer oposto quando da trata da adaptação às chuvas. São os seres humano que se devem adaptar ao fenómeno naturais, criando as condições básicas para evitar ou minimizar os seus efeitos.

Tratando-se de obra da natureza, contra a qual pouco e pode fazer, não há dúvidas de que a sociedade

precisa de repensar os procedimentos para a construção de um abrigo. E as autoridades precisam de actuar rigorosamente, em conformidade com as leis, para impedir que a insistência, a irresponsabilidade e a negligência se sobreponham às leis e à boas práticas. Devemos ter cuidado com as chuvas à medida que as alterações climáticas influenciem negativamente na variação e carga das quedas pluviométricas em Angola. A mensagem que deve ser passada às famílias de Cabinda ao Cunene deve ser sintetizada nestas palavras muito simples: Cuidados com a chuva.

10.6 Luanda precisa de sistema de alerta

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2015

Texto: Nilza Massango

Luanda é uma cidade que precisa de ter centros de operações montados e equipados com câmaras de monitorização e outros mecanismos tecnológicos avançados capazes de alertar a população em caso de uma eventual calamidade natural, disse ontem o director nacional da Administração Local do Estado do Ministério da Administração do Território.

Belizário dos Santos falava depois da abertura do seminário sobre "Scorecard (sistema de pontuação) para Resiliência a Desastres, Província de Luanda", que termina hoje.

O sistema de monitorização, se for montado em Luanda, deve ser semelhante ao que existe no Rio de Janeiro, onde os moradores que vivem em zonas de risco e registados podem receber, por via de mensagem de telemóvel, alerta para serem tomadas rapidamente medidas para salvaguardar as suas vidas e bens, informou Belizário dos Santos, que acrescentou que a intenção é tornar as cidades cada vez mais inteligentes para protegerem os seus cidadãos das várias situações de risco.

O "scorecard", metodologia desenvolvida pela IBM e parceiros, disponibiliza um conjunto de critérios de avaliação, que permitem as cidades a compreender o quanto são resilientes.

A sua criação é resultante da campanha "Construindo Cidades Resilientes, lançada pelas Nações Unidas em 2010 e associada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, a que Angola aderiu recentemente.

Discurso da vice-governadora

A vice-governadora provincial para a Área Política e Social do, Jovelina Imperial, que presidiu à cerimónia de abertura do seminário, disse que a redução de risco de desastres naturais é um compromisso sério para o Executivo.

Jovelina Imperial citou o Presidente José Eduardo dos Santos que, no discurso proferido na cimeira China-Africa, realizada na África do Sul, fez menção ao combate à desertificação como uma das acções para contrapor os efeitos devastadores dos desastres naturais e as alterações climáticas.

A vice-governadora provincial falou da elaboração do Plano Provincial de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação que vai ajudar a resolver as várias necessidades que surgem, quando são registadas calamidades na província de Luanda.

"Angola assumiu a responsabilidade de maximizar os esforços práticos para a redução de risco de desastres, uma aposta para a melhoria das condições de vida das populações", declarou Jovelina Imperial, acrescentando que existe uma comissão multisectorial integrada por vários actores, como o Ambiente, a Polícia, a Protecção Civil e Bombeiros, cada um com o seu papel destinado à prevenção dos desastres naturais. "Com um trabalho concertado, podem surgir bons resultados", afirmou Jovelina Imperial.

O director-geral da IBM Angola, Paulo Falcão, disse à comunicação social que uma cidade resiliente é a que tem capacidade de responder a desastres naturais, mantendo a sua operacionalidade.

Sobre as condições básicas para uma cidade resiliente, Paulo Falcão disse ser necessário que, numa primeira fase, tenha uma radiografia do ponto de vista organizacional, a fim de serem apontadas eventuais falhas e definir planos de mitigação.

O primeiro dia do seminário, uma iniciativa do Ministério da Administração do Território em parceria com o Governo Provincial de Luanda e a IBM Angola, avaliou a situação actual da província de Luanda, no quadro daquilo que são os dez fundamentos para uma cidade resiliente que passam pela organização, identificação, compreensão, utilização de cenários actuais e futuros, fortalecimento da capacidade financeira, desenvolvimento de planos de urbanização resilientes e aumento da resiliência social e cultural.

10.7 Cerca 31 por cento da superfície do País está afectado pela seca

Novo Jornal

11 De Dezembro de 2015

O GOVERNO ANGOLANO diz que para conter o aumento das emissões de gases com efeito estufa serão necessários perto de 15 mil milhões de dólares.

Segundo a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que participa na cimeira do clima, em Paris, Angola quer ser compensada para abdicar do papel preponderante do petróleo no seu desenvolvimento.

Segundo a ministra, as alterações do clima estão a ter consequências visíveis, sobretudo nas regiões mais a sul. "O deserto está a aumentar, e não é por acção humana que isto se verifica. É uma das zonas menos povoadas do país", explica, acrescentando que: "Cerca de 31% da superfície do nosso território estão afectados pela seca e pela desertificação."

Angola tinha todos os seus planos de desenvolvimentos baseados num preço médio de 80 dólares para o barril de petróleo. Mas o valor está perto de 40 dólares.

"Vimos o nosso orçamento baixar para metade. Quem é que compensa? Outros países estão sair beneficiados com isso", afirma a ministra do Ambiente.

A reivindicação de Angola exemplifica a complexa teia de interesses em jogo nessa cimeira do clima Paris, no que toca ao financiamento.

Os 100 mil milhões de dólares anuais prometidos deverão SE para "atender às necessidades países em desenvolvimento".

10.8 Ninguém impede a chuva"

Novo Jornal

11 De Dezembro de 2015

Texto: Isabel João

As CONSEQUÊNCIAS das chuvas de terça-feira última ainda estão bem visíveis na maioria dos municípios de Luanda. No Cazenga, um dos mais afectados, há pelo menos algumas residências que ficaram inundadas em consequência da força das

águas. Naquele município, as principais vias ficaram alagadas, não havendo espaço nem possibilidade de viaturas e pessoas circularem.

No Cazenga, a rua que liga a estrada da Cuca até à estrada da Siga não há como circular e a água da chuva misturada com o lixo é o cenário que se regista naquela zona.

Os moradores da zona dizem já ter contactado o administrador municipal do Cazenga, mas este mostra-se indisponível para se fazer presente no local. "O que nós queremos é que o chefe máximo do município venha ver esta situação e resolver. É muito triste isso que estamos a viver, todos os anos é a mesma coisa, não sabemos o que é que estes senhores andam a fazer. É muito sofrimento, na imprensa fala mas nada se resolve disse Rosa Adão, moradora do Cazenga, há 30 anos.

Já no distrito urbano do Sambizanga, na rua 12 de Junho, a situação é semelhante à da estrada da Siga. Durante a nossa reportagem, eram visíveis as dificuldades que as pessoas tinham para se poderem movimentar. Os automobilistas que têm a intenção de chegar até à zona da Cuca têm de passar pela zona do 'São Paulo, que apresenta exactamente as mesmas dificuldades.

"Passar pela rua 12 de Julho só mesmo de botas; quem não tem botas pode ser transportado para outro lado a troco de 100 kwanzas", diz a moradora Francisca Bica.

Francisca Bica disse estar preocupada com as águas paradas e o lixo, pois levarão ao surgimento de uma série de enfermidades com consequências imprevisíveis.

De acordo com a moradora no interior do distrito do Sambizanga, muitas famílias mudaram-se para casas de familiares, amigos e vizinhos, que têm as casas junto à estrada principal, apesar de alguns não terem saído das suas residências para não terem pessoas próximas que vivam próximo da via afectada.

O porta-voz da comissão provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Mingues, disse que mais de mil e 174 residências ficaram inundadas em consequência das últimas chuvas.

Segundo ainda o porta-voz, a chuva arrastou também enormes quantidades de lixo para algumas vias, o que continua a dificultar a circulação rodoviária em muitas zonas da cidade capital.

De acordo com Faustino Mingues, tivemos um registo de mil 174 residências e 13 escolas inundadas no município do Cazenga, bem como um posto médico. Já no município da Quissama, a comissão

provincial registou um capotamento no troço Muxima Cabo-Ledo em consequência das chuvas. "Temos também aqui a realçar que o nível do rio aumentou consideravelmente e as pessoas transitam com muitas dificuldades".

Já em Março deste ano, mais de 1.600 residências foram arrastadas e oitocentas famílias ficaram desabrigadas em consequência das chuvas.

10.9 Seca arrasa Cunene

Jornal Manchete

11 De Dezembro de 2015

As autoridades angolanas estão a ser acusadas de fazer ouvidos de mercador aos apelos da Igreja Católica, sobre a seca que afeita a província do Cunene, no sul do país;

Aquela instituição religiosa diz não ter meios para acudir às pessoas que diariamente pedem ajuda. Em declarações, esta semana, à agência Lusa, o bispo da diocese de Ondjiva, Pio Hipunhati, considerou preocupante a situação que é generalizada a toda a província.

Segundo o bispo, a igreja está sem meios para acudir às "tantas pessoas" que batem por dia à porta da igreja "à procura de alguma coisa para enganar o estômago".

"Isto é generalizado a toda a província, porque no ano passado não houve colheita nenhuma. Toda a província se ressenteste disto", disse o bispo, acrescentando que a situação afeita mais de metade da população do Cunene, estimada em cerca de um milhão de habitantes, com destaque para o meio rural.

O prelado salientou que além da falta de alimentos, a população vive igualmente o flagelo da falta de água.

"Só para ter noção, só no sábado é que começou a chover. Desde o início da época [chuvosa], que em condições normais deveria ter acontecido a partir de Outubro. Por cá nem há ainda erva verde, o gado está a morrer, nem havia água para os animais", frisou o bispo.

Pio Hipunhati avançou ainda que as autoridades têm realizado acções de distribuição de água, mas "são coisas localizadas", destacando que este ano não foi distribuída ajuda alimentar.

"A situação é preocupante. Agora se continuar a chover pode ser que o problema da água esteja

resolvido, mas no que se refere aos alimentos, só daqui a Abril ou Maio, se a colheita for boa, é que a fome poderá ser minimizada. Nesse momento toda ajuda é bem-vinda", disse o bispo.

Assumi ainda que todos os dias batem à porta de sua casa pessoas provenientes das aldeias, que procuram os hospitais, mas a igreja não tem como as ajudar.

"O que nós apelamos aos fiéis é a partilha do pouco que se tem, para que de facto ninguém morra à fome, a partilha dentro da solidariedade cristã, mas não temos ajudas de fora. As pessoas vão partilhando o pouco daquilo que têm", lamentou.

Para o bispo é urgente uma atenção especial sobretudo para o interior da província, caso contrário "nem sequer terão sementes para cultivar, porque consumiram as reservas que tinham".

Questionado sobre se há o registo de mortes devido à situação, o bispo disse que não, mas alertou que pode haver por derivação da situação.

"Porque as crianças chegam aqui muito desnutridas, a tuberculose que estava irradiada ultimamente ressurgiu", sustentou.

10.10 Zonas de risco são mapeadas

Jornal de Angola

11 De Dezembro de 2015

Um mapeamento das zonas de risco está a ser feito pelo Comando Provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros para a prevenção de desastres naturais e humanos que causam a perda de vidas e de bens da população e do Estado, informou ontem o responsável pela área de Planeamento Operacional do órgão operativo do Ministério do Interior.

Flávio Chimbundi disse que, com o mesmo fim, são realizados também trabalhos de sensibilização nas comunidades para a necessidade de se pôr fim à ocupação ilegal de terrenos, sobretudo nas zonas de risco.

O Plano Provincial de Preparação, Contingência e Recuperação, que vai permitir aos órgãos intervenientes na gestão de calamidades fazerem a monitorização constante do estado da cidade de Luanda, com o envolvimento da população, foi elaborado há uma semana, explicou Flávio Chimbundi.

Um seminário sobre "scorecard (sistema de pontuação) para Resiliência a Desastres na Província de Luanda foi realizado em Luanda, pelo Ministério da Administração do Território, pelo Governo da Província de Luanda e pela IBM

O "scorecard", uma metodologia desenvolvida pela IBM e parceiros, disponibiliza um conjunto de critérios de avaliação, que permitem que as cidades compreendam o quanto são resilientes. A sua criação é resultante da campanha "Construindo Cidades Resilientes", lançada pelas Nações Unidas em 2010 e associada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, à qual Angola aderiu recentemente.

Bombeiros em prontidão

O porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Miguêns, declarou quarta-feira que se pretende corrigir alguns défices registados no serviço de resposta a inundações que ocorrem no período das chuvas.

Faustino Miguêns, que falava durante o seminário sobre "scorecard para Resiliência a Desastres na província de Luanda, reconheceu que, às vezes, quando há inundações há um défice em termos de resposta na capital angolana.

"O investimento na preparação dos quadros é o método mais adequado para dar resposta aos desastres e o órgão operativo do Ministério do Interior participa em vários seminários no país e no estrangeiro a fim de recolher mais experiências a respeito de planos de contingência", disse Faustino Miguêns que acrescentou que o objectivo das acções de formação é tomar Luanda numa província resiliente e adequar o país à actual realidade do mundo.

10.11 Chuva em Luanda destapa os mesmos problemas

Jornal Grandes Notícias

12 De Dezembro de 2015

Esta semana, Luanda registou a primeira grande chuva do ano, que está prestes a findar. Foi um aguaceiro digno figurar nos anais da história da capital do país.

São Pedro não teve meias medidas: muitas zonas periféricas, sobretudo, suplicaram ao santo que parasse de mandar água cá para baixo. Como sempre,

foram destapadas as carecas desta cidade que, sempre que cai uma bordoadá, põe-se de rastos.

O "fiscal das obras": como costuma ser apelidado no gozo pelos luandenses, mais uma vez, destapou novos buracos ou agravou a profundidade e largura de outros. O resultado, foi o mesmo de sempre. Estradas com enormes crateras, trânsito encravado e alguns acidentes.

Nos musseques, vielas, becos e algumas estradas ficaram intransitáveis. Nestas ocasiões, os cidadãos sofrem para chegar aos seus destinos: escolas e locais de trabalho. A situação agrava-se com a falta de transportes.

Tudo isso é previsível. Entra ano, sai ano, e o cenário mantém-se. A novidade, talvez, tenha sido, desta vez, uma situação concreta retratada nas redes sociais, e que terá ocorrido na centralidade do "Kilamba"

O teste aplicado pelo "fiscal das obras" por aquelas bandas demonstrou que existem debilidades que não eram supostos "apoquentar" aquela centralidade. Fotos publicadas, abundantemente, nas redes sociais mostram algumas artérias daquela centralidade completamente inundadas.

Em algumas unidades residenciais a marca d'água situou-se próximo do meio dos apartamentos do rés-do-chão.

Nada podia prever o que ali ocorreu. Porém, doravante, as administrações das centralidades já receberam o aviso do "fiscal": e para a próxima, que se cuidem, não vá o diabo tecê-las.

Uma cidade, costuma dizer-se, é considerada bem planificada quando suporta bem uma carga de água das chuvas.

E quando, apesar das chuvas, o seu trânsito corre com normalidade. É verdade que grandes cidades, como Chicago, Lisboa ou Madrid, por exemplo, não estão isentas deste tipo de constrangimentos. Recentemente, o Brasil, que tem muitas cidades no mesmo paralelo que algumas cidades angolanas, sofreram com o mesmo fenómeno. No Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, inúmeras plantações foram arrasadas, e milhares de cidadãos ficaram sem abrigo. As autoridades, felizmente, já acostumadas com estas ocorrências accionaram, em tempo útil, os mecanismos de socorro à disposição. E convém não ficarmos de braços cruzados, uma vez que ainda temos pela frente uma longa temporada de chuvas.

É claro, que as chuvas são sempre bem-vindas no meio rural. Sinal de bênção para as plantações, elas anunciam boas safras. E tal é benéfico.

Porque, na actual conjuntura que o país vive, a produção alimentar nacional é fundamental para colmatar o problema da fome.

Em anos anteriores à nossa independência, Angola já foi grande produtora de grandes variedades de alimentos naturais, sobretudo frutas, tendo chegado ao estatuto de exportador, principalmente de café, bananas e outras frutas tropicais.

Portanto, Luanda e outras cidades costeiras, em primeiro lugar, devem criar mecanismos de protecção para enfrentarem as chuvas. É preciso engenho e vontade política. O ano passado, tivemos o caso de Benguela. Oxalá, tão dramática situação não se volte a repetir. O aviso está dado.

10.12 Chuva volta a destapar a precariedade das obras realizadas

Jornal Grandes Notícias

12 De Dezembro de 2015

Esta semana voltou a chover em Luanda e as consequências não se fizeram esperar. Mais de 1000 residências inundadas, estradas intransitáveis por falta do escoamento das águas, vários danos á viaturas, pessoas a pernoitarem fora das suas residências por falta de circulação automóvel etc. etc. Estradas como a Deolinda Rodrigues, Hoji-ya-Henda e tantas outras onde a circulação de pessoas e viaturas é constante e intensa, ficaram intransitáveis por acúmulo de água.

Acrescido á estes males, adiciona-se o roubo de vários bens em plena rua por falta de policiamento na altura em que chovia, tudo porque nessa altura os polícias que deviam manter a ordem, a tranquilidade e prevenir crimes dessa natureza, fugiram da chuva por falta de material adequado ao seu agasalho enquanto trabalham chovendo.

Para além disso, agora, três ou quatro dias passados após a enxurrada mais um problema, se calhar, o mais perigosos e danoso pode estar a vista. Trata-se da CÓLERA uma doença provocada por causa do lixo e do consumo da água não tratada. O que nós estamos a ver agora, é muito lixo misturado com as águas da chuva com crianças a bricarem ou a mergulharem em tais águas. Vai aí a chamada de atenção para quem de direito!

10.13 Grupo de jovens lança campanha de solidariedade

Jornal de Angola
17 De Dezembro de 2015
Texto: Domingos Caluçipa

Uma campanha de angariação de donativos denominada "SOS Cunene" com o objectivo apoiar as populações da província do Cunene atingidas pela seca foi lançada no princípio deste mês, por um grupo de jovens de Luanda, disse ontem ao Jornal de Angola o coordenador do projecto.

Isidro Fortunato explicou tratar-se de uma campanha de solidariedade que tem como meta a angariação de donativos diversos, desde água mineral, alimentos não perecíveis, roupa, calçados, medicamentos e outros bens de primeira necessidade para socorrer as populações do Cunene que estão a ser vítimas de estiagem.

O grupo de jovens comoveu-se com a situação da seca prolongada no Cunene e que está dizimar o gado e a causar grandes transtornos à população, disse Isidro Fortunato.

"Por isso, mobilizamos a juventude para promover uma mega campanha, com a criação de vários pontos de recolha de donativos."

Isidro Fortunato disse que a campanha termina na primeira quinzena de Janeiro e neste momento já recolheram mais de duas toneladas de bens diversos.

A campanha conta com apoio de, várias organizações juvenis, conto' a associação "Faça-me Sorrir", Associação Cultural Afrocracia, Universidade Hip Hop de Angola, Movimento Underground do Murrão (MUM), Academia de Artes Marciais DBC 3 Letras e outras.

10.14 Regresso das chuvas satisfaz a população

Jornal de Angola
17 De Dezembro de 2015
Texto: Estanislau Costa

A chuva voltou a cair no sofrido município dos Gambos para gáudio dos agricultores e criadores de gado. A presença da água mais perto de casa alegra também os adolescentes que, em época de férias escolares, engrossam as fileiras dos pastores.

Fernando Tyipihe, 14 anos, e Jacinto António, 16, açoitam os bois que tentam pastar num campo de lavoura com milho e feijão a germinar. O estalo do chicote é suficiente para levar os animais a obedecer. Nenhuma das mais de 50 cabeças de gado ousa penetrar na lavra.

Os rapazes, apreensivos com o afrouxar da marcha da viatura todo-o-terreno que transporta os repórteres do Jornal de Angola, avaliam a posição dos animais e acompanham os movimentos dos visitantes. Ao saberem ao que viemos, os pequenos pastores contaram sem qualquer receio que as férias lectivas renovaram a amizade água para os bois beberem. Mas, quando não chove, vamos muito longe à procura de água e bom pasto".

Os garotos estão felizes pela proximidade da água ser um factor de segurança tanto para eles quanto para os animais. "Andar dez quilómetros com os bois à procura de água dá medo porque, às vezes, uns perdem-se ou podemos cruzar-nos com ladrões", diz Jacinto António.

Satisfação das autoridades

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, demonstra a enorme satisfação pelo regresso das chuvas. As autoridades e a população sentem-se mais aliviadas e confortadas com a reposição paulatina da água nas chimpacas, riachos, facto que favorece também a prática da agricultura familiar, disse Elias Sova, que acrescentou: "Os longos períodos de estiagem, que periodicamente assolam o município, têm repercussões negativas no desenvolvimento socioeconómico dos Gambos, os pedidos de socorro são frequentes assim como a morte de animais e destruição das culturas."

Em Agosto passado, a Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social, Serviços de Protecção Civil e parceiros apoiaram com quantidades consideráveis de alimentos diversos, utensílios domésticos, roupas, equipamentos de sobrevivência e outros bens mais de 150 famílias vulneráveis que perderam as culturas e os animais.

Os dados dos Serviços de Protecção Civil mostraram que mais de 25 mil pessoas e muitas manadas de gado tinham sido afectadas pelas estiagens prolongadas.

Um número considerável de camponeses do município dos Gambos está agora empenhado na lavoura de 22 mil hectares previstos na presente campanha agrícola. Os homens do campo estão animados com a regularidade das chuvas por aumentar o caudal do rio Caculuar e reabastecer as chimpacas.

A Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural distribuiu 22 toneladas de sementes de milho, massango, massambala e feijão e alfaias agrícolas. As autoridades tradicionais, religiosas e outras organizações têm sensibilizado a população para apostar no cultivo.

Os dados da Direcção da Agricultura atestam que os resultados da produção e o rendimento das culturas são ainda baixos em comparação com as campanhas agrícolas passadas. O período longo de estiagem é a causa principal e as zonas afectadas são o Lubango, Cacula, Gambos, Chibia, Humpata e Quilengues.

Reservatórios de água

Estão a ser desenvolvidas acções para minimizar os efeitos negativos das estiagens prolongadas, que em determinadas épocas do ano afectam o município dos Gambos e outros pontos da província da Huíla. Já foram erguidos sistemas de captação e distribuição de água potável.

A solução duradoura, como disse o sob a do sector de Tchipeyo, Pedro Tchiavale, passa pela conclusão das barragens de retenção de água de Nongelo, nos Gambos, e de Nampombo-Quihita, na Chibia.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, garantiu, durante a visita a Chianje, sede dos Gambos, que as obras das barragens de retenção, iniciadas em 2014 e paralisadas no presente ano por razões financeiras, são retomadas em 2016.

"Foi já lançada a primeira pedra para a construção das represas e, apesar das consequências da crise causada pela queda do preço do petróleo, foram criadas as condições para as obras retomarem no próximo ano."

Os pontos de retenção a serem implantados ao longo da linha do rio Caculuar vão permitir a conservação da água das chuvas por mais tempo e servir para ampliar a lavoura das terras férteis dos Gambos e Chibia, concluiu João Marcelino Tyipinge.

Novas infra-estruturas

O edifício da Administração Municipal dos Gambos, erguido de raiz, melhorou as condições de atendimento e alargou os serviços públicos. No âmbito das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional, Chianje recebeu um novo edifício para a Repartição Municipal da Educação, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O administrador municipal Elias Sova disse à reportagem do Jornal de Angola que as estruturas

antigas que acomodam os sectores da Administração Pública no município estão em avançado estado de degradação e são pequenas demais para corresponder à procura actual.

"Funcionamos apertados no edifício. A partir de agora, sentimo-nos mais aliviados e capazes para personalizar os serviços."

Crescemos para 75.988 habitantes, de acordo com os dados do Censo Geral da População e Habitação", anunciou Elias Sova, para acrescentar que há muito os dirigentes do município se ressentem da falta de espaço para atender a população.

"Nos festejos dos 40 anos da Independência Nacional, as autoridades e a população dos Gambos, receberam infra-estruturas capazes de assegurar um serviço público eficiente e de qualidade, que vem dignificar a posição do Estado no município", disse o administrador municipal Elias Sova.

10.15 Chuva em Malanje fora do normal

Novo Jornal

18 De Dezembro de 2015

Texto: Isaías Soares

AS PRECIPITAÇÕES previstas para a província de Malanje durante o mês de Dezembro são de 127 mm pela sua localização na zona 2 a par das duas Lundas-Norte e Sul e parte do Moxico, confirmou terça-feira, 8, naquela cidade o chefe do Departamento Provincial do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), José Marcolino.

Em declarações à rádio estatal, Marcolino confirmou que "vai chover acima do normal nesta zona, no último trimestre do ano, quer dizer que está a chover bastante", alertando as populações para terem o máximo possível de cuidados para se evitarem danos possíveis, quer no domínio material quer humano.

As chuvas são normalmente acompanhadas com trovoadas intensas e raios, e é aconselhável evitar a permanência na rua, não se posicionar por baixo de árvores ou próximo de postos de electricidade.

"Quando temos a certeza que há descargas atmosféricas, temos que fechar as janelas, e quando é intensa, aconselha-se desligar os quadros de energia eléctrica e os electrodomésticos".

10.16 O acordo do clima de Paris e a sua eficácia em Angola

Jornal Folha 8

19 De Dezembro de 2015

Texto: Amadeu Cassinda

Já há um acordo conjunto que visa dar resposta ao aquecimento global, que é a manifestação mais saliente da patologia ecológica do planeta terra, depois de onze dias de diálogos entre mais de uma centena e meia de chefes de Estado e de Governo na Cimeira do Clima em Paris, onde Angola também participou. Considerada, por Ban Ki-moon, como oportunidade única para definir o destino da humanidade, finalmente encontrou-se uma resposta para a redução da emissão de gases de efeito de estufa para a atmosfera com vista a reduzir o aumento da temperatura global de 3 graus celsius (COC) a 1,5°C. Trata-se de um acordo proveniente da 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, decorrida em França de 30 de Novembro a 12 de Dezembro. O acordo que entra em vigor em 2020 surge, entre outras causas, depois da organização "O Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)" publicar um relatório subscrito por mais 800 climatologias a apelar o mundo para reduzir as emissões de gases nocivos à atmosfera e depois do Banco Mundial anunciar que se não se fizerem esforços para a redução das emissões destes gases, mais de 100 milhões de pessoas estarão em risco de cair na pobreza extrema até 2030. Além dos gases de efeito de estufa que adoecem o planeta, a capacidade da terra regenerar os recursos renováveis está também afectada pelo consumo irracional dos recursos pelos humanos. A organização internacional Global Footprint revela, por um estudo, que em apenas oito meses os seres humanos consumiram todos os recursos renováveis que a terra produz em um ano.

Dado que, de acordo com a organização, a humanidade passou, desde Agosto deste ano, a viver acima das possibilidades da terra. A referida organização faz este cálculo há mais de 20 anos a comparar a pegada ecológica do homem e a capacidade da terra de se regenerar. "Se continuarmos a consumir os recursos desta forma, em 2030 serão necessários recursos gerados por dois planetas", alerta a Global Footprint Network. A situação ecológica mundial é crítica.

Pontos fulcrais do acordo

Com 48 páginas, o Acordo do Clima de Paris prevê entrar em vigor em 2020 e em cada cinco anos os

países signatários deverão apresentar as suas contribuições para o combate contra as alterações climáticas. O objectivo é de manter a temperatura média entre 1,5°C e 2°C até ao final do séc. XXI. Exige-se aos países do primeiro mundo que reduzam as emissões de gases de efeito de estufa e os do 3º mundo ou em via de desenvolvimento são incentivados a limitar as suas emissões de acordo com as suas capacidades. O acordo prevê, igualmente, até 2020 a contribuição de 100 biliões de dólares para ajudar os países em desenvolvimento, mas os países ricos exigem que a China, Singapura, Coreia do Sul e os países ricos em petróleo também contribuam. Contudo, o acordo não prevê sanções aos países que não cumprirem com as normas estipuladas. Os Estados Unidos da América, por exemplo, que temia as sanções judiciais devido à sua responsabilidade histórica no aquecimento mundial, sente-se mais confortável, de tal maneira que conseguiu incluir uma cláusula que enfatiza a flexibilidade do acordo por excluir a iniciativa de processos de responsabilização e compensações. Este ponto vulnerabiliza o acordo. O Protocolo de Quioto é um exemplo. Porque um acordo como este belisca os princípios da economia e do capitalismo, onde o aumento da produção reflecte o aumento do lucro e a satisfação das necessidades através de recursos escassos constitui uma meta a alcançar. Se não se responsabilizar alguém, presume-se que, também ninguém vai levar como prioridade a resolução deste assunto de tamanha importância.

Angola e sua contribuição na degradação do meio ambiente

Dos países chamados à Conferência do Clima não há nenhum isento de culpa no aquecimento da terra, pois dentre as principais actividades humanas que contribuem para o aquecimento global, como: a geração de electricidade, transporte, lixo, a queima de combustíveis fósseis e outras actividades são praticadas por cada país convidado, ainda que em escala inferior aos mais desenvolvidos e Angola não é excepção.

Manuel Domingos Vicente, então Presidente do Conselho de Administração da Sonangol e actual vice-presidente de Angola, encabeçou a delegação angolana na Cimeira do Clima em Paris. Nesta, Angola defendeu "a criação de metas a longo prazo, acções concretas de adaptação, clareza nos compromissos financeiros, compromissos evolutivos de cinco anos, estratégias e acções de mitigação, estabelecimento de mecanismos sobre perdas e danos, transparência nas acções de adaptação e mitigação, bem como o alargamento das áreas de capacitação", lê-se numa edição do Jornal de Angola.

Angola defende ainda que para o aumento das emissões de gases com o efeito de estufa serão necessários quase 15 mil milhões de dólares. De acordo com Fátima Jardim, ministra do Ambiente e membro da delegação que se fez presente na Cimeira: "Angola quer ser compensada para abdicar do papel preponderante do petróleo no seu desenvolvimento", citou o Novo Jornal na sua penúltima edição (NJ). Apesar dos efeitos visíveis das alterações climáticas pela desertificação "de regiões mais a sul" do país, onde "cerca de 31% da superfície" está afectada pela desertificação. Com o preço do barril do petróleo a rondar perto de 40 dólares, "vimos o nosso orçamento a baixar para a metade. Quem é que nos compensa?", interrogou a ministra do Ambiente citada pelo NJ. Portanto, é razoável concluir que o Acordo do Clima de Paris não terá pernas para andar em Angola, a menos que seja compensada. No âmbito da degradação do meio ambiente em Angola, encontra-se com mais incidência os sucessivos derrames de petróleos sobre o mar pelas petrolíferas existentes na província de Cabinda. Alega-se que a maior causadora dos derrames de crude nos mares de Cabinda é a petrolífera norte-americana Chevron, cujas consequências efectam, directa e consideravelmente, as espécies marinhas e fluviais (do rio Chiloango), a vida dos pescadores e desflorestação aquática do mangal da foz do rio Chiloango, por causa do crude derramado no mar! Não obstante, no contexto geral de Angola, a problemática da desflorestação tem conhecido níveis de progressão elevadas devido ao regresso das populações para as áreas de origem e, conseqüentemente, o acesso a espaços agricultáveis até então limitados durante o período armado (ZINGA, 2012).

Afinal", o que r efeito de estufa?

O efeito de estufa é um processo físico que ocorre quando uma parte da radiação terrestre (calor que a terra produz) é absorvida por gases de efeito de estufa presentes na atmosfera que dificultam a passagem de todo calor para o espaço a fim de manter a terra aquecida. É um fenómeno natural que ocorre desde a existência do planeta e sem ele a temperatura mais baixa da terra seria de 33°C, impedindo a vida no planeta. Entretanto, os gases de efeito de estufa conhecidos como: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, perfluorcarboneto e outros, estão cada vez mais a acumular-se na atmosfera, "potencializando este fenómeno" evidenciado pelo aumento da temperatura.

A desflorestação, a queima dos combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e o petróleo) possuidores de alta quantidade de carbono, a produção de electricidade e outras actividades industriais

constituem a causa fulcral das emissões em grande quantidade de gases de efeitos de estufa para a atmosfera.

10.17 Chuvas ameaçam a circulação rodoviária

Jornal de Angola

24 De Dezembro de 2015

Texto: Francisco Curibingana

As fortes chuvas que caem frequentemente na região do Quela, onde se encontra localizado o Morro de Cabatuquila, na comuna do Xandel, podem, a qualquer momento, Inviabilizar a circulação rodoviária em direcção ao Leste do país, disse ontem ao Jornal de Angola o administrador comunal, Ananias Gomes.

"As chuvas caem quase todos os dias e contribuem para a degradação da estrada. O nosso apelo vai para o INEA - Instituto de Estradas de Angola - para que tome conhecimento e faça alguma coisa no sentido de ser alterada a situação actual", sublinhou o administrador.

Ananias Gomes disse que a situação já se arrasta desde o ano passado, mas, realçou, "não era tão grave como este ano. Está a chover com maior intensidade, às vezes temos quase duas semanas a chover todos os dias e a água está a corroer cada vez mais a estrada e se continuar assim teremos uma situação lamentável, com o corte desta estrada, que, como sabem, ainda é a via principal que dá acesso ao Leste do país".

O administrador defende uma intervenção urgente para se evitar o pior, pois no morro de Cabatuquila, quando chove, há deslizamento de terras, que dá lugar à abertura de ravinas, queda de pedras e árvores, que muitas vezes impedem o trânsito na estrada.

Para colmatar a situação, a administração municipal recorre muitas vezes às comunidades locais, que, com instrumentos rudimentares, enxadas, catanas e machados, cortam as árvores e retiram as pedras da estrada, para permitir a circulação de pessoas e bens. "Certamente que haverá um dia que serão tantas pedras e tantas árvores que ultrapassarão a nossa capacidade e as coisas ficarão pior", frisou.

Segundo o administrador, além dessa via, não existe alternativa para a passagem de camionistas para o Leste do país. Há relatos que apontam a morte de pessoas naquele local, há já alguns anos, devido à

queda de pedras, segundo o administrador Ananias Gomes.

"Há pedregulhos que quando se soltam lá de cima colhem as pessoas que estiverem a passar e há relatos de mortes", concluiu.

O automobilista Albino Sindaco disse à reportagem que a situação daquele local já se arrasta há algum tempo. A acontecer o pior, as populações do Leste do país, nomeadamente, Lundas Norte e Sul e Moxico, vão ser as mais penalizadas, por utilizarem a mesma estrada.

Fernando Cazenga, outro camionista ouvido pela nossa reportagem, disse ser muito perigoso circular nesta altura em que as chuvas estão a cair constantemente, uma vez que é um dos sítios mais difíceis para se transitar. Os camionistas que utilizam a mesma via, aconselhou, não devem exceder a velocidade e devem evitar a circulação nocturna, uma vez que os locais degradados não estão devidamente assinalados.

O soba Alberto Domingos disse que caso a estrada não conheça uma intervenção com urgência, a população vai conhecer dias difíceis, porque a única via para adquirir bens de primeira necessidade passa pela utilização da estrada, que dá a possibilidade de se deslocar para Malanje e Luanda.

10.18 Chuvas estragam as festas

Jornal O PAÍS

24 De Dezembro de 2015

Texto: Zimboto Kalanguifua

Luanda volta parcialmente a receber chuvas. Os problemas são os mesmos. Deste modo, gostaria de saber quais são as atribuições do Governo Provincial e das administrações municipais.

Vivo no bairro da Sapu. Choveu, Senhor Governador não consigo deslocar -me até a casa do meu vizinho, porque a lama é enorme e não permite conviver tal como se previu na Angola do futuro. Senhor Governador será que estou a exigir demais ou as vossas políticas é que estão aquém daquilo que se pretende em convivência sã e social porque as vezes vocês aparecem publicamente a defender políticas públicas fiáveis teoricamente.

O meu bairro está muito alagado. Há uma festa de quintal a antecipar o natal, porém não tenho condições de participar, porque a lama tomou conta da situação desde o momento em que São Pedro abriu as comportas.

Por este facto, os convidados que vivem em outros bairros, Senhor Governador Graciano Domingos, não terão vontade, ou seja, pernas para se deslocar a festa, porque não há condições. Afirmo. Como ficam os lucros cessantes e os danos emergentes, apesar de que a chuva é um fenómeno natural, mas é ponto assente que o Estado deve tomar medidas preventivas e condições de habitabilidade para os seus munícipes.

Partindo do principio de o Estado é uma colectividade, não se pode deixar que as instituições hajam de forma unilateral, porque está em causa a unidade' do mesmo, uma vez que o fins e as suas funções dependem de quem governa.

Para as administrações e os governos provinciais, o Executivo, nas vestes de Governo Central, não devem aparecer para resolver os problemas da lama e da falta de energia eléctrica no Palanca, no Golf 1, na Sapu ou no Bitá Tanque.

Senhor Governador, pelo facto de a chuva provocar danos somente na periferia de Luanda, faz com que não tenhas interesse em estender as suas orientações aos administradores e outros entes públicos. Fico por aqui. Há muita lama, as quantas andamos Senhor Governador Graciano Domingos. Sou um habitante da "polis".

10.19 Cartoon

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2015



II. MIGRAÇÃO

II.1 Autoridades travam entrada de imigrantes

Jornal de Angola
8 De Dezembro de 2015

A Polícia de Guarda Fronteira deteve na província do Zaire 21 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) por tentativa de entrada ilegal no território nacional. Em comunicado distribuído ontem, o Comando Provincial da Polícia Nacional no Zaire informa que foram frustradas, na fronteira terrestre e fluvial, oito tentativas de violação dos limites fronteiriços.

No que se refere a permanência ilegal de estrangeiros em território nacional, o comunicado indica terem sido interpelados e detidos 146 cidadãos da RDC, mais 60 que a semana passada. O documento acrescenta que estes imigrantes ilegais foram já repatriados para o país de origem pelo Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire.

Na semana passada, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire anunciou a detenção de 86 elementos da República Democrática do Congo, por entrada e permanência ilegal em território nacional, informou ontem em comunicado o Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional.

A detenção resultou das acções de rotina levadas a cabo pelas forças policiais e migratórias destacadas nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, refere o comunicado, que acrescenta que durante o período em referência foram abortados cinco casos de violação ao longo da faixa fronteiriça entre Angola e a República Democrática do Congo e detidos 16 cidadãos daquele país vizinho, que após os procedimentos operativos foram encaminhados à direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros. Foram também foi detido um angolano, acusado de facilitar a entrada ilegal de estrangeiros no território nacional.

II.2 Imigrantes ilegais aguardam repatriamento

Jornal de Angola
11 De Dezembro de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) encaminhou para o Seu centro de detenção de

Luanda para posterior repatriamento 25 estrangeiros que se encontravam a residir ilegalmente na província da Huíla, informou ontem em comunicado a Polícia Nacional.

Desses cidadãos, 23 são de nacionalidade vietnamita, um é eritreu e o outro é congolês, este acusado por crime de tráfico de drogas. O documento destaca a captura de 24 cidadãos nacionais indiciados em vários delitos. Nos últimos sete dias, o Comando Provincial da Polícia Nacional registou 99 crimes de natureza diversa, menos oito em relação a igual período anterior, que culminaram na detenção de 91 cidadãos nacionais.

Na quarta-feira, o Serviço de Migração e Estrangeiros repatriou 44 elementos da República Democrática do Congo em condição ilegal no território angolano, através do posto fronteiriço de Kimbata, no município de Maquela do Zombo, informou ontem o chefe local do Serviço de Migração e Estrangeiros. O inspector José Júnior disse que 24 imigrantes são mulheres que foram encontradas nas localidades do Uíge, Negage, Damba e Maquela do Zombo. Na Lunda Norte, o comando da sétima unidade da Polícia de Guarda Fronteira deteve entre 30 de Novembro e 7 de Dezembro 37r estrangeiros, também da República Democrática do Congo, por tentativa de violação de fronteiras. Os detidos eram adultos de ambos os sexos acompanhados de 20 crianças. Os factos ocorreram nos postos fronteiriços dos municípios do Chitato, Cambulo e Lóvua. As autoridades estão a redobrar a vigilância para desencorajar a imigração ilegal que se assiste com maior incidência no norte e leste do país.

II.3 Fome no sul atrai menores à Luanda

Jornal O PAÍS
18 Dezembro de 2015
Texto: Domingos Bento

O primeiro sinal de fuga de menores da zona Sul do país havia saído recentemente da província da Huíla, de onde várias crianças estavam a abandonar as zonas rurais de algumas comunas daquela parte do país por causa das más condições sociais. Das zonas em que se constatou o fenómeno constávamos Gambos, Chibia, Quipungo e Humpata. Para o efeito, uma comissão multisectorial do Governo local estava a proceder ao levantamento das principais zonas de origem dos adolescentes para executar um plano de resposta visando travar o fenómeno.

De acordo com a Voz da América, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, que integra a comissão multisectorial, mostrou-se disponível a mobilizar recursos para apoiar o plano de resposta às zonas carenciadas do país, propondo-se a travar o fenómeno da fuga de crianças para as grandes cidades.

Já, os relatos de organizações sociais dão conta que Luanda representa o grande ponto de afluência dessas crianças que fogem do Sul. Cada vez mais aqui escalam menores que a todo o custo lutam para se manterem vivos. Nesta cidade, desenvolvem diversos tipos de trabalhos. Regra geral, as meninas vêm na prostituição uma porta fácil para o dinheiro, e os rapazes ocupam-se na venda ambulante, no serviço de moto-táxi e transportação de produtos diversos em carros de mão.

Maria, natural do Bié, veio parar a Luanda por intermédio de uma tia que a convidou para morarem juntas. Segundo a menor de apenas 17 anos de idade e que está em Luanda há seis meses, no primeiro mês de vivência em casa da tia as coisas não iam bem. Por esse motivo preferiu fugir para viver com um grupo de amigas na zona do Grafamil.

Conta a menina que para sobreviver tem que se prostituir defronte ao Restaurante Bela Vista, na estrada de Catete, onde diariamente atende uma média de dez clientes de diferentes idades. "É necessidade que leva a pessoa a fazer isso. Lá também, na província, a vida estava difícil, é por isso que aceitei vir com a tia. Mas ela não soube tratar-me bem. Por isso fugi para fazer esse tipo de trabalho".

Já Adelino Miguel, que em virtude da seca que trouxe fome, a falta de água e outros males que afligem o município da Humpata, província da Huíla, fez saber que emigrou para Luanda com a ajuda de um cidadão chinês, encarregado de obras de uma empresa de construção civil. De acordo com o menor (16 anos de idade), a fome era demais, a família não tinha nada para comer e ele, na companhia dos irmãos, passava largas horas sem beber água.

A meio de tantas dificuldades, menor disse não ter resistido quando foi aliciado a migrar para Luanda. Era a garantia de uma vida melhor porque a capital do país é vista por muitos como um paraíso que nem todos têm a oportunidade de escalar devido à escassez de recursos financeiros para custear o transporte.

Conta o rapaz que não veio sozinho. Com ele vieram outros jovens, todos com o intuito de trabalhar na feitura de blocos de cimento. Um trabalho pesado que Adelino preferiu abandonar para se dedicar à

transportação de mercadorias no mercado da estalagem. "Quando viemos à Luanda despedimos a mãe. Ela mesmo é que nos autorizou porque a fome estava demais. E o chinês prometeu-nos que o trabalho seria leve. Mas é muito pesado. Por isso é que fugimos para ser roboteiro", afirmou.

Sobre o assunto, o Instituto Nacional da Criança ainda não se pronunciou, apesar de várias tentativas feitas por OPAIS nesse sentido.

Já as organizações sociais apelam ao Estado à uma maior articulação e atenção aos programas públicos de protecção às crianças.

11.4 Repatriados estrangeiros em situação ilegal

Jornal de Angola

21 De Dezembro de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros repatriou nos últimos sete dias nove cidadãos estrangeiros, de diversas nacionalidades, que residiam de forma ilegal na província da Huíla.

A informação foi revelada sábado, no Lubango, pelo porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, superintendente-chefe Paiva Tomás, que confirmou cinco imigrantes de nacionalidade vietnamita e quatro portugueses.

A detenção dos cidadãos estrangeiros foi feita durante a operação conjunta desencadeada pelo Serviço Provincial de Investigação Criminal e o Serviço de Migração e Estrangeiros, através de denúncias de alguns cidadãos.

No mesmo período, a Polícia Nacional na Huíla desenvolveu 57 micro-operações, que resultaram na detenção de 58 cidadãos nacionais, acusados da prática de diversos crimes, tendo os mesmo sido encaminhados às instâncias judiciais.

Fronteira com a Namíbia

O comando provincial da Polícia Nacional registou, nos últimos sete dias, 88 crimes de natureza diversa, menos oito em relação a igual período anterior.

A Polícia de Guarda Fronteira frustrou, nos últimos sete dias, seis tentativas de violação da fronteira que delimita a província do Cunene e a Namíbia, refere em comunicado a Delegação Provincial do órgão do Ministério do Interior. As violações ocorreram nas localidades de Calueque e Namacunde, nos Postos de

Guarda Fronteira dos marcos 3,12,16 e 22. Foram interpelados seis, infractores, cinco nacionais e um namibiano, incluindo a apreensão de uma viatura supostamente furtada em território namibiano.

O troço entre Xangongo e Humbe foram detidos três estrangeiros por imigração ilegal, sendo dois de nacionalidade namibiana e o outro congolês democrático.

No quadro da fiscalização aduaneira foram registadas quatro infracções, por contrabando de importação, tendo resultado na apreensão de 225 peças de roupa diversa, 77 pares de calçado, 26 sacos de açúcar, dois pneus para viatura e 50 cartuchos de arma de caça. A província do Cunene partilha 460 quilómetros de fronteira com a Namíbia, dos quais 340 quilómetros terrestres e 120 quilómetros fluviais.

11.5 Polícia Nacional impede entrada de ilegais

Jornal de Angola

25 De Dezembro de 2015

Texto: Benjamin Cândido

A Polícia da Guarda Fronteira na Lunda Norte impediu, nos últimos sete dias, a entrada de 254 imigrantes ilegais, nas localidades de Sandumba, Nachir, Furtuna, Chissanda, Lupemba e Chitato, no município do Chitato.

Do grupo de imigrantes ilegais que tentava entrar em território nacional constam 212 homens e 42 mulheres. Os mesmos faziam-se acompanhar de 23 crianças.

As detenções também aconteceram na área adstrita ao município do Lóvua, Canzar, Furi-3, Muaquesse, Cambamba, Itanda, Muenhambulo, Muacanhica e Luia, localidades sob tutela.

A província da Lunda Norte tem sido um dos principais pontos de entrada de imigrantes ilegais. Só de Janeiro a Setembro deste ano, o Serviço de Migração e Estrangeiros repatriou 18.667 elementos, entre os quais 3.966 mulheres e 1.823 crianças de ambos os sexos provenientes da República Democrática do Congo (RDC).

Entre 30 de Novembro e 7 de Dezembro, o comando da sétima unidade da Polícia de Guarda Fronteira deteve entre 371 estrangeiros, também da

República Democrática do Congo, por tentativa de violação de fronteiras. Os detidos eram adultos de ambos os sexos acompanhados de 20 crianças. Os factos ocorreram nos postos fronteiriços dos municípios do Chitato, Cambulo e Lóvua.

Outro ponto de entrada que mais preocupa as autoridades nacionais é o Zaire. Na semana passada, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) anunciou a detenção, numa semana, de 79 elementos da República Democrática do Congo (RDC) por estada ilegal em território nacional.

Os elementos foram recolhidos na sequência das acções de rotina que a Polícia Nacional, em parceria com o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), desenvolve nos municípios da província para desencorajar a imigração ilegal.

Comparativamente à semana anterior, registou-se um aumento de 62 estrangeiros interpelados e detidos pelas autoridades policiais e migratórias locais, por entrada e permanência ilegal no país.

Quanto ao perímetro fronteiriço, foram frustradas, na mesma altura, três tentativas de violação da fronteira norte de Angola com a RDC, menos duas em relação à semana anterior. Em função das ocorrências, foram detidos cinco elementos, dos quais três da RDC e dois angolanos, estes últimos acusados de facilitar a entrada ilegal de estrangeiros no território nacional.

Após o registo operativo, os estrangeiros foram encaminhados à Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o devido tratamento, ao passo que os nacionais encontram-se a contas com a justiça.

11.6 Imigrantes ilegais foram repatriados

Jornal de Angola

29 De Dezembro de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire repatriou, nos últimos sete dias, 33 imigrantes da República Democrática do Congo (RDC), por entrada e permanência irregular no território nacional. Os imigrantes ilegais foram detidos na sequência das acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória irregular. Comparativamente à semana passada registou-se uma diminuição de 39 imigrantes ilegais interpelados na região, todos da RDC.

A nota do 8ME informa ainda que nos últimos sete dias foram abortadas cinco tentativas de violação na faixa fronteiriça entre a província do Zaire e a região do Congo Central (ex-Baixo Congo), mais dois casos que no período anterior.

Em função das ocorrências foram detidos doze estrangeiros da República Democrática do Congo, que após procedimentos administrativos foram entregues à direcção provincial do Zaire do Serviço de Migração e Estrangeiros para o devido tratamento. A província do Zaire partilha 330 quilómetros de fronteira terrestre e fluvial (rio Zaire) com a do Congo Central (RDC).

Num outro comunicado, a Polícia de Guarda Fronteiras de Angola na província do Zaire anunciou ter frustrado três tentativas de violação da fronteira com a República Democrática do Congo durante os dias 24 e 25, mais um caso em relação a igual período do ano passado.

O comunicado de imprensa do Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional indica que duas ocorrências se registaram nos postos fronteiriços do Luva e Mpala (Mbanza Congo) e uma na localidade de Fuma, no município do Soyo. Em função das infracções foram detidos 15 estrangeiros que foram encaminhados à Direcção Provincial do Serviço de Migração Estrangeiros.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Garimpeiros atacam Polícia

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2015

Texto: Armando Sapalo

Um grupo de garimpeiros entrou em confronto com agentes da Polícia Nacional na última quinta-feira, na vila mineira do Nzagi, no município do Cambulo, província da Lunda Norte, durante uma acção de patrulhamento para impedir a exploração ilícita de diamantes na reserva do Estado.

O director do Gabinete de Estudo Informação e Análise do Comando Provincial da Polícia Nacional na Lunda Norte, superintendente-chefe Leonardo Bernardo, esclareceu que o incidente ocorreu pelas 12h30, quando agentes afectos ao Posto Policial do bairro Chico Guerreiro tentaram impedir o trabalho de extracção ilícita de diamantes numa zona reservada para a exploração artesanal a cidadãos credenciados pelo Estado.

Durante os ataques, um congolês democrático de 22 anos de idade em situação migratória ilegal no território angolano foi atingido com ferimentos ligeiros, estando a receber tratamento no Hospital Municipal do Cambulo. Outros confrontos ocorrem no posto policial do bairro Chico Guerreiro, próximo do local do garimpo, que resultaram na vandalização da infra-estrutura policial. Na tentativa de se travar o tumulto, os garimpeiros incendiaram uma viatura todo-o-terreno pertencente ao Chefe do posto policial, cuja acção provocou susto e agitação a uma centena de habitantes do bairro Chico Guerreiro, o que forçou uma nova intervenção.

Nos confrontos com os agentes da Polícia Nacional, um cidadão de 22 anos foi involuntariamente atingido com disparo, e, apesar de assistido, acabou por falecer no Hospital do Cambulo. O superintendente-chefe Leonardo Bernardo garantiu que foram tomadas as medidas que permitem devolver a ordem e segurança às populações, em coordenação com a Administração municipal do Cambulo, e foi também concedido apoio à família da vítima com vista à realização do funeral.

Nesse momento, assegurou, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) efectua diligências para apurar responsabilidades. Foram detidos dez indivíduos apontados como presumíveis responsáveis que instigaram crime e o inquérito está em curso.

Escaramuças semelhantes ocorreram em Julho do ano passado na comuna do Yongo, município do Xá-Muteba, onde um grupo de garimpeiros ilegais atacou forças policiais que tentaram impedir a exploração ilícita de diamantes numa das reservas do Estado.

12.2 Analisados projectos mineiros

Jornal de Angola

17 De Dezembro de 2015

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, e o seu homólogo chinês, Jlang DaMing, discutiram terça-feira, em Pequim, a Instituição de cooperação entre empresas e o Investimento privado nesse sector em Angola, soube ontem o Jornal de Angola de fonte oficial.

Em comunicado emitido em Pequim, os serviços de imprensa do Ministério da Geologia e Minas declararam que, no encontro, os governantes concordaram em concretizar o que os Presidentes dos dois Países, José Eduardo dos Santos e Xi Jinping, acordaram em diferentes ocasiões no domínio do fortalecimento da cooperação entre os dois Estados.

O documento lembra que, em 20 10, o Presidente chinês visitou Angola e firmou um acordo no qual estava prevista cooperação no domínio da geologia e minas e que, em 20 11, os dois ministérios assinaram um memorando.

No encontro, o ministro da Terra e Recursos da China ofereceu a Angola cooperação para a formação de quadros e a transferência de tecnologia e convidou o país a participar na conferência internacional mineira, uma reunião anual realizada pela China.

Jiang DaMing considera a conferência como uma plataforma em que Angola pode publicitar informação sobre a actividade mineira. Outras áreas específicas em que a China pretende cooperar com Angola são o mapeamento geoquímico e geológico, a informatização do conhecimento geológico e a gestão da base de dados.

Numa abordagem à recente conferência China-África, Jiang DaMing recordou que o Presidente chinês anunciou a disponibilização de 60 mil milhões

de dólares (8, 160 triliões de kwanzas) à Africa. "Espero que as entidades económicas possam estabelecer contactos para conseguir-se estes recursos", disse ministro.

Por sua vez, o ministro Francisco Queiroz realçou que o encontro foi um passo muito importante em direcção ao reforço da cooperação entre os dois Estados.

Francisco Queiroz termina amanhã uma visita de sete dias à China a convite de Jiang DaMing, no decurso da qual participou numa cerimónia de graduação dos técnicos angolanos que receberam formação no país asiático e vão trabalhar nos laboratórios geológicos de Angola.

O ministro visitou a sede da CITIC, empresa chinesa que está a construir, em Luanda, o laboratório central do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), onde o presidente da companhia, Hong Bo, declarou o compromisso de contribuir para a execução do projecto, apesar da situação económica e financeira do país.